

# A DEFESA NACIONAL

FUNDADA EM 10 DE OUTUBRO DE 1913

Ano LXIII

BRASIL — RIO DE JANEIRO, JANEIRO DE 1956

N. 498

## SUMÁRIO

### CULTURA PROFISSIONAL

	Págs.
A instrução técnica do combatente — Tradução da Revista "Ordenance", pelo Maj. Antonio Carlos Taborda e Silva.....	3
... Para ganhar a guerra — Cel. Paulo Lopes.....	11
Fortificações da Paraíba e da Ilha Fernando Noronha — Cel. Annibal Barreto	37
Nossos batalhões ródio-ferroviários — IV — Uma situação de guerra vivida na paz — Maj. Fernando A. Moreira Barbosa.....	45
Outro meio auxiliar de instrução — Ten.-Cel. José Carneiro de Oliveira....	53
O S-4 no campo prático — Cap. José Murilo Beurem Ramalho.....	55

### CULTURA GERAL

A indústria pesada e o progresso do Brasil — Conferência do Gen. Edmundo de Macedo Soares e Silva.....	73
Panorama social brasileiro — Heltor Calmon.....	87
Os fatores naturais no desenvolvimento do Brasil — S. Fróes Abreu.....	93
Os interesses dos patrões e dos empregados, examinados à luz das realidades do quadro em que vivemos — Discurso do Dr. Ruy Gomes de Almeida .....	101

### DIVERSOS

A volta do Coronel Ricardo Franco ao Forte de Coimbra — Discurso do General Silveira de Mello, pronunciado em presença da urna de relíquias do grande morto.....	105
Problemas sociais de nossas guarnições da amazônia — Ten.-Cel. João Baptista Pelxoto.....	111
Entre Curupaiti e o início da marcha de flanco — A ação de Caxias — Tenente-Coronel Gerardo L. Amaral.....	117
Resumo histórico da famosa guarnição de Bagé — Cap. Egon de Oliveira Brasil .....	129
Academia Militar das Agulhas Negras.....	123

### BRASILIANAS

O orçamento da União para o ano de 1956 — Exportação nos 7 primeiros meses de 1955 — Petróleo e energia atômica — Dilata-se o parque metalúrgico — Petróleo, aço e cimento — Vertiginoso progresso industrial do Brasil .....	129
-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----

### NOTICIÁRIO DE INTERESSE MILITAR

Projetos dirigidos americanos — O transporte de tropas pelo ar na Inglaterra — Os dez maiores soldados da História — Serviço Militar.....	141
-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----

### ATOS OFICIAIS

Resenha dos Decretos, Leis e Avisos de interesse geral do Exército, publicados no D.O. durante o mês de novembro próximo passado.....	147
---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----

MINISTÉRIO DA GUERRA  
BIBLIOTECA DO EXÉRCITO

DATA/ 13/01/56



# ***NOVA EMBALAGEM!***

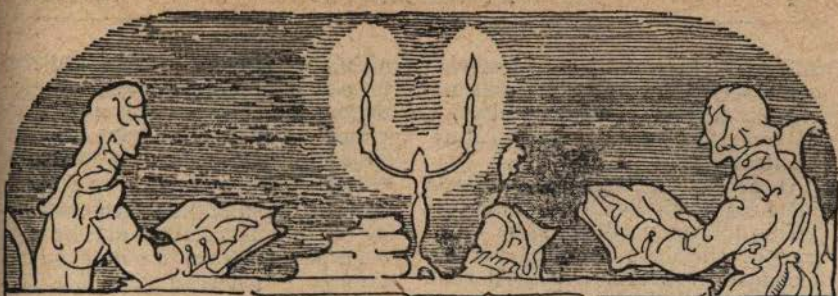


MAIS HIGIENE!  
MAIS SEGURANÇA!  
MAIS ECONOMIA!

**AÇUCAR**  
**PEROLA**  
SACO AZUL-CINTA ENCARNADA







# CULTURA PROFISSIONAL

## A INSTRUÇÃO TÉCNICA DO COMBATENTE

Ralph F. Baxter. Da publicação norte-americana "Ordnance". (Traduzido pelo Major ANTONIO CARLOS TABORDA E SILVA)

Um dos problemas de mais urgente solução, concernente à manutenção, manipulação e uso das armas modernas, é o que se refere a falta de pessoal que possua a necessária instrução e destreza técnica, pedida pelo nível atual da tecnologia de armamentos.

Ao intentar buscar uma solução para a insuficiente proporção de engenheiros e técnicos existentes no Exército, descobrimos três caminhos para tratar o problema: simplificação do sistema de armamentos, melhor utilização do potencial humano disponível e obtenção de maior quantidade de pessoal instruído.

O armamento do combatente, sem dúvida, faz-se cada dia mais complexo. Essa tendência impõe por seu lado maiores exigências ao potencial de produção nacional, à estabilidade econômica e ao pessoal técnico. Como consequência de tudo isto, a totalidade da economia civil e o nível de vida ficarão afetados perigosamente.

No planejamento da mobilização total é quando estas complexidades

apresentam a maior ameaça ao rendimento da Defesa Nacional. Entre todos os fatores que limitam a potencialidade das Forças Armadas, quicá seja a de maior importância a escassez de pessoal técnico instruído e experimentado, para o qual a mais modesta precaução exige desenvolver algum programa para resolver este problema.

A complexidade dos armamentos, que grava a capacidade econômica nacional, não é, ademais, um fator novo na história da Humanidade. Desde a idade paleolítica, quando o homem fabricava suas armas de pedra polida, até a idade contemporânea, os instrumentos guerreiros fizeram-se cada vez mais complicados. No passado, a exigência de um armamento mais perfeito impulsionou a toda uma civilização para o progresso científico, novas indústrias e evoluções econômicas.

A força motriz de nosso atual progresso técnico é, quase sempre, em sua origem uma necessidade militar. Na conjuntura mundial atual, nossa grande estratégia, implicando um



adequado nível de defesa sem chegar a sacrificar o nível de vida nacional, depende fundamentalmente da superioridade de nossos armamentos.

O perigo mais ameaçador desta idéia é a possibilidade de que o progresso técnico no desenho de armamentos chegue a rebaixar a capacidade de procurar o pessoal competente que haja de empregar as armas de modo eficiente.

Nenhuma fórmula estratégica, táctica ou científica pode simplificar arbitrariamente os armamentos, da mesma maneira que tão pouco poderá ter êxito nenhum intento de restaurar nossa moderna civilização, encaminhando-a pelos mesmos caminhos das gerações passadas. *A simplificação dos sistemas de armamentos deve começar com a eliminação de qualquer classe de complexidade que não ofereça segurança.*

A medida em que resulta possível essa simplificação, assim como até que proporção deve ser procurado o potencial humano complementar para executar as operações normais mais essenciais, são estimativas variáveis que exigem ter em conta o sistema de armamentos de que se trata, e o desenvolvimento e filosofia dos mesmos, em tanto quanto afetem às exigências de potencial humano.

Quase todo sistema de armamentos, queda centrado ao redor de uma série de componentes fundamentais, necessários para o cumprimento da missão designada. Estes componentes fundamentais são o peso útil, carga de propulsão, sistema de controle para dirigir ou guiar, e o dispositivo de lançamento das armas.

Estes requisitos funcionais de uma arma moderna mostram claramente os inconvenientes que haver-se-á de encontrar para conseguir simplificar a manipulação da mesma. Por conseguinte, o manejo dos ditos armamentos seguirá exigindo um pessoal técnico cada vez mais dextro.

Além das complexidades impostas pela missão da arma, existem outras impostas ao desenho pela peculiar filosofia militar imperante,

os hábitos ou costumes dos projetistas e as limitações tecnológicas. Evidentemente que a valorização individual de cada uma delas conduzirà a obtenção de alguns meios de simplificação.

Na filosofia militar norte-americana existem dois fatores que influenciam particularmente o desenho das armas. O primeiro deles é a permanente presunção de que qualquer guerra em que se veja envolvida a América do Norte haverá de ser de caráter defensivo. Em segundo lugar figura o elevado valor que se concede à vida humana. Ambos os preceitos são reflexos de nossa sociedade democrática, na qual o planejamento militar e a grande estratégia estão subordinados à política de uma administração eleita por sufrágio popular.

A influência da opinião e do sentimento público, ignorante em estratégia ou logística, impõe, em determinadas ocasiões, condutas políticas que podem não ser prudentes sob o ponto de vista de seus méritos militares. Este é o preço que há de pagar-se pelas inumeráveis vantagens de outra ordem derivadas do governo democrático.

Como consequência do papel puramente defensivo eleito, nossos armamentos estão projetados com miras a serem utilizadas em qualquer parte do mundo. Este requisito somente, que não seria aplicável a todas as nossas armas se pudéssemos escolher o lugar de nossas campanhas, incorporam indubitáveis complicações a seu desenho.

O segundo preceito, a elevada apreciação que temos do valor da vida humana, conduz a outras mais amplas complexidades. É um fato reconhecido que certa parte da complexidade de nossas armas modernas é devido a nossa precaução pela segurança e, freqüentemente, pela comodidade pessoal de nossas próprias tropas. Não e poupa nenhum esforço para conseguir o máximo nível de segurança fabricando armas de funcionamento seguro e fáceis de manejar e transportar sob todas as condições concebíveis.



No entretanto, em muitos casos pode ocorrer que se encontre um nível ótimo de segurança com o qual os riscos devidos a redução de certos fatores de segurança e dispositivos da segurança valham mais que a redução do risco pessoal, devido às vantagens táticas e logísticas obtidas. Da mesma maneira, o ótimo de conforto ou conveniência podem não representar a arma melhor.

Nossos inimigos potenciais, com vastos recursos de material humano e absoluto desprezo pela vida, são capazes de projetar suas armas até um grau de eficiência, descurando completamente as vidas que possa custar essa eficiência. Nós não cremos neste modo de resolver o problema.

Com o objetivo de poupar às nossas forças baixas evitáveis, mantendo não obstante sua eficiência tática e segurança, será razão somente desejável, senão até imperativo, que nos esforcemos em projetar armamentos que alcancem uma ótima combinação de eficiência tática e segurança.

Quanto ao mais, poderá investigar-se estatisticamente qualquer causa potencial de mal funcionamento de uma arma, determinando até que ponto tal defeito pode ser causa de uma baixa nas tropas que a utilizem.

Esta probabilidade pode ser comparada com a possibilidade de que as vantagens táticas e logísticas obtidas mediante a simplificação, devido a eliminação de um dispositivo de segurança, poupe baixas durante seu emprego. A realização de tal estudo empregando as técnicas da investigação de operação, nos proporcionará um desenho ótimo.

Até os últimos tempos não se fez nenhum esforço sério de comparar e medir matematicamente os múltiplos fatores que intervêm na eficiência de uma arma.

Essas técnicas, quanto ao mais, estão abertas a posteriores aperfeiçoamentos e mais amplas aplicações, representando o passo mais concreto desde a elaboração de projetos de armamentos, que poderíamos dizer intuitiva e emocional, até aqué-

le projeto que podemos qualificar como o melhor.

Há que reconhecer que tal política de elaborar o projeto ótimo pode ser, no princípio, difícil de compreender pelo público e terá que se enfrentar provavelmente com a mesma crítica que experimentaram as táticas empregadas pelo falecido Gen Patton, ainda que no final foi reconhecido que seus atrevidos ataques, se bem que ocasionavam um maior número de baixas inicialmente estas ficavam mais que compensadas pela grande poupança de vidas conseguida com a rápida conquista dos objetivos.

A aplicação de um princípio semelhante à técnica dos armamentos, fazendo-os mais leves e simplificando seu manejo, poderia em muitos casos proporcionar vantagens táticas com uma poupança de vidas que compensasse em excesso as possíveis baixas de pessoal devidas a um defeituoso funcionamento ocasional.

Evidentemente que a aceitação deste princípio presta-se a controvérsia: porém, a luz da magnitude do problema, em circunstâncias em que um rigoroso nível de segurança impõe maiores complexidades, com perda da eficiência tática, deverá aplicar-se o princípio de segurança ótima.

Outros fatores que acrescentam complicações evitáveis são o hábito e a ignorância. Até certo ponto os efeitos desta influência aparecem de maneira proeminente nas especificações de uma arma. Quanto ao mais, a maioria das especificações estão justificadas e são necessárias, porém a força do hábito conduz às vezes a inclusão de algo, que uma cuidadosa consideração seguramente eliminaria.

Continuando, vamos expor uns quantos exemplos de requisitos não necessários ao que costumam incluir-se: excessiva resistência à fadiga para peças destinadas a cumprir uma missão simples; capacidade de conservação muito superior à possibilidade de ficar obsoleta; ensaios de vibração durante o transporte para peças inteiras que nor-



malmente só se transportam como componentes.

Na maior parte dos casos estes "standards" são estabelecidos para o serviço competente, sendo depois mal aplicados a peças que não se tiveram em consideração quando se estabeleceram inicialmente os referidos requisitos.

Consideram-se, portanto, urgente a revisão de todos os requisitos "standard", com o objeto de eliminar os não necessários, obtendo com ele um desenho e uma manipulação mais simples.

Além do hábito, a ignorância ou falta de compreensão impõe complexidade sem garantia. Em todo caso, a falta de um conhecimento científico preciso e a falta de experiência dão origem a indeterminação do problema e a que o engenheiro tenda a adotar garantias em excesso, não é tão freqüente. Prevalece especialmente nos projetos de execução precipitada, nos quais não se dispõe de tempo suficiente para a investigação e desenvolvimento dos mesmos.

Isto é contrário à crença geralmente espalhada de que a investigação conduz inevitavelmente a incrementar as complicações.

Quando se precisa de um conhecimento concreto, costuma-se incorrer em duplicações e incrementos de peso devido a adoção de fatores de segurança, margens de erros e outras falsas interpretações. Por tudo isto, o melhor remédio contra a adoção de garantias excessivas, é a mais perfeita compreensão do processo estudado.

Tôda consideração com respeito a influência exercida pela adoção de garantias excessivas sobre a complexidade do armamento, delinea a questão referente à investigação básica, investigação aplicada e desenvolvimento.

Simplificadamente podemos dizer que o desenvolvimento representa a aplicação de materiais e componentes conhecidos, a investigação aplicada consiste em desenvolver novos componentes, utilizando ingredientes com característicos básicos conhecidos, e a investigação pura ou

básica intenta determinar as características fundamentais de uma peça, tanto qualitativa como quantitativamente.

Para simplificar uma operação de um sistema, tanto mais rápido se conseguirá um melhor resultado quanto mais profundo seja o conhecimento científico que se possua. Em consequência, a investigação pura aplicada a um tal sistema poderá ser enormemente útil para melhorar o projeto e rendimento de uma arma.

Não obstante, para que seja útil, a investigação básica deverá ser orientada até problemas cuidadosamente selecionados, assim como organizar-se sobre bases a longo prazo. A má fama que de tempos em tempos enturva a reputação da investigação, é devida correntemente a seguir direções errôneas e discriminações abstratas dentro de campos totalmente alheios ao desenvolvimento militar.

Nos Estados Unidos ficamos atrasados em alguns anos, comparados a outras nações, no que se refere à investigação básica, embora conservemos uma posição proeminente na maioria dos campos da investigação aplicada e desenvolvimentos. Uma grande parte dos trabalhos fundamentais sobre Física nuclear, propulsão a foguete e motores a jato, foi levado a cabo na Europa, por nações com recursos infinitamente menores que os nossos.

Depois de haver tratado das complexidades evitáveis no armamento — estudando a parte que joga nos mesmos nossa filosofia militar e a medida em que o hábito e a falta de conhecimentos contribuem para a acumulação das ditas complexidades — resulta claro que, não obstante o grande interesse e empregado em sua simplificação, o armamento moderno seguirá, sendo sempre complexo. *Os sistemas de armas, de maneira análoga ao da moderna maquinária, continua exigindo pessoal técnico adestrado, instruído e experimentado, para a manipulação, manutenção e reparação.*

A capacidade técnica, instrução e experiência, isoladamente, não são



suficientes por si só para satisfazer as necessidades do potencial humano, para o qual requer-se uma combinação destes atributos.

*Para manejar as armas modernas, necessitam-se homens educados mais tecnicamente, e estes homens, com os conhecimentos técnicos básicos adquiridos na escola profissional, deverão ser instruídos em missões especializadas.* Reconhecendo esta necessidade, os Serviços do Exército selecionam alguns engenheiros formados e homens de ciência, mobilizados, enviando-os às escolas especiais dos Serviços, somente para que depois de que haja terminado sua instrução, e justamente quando tenham adquirido uma valiosa experiência, encontrem-se com seu período de serviço militar terminado.

A solução para tal procedimento tem já vários precedentes nas Forças Armadas. O Corpo de Saúde e os Engenheiros do Exército, assim como outras unidades especializadas, foram constituídos como resposta à necessidade de pessoal com elevado grau de instrução.

Um corpo de cientistas e técnicos profissionais resulta necessário atualmente para procurar um núcleo ao redor do qual possam ser colocados indivíduos menos adestrados, constituindo equipes competentes para manejar os complexos armamentos. A inversão de tempo e instrução empregada nestes homens de carreira renderiam grandes benefícios em eficiência.

Os membros deste Corpo estariam obrigados a servir certo número de anos após haver completado sua instrução, e ainda que decidirem abandonar posteriormente o serviço de sua especialização, é quase certo que muitos deles seriam utilizados pelas indústrias ocupadas em trabalhos da Defesa.

As forças armadas continuariam beneficiando-se desta maneira, ainda que em forma indireta, de seus conhecimentos e experiências.

Não é possível conseguir de maneira prática o número de homens instruídos necessário para atender as procuras de potencial humano, a menos que se faça um uso eficaz

de suas aptidões. Existem diversos caminhos para conseguir isto.

Para alcançar um nível de eficiência satisfatório, há de ser imperativo especializar a instrução do pessoal técnico respectivo a uma simples "família" de armamentos, ou relativo a um simples grupo de componentes do mesmo.

Outro método para o qual pode acentuar-se a eficiência do pessoal instruído, é aperfeiçoar a manutenção dos tipos de armas. As frequentes mudanças de modelo, a produção em pequenas séries e as contínuas mudanças nos métodos de produção que se observam principalmente nas indústrias de aviação e munições, intensificam o problema da manipulação, serviço e manutenção de qualquer arma em campanha.

Tanto as fases de produção como as operativas do esforço da defesa, podiam muito bem obter sensíveis benefícios se após completar seu desenvolvimento inicial se acumulassem os subseqüentes aperfeiçoamentos e mudanças de desenho com o objetivo de fazer uma posterior revisão do modelo em lugar de introduzir uma sucessiva multiplicidade de variações na produção.

Nem a simplificação dos armamentos nem a melhor utilização do potencial humano existente, serão suficientes para assegurar o uso e conservação de nossos meios de defesa. Sobra um terceiro caminho para procurar mais engenheiros e técnicos. Para conseguir-se foi posto em prática um programa durante cerca de três anos, ativado pelas solicitações da indústria para dispor de mais engenheiros formados.

Os resultados mostram um acréscimo na matrícula observado nas escolas de engenharia, que ainda que prometedoras não são satisfatórias. Agravava-se ainda mais a escassez de estudantes de engenharia, pelo fato de alguns estudantes em potencial desanimarem ao avaliar o elevado número de conhecimentos exigidos aos engenheiros em muitas de nossas escolas, enquanto que outros inscrevem-se em cursos menos exigentes depois de tentar a entrada nos Cursos de Engenharia durante um ou dois anos.



Muitos destes estudantes desanimados, evidentemente seriam capazes de obter a aptidão técnica exigida. As escolas profissionais intentam instruir engenheiros e cientistas de espírito criador, enquanto que descuidam a necessidade de obter engenheiros aptos ainda que não criadores, competentes ainda que não brilhantes profissionais.

Sem diminuir seu elevado grau de instrução, muito necessário nos campos da investigação e projetos, um potencial humano adicional poderia conseguir-se estabelecendo cursos separados para "engenheiros operativos". Neles dar-se-ia mais importância a uma completa compreensão das ciências básicas, reduzindo-se as exigências relativas a capacidade matemática e criadora e procurando uma instrução muito completa em mecânica, eletrônica ou os outros campos em que os engenheiros haverão de executar suas tarefas profissionais ou a inspeção.

O estudo precedente nos conduz insensivelmente a solução da escassez do pessoal instruído para operar nossas armas de complexidade cada vez mais crescente. Continuando, vamos expor um programa de seis pontos, que estimamos solução lógica e prática, ou ao menos um passo até o estancamento da crescente escassez de técnicos especializados.

1 — Estabelecimento de Conselhos Revisores de Armamento, compostos de militares, logísticos, cientistas e representantes dos setores produtores.

A função destes Conselhos seria a contínua revisão dos grandes sistemas de armamento. Cada Conselho, especializado em uma "família" de sistemas de armamentos, revisaria, à luz dos mais modernos conhecimentos científicos e militares, todas as especificações e requisitos exigidos a cada arma.

Por sua própria iniciativa, ou atuando em resposta as proposições dos produtores ou contratistas e partes interessadas, intentariam qualquer possível simplificação, medianamente o abandono de todo projeto, produção ou requisito, não garantido ou inecessário.

2 — Estabelecer uma Academia de Serviços dedicada especificadamente à instrução de Oficiais técnicos profissionais. Oferecendo uma instrução técnica especializada, um destino e uma carreira, em troca de um compromisso de vários anos de serviço ativo após a formatura, seriam atraídos os Cadetes melhores qualificados.

3 — Estabelecer um programa perfeitamente planejado a largo prazo sobre investigação básica a desenvolver por etapas cuidadosamente selecionados.

Este programa teria um duplo objetivo: promover a investigação básica naqueles círculos intimamente relacionados com os grandes problemas da Física, enfrentando os engenheiros com o desenvolvimento dos armamentos e treinamento do maior número de indivíduos no cultivo das ciências básicas.

4 — Estabelecer um programa para os estudantes de escolas profissionais, que de modo paralelo ao efetuado pelos Centros de Mobilização e Reserva, instrua aos estudantes das escolas técnicas na aplicação das ciências aos armamentos. Tal programa incluiria cursos especializados nos conceitos básicos das armas e seus componentes, com os quais tenderiam que enfrentar-se os estudantes quando forem chamados a cumprir o serviço ativo.

5 — Estabelecer recrutamentos a largo prazo para homens que hajam de ser enviados aos cursos de instrução técnica, com o incentivo de um pagamento e gratificações de acordo com as qualificações técnicas.

6 — Estabelecer programas nas Escolas de Engenharia para atrair a elas indivíduos interessados na Engenharia prática ou na criadora.

#### NOTA DO TRADUTOR

Este artigo recebeu o mais valioso prêmio da Associação de Engenheiros de Armamento da América do Norte. Suas considerações são muito interessantes para o Brasil, onde grande número de jovens não conseguem ingressar nas Escolas de Engenharia dado o pequeno



número de vagas e onde possuímos uma eficiente Escola Técnica do Exército, cujo número de alunos é pouco maior que o número de professores e funcionários!... Possuímos Cursos de Engenharia com

programas de tal vastidão, inclusive na ETE, que parecem ter a finalidade mais de formar Engenheiros-matemáticos ou Engenheiros-cientistas do que formarem Engenheiros-práticos.

## **AOS COLABORADORES !**

Como COOPERAÇÃO muito preciosa no sentido de facilitar as tarefas de impressão da Revista e, conseqüentemente, evitar o atraso de suas edições, solicitamos, encarecidamente, aos nossos colaboradores que :

1. Datilografem, na íntegra, seus trabalhos, utilizando **UMA SÓ FACE DAS FÓLHAS DE PAPEL** e deixando espaço duplo entre as linhas.

2. Destaquem, com letras maiúsculas, o título do artigo. O nome do autor (ou seu pseudônimo) deve vir entre o título e o texto.

3. Coloquem, preferentemente, em fôlhas separadas do texto, as figuras, as fotografias, os desenhos, etc., com as respectivas legendas. (No texto, no local desejado, basta uma simples referência ao número da figura, fotografia ou desenho, correspondente).

4. Sempre que possível, desenhem as figuras a nanquim e em papel vegetal.

5. Tratando-se de tradução, quando a fonte original autorizar a reprodução, cite essa fonte sem esquecer o nome do autor do trabalho ; no caso contrário, obtenham autorização prévia.

6. REVEJAM SEMPRE OS ORIGINAIS observando, rigorosamente, a ortografia oficial (a do "PEQUENO VOCABULÁRIO ORTOGRÁFICO DA LÍNGUA PORTUGUESA", da Academia Brasileira de Letras, dezembro de 1943, Imprensa Nacional).

7. Assinem a última fôlha e **INDIQUEM O ENDE-REÇO ATUAL** para que se possa acusar o recebimento e realizar entendimentos quando necessários.



# *Móveis “Soeiro”*

Móveis em Geral

SOEIRO & CIA.



FABRICA : AVENIDA SUBURBANA N. 5230

Telefones — Escritório ..... e Oficina .....



DEPÓSITO : AV. PRESIDENTE VARGAS N. 2567

Telefone : ..... RIO DE JANEIRO



A INDÚSTRIA DE MÓVEIS

SOEIRO & CIA.



# ... PARA GANHAR A GUERRA

Coronel PAULO LOPES

## I — INTRODUÇÃO

- a. "A instrução militar visa preparar o Exército para ganhar a guerra".  
Esta frase, nós a lemos em um Regulamento Norte-Americano.  
Impressionou-nos a ênfase que se dá à finalidade da Instrução, com a inclusão vigorosa do verbo *ganhar*.  
Daí a explicação do motivo pela escolha do título dêste despretenhioso artigo.
- b. Temos a impressão de que, mesmo a um observador pouco atento, não escapam 4 pontos fracos importantes da instrução de nossos recrutas :
  - (1) Escassez de documentos sobre a metodologia das matérias da instrução militar ;
  - (2) Deficiência de meios auxiliares ;
  - (3) Pouca eficiência na técnica de ministrar instrução ;
  - (4) Pouca eficácia na supervisão da instrução.
- c. Objetivo dêste artigo :  
— *sugerir as medidas destinadas a sanar a "escassez de documentos sobre a metodologia das matérias da instrução militar"*.
- d. Partes principais dêste artigo :
  - (1) A metodologia no ensino civil ;
  - (2) A metodologia na instrução militar, no Exército Norte-Americano ;
  - (3) A metodologia na instrução militar, em nosso Exército ;
  - (4) Conclusões ;
  - (5) Sugestões.

## II — A METODOLOGIA NO ENSINO CIVIL

Há duas espécies de metodologia :

Metodologia geral ;  
Metodologia especial.

### a. Metodologia geral :

É o estudo dos métodos para ensinar.

Tais métodos são em grande número, pois cada qual se baseia em princípios diferentes.

A metodologia geral constitui matéria de currículo das Escolas de Formação de Professores (Faculdades de Filosofia, Institutos de Educação e Escolas Normais).

### b. Metodologia especial :

O modo de ensinar aritmética não é o mesmo que o de ensinar geografia.



Assim, existem :

Metodologia do desenho ;  
Metodologia da linguagem ;  
Metodologia da geometria, etc.

Podemos pois definir :

Metodologia especial de uma matéria ou simplesmente metodologia de uma matéria é o estudo dos processos para ensinar essa matéria.

### III — A METODOLOGIA NA INSTRUÇÃO MILITAR, NO EXÉRCITO NORTE-AMERICANO

Analogamente como no ensino civil, a instrução militar tem duas espécies de metodologia :

*Metodologia da instrução militar* (correspondente à metodologia geral) ;

*Metodologia das matérias da instrução militar* (correspondente à metodologia especial).

#### a. Metodologia da instrução militar :

(1) A necessidade de intervir no 2º conflito mundial, com a dura experiência do 1º conflito mundial e sempre com o interesse vital de *ganhar a guerra*, levou o Exército Norte-Americano a um aprimoramento notável na técnica de ministrar instrução ;

(2) Os responsáveis pela orientação dessa técnica, em essência, estabeleceram :

— *um só método para ensinar* : o dos Estágios (Preparação, Apresentação, Aplicação, etc.) baseado nos passos formais de Herbart, um dos métodos do ensino civil ;

— *um certo número de processos de ensino*, dentro de cada um desses estágios (Palestra, Discussão Dirigida, Aplicação Individual, etc.).

NOTA — Não parece pois correto denominar-se “*métodos e processos de instrução*”, quando só possuímos um *método*.

(3) A Metodologia da Instrução Militar, no Exército Norte-Americano, consta de alguns Regulamentos, dos quais os mais interessantes são :

— o FM 21-5 (de 1950) — *Military Training*.

Sua finalidade principal é estudar os *estágios* e os *processos de instrução* ;

— o TM 21-6 (de 1954) — *Techniques of Military Instruction*.

A finalidade principal deste Manual é estudar a técnica de ministrar as Sessões de Instrução.

#### b. Metodologia das matérias de instrução militar :

Para cada matéria, existe um documento denominado “*Subject Schedule*” que fixa a metodologia correspondente.

Vejamos detalhes sobre tão importante documento.

##### (1) *Subject Schedule*.

Pelo FM 21-5, cada “*subject schedule*” se compõe de informações sobre :

Duração do Curso ;

Distribuição dos Assuntos pelas Sessões ;



Referências ;  
Locais das Sessões ;  
Meios Auxiliares ;  
*Modo de conduzir cada Sessão.*

Observe-se ainda :

Há um "*subject Schedule*" para cada matéria ;  
Muitos Manuais já vêm acompanhados dos respectivos  
"*subject Schedules*".

(2) *Exemplo de "subject schedule".*

Em apêndice ao mesmo FM 21-5, encontra-se um exemplo  
dêsse documento destinado a leitura de cartas e interpretação  
de fotografia aérea.

Nas suas linhas gerais, sua composição é a seguinte :

### 1ª PARTE

#### GENERALIDADES

Objetivo da matéria.  
Pontos principais da matéria.  
Meios Auxiliares.  
Recomendações gerais sobre o modo de conduzir as  
sessões.

### 2ª PARTE

#### QUADRO

Conteúdo :

Distribuição dos Assuntos pelas sessões ;  
Referências (por sessão) ;  
Local (idem) ;  
Meios Auxiliares (idem).

### 3ª PARTE

#### CONDUTA DE CADA SESSÃO

Contém, para cada sessão, uma série de recomenda-  
ções sobre o modo de conduzi-la.

(3) "*Lesson outlines*".

Trata-se de mais um passo à frente, na Metodologia das  
Matérias da Instrução Militar.

O TM 21-6 apresenta uma sugestão para a organização de  
um Curso de Formação de Instrutores.

De modo geral, o "*subject Schedule*" é o mesmo que o  
visto acima.

Todavia surge uma diferença muito importante na 3ª Par-  
te : ao invés de Recomendações Gerais sobre o modo de  
conduzir as sessões, o Regulamento sugere Esquemas do  
Plano de cada sessão (*Lesson Outlines*).



Em última análise, tais "Lesson Outlines" :

- constituem uma sugestão (se o instrutor tiver melhor inspiração, abandone o esquema) ;
- estão organizados de forma a constituírem um Plano de Sessão "em meia confecção", restando ao instrutor acomodá-los às circunstâncias ;
- orientam detalhadamente o instrutor, quanto ao emprêgo de certos estágios (como Apresentação, Discussão ou Crítica) ;
- orientam vagamente sôbre os demais Estágios, deixando liberdade ao instrutor para sua tarefa final.

É sem dúvida um documento de alto valor e de elaboração perfeitamente viável.

#### IV — METODOLOGIA DA INSTRUÇÃO MILITAR, EM NOSSO EXÉRCITO

##### a. Metodologia da Instrução Militar :

Esperamos tratar dêsse assunto em outro artigo.

Entretanto achamos oportuno adiantar uma ligeira observação. no que se refere aos Regulamentos sôbre Instrução Militar.

Não é nada alentadora a situação :

- (1) *O Manual C 21-5*, tradução do antiquado FM 21-5 (de 1941) acha-se esgotado, há alguns anos.
- (2) *O Manual do Instrutor*, T 21-250, editado em 1955, é tradução do já obsoleto TM 21-250 (de 1945).

Importa notar que êste Manual está eivado de numerosos e graves erros : obscuridade de frases, impropriedade de termos, desrespeito a uma terminologia já regulamentada, etc.

##### b. Metodologia das Matérias da Instrução Militar :

Temos notícia de, apenas, um documento oficial, parecendo-nos ser a primeira tentativa a respeito.

São os Programas-Padrão (os PP).

Foram editados pela Diretoria de Armas, em 1949, com o objetivo de :

- "coordenar, metodizar e homogeneizar a progressão da Instrução ;
- "proporcionar a uniformidade da Instrução, no âmbito de uma mesma Arma ou Serviço ;
- "regular a cooperação imprescindível entre as diferentes "Armas ou Serviços".

Estão esgotados.

- (1) *Composição dos PP* (Para cada período de instrução).

#### 1ª PARTE

#### SUMARIO

Conteúdo :

- Objetivo do Período ;
- Duração do Período ;
- Métodos (!) e Processos de Instrução.



## 2ª PARTE

## QUADRO

(Um por matéria)

Conteúdo :

Distribuição dos Assuntos pelas sessões ;  
Referências e Observações, por sessão ;  
Duração do Curso ;  
Natureza da Turma.

(2) *Considerações em torno dos PP :*

Apresentam algumas falhas na distribuição dos Assuntos ;  
Prestam algum serviço na homogeneização dos Programas de Instrução ;  
São absolutamente inúteis como documento orientador da Metodologia das Matérias da Instrução Militar.

## V — CONCLUSÕES

- 1a. Possuimos documentação oficial muito deficiente para orientar os Instrutores, quanto à Metodologia da Instrução Militar.
- 2a. Nada possuimos em condições de orientar nossos Instrutores da Tropa, quanto à Metodologia das Matérias da Instrução Militar.
- 3a. O Exército Norte-Americano possui documentação preciosa, que, convenientemente traduzida e adaptada, viria elevar de muito o rendimento da Instrução de nossos Recrutas.

## VI — SUGESTÕES QUANTO A ELABORAÇÃO DE DOCUMENTOS RELATIVOS A METODOLOGIA DAS MATÉRIAS DA INSTRUÇÃO MILITAR

## a. Denominação desse documento :

— ou *Programa-Padrão* para tal ou qual Matéria ;  
— ou *instruções sobre a Metodologia de tal ou qual matéria*.  
Achamos a primeira denominação inexpressiva.  
Por isso adotaremos a segunda denominação.

## b. Composição dessas Instruções.

Do estudo que fizemos, parece-nos que tais Instruções se devam compor de :

## 1ª PARTE

## GENERALIDADES

1. Objetivo da-Matéria ;
2. Partes importantes da Matéria ;
3. Recomendações gerais sobre a Técnica de Emprêgo dos Processos de Instrução, na conduta das sessões ;
4. Meios Auxiliares :
  - Informações sobre os Meios Auxiliares existentes ;
  - Instruções sobre elaboração dos Meios Auxiliares nos Corpos de Tropa.
5. Diversos : Duração do Curso, etc.



## 2ª PARTE

## QUADRO

Distribuição dos Assuntos pelas sessões, e informações quanto ao local, referências e Meios Auxiliares de cada sessão.

## 3ª PARTE

## ESQUEMAS DOS PLANOS DE SESSÃO

Um para cada sessão e de acôrdo com o modelo do FM 21-6.

- c. Exemplo de Instruções sôbre Metodologia de Matéria da Instrução da Tropa :

Não quizemos nos limitar à "filosofia do assunto".

Por isso resolvemos elaborar as Instruções para uma das matérias interessantes no preparo dos recrutas.

O leitor as encontrará em Anexo a êste trabalho : *Instruções sôbre a Metodologia de Sinais de Respeito*.

Referem-se à Matéria 18 — *Continência e Sinais de Respeito*, prevista para o período de adaptação.

Observe-se que :

- alteramos a denominação da matéria, pois "Continência" é um dos *Sinais de Respeito*.
- conservamos a duração do Curso — 13 1/2 horas.
- apresentamos apenas os Esquemas das Sessões 1 e 7, para não sobrecarregarmos a Revista.

Lamentamos não termos realizado um trabalho sem falhas.

Não somos especialistas na técnica de ministrar essa Instrução.

Trata-se de ilustrar como imaginariamos fôssem organizadas as Instruções a que estamos aludindo.

- d. Elaboração das Instruções sôbre Metodologia das Matérias da Instrução Militar :

O problema tem várias soluções que convém ser examinadas, mesmo superficialmente.

- (1) *Solução de acôrdo com a legislação em vigor.*

Essa tarefa deverá ficar a cargo da futura Diretoria de Instrução, prevista no Anteprojeto de Organização Geral do Ministério da Guerra e cuja finalidade é :

- "elaborar Manuais e outras publicações destinadas à Instrução das Armas e dos Serviços".

O elaborador de Instruções sôbre Metodologia de qualquer Matéria deverá satisfazer a umas tantas condições mínimas :

- Gosto pelo ensino dessa Matéria ;
- Conhecimento da Metodologia da Instrução Militar ;
- Prática (recente) de ensinar essa Matéria.

Em que pese o valor de nossos oficiais, apenas servir na Diretoria de Instrução não significará satisfazer obrigatoriamente a tais condições.

Por isso não receamos afirmar que trabalho dessa natureza, realizado em gabinete, não terá probabilidade de inspirar confiança.



Aliás no Exército Norte-Americano, os "Subject Schedules" são elaborados nas "Service Schools".

(2) *Solução ideal.*

Em nosso entender, a solução eficaz, realista, desprovida de sonhos de Gabinete, seria :

(a) A 1ª e 2ª Partes (Generalidades e Quadro de Distribuição dos Assuntos) ficariam a cargo da Diretoria da Instrução, ouvidos oficiais com tirocínio sobre o assunto.

(b) A 3ª Parte ficaria a cargo de certas Escolas e Unidades de renome na Instrução. A Diretoria de Instrução lhes orientaria e coordenaria o trabalho da elaboração dos Esquemas de Planos de Sessão.

(c) Com tais elementos, só restaria à Diretoria de Instrução fazer o ajuste final, imprimir e distribuir as Instruções.

Denominamos essa solução ideal, por nos parecer a melhor, mas estamos informados não ser realizável, dadas as dificuldades de entrosamentos com os Corpos de Tropa, num trabalho desse gênero.

(3) *Soluções baseadas na iniciativa particular.*

(a) Cada Unidade iria (progressivamente) organizando as próprias Instruções sobre as diversas Matérias da Instrução Militar.

Vantagens :

Qualquer estudo que se faça neste sentido, com a preocupação ainda de melhorar nos anos subseqüentes é evidentemente melhor que a situação atual ;

Se algum dia a Diretoria de Instruções vier a pedir a colaboração, os trabalhos estarão adiantados.

Desvantagens :

Dificuldade em tempo e em pessoal habilitado ;

Trabalho provisório, pois temos que admitir uma revisão radical nos PP.

NOTA — Experimentamos essa solução no nosso recente Cmdo do 1º GA Cos Fv. Apesar das falhas, o resultado foi animador, dependendo da continuidade.

(b) *Formarmos uma equipe*, cujos componentes, dentro de uma mesma orientação, e nas Matérias de sua preferência, emprestariam sua cooperação, publicando trabalhos nesta Revista.

Já tivemos entendimento com os responsáveis pela "A Defesa Nacional" : o que fôr bom e de utilidade para o Exército, será aceito.

Vantagens :

Desperta interesse, entre maior número de oficiais, sobre assunto atinente à Instrução da Tropa ;

Vale-se de maior número de colaboradores ;

Estimula os jovens a escreverem sobre assuntos da profissão ;

Aumenta o espírito de cooperação, pelo oferecimento à Diretoria de Instrução, em assunto que lhe interessará mais cedo ou mais tarde.



**Desvantagens :**

- Exige "voluntários" ;
- Exige um coordenador.

Quanto à segunda desvantagem, sem outro intento do que servir ao nosso Exército, a quem devemos o que somos, estamos prazerosamente à disposição.

Para isso aventuramos as linhas básicas para a formação da equipe acima aludida :

- 1º Os oficiais, interessados em se alistarem na referida equipe, remeteriam a esta Revista :  
Nome ;  
Endereço ;  
Unidade onde servem ;  
Matéria ou matérias em que pretendem colaborar.
- 2º Nós nos encarregaremos dos trabalhos de orientação e coordenação.
- 3º Nossos colaboradores escreveriam seus trabalhos que, após examinados por nós, seriam ou publicados ou devolvidos para as devidas correções.

NOTA — Esperamos, em artigo próximo, continuar a sugerir as medidas que nos pareçam indicadas para corrigir os demais pontos fracos que observarmos na Instrução de nossos Recrutas.

## ANEXO

### INSTRUÇÕES SÔBRE METODOLOGIA DE "SINAIS DE RESPEITO"

Período de adaptação

Duração : 13 1/2 horas

1ª Parte — GENERALIDADES

2ª Parte — QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO DOS ASSUNTOS

3ª Parte — ESQUEMAS DOS PLANOS DE SESSÃO

MATÉRIA : SINAIS DE RESPEITO (18)

PERÍODO : DE FORMAÇÃO

#### 1ª PARTE

#### GENERALIDADES

1. Objestivo da matéria
2. Pontos importantes da matéria
3. Pontos importantes do ensino da "continência"
4. Recomendações sôbre as partes fundamentais das sessões sôbre "continência"



5. *Recomendações gerais sobre a técnica de emprego dos processos de ensino a utilizar nas sessões de instrução de "sinais de respeito"*
6. *Instruções sumárias para a confecção de meios auxiliares pelos corpos de tropa e destinados às sessões sobre "continência individual"*

#### I — OBJETIVO DA MATÉRIA — "SINAIS DE RESPEITO"

- a. Ensinar os recrutas a fazerem a Continência Individual, salvo no caso do subordinado armado de fuzil (ou mosquetão).
- b. Fazer os instruendos conhecerem as demais manifestações de respeito, pelo menos as de uso mais freqüente.
- c. Colaborar na Educação Moral :
  - (1) recordando-lhes as manifestações de *cortesia*, usadas na vida civil;
  - (2) inculcando nos instruendos o *senso de responsabilidade* : a aprendizagem desta matéria lhes permitirá cumprir um dos pontos do compromisso à bandeira — *respeitar os superiores hierárquicos* ;
  - (3) persuadindo-os de que as manifestações de respeito demonstram *boa educação do subordinado* ;
  - (4) despertando neles o *espírito de disciplina* evidenciado em uma de suas formas — *respeito aos superiores* ;
  - (5) despertando o orgulho pelo Exército — pela *exteriorização da disciplina formal*.

#### II — PONTOS IMPORTANTES DA MATÉRIA

- |                                                                                    |              |
|------------------------------------------------------------------------------------|--------------|
| a. Generalidades sobre as manifestações regulamentares de respeito aos superiores. | 1/2 hora     |
| b. Continência individual (sessões teóricas).                                      | 2 1/2 horas  |
| c. Continência individual (sessões teórico-práticas)                               | 7 horas      |
| d. Outras manifestações de respeito.                                               | 2 horas      |
| e. Verificação.                                                                    | 1/2 hora     |
| f. Crítica da Verificação e Recapitulação.                                         | 1/2 hora     |
| <hr/>                                                                              |              |
| Total                                                                              | 13 1/2 horas |

#### III — PONTOS IMPORTANTES DA "CONTINÊNCIA"

- a. Vivacidade dos movimentos.
- b. Correção da atitude.
- c. Franqueza e espontaneidade no olhar.
- d. Correção do gesto.
- e. Respeito às distâncias regulamentares para o início e o final do gesto.

#### IV — RECOMENDAÇÕES GERAIS SOBRE AS PARTES FUNDAMENTAIS DAS SESSÕES SOBRE CONTINÊNCIA

- a. *Continência a pé firme*.
  - (1) Esta parte da matéria será ensinada em três etapas :
    - (a) uma sessão destinada a ensinar a *atitude* e o *gesto* dessa forma de continência, em cada caso, sem preocupação da *duração* ;
    - (b) uma sessão destinada à *duração*, aplicada à continência à Bandeira e ao Hino Nacional ;



- (c) uma sessão destinada à *duração* — continência à pé firme, quando passa um superior.
- (2) A sessão constante do item (a) acima compõe-se essencialmente de três partes :
  - (a) explicação da regra geral da atitude e do gesto da continência à pé firme :
    - 1. Posição inicial ;
    - 2. Gesto da continência (nos dois casos previstos) ;
    - 3. Posição final.
  - (b) *demonstração e aplicação* para o caso da cabeça descoberta ou com a mão direita ocupada ;
  - (c) *demonstração e aplicação* para o caso do subordinado sem armas ou armado de sabre-baioneta (espada embainhada).
- (3) A sessão destinada à *duração*, aplicada à continência à Bandeira e ao Hino Nacional, compreenderá :
  - (a) *explicação* da Regra Geral da Continência à Bandeira e ao Hino Nacional ;
  - (b) *explicação* do modo e dos casos em que se faz a continência à Bandeira ;
  - (c) *verificação* sobre essa explicação ;
  - (d) *explicação* semelhante no que se refere ao Hino Nacional ;
  - (e) *verificação* sobre essa explicação.
- (4) A sessão destinada a ensinar a *duração* da continência a pé firme, quando passa um superior, compreenderá :
  - (a) *explicação* da Regra Geral da Duração da Continência a pé firme ;
  - (b) *demonstração e aplicação* para o caso da cabeça descoberta ou da mão direita ocupada ;
  - (c) *demonstração e aplicação* para o caso do subordinado sem armas ou armado de sabre-baioneta (ou espada embainhada)

b. *Continência em marcha.*

- (1) Esta parte da matéria será ensinada, para cada caso, em duas sessões :
  - (a) uma sessão destinada a ensinar a *atitude* e o *gesto* dessa forma de continência, nos casos previstos, sem a preocupação da *duração* ;
  - (b) uma sessão para cada um dos casos do superior e subordinado se cruzarem, destinada portanto à duração dessa forma de continência.
- (2) A sessão destinada à *atitude* e o *gesto* (item a, acima) compõe-se essencialmente de três partes :
  - (a) *explicação* da Regra Geral da atitude e do gesto da continência em marcha (nos casos previstos) :
    - 1. Posição inicial ;
    - 2. Gesto e atitude da continência ;
    - 3. Posição final.
  - (b) *demonstração e aplicação* para o caso da cabeça descoberta ou da mão direita ocupada ;
  - (c) *demonstração e aplicação* para o caso do subordinado sem armas ou armado de sabre-baioneta (ou espada embainhada)



V — RECOMENDAÇÕES GERAIS SOBRE A TÉCNICA DE EMPRÊGO DOS PROCESSOS DE ENSINO A UTILIZAR NAS SESSÕES DE INSTRUÇÃO DE SINAIS DE RESPEITO

a. *Introduções.*

(1) Na *ligação*.

- (a) sempre que oportuno e principalmente nas primeiras sessões, repetir as *formas regulamentares de manifestação de respeito* ;
- (b) cada vez que tiver de ensinar uma *nova forma de continência*, recordar as distâncias inicial e final da continência, ensinadas nas sessões anteriores (para melhor fixação na memória, pela comparação) ;
- (c) recordar as manifestações de cortesia ensinadas na *educação doméstica*.

(2) Na *importância da sessão* (ou também na *ligação*) procurar motivar os instruendos com pensamentos como os que se seguem :

- (a) a autoridade, de que estão investidos os superiores, lhes foi concedida por lei ;
- (b) a correção dos sinais de respeito, é um índice do grau da disciplina da unidade a que pertencemos ;
- (c) é também índice de nossa educação moral e instrução profissional ;
- (d) as provas de disciplina são manifestadas em quaisquer circunstâncias de tempo e de lugar ;
- (e) deixar de fazer continência a superior é transgressão disciplinar ;
- (f) algumas faltas de respeito, assim consideradas pelos civis, constituem, para os militares, transgressões disciplinares, como :
  - 1. Retirar-se da presença do superior, sem lhe pedir licença.
  - 2. Deixar de lhe oferecer o lugar.
- (g) outros atos, nem sempre considerados falta de respeito entre os civis, constituem para nós transgressões disciplinares :
  - 1. Sentar-se em público, à mesma mesa que o superior.
  - 2. Dançar em recinto, onde esteja algum oficial.

b. *Explicações.*

- (1) Devem ser o mais curtas quanto possível.
- (2) Devem ser cuidadosamente ilustradas, para o que se podem usar :
  - (a) *Quadros murais* :
    - 1. Com figuras esquemáticas (v. esquema do plano da sessão 1, na 3ª parte) ;
    - 2. Com figuras naturais (v. esquema do plano da sessão 7, na 3ª parte) ;
    - 3. Com silhuetas (v. esquema do plano da sessão 7, na 3ª parte).
  - (b) *diafilmes*, com imagens corretas ou com imagens contendo falhas, a serem descobertas pelos instruendos ;
  - (c) *recortes* : em papelão ou em madeira compensada.

Nota — No item 6 abaixo, encontram-se instruções para confecção desses meios auxiliares.



c. *Demonstrações.*

- (1) São de valor inestimável nas sessões de *aplicação* (quase tôdas).
- (2) As demonstrações com falhas, para os instruendos descobrirem os erros, são em geral interessantes.
- (3) Na falta de monitores, comumente encontram-se recrutas que se prestam a fazerem demonstrações.

d. *Aplicações.*

- (1) Aprende-se muito melhor, *fazendo*.
- (2) É nas aplicações, onde o instrutor inexperiente fracassa.
- (3) Os processos de aplicação que mais se prestam à matéria são :
  - (a) aplicação individual controlada ;
  - (b) aplicação individual independente.
- (4) Com um instrutor que domine a turma e instruendos mesmo de nível intelectual médio, o processo Monitor Instruendos dá resultados, em assuntos como — apresentação ao superior, modo de se retirar de sua presença e modo de lhe atender ao chamado.
- (5) Os *dispositivos da turma* mais usados são :
  - (a) *em U*, para o ensino da atitude e gesto da "continência a pé firme" ;
  - (b) *em colunas*, distanciadas de cerca de cinco passos, testas no mesmo alinhamento ;
  - (c) *em fileiras*.
- (6) Cada aplicação deve ser acompanhada da crítica, em que até os instruendos podem ser chamados para apontar falhas.

## VI — INSTRUÇÕES SOBRE A CONFECCÃO DE MEIOS AUXILIARES NAS UNIDADES E DESTINADAS PRINCIPALMENTE AS SESSÕES SOBRE CONTINÊNCIA INDIVIDUAL

- a. As informações que se seguem resultam de experiências realizadas no 1º GA Cos Fv.

b. *Quadros murais :*

- (1) *Informações gerais :*
  - (a) papel : branco, apergaminhado, de 66 cm x 96 cm ;
  - (b) tinta : nanquim preto ;
  - (c) legendas com normógrafo n. 28.
- (2) *Quadros murais com figuras esquemáticas* (v. esquema do plano da sessão 1).  
Estas figuras não exigem grande habilidade para desenho e consomem relativamente pouco tempo.
- (3) *Quadros murais com figuras naturais*.  
Exigem habilidade para desenho dêsse tipo e consomem tempo.  
Exemplo : esquema do plano da sessão 7.



- (4) *Quadros murais com silhuetas* (v. esquema do plano da sessão 17, QM n. 18-7-1.

Produzem grande efeito, permitem cópias com relativa rapidez, só utilizando homens apenas cuidadosos, sem obrigatoriedade de serem desenhistas.

Vejamos como se preparam Quadros Murais desse tipo :

- (a) um *desenhista*, em papel comum, desenha o contôrno da figura que se deseja (por exemplo, um soldado parado, de frente, fazendo a continência individual) ;
- (b) outra pessoa (não é preciso ser desenhista) transporta êsse desenho (por meio de carbono) para um material plástico, fácil de cortar com a tesoura (como uma radiografia) ;
- (c) recorta-se a figura desenhada nesse material, obtendo-se assim um *molde* ;
- (d) com êsse molde, transporta-se o desenho (só o contôrno) para o papel silhueta (nome dado no comércio a um papel preto, fôsko) ;
- (e) recorta-se a figura, obtendo-se a silhueta que é então colada no papel do quadro mural.

c. *Recortes.*

São desenhos feitos em material rígido (papelão e madeira), relativamente fáceis de serem recortados.

A madeira usada é em geral a fôlha compensada, de cedro, com 4 a 6 mm de espessura.

As figuras em regra têm cêrca de 40 cm de altura, dispondo de pequena sapata para permanecerem de pé. São coloridas com tinta a óleo (no caso da madeira) ou com papel de côres ou guache (no caso do papelão).

d. *Diafilmes.*

São fotografias feitas em material transparente, como o usado no cinema.

Obtém-se com as máquinas fotográficas comuns.

O filme poderá diferir : o comum ou o positivo, como se verá abaixo :

- (1) Usando-se o filme comum (que dá o negativo), num laboratório, obtém-se cópia positiva, em material transparente (chama-se no comércio o dispositivo).
- (2) Outro filme que se pode usar é o que dá diretamente o positivo, como no caso do cinema de amadores.
- (3) A vantagem do primeiro tipo de filme é a possibilidade de se obterem várias cópias.
- (4) O uso de filme colorido (só uma cópia) é de efeito surpreendente.



## 2ª PARTE

## QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO DOS ASSUNTOS

N	H T	Assuntos	Local	Melos Auxiliares	Referências
1	1/2 EV	Formas de manifestação de respeito aos superiores.	Sala	VER SUGESTÕES NOS ESQUEMAS DOS PLANOS DE SESSÃO (3ª PARTE)	R2 — Art. 6
2	1/2 EV	Quem tem direito à Continência.	Sala		R2 — Art. 9
3	1 EDVA	Continência a pé firme, atitude e gesto nos casos do subordinado: 1. Com a cabeça descoberta ou com a mão direita ocupada; 2. Sem armas ou armado de sabre-baloneta (ou espada em bainhada).	Exterior		R2 — Arts. 16 e 17
4	1/2 EV	Condições em que os militares têm direito à Continência.	Sala		R2 — Art. 9
5	1/2 EV	Autoridades civis com direito à Continência.	Sala		R2 — Art. 9
6	1/2 EV	Quando e como fazer a Continência à Bandeira e ao Hino Nacional.	Sala		R2 — Arts. 18, 19, 195, 208 e 209
7	1 EVDA	Continência em marcha: atitude e gesto nos casos do subordinado: 1. Com a cabeça descoberta ou com a mão direita ocupada; 2. Sem armas ou armas de sabre-baloneta (ou espada em bainhada).	Exterior		R2 — Arts. 16 e 17
8	1 EVDA	Continência a pé firme, quando passa um superior e nos casos da cabeça: 1. Da cabeça descoberta ou com a mão direita ocupada; 2. Sem armas ou armado de sabre-baloneta (ou espada em bainhada).	Exterior		R2 — Art. 17
9	1/2 EDV	Autoridades para quem se faz alto, a fim de executar a Continência. Forma correspondente da Continência.	Exterior		R2 — Arts. 17, 19, 20 e 21
10	1/2 EDV	Alguns casos de precedência.	Sala		R2 — Arts. 46, 58 e 59
11	1/2	Recomendações essenciais sobre a maneira do subordinado se referir ao superior. Expressões e palavras regulamentares para o tratamento aos superiores.	Sala		R2 — Arts. 22, 23, 30, 31, 32, 33 e 34



H T	Assuntos	Local	Meios Auxiliares	Referências
1 EDVA	Modo da praça se apresentar ao superior e de se retirar de sua presença.	Exterior	VER SUGESTÕES NOS ESQUEMAS DOS PLANOS DE SESSÃO (3ª PARTE)	R2 — Arts. 22, 23 e 28
1/2 EDVA	Modo da praça atender ao chamado do superior.	Exterior		R2 — Art. 36
1 EDVA	Continência em marcha, a um superior parado e nos casos: 1. Com a cabeça descoberta ou com a mão direita ocupada; 2. Sem armas ou armado de sabre-baloneta (ou espada em bainhada).	Exterior		R2 — Arst. 16 e 17
1 EDVA	Continência em marcha, ao cruzar com um superior também em marcha, em sentido contrário e nos casos: 1. Com a cabeça descoberta ou com a mão direita ocupada; 2. Sem armas ou armado de sabre-baloneta (ou espada em bainhada).	Exterior		R2 — Arts. 16 e 17
1 EDVA	Continência em marcha, ao se passar por um superior também em marcha e nos casos: 1. Com a cabeça descoberta ou com a mão direita ocupada; 2. Sem armas ou armado de sabre-baloneta (ou espada em bainhada).	Exterior		R2 — Arts. 16 e 17
1 EDVA	Continência em marcha, ao ser ultrapassado por um superior e nos casos: 1. Com a cabeça descoberta ou com a mão direita ocupada; 2. Sem armas ou armado de sabre-baloneta (ou espada em bainhada).	Exterior		R2 — Arts. 16 e 17
1/2	Verificação (teste de execução e oral).	Exterior		
1/2	Repetição dos pontos julgados fracos na verificação.	Exterior		

## CONVENÇÕES

N: Número de ordem da sessão.

H: Duração da sessão em horas.

T: Tipo da sessão:

E — Explicação;

D — Demonstração;

V — Verificação;

A — Aplicação.



## 3ª PARTE

## ESQUEMAS DOS PLANOS DE SESSÃO

## Aviso aos Instrutores

Os esquemas que se seguem foram elaborados por Instrutores experimentados e ensaiados na instrução de Unidades de renome na instrução.

Entretanto constituem sugestões: se você tiver idéias melhores, ponha-as em prática, depois comunique-as, por intermédio de sua Unidade à Diretoria de Instrução.

## SESSÃO I

*Matéria*: sinais de respeito (18).

*Assunto*: formas regulamentares de manifestação de respeito.

*Tipo da sessão*: explicação — verificação.

*Duração da sessão*: 25 minutos.

*Natureza da turma*: tôdas as praças (recrutas de qualquer Arma ou Serviço).

*Material a ser distribuído aos instruendos*: nenhum.

*Pessoal docente*: um Instrutor e um Monitor (para os meios auxiliares).

*Meios auxiliares*: Quadro negro e os QM 18-1-1 e QM 18-1-2 ou meios auxiliares equivalentes.

*Referências*: R 2, art. 6.

*Equipamento e uniforme dos instruendos*: o do B.I.

*Pedido de tropa*: nenhum.

*Pedido de transporte*: nenhum.

## I — INTRODUÇÃO

## a. Ligação:

- (1) Mostrar a necessidade de, em qualquer agrupamento de pessoas, existir um chefe. *Exemplos*: Família, Clube Recreativo, Clube Desportivo, Oficina, Escritório, etc. *Fôrças Armadas*.
- (2) Esse chefe precisa ter autoridade para ser obedecido e para isso *deve ser respeitado*.
- (3) Nossos pais nos ensinaram várias formas de manifestar o respeito: *modo de falar, de saudar, atitude, tratamento, etc.*
- (4) No Exército as formas de manifestação de respeito estão previstas em Regulamento.

## b. Objetivo desta sessão:

*Ficarmos sabendo quais as formas regulamentares de manifestação de respeito aos superiores.*

NOTA — Exibir no quadro negro êsse objetivo.

## c. Importância desta sessão:

- (1) Ter-se uma idéia geral do *programa da matéria* que hoje se inicia.
- (2) Tomar-se conhecimento dos pontos básicos da *educação militar*.

## d. Desenvolvimento desta sessão:

- (1) Explicação.
- (2) Verificação oral.



## II — EXPLICAÇÃO

Dar uma idéia muito sumária das seguintes formas de manifestação de respeito :

- (1) *Saudação militar* (continência individual).
- (2) *Precedência*.
- (3) *Modo de atender ao chamado do superior*.

Nota : Ilustrar com o QM 18-1-1 ou com meio auxiliar equivalente.

- (4) *Modo de se lhe apresentar e de se retirar de sua presença*.
- (5) *Tratamento*.
- (6) *Modo de se referir ao superior*.

NOTA : Ilustrar com o QM 18-1-2 ou com meio auxiliar equivalente. Repetir, variando os meios auxiliares, se possível.

## III — VERIFICAÇÃO ORAL

## IV — REVISÃO

- a. *Objetivo da sessão* (recordar).
- b. *Dúvidas da turma* (provocá-las e esclarecê-las).
- c. *Pontos importantes da sessão*.
- d. *Pensamentos finais*.
  - sem Fôrças Armadas, nenhuma Nação terá garantida sua soberania.
  - mas, não Fôrças Armadas sem autoridade em seus chefes.
  - uma das provas da autoridade de seus chefes são as manifestações e respeito por parte dos seus subordinados.
- e. *Para a próxima sessão* : quem tem direito à continência.

## SESSÃO VII

*Matéria* : sinais de respeito (18).

*Assunto* : continência em marcha — atitude e gesto nos casos do subordinado :

1. Com a cabeça descoberta ou com a mão direita ocupada.
2. Sem armas ou armado de sabre-baioneta (ou espada embainhada).

*Tipo da sessão* : explicação, demonstração e aplicação.

*Duração da sessão* : 50 minutos.

*Natureza da turma* : recrutas de qualquer Arma ou Serviço.

*Material a ser distribuído aos instruídos* : nenhum.

*Pessoal docente* : um Instrutor e (se possível) um Monitor para cada 20 instruídos. Um Monitor para as demonstrações.

*Meios auxiliares* : quadro negro e os QM 18-1-1, 18-1-2, 18-7-1 e 18-7-2 ou meios auxiliares equivalentes. Duas balizas.

*Referências* : R 2, arts. 16 e 17.

*Equipamento e uniforme dos instruídos* : qualquer, com cobertura.

*Pedido de tropa* : nenhum.

*Pedido de transporte* : nenhum.



## I — INTRODUÇÃO

## a. Ligação :

- (1) Recordar as *formas de saudação civil*, quando em movimento : retirada do chapéu, aceno da cabeça, gesto, expressões usuais, etc.
- (2) Recordar a *continência*, como uma das formas de manifestação de respeito aos superiores.

NOTA : Ilustrar com os QM 18-1-1 e 18-1-2 ou com meio auxiliar equivalente.

## (3) Recordar :

- (a) As partes componentes da *continência* ;
- (b) As duas formas de *continência* : *a pé firme* e *em marcha*.

## b. Objetivo desta sessão :

Aprendermos a *atitude* e o *gesto da continência em marcha*, nos casos :

- (1) Com a cabeça descoberta ou com a mão direita ocupada ;
- (2) Sem armas ou armado de sabre-baioneta (ou espada embainhada).

## c. Importância desta sessão :

- (1) É uma demonstração de disciplina executar a *continência*, como recomenda o Regulamento.
- (2) A *continência em marcha* também ocorre muito freqüentemente, seja no quartel, seja fora do quartel em campanha.
- (3) Aprendendo a *atitude* e o *gesto da continência em marcha*, estamos habilitados a posteriormente aprendermos a *duração*, completando-se o assunto.

## d. Desenvolvimento da sessão :

- (1) *Regra geral da atitude e do gesto da continência em marcha* : Explicação.
- (2) *Caso da cabeça descoberta e da mão direita ocupada* : demonstração e aplicação.
- (3) *Caso sem armas ou armado com sabre-baioneta (ou espada embainhada)* : demonstração e aplicação.

## II — EXPLICAÇÃO

Regra geral da *atitude e do gesto da continência em marcha* :

a. *Posição inicial*b. *Atitude e gesto* :

- (1) *No caso da cabeça descoberta*, etc.
- (2) *No caso do subordinado sem armas*, etc.

c. *Posição final*.

Nota — Ilustrar com os QM 18-7-1 e 18-7-2 ou com meio auxiliar equivalente.

## III — DEMONSTRAÇÃO (N. 1) — CONTINÊNCIA EM MARCHA (ATITUDE E GESTO) NO CASO DA CABEÇA DESCOBERTA, ETC.

- a. *Resumo da demonstração*. Um "superior" (representado por um monitor) está parado. Por ele passa um subordinado que lhe faz a saudação, como foi explicado. O início e o final da *continência* são assinalados por balizas.



b. *Programação das cenas:*

- 1ª Cena. Continência, no caso da cabeça descoberta.
- 2ª Cena. Continência, no caso da mão direita ocupada.
- 3ª Cena. Continências em marcha, apresentando falhas para serem descobertas pelos instruídos.

## IV — APLICAÇÃO (N. 1) — CONTINÊNCIA EM MARCHA (ATITUDE E GESTO) NO CASO DA CABEÇA DESCOBERTA, ETC.

a. *Prescrições gerais:*

- (1) *Uniforme:* qualquer, sem cobertura.
- (2) *Dispositivo da turma:* em várias fileiras (V. figura ao lado).
- (3) *Sinalização por meio de balizas* para o início e o final da continência (V. figura).
- (4) "Superior" representado por um monitor e colocado como se vê na figura.

Baliza +  
Superior o+

Baliza +

ó ó ó ó ó ó ó ó  
o o o o o o o o  
o o o o o o o o  
o o o o o o o o

Dispositivo da turma

b. *Aplicação individual controlada.*

- (1) *Resumo do exercício.* Ao sinal do instrutor, cada fileira avança (sem cadência):

1º Tempo: parada, na altura da 1ª baliza (início da continência).

2º Tempo: deslocamento (lento), entre a 1ª e 2ª baliza.

3º Tempo: parada, na 2ª baliza (final da continência).

- (2) No final de cada tempo ou dos três tempos e para cada fileira: crítica (com participação dos instruídos).

c. *Aplicação individual independente.*

- (1) Ao sinal do instrutor, cada fileira inicia o deslocamento e executa o exercício, como anteriormente, excluindo-se as paradas no 1º e 3º tempos.
- (2) O exercício, a princípio lento, atingirá a velocidade normal, a critério do instrutor.
- (3) Após o exercício de cada fileira: crítica (com participação dos instruídos).

## V — APLICAÇÃO (N. 2) — CONTINÊNCIA EM MARCHA (ATITUDE E GESTO) NO CASO DA MÃO DIREITA OCUPADA

a. *Prescrições gerais.* Como na Aplicação n. 1, com exceção do seguinte:

- (1) Os instruídos devem usar um uniforme com cobertura;
- (2) Devem simular as mãos ocupadas, por exemplo, carregando mala ou embrulho, em ambas as mãos.

b. *Aplicação individual controlada.* Como na Aplicação n. 1.c. *Aplicação individual independente.* Como na Aplicação n. 1.



**VI — DEMONSTRAÇÃO (N. 2) — CONTINÊNCIA EM MARCHA (ATITUDE E GESTO) NO CASO DO SUBORDINADO SEM ARMAS, ETC.**

- a. *Resumo da demonstração.* Como na Demonstração n. 1.
- b. *Programação das cenas:*
  - 1ª Cena. 3 "soldados" (monitores, se possível) com uniformes respectivamente — de instrução, de passeio e de campanha, um de cada vez, passam pelo superior e executam a continência, como foi explicado.
  - 2ª Cena. Um "soldado" (monitor), com qualquer dos uniformes acima repete a cena anterior, mas comete erros, que os instruendos deverão descobrir.

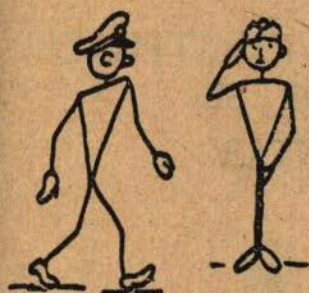
**VII — APLICAÇÃO (N. 3) — CONTINÊNCIA EM MARCHA (ATITUDE E GESTO) NO CASO DO SUBORDINADO SEM ARMAS, ETC.**

- a. *Prescrições gerais.* Como na Aplicação n. 1, salvo quanto ao uniforme.
- b. *Aplicação individual controlada.*
  - (1) *Resumo do exercício.* Ao sinal do instrutor, cada fileira avança (sem cadência).
    - 1º Tempo. Parada na altura da 1ª baliza (início da continência).
    - 2º Tempo. Deslocamento entre a 1ª e a 2ª baliza (com lentidão).
    - 3º Tempo. Parada na altura da 2ª baliza (final da continência).
  - (2) Após cada tempo ou no final dos três tempos: crítica (com participação dos instruendos).
- c. *Aplicação individual independente.* Como na Aplicação n. 1.

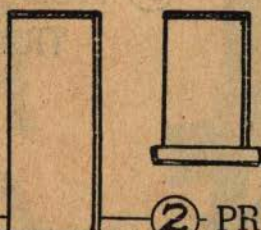
**VIII — REVISÃO**

- a. *Objetivo da sessão* (recordar)
- b. *Dúvidas da turma* (provocá-las e esclarecê-las)
- c. *Pontos importantes da sessão*
- d. *Pensamentos finais.*
  - O superior não tem autoridade para dispensar a continência.
  - Constitui prova de disciplina.
  - Deve ser exigida qualquer que seja a hora do dia ou da noite.
- e. *Para a próxima sessão:* Continência a pé firme, quando um superior passa pelo subordinado.





① SAUDAÇÃO MILITAR  
(continência)



② PRECEDÊNCIA

-o soldado cede  
o lado interno ao superior-



③ ATENDER AO

CHAMADO DO SUPERIOR



FORMAS DE MANIFESTAÇÃO  
DE RESPEITO AOS SUPERIORES





④ MODO DE SE  
APRESENTAR



⑤ MODO DE FALAR,  
TRATAMENTO



⑥ MODO DE SE RETIRAR  
DA PRESENÇA DO  
SUPERIOR



⑦ MODO DE SE  
REFERIR AO SUPERIOR

FORMAS DE MANIFESTAÇÃO  
DE RESPEITO AOS SUPERIORES



# CONTINÊNCIA EM MARCHA

POSIÇÃO INICIAL

POSIÇÃO FINAL



cabeça descoberta



mãos ocupadas



sem arma ou armado de sabre-baioneta



# CONTINÊNCIA EM MARCHA

## A CONTINÊNCIA



cabeça descoberta



mãos ocupadas



sem arma ou armado de sabre-baioneta





## CLUBE MILITAR

### CARTEIRA HIPOTECÁRIA E IMOBILIÁRIA

#### EDITAL

#### SORTEIO DE 1955

De ordem do Sr. Cel. Diretor da C.H.I. faço público que às 14 horas, do dia 28 de fevereiro de 1956, na sede da Loteria Federal do Brasil, sita à Rua Senador Dantas, em sessão pública, realizar-se-á o 6º sorteio dos associados desta Carteira, relativo ao corrente ano de 1955.

Em consequência, esta Secretária comunica :

- a) as inscrições de novos associados para a habilitação aos financiamentos só serão aceitas até o dia 28-I-956 (art. 19, do R.O.I.) ;
- b) só poderão concorrer à habilitação pelos Grupos 5 (preferencial de depósito) e 6 (encampação de dívida hipotecária), os associados que tenham preenchido as condições exigidas para classificação nesses Grupos, até o dia 28-I-956 (art. 18, do R.O.I.) ;
- c) só poderão concorrer à habilitação pelos Grupos 3 (beneficiários) e 4 (inválidos) os associados que tenham preenchido as condições exigidas para a inclusão nesses Grupos, até o dia 27 de fevereiro de 1956 ;
- d) todos os associados da C.H.I. deverão atualizar os dados do Cadastro no que se refere ao posto, residência, e Unidade, em que estiverem servindo, quer diretamente na C.H.I., quer por correspondência registrada, a fim de que não sejam prejudicados nas importâncias dos financiamentos a que tiverem direito.

Rio de Janeiro, 27 de dezembro de 1955.



# SEGURO DE VIDA EM GRUPO

- SEM CARÊNCIA
- LIMITE DE IDADE 54 ANOS
- DESCONTO MENSAL EM FOLHA DE PAGAMENTO
- CAPITALS SEGURADOS :

		Custo mensal :	
		Cr\$	Cr\$
1º)	Generais, coronéis, maiores e respectivas espôsas .....	200.000,00	320,00
2º)	Capitães, tenentes, aspirantes e respectivas espôsas....	120.000,00	192,00
3º)	Subtenentes, sargentos, civis e respectivas espôsas.....	80.000,00	128,00

## A COMPANHIA INTERNACIONAL DE SEGUROS



está autorizada a oferecer êsse seguro aos associados do GRÊMIO BENEFICENTE DOS OFICIAIS DO EXÉRCITO, já tendo em vigor a sua apólice SG. n. 110, subscrita por inúmeros camaradas.

Os representantes do Grêmio estão autorizados a receber pedidos de novas inclusões dos associados que desejem ingressar também no seguro.

Dirija-se a êles e preencha o seu Cartão, amparando a sua família com mais êsse benefício.



# FORTIFICAÇÕES DA PARAÍBA E DA ILHA DE FERNANDO DE NORONHA

Cel. ANNIBAL BARRETO

*Resumo histórico das fortificações construídas na Paraíba e na Ilha de Fernando de Noronha, na época do Brasil-Colônia*

## PREAMBULO

“Devemos obstar por todos os meios que o território pátrio seja maculado pelo inimigo”.

“O mais eficiente deles é, segundo Varnhagem: Preparar-nos para receber à porta e não dentro dela, depois de não-la haver saqueado”.

Pela localização das defesas fixas construídas, na Paraíba e na Ilha de Fernando de Noronha no tempo do Brasil-Colônia, certificar-se-á da situação dessas fortificações, que constituíam uma linha defensiva nos pontos nevrálgicos dessas regiões.

## A) Paraíba

### RESUMO HISTÓRICO

O português André Gonçalves em agosto de 1501, acompanhado de outros portugueses e de alguns índios, aporta à Baía de Acejutibiró, hoje Baía da Traição, na Paraíba.

Foram, pois, êsses os primeiros lusitanos a pisar em terras paraibanas.

Na divisão da costa do Brasil em Capitanias hereditárias (1534), a 18 de junho de 1535, foram doadas a João de Barros e Aires da Cunha cem léguas de terra a partir da Baía da Traição ao rio Jaguaribe, compreendendo, pois, parte da costa da Paraíba, o Rio Grande do Norte e parte do Ceará.

Noutra parte da Paraíba ficava compreendida na então Capitania

de Itamaracá, que coube (3º quinhão) a Pedro ou Pero Lopes de Souza, e se limitava ao sul com a foz do rio Igarauçu ou rio da Cruz (Canal), e ao norte com a Baía da Traição, tendo uma extensão de 30 léguas (mais ou menos, 158 km).

Pero Lopes, embarcando para a Europa, ficou como seu substituto João Gonçalves.

NOTA — Em 1743 a Capitania reverteu à Coroa, por compra.

Em 1574, os índios das margens do rio Paraíba, insuflados pelos franceses, rebelaram-se contra os portugueses, causando grande carnificina no engenho Tracunhaen de propriedade do lusitano Diogo Dias.

No começo de 1575 uma expedição, comandada pelo Ouvidor Geral e Provedor da Fazenda Fernão da Silva, partindo de Pernambuco, dirigiu-se a Paraíba a fim de pôr côbro a rebelião dos indígenas.

A princípio a expedição de Fernão da Silva foi bem sucedida, entretanto, posteriormente, os portugueses foram obrigados a retirar-se para Pernambuco.

Em face desses insucessos, o Governador Geral organizou nova expedição, composta de 12 navios, e em setembro desse ano — 1575 — partiu da Bahia para Paraíba.

Todavia, uma tempestade dispersou essa frota e os navios são obrigados a arribar, avariados, a Pernambuco e à Bahia.

Em 1579 o governador de Pernambuco organizou nova expedição, sob o comando de João Tava-



res, para pôr fim as correrias dos índios insuflados pelos franceses.

João Tavares numa ilha, situada na foz do rio Paraiba, que, mais tarde, foi denominada Camboa, depois Ilha da Conceição ou Restinga, construiu um Fortim de madeira, que lhe serviu de apoio contra as investidas dos selvícolas.

João Tavares não podendo resistir, por mais tempo, aos ataques dos selvagens, retirou-se para Pernambuco, deixando em terra da Paraiba os primórdios de fortificação nessa região.

Vejamos, agora, num resumo histórico, cronológico, como foram disseminados, pelo litoral e interior da Paraiba, essas fortificações.

#### 1º) FORTE DA ILHA DA CONCEIÇÃO (Restinga ou S. Bento)

Construção, Armamento, Guarnição, Comandantes etc.

Conforme já vimos no preâmbulo, no início de 1579, por ordem do governador de Pernambuco, João Tavares partiu de Olinda com uma expedição com destino à Paraiba, a fim de pôr cõbro às correrias dos índios, dirigidos e orientados pelos franceses que por ali comerciavam, clandestinamente.

Numa ilha, no meio do rio Paraiba, construiu um Fortim de madeira, na ponta fronteira à barra.

Essa ilha foi chamada Camboa e depois Ilha da Conceição ou Restinga e está situada próximo a Cabedelo e a 18 km de João Pessoa. Tem uma légua de comprimento e menos de meia de largura. Dista uma milha de Cabedelo.

Em 1591 êsse Forte foi atacado e destruído pelos índios.

Mais tarde reconstruído e guarnecido.

Entretanto, em 9-XII-1634, comandado pelo Cap. Pedro Ferreira de Barros, com uma guarnição de 40 homens, caiu em poder dos holandeses.

#### 2º) FORTIM DE SÃO FELIPE

Construção, Armamento etc.

Em 25 de janeiro de 1579 Frutuoso Barbosa foi nomeado Capitão-Mor da Paraiba, com um ordenado anual de 200\$000.

E em 1580 aprestou numerosa expedição para a defesa da Capitania, mas sobreveio uma tempestade, dispersando sua esquadra.

Não realizou, assim, seu intento.

Em 1582 Frutuoso Barbosa, retornando à Paraiba, fundou ao norte do rio Paraiba e próximo à Ilha da Conceição (Restinga) uma povoação.

Nessa época, na Ilha foi construída, pelo seu proprietário Manoel Azevedo, uma *tranqueira* (pôsto de vigilância entrincheirado).

Frutuoso Barbosa, não resistindo aos ataques dos selvagens, regressou a Pernambuco para pedir reforços e recursos ao governador.

NOTA — O rio Paraiba recebeu o nome de São Domingo, na época da divisão do Brasil em Capitanias hereditárias. Prevaleceu, entretanto, seu nome primitivo Paraiba.

Em 1584 era Governador Geral Manoel Teles Barreto.

Nessa época, Frutuoso Barbosa e o general Castelhamo Diogo Flores Valdez, com nova expedição alcançaram a foz do Paraiba, e na sua margem esquerda, defronte da Ilha da Conceição (extremidade oeste) ou Restinga construíram um Fortim, próximo à foz do rio da Guia, e a uns 5 km acima do de São Antônio no lugar conhecido por Forte Velho, onde os franceses tinham um Forte. ocupado pelos portugueses em 1586.

A construção dêsse Forte foi confiada ao Cav. Francisco Castelam, que foi designado, também, seu comandante.

#### GUARNIÇÃO

A sua guarnição era composta de 110 soldados espanhóis: e à disposição de seu Comandante havia uma nau portuguesa e dois patachos.

A 1 de maio de 1584 as obras do Forte estavam concluídas e foi denominado Forte de *São Felipe*, em homenagem ao soberano espanhol e ao Santo do dia.

Por diversas vêzes, os índios e os piratas franceses atacaram o Forte, mas foram repelidos. Entretanto, a sua situação não era de segurança, pois franceses e índios assediavam-no sempre.



Repetidos ataques foram ora repellidos, ora não, durante os primeiros meses de 1585.

A 5 de junho de 1585 os seus defensores, espanhóis e portugueses, foram obrigados a abandonar o Forte, mas incendiaram-no e lançaram sua artilharia ao mar, e retiraram-se para Pernambuco.

Os franceses e seus aliados selvícolas ocuparam o Forte incendiado e desarmado. Posteriormente, foi ocupado pelos lusitanos.

Em 1880 já nada existia desse Forte.

### 3º) FORTE DE VARADOURO OU DE N. S. DAS NEVES

Construção, Armamento, Guarnição etc.

Em 4 de novembro de 1585 Martins Leitão lançou os alicerces de uma povoação, numa colina à margem direita do Paraíba e a 18 km de sua foz, que recebeu o nome de Felipea de N. S. das Neves.

Nesse mesmo local iniciou a construção de um Forte, quadrado, com 33 metros de cada lado e dois baluartes e guarneceu com 8 peças, que flanqueavam os lados.

A sua construção foi confiada a um oficial alemão e foi seu pedreiro o lusitano Manoel Fernandes.

Esse Forte estava situado próximo ao local que se edificou, posteriormente, a Casa de Pólvora, da ladeira de São Francisco.

E era seu Comandante o Capitão Francisco de Morales.

NOTA — Na Bala da Traição nessa época havia uma felteria e um Forte dos franceses. Martins Leitão deixando Felipea, seguiu para a Bala da Traição, atacou os franceses e destruiu o Forte, retornando à Felipea.

Hoje, nada mais resta.

### 4º) FORTE DO CABEDELLO (Forte de Matos ou de Santa Catarina)

Construção, Armamento, Guarnição, Comandante etc.

Em 1586, no lugar conhecido por Cabedello (monte de areia), à margem direita do rio Paraíba, foi construído um Forte, denominado "Forte de Matos" (ou Forte de Cabedello), por ter sido seu Comandante o Cap. João de Matos Cardoso.

Armamento e Guarnição — Foi artilhado com 18 peças e guarnecido com 220 homens.

Comandante — O Cap. João de Matos Cardoso que, novamente, em 1597 reassume o seu comando, em face de ter morrido seu comandante em luta com os franceses.

Em 1597 o "Forte de Matos" ou Forte de Cabedello, passou a denominar-se Forte de Santa Catarina.

Nessa época foi atacado por uma esquadra francesa composta de 13 navios.

Trezentos e cinquenta homens conseguiram desembarcar e atacar o Forte, por terra.

A sua guarnição era apenas composta de 20 homens e sua artilharia constava de 5 peças, mas resistiu bravamente ao ataque. O Comandante morre na luta e é substituído pelo Cap. João de Matos Cardoso, que já havia sido seu comandante, anteriormente, quando o mesmo foi construído.

Em 1601 a sua guarnição era de 20 mosquetes. E seu armamento: 3 peças de bronze e 9 de ferro coado (fundido).

NOTA — Vencimentos da guarnição do Forte em 1601:

	anual
Cap. Cmt .....	100\$000
Alferes .....	96\$000
Sargento .....	60\$000
	por mês
Tambor .....	7\$000
Soldado 7 cruzados (2\$800) por mês.	

Em 1611 as peças de bronze foram refundidas em Pernambuco.

Em 1612 o Forte tinha uma guarnição de 300 homens armados de arcabuz e era artilhado com 11 peças.

Em 1631 ainda comandava o Forte o Cap. João de Matos Cardoso, com uma guarnição de 200 homens e artilhado com 18 peças.

Nessa época, o Forte passou por alguns melhoramentos.

Durante o mês de dezembro desse ano — 1631 — os holandeses atacaram o Forte inúmeras vezes, mas foram repellidos pelos lusitanos, depois de lutas titânicas.

Em 1634 suas defesas foram melhoradas, continuando no seu comando o Cap. João de Matos Cardoso.



A 12 de dezembro assumiu o comando do Forte o Cap. Francisco Peres de Souto.

A 19 de dezembro de 1634 o Forte foi assediado pelos holandeses, e, depois de heróica resistência, capitulou. Atacado desde 5 de dezembro de 1631.

Em 1637 foi reconstruído e ampliado, por ordem do Príncipe de Nassau e recebeu nova denominação — *Forte Margaret*, nome da progenitora de Nassau ou de uma sua irmã, conforme outros historiadores.

Para o lado de terra tinha o Forte um bastião e suas cortinas corriam para o mar. Em cada lado havia um meio bastião, que se ligavam por uma tenalha. Suas muralhas não eram altas e seu fôssô não era profundo.

Com a reconstrução e ampliação, determinadas pelos Príncipes de Nassau, foram gastos 31.000 florins.

Em 1644 era comandante do Forte o Cap. holandês Blaenbeck; em 1653, o Coronel holandês Hantjin.

Em 1654, foi o mesmo abandonado pelos holandeses e ocupado pelos portugueses.

Em 28-XI-1689 — em Carta Régia — foi ordenada a reconstrução do mesmo.

E por Carta Régia de 29 de agosto de 1697, novamente, foi ordenada a sua reconstrução.

Em 1699, a 28 de agosto, novas ordens foram dadas a respeito da sua reconstrução e ampliação.

Em 1702 as obras do Forte ainda não estavam concluídas; e em 23 de maio de 1709 (Carta Régia) foi ordenada a construção de dois baluartes e de duas cortinas.

Em 1718, a 17 de maio, foram expedidas ordens a respeito da conclusão das obras iniciadas já há alguns anos.

NOTA — Nessa época o salário pago aos índios era de meio tostão por dia.

Em outubro de 1722 o engenheiro Joseph da Silva Paes, em Relatório, expôs as necessidades do Forte e obras que deviam ser executadas ou reparadas, a saber:

- 1) Serviço de terraplanagem;
- 2) Desentulho dos fôssos;

- 3) Parapeitos;
- 4) Cortinas;
- 5) Depósito para pólvora a prova de bomba;
- 6) Contra-escarpa;
- 7) Estradas;
- 8) Plataforma de laje (pedra);
- 9) 150 picaretas, 150 enxadas e pás de ferro.

Em 1731 foram executadas as seguintes obras:

- 1) Coberta do Corpo da Guarda;
- 2) Abóbada do Portão;
- 3) Quatro quartéis;
- 4) Casas para o Cmt;
- 5) Casas para o Governador.

Em 4 de novembro de 1733 foi baixada uma Provisão aprovando as obras realizadas em 1731.

Nessas obras foram gastos 3 mil cruzados — 1:200\$000.

Até 1735, não tinham sido reconstruídas todas as defesas do Forte, apesar de reiteradas ordens a respeito, e muitas delas se achavam em quase ruína.

Em 2 de novembro de 1798, o governador da Capitania expõe ao governo de Pernambuco o estado de quase ruínas do Forte:

- 1) As muralhas sem rebôco e sem parapeito;
- 2) A ponte do fôssô arruinada;
- 3) O fôssô entulhado de areia;
- 4) O portão principal estragado;
- 5) Casa do governador e do Cmt em mal estado;
- 7) As paredes do Forte e dos quartéis minadas por formigueiros.

Em 1847, em ruínas suas dependências, mas contava 46 peças.

Hoje nada mais resta, senão suas muralhas denegridas pelo tempo, que testemunharam um passado heróico.

5º) FORTE DE INHOBIM (Rio verde ou azul)

Em 1591, o Ouvidor Geral Antônio Coelho de Aguiar concedeu permissão ao Capitão-Mor Feliciano Coelho para construir um Forte no lugar denominado Inhobim.

Esse Forte foi logo atacado e arrasado pelos índios.



Era guarnecido por alguns soldados do Forte de Cabedelo.

Hoje, não há mais vestígios.

#### 6º) FORTE DE SANTO ANTÔNIO (Foz do Paraíba)

Construção, Guarnição, Comandantes etc.

Em 1631, à margem esquerda do rio Paraíba e em frente ao Forte de Cabedelo, foi construído um Reduto, que se chamou Santo Antônio. Era seu comandante o Cap. Duarte Gomes da Silveira.

Mais tarde, em 1633, esse Reduto foi transformado em um Forte, construído pelo engenheiro Diogo Paes.

Em dezembro desse ano foi atacado pelos holandeses, resistindo às suas investidas.

Em fevereiro de 1634 o Forte Santo Antônio teve melhor artilharia do seus dois baluartes e reforçada sua defesa.

Era seu Comandante o Capitão Lourenço de Brito Correia, ou Lourenço Cavalcanti.

Durante esse mês os holandeses investiram muitas vezes contra o mesmo, sendo repelidos.

Substituiu o Cap. Lourenço no comando o Cap. Luiz de Magalhães.

Sua guarnição era 60 soldados.

Nessa época ainda não estavam construídos os parapeitos do Forte.

Em 23 de dezembro de 1634, não resistindo aos novos ataques dos holandeses, capitulou.

Comandava nessa ocasião o Capitão Valcassar.

Em 1637 o Conde Maurício de Nassau mandou demolir o Forte.

Hoje, não há mais vestígios.

NOTA — a) Em 24 de dezembro de 1634, quando ocupado pelos holandeses, Felipea — Capital da Paraíba — passa a se chamar Frederica, em homenagem ao Cmt holandês Stachauder Frederica Henri;

b) Felipea foi criada por alvará de 29 de dezembro de 1583 — fundada por Martins Leitão em novembro de 1585, próximo ao rio Sanhaú;

c) Nos Fortes ocupados pelos holandeses, quando reocupados pelos lusitanos, foram encontradas 99 peças, sendo 20 de bronze.

#### 7º) OUTRAS FORTIFICAÇÕES: REDUTOS etc.

a) Em 1634, para reforçar a defesa do litoral e interior da Capitania, foram construídos pequenos Redutos na costa e um Fortim de pedra no lugar denominado Varadouro, depois da foz do rio da Guia e à margem esquerda do rio Paraíba.

Era comandante desse Forte o Cap. Manoel Peres Correia.

Em 21 de dezembro desse ano foi mandado desarmar, pelos holandeses.

Em 16 de setembro de 1699 — por Carta Régia — foi mandada estabelecer na Baía da Traição uma Atalaia, guarnecida com uma peça de artilharia e três soldados. Posteriormente, foi armada com 12 peças e transformada em Fortim.

Em 1715 foi reconstruído esse Fortim, que passou a ser de pedra e cal.

Hoje, nada mais existe.

b) Em 27 de janeiro de 1739, por Carta Régia dessa data, foi mandado construir na Capital dois Baluartes de faxina e estacas; saibro e cal.

Por falta de engenheiro, foi encarregado dessa obra o Tenente Diogo da Silveira Veloso.

Nada mais resta hoje.

#### c) Bateria da Baía de Lucena

Em 1538, Flores Valdez mandou construir uma Bateria na Baía de Lucena, a uns 18 km da foz do rio Lucena.

Abandonado, mais tarde, hoje nada mais resta.

#### B) Ilha de Fernando de Noronha

##### RESUMO HISTÓRICO

Em 1503 pisaram em solo da Ilha de Fernando de Noronha os primeiros portugueses, e dela se apossaram em nome do Rei de Portugal.

Essa Ilha é a maior do arquipélago do mesmo nome.

Tem um comprimento de 18 km por 6 de largura, aproximadamente.

Em princípio de dezembro de 1629, os holandeses dela se apossaram e deram início aos trabalhos de fortificação da mesma, construindo



uma Bateria (pequeno Reduto) armada com oito peças, que dominava a enseada de Santo Antônio, seu ancoradouro principal.

Matias de Albuquerque, em janeiro de 1630, expulsou daí seus ocupantes intrusos.

Em 1635 foi a Ilha, novamente, ocupada pelos holandeses, que, para isso, aprestaram numerosa expedição.

Em 1646 guarneceram o Reduto (Bateria), que haviam construído em anos anteriores, com algumas peças de artilharia.

No local desse Reduto, posteriormente, em 1737 vieram os portugueses iniciar a construção da Fortaleza dos Remédios.

Em 1654, foi a Ilha reocupada pelos portugueses, com a retirada dos holandeses.

Em 1700 Fernando de Noronha ficou subordinado, diretamente, à Capitania de Pernambuco.

Em 1736 os franceses ocuparam a Ilha e a denominaram de "Isle Deslaine".

Foi retomada pelos lusitanos, sem resistência, a 6 de outubro de 1737.

Dessa data em diante, considerando a necessidade de protegê-la contra outras tentativas de ocupação, iniciaram os lusitanos a construção da Fortaleza dos Remédios, do Forte de Santo Antônio e do Forte da Conceição.

Foi encarregado dessas obras o Cel. Lobo de Lacerda.

Em 1824 passou a Ilha a ser subordinada ao Ministério da Guerra, sendo considerada Presídio Militar.

Até 1877 foi Fernando de Noronha sempre guarnecida.

Daí em diante foi desguarnecida e passou à disposição do Ministério da Justiça até 1891, quando voltou a pertencer a Pernambuco.

Na gestão do Ministério da Justiça teve início a designação de Diretores de Presídio (civil).

Por ocasião da eclosão da segunda grande guerra do século, o Governo criou o destacamento Misto de Fernando de Noronha, sendo a Ilha novamente guarnecida com cerca de 3.000 homens, comandados por um General de Brigada.

Em 9 de fevereiro de 1942 foi

criado o Território Federal de Fernando de Noronha.

Após o término da guerra foi dissolvido o destacamento, permanecendo, entretanto, aí, uma pequena guarnição.

O Governador do Território é o Comandante da guarnição.

NOTA — A Ilha dista de Natal : 380 quilômetros e de Recife 575 quilômetros.

Vejamos, agora, sucintamente, como foram disseminadas pela costa as fortificações que protegiam a Ilha, a partir de 1737.

Iniciados os trabalhos de fortificação, em 1737, a Ilha em 1739 já contava para sua defesa com 10 Fortins ou Fortalezas, em condições de proteger seus ancoradouros ou pontos suscetíveis de permitirem qualquer desembarque.

Assim :

a) Defendendo a enseada de Santo Antônio (a principal), foram construídos :

1) A Fortaleza dos Remédios ou Fortaleza de N. S. dos Remédios ;

2) O Fortim de São José do Morro ;

3) O Fortim de Santo Antônio ;

b) Defendendo o norte e noroeste da Ilha :

1) O Fortim da Conceição (praia da Conceição) ;

2) O Fortim Dois Irmãos ou São João ;

3) O Fortim Boldró ou Reduto de São Pedro do Boldró ;

c) Defendendo o sul e sudoeste da Ilha :

1) O Fortim ou Reduto do Leão ;

2) O Forte ou Reduto de São Joaquim ;

d) Defendendo a Praia do Cachorro :

1) Reduto ou Parque de Santana ;

e) Defendendo parte da região oeste da Ilha :

1) Reduto de Santa Cruz do Pico.

Em 1864 o sistema defensivo da mesma foi grandemente reparado e ampliado.

NOTA — De 1629 a 1654, os holandeses construíram algumas obras rudimentares de fortificações na Ilha.



1º) FORTALEZA DOS REMÉDIOS  
OU FORTALEZA DE N. S. DOS  
REMÉDIOS

Construção, Armamento etc.

Essa Fortaleza era a mais importante obra de Fortificação de Fernando de Noronha.

Em 1629, quando a referida Ilha foi ocupada pelos holandeses, êsses iniciaram no local onde está hoje a Fortaleza dos Remédios, as primeiras obras de fortificação, com a construção de uma Bateria (pequeno Reduto), sob a direção do Cap. Miranda Cornelle, conforme já vimos anteriormente.

Ocupada a Ilha pelos portugueses em 1654, nenhum melhoramento foi feito na referida fortificação, ficando mesmo abandonada e em ruínas.

Em 1737, depois da expulsão dos franceses, os portugueses resolveram restaurar a antiga fortificação, ampliando enormemente e modificando o seu traçado.

Deram a forma de um polígono estrelado de 12 ângulos: dois agudos e dez obtusos, e guarneceram com 6 peças.

Foram encarregados dessas obras o engenheiro Diogo da Silveira e o Ten.-Cel. João Lobo de Lacerda.

Em 1826 foi reparada pelo Capitão João Blasin.

Em 1858-59, foi, novamente reparada e ampliadas suas instalações.

Em 1885 foi guarnecida com 18 peças — La Hite.

Posteriormente, foi desarmada e desguarnecida.

Hoje, ainda lá se encontram seus velhos canhões, servindo tão somente de ornamento e testemunhando uma era que já vai longe.

Seus baluartes, suas muralhas, com mais de três metros de largura e algumas dependências continuam de pé, desafiando o tempo.

Dessas dependências algumas são hoje ocupadas pela Administração do Governo do Território.

2º) FORTIM DE SÃO JOSÉ DO MORRO

Esse Fortim situado em frente e ao norte da enseada de Santo Antônio, numa ilhota rochosa, com a finalidade de defender a Ilha, nesse

local, contra qualquer desembarque de conquistadores.

Foi construído de 1758 a 1761.

Hoje, em ruína.

3º) FORTIM DE SANTO ANTÔNIO

Esse Fortim foi localizado no nordeste da Ilha e construído em 1937 pelo engenheiro militar Diogo da Silveira.

Tem a forma de um quadrilátero, mas com lados desiguais.

Em 1856 foi reconstruído e em 1876 desarmado.

Acha-se em ruínas, mas estão de pé suas muralhas.

4º) FORTIM DA CONCEIÇÃO

O Fortim da Conceição está situado a noroeste da Ilha: foi construído em 1737 pelo engenheiro que construiu o Fortim de Santo Antônio.

Reconstruído em 1846 e melhorado em 1864.

Presentemente, está abandonado e em ruínas.

5º) FORTIM OU REDUTO DOS DOIS IRMÃOS OU S. JOÃO

Esse Fortim foi localizado a noroeste da Ilha, numa colina, e construído em 1757.

Tem a forma de um trapézio, com três Baterias.

Hoje, em ruínas.

6º) FORTIM DO BOLDRÓ OU REDUTO DE SÃO PEDRO DO BOLDRÓ

Esse Fortim, denominado do Boldró, está situado no norte da Ilha.

Tinha a forma de um trapézio e constava de três baterias.

Em 1864 foi reconstruído e artilhado.

Como o Fortim dos Dois Irmãos, está em ruínas, mas suas muralhas ainda existem.

7º) FORTIM OU REDUTO DO LEÃO OU DO BOM JESUS

Esse Fortim está situado no sudoeste da Ilha e foi construído em 1778.

Tinha a forma de um pentágono irregular.

Em 1846 foi reparado. Novamente sofreu reparos em 1864.



Hoje, em ruínas, restando os alicerces das muralhas.

8º) FORTIM OU REDUTO DO SU-  
DESTE OU DE S. JOAQUIM

Esse Fortim está localizado no sul da Ilha.

Foi construído em 1739 e armado com oito peças.

Tinha a forma de um quadrado.

Foi reparado em 1846.

Acha-se, hoje, em ruínas. Restam os alicerces das muralhas.

9º) PARQUE DE SANTANA OU  
REDUTO DO ARMAMENTO

Esse Reduto tinha por finalidade a defesa da Praia do Cachorro e estava situado próximo à Fortaleza de N. S. dos Remédios.

Era muito pequeno, mas em 1846 foi ampliado e em 1864 foi reparado.

Em 1914, por ocasião da eclosão da primeira Grande Guerra Mundial, foi ocupada por um Destacamento da Marinha.

Hoje, nada mais resta.

10º) REDUTO DE SANTA CRUZ  
DO PICO OU FORTIM DO  
PICO

Esse Reduto ou Fortim foi localizado ao noroeste da Ilha, junto a

base do morro do Pico, com a finalidade de impedir qualquer tentativa de desembarque nesse local.

Hoje, somente restam seus alicerces.

NOTA — a) Em 1755 o armamento existente nas fortificações de Fernando de Noronha constava de 54 peças e uma guarnição de 19 oficiais e 194 praças.

b) Por aviso ministerial de 1857 essas fortificações foram consideradas de 1ª classe.

BIBLIOGRAFIA

a) "História do Brasil" pelo P. Rafael M. Galanti S. J. ;

b) "História da Paraíba" por Ireneu Ferreira Pinto — 1908 a 1911 ;

c) Revista do Forte de Copacabana — setembro 1942 ;

d) "Guardando o Céu nos Trópicos" por Campos de Aragão — 1950 ;

e) Boletim Geográfico n. 19 — Outubro de 1944 ;

f) Revista do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil (1º semestre — 1943) ;

g) "Fortificações do Brasil" — Carlos Garrido (Cap. Corveta, 1940).

**COMPANHIA PROGRESSO INDUSTRIAL  
DO BRASIL**

**FABRICA BANGÚ**

TECIDOS FINOS

**EXIJAM SEMPRE A MARCA**



QUE GARANTE:

**CÔRES FIRMES, PERFEIÇÃO E DURABILIDADE**



# NOSSOS BATALHÕES RÔDO-FERROVIÁRIOS

## IV — UMA SITUAÇÃO DE GUERRA VIVIDA NA PAZ

Major de Engenharia FERNANDO ALLAH  
MOREIRA BARBOSA

Aos nossos oficiais do Quadro de Estado-Maior, estudiosos da logística por dever de ofício, certamente, não será estranho o termo "Terminal Ferroviária". Entretanto, para a imensa maioria dos companheiros que labutam na tropa, essa denominação não despertará mais que reflexos vagos e imprecisos.

Ainda assim, raros terão sido os que, mesmo entre os oficiais de Estado-Maior, terão tido a oportunidade de ver e acompanhar a montagem e o funcionamento de uma Terminal Ferroviária, em seu papel de órgão de suprimento.

Dai julgarmos que não será destituída de interesse a divulgação, nas páginas da "A Defesa Nacional", da proveitosa experiência realizada, nesse setor, pelo 2º Batalhão Ferroviário (Batalhão Mauá), em 1950, na qual tomamos parte, pessoalmente, como Fiscal Administrativo da unidade, que éramos na ocasião.

Nossa tentativa não teve em vista inovar coisa alguma no domínio dos suprimentos, mas constituiu aplicação bastante objetiva da doutrina então adotada pela Escola de Estado-Maior e teve o mérito de ser trabalho real, executado na prática, em vez de se limitar ao simples desenho de alguns símbolos na carta.

A situação do Batalhão, empenhado na construção de um trecho do Tronco Principal Sul (TPS), era a seguinte :

a) Estava com os trilhos lançados até o km 111, e nesse trecho fazia circular composições de suprimentos destinados às companhias destacadas;

b) os serviços de terraplanagem estavam atacados até o km 200 ;

c) além da ponta dos trilhos, o fluxo de transportes era assegurado através de uma "estrada de serviço", de via singela e condições técnicas precárias, acompanhando, grosso modo, o traçado do projeto ferroviário ;

d) o dispositivo do Batalhão era o seguinte : Comando do Batalhão e Companhia de Comando e Serviços na cidade de Rio Negro (km 0 do trecho a cargo da unidade) ; Companhia de Avançamento e Exploração da Via Permanente na estação de Itaiópolis (km 34 da estrada), com as missões de completar a superestrutura do trecho em tráfego (estações, caixas d'água, lastreamento e sinalização da via permanente) explorar, para o conjunto da unidade, a grande pedreira e instalações de britagem de pedra do km 102, assegurar o tráfego ferroviário no trecho pronto, prosseguir no assentamento dos trilhos à medida que fôssem terminados novos trechos de plataforma e explorar as oficinas de locomoção do km 36; 1ª Companhia de Construção, no Campo do Areião (km 133 da estrada), encarregada da terminação da plataforma entre os km 123 e 169 ; seus principais trabalhos em andamento eram o grande corte de pedra do km 127, com 29 m de altura, o túnel n. 14 (de pequena extensão) e a ponte sobre o rio Timbó do Areião, praticamente no pátio de seu acantonamento ; a 3ª Companhia de Construção, na Tunelândia (km 119 da



estrada), encarregada da terminação da plataforma entre os km 114 e 123; embora seu trecho fôsse menor que o das demais companhias, aí se situavam os maiores trabalhos em andamento, na ocasião; os túneis 12 e 13, a obra d'arte do rio Bonito e a consolidação do trecho entre os km 116 e 123, onde sucessivas barreiras vinham prejudicando o bom rendimento do serviço. Na realidade, já varias vezes a plataforma fora desobstruída e soterrada pelos desabamentos. O mesmo fenômeno se dava na saída do túnel n. 13, onde a escavação, para construção do pórtico, provocara a desagregação de massas de terra de varios minares de metros cúbicos, cuja remoção se tornara inevitável. Felizmente, essa terra poderia ser aproveitada no aterro do Rio Bonito, praticamente contíguo à saída do túnel. Além disso, a companhia já recebera ordem de preparar um novo acantonamento no km 212, a fim de atacar a terraplanagem do trecho km 200 — km 230, a medida que pudesse liberar seus meios da missão antiga. Finalmente, sediadas no Rio das Pedras (km 184), a 2ª Companhia de Construção e a Companhia de Equipamento Mecânico estavam empenhadas na terraplanagem do trecho km 169 — km 200, no qual se situavam dois pequenos túneis (15 e 16), um boeiro de concreto em arco, com 12 m<sup>2</sup> de seção de vazão (arroio da Campina — km 174), e a obra d'arte do rio das Pedras (km 182), com um imenso aterro de cerca de 140 mil metros cúbicos, a ser construído, em sua maior parte, com terras de empréstimo. Como missões adicionais, havia ainda a terminação do acantonamento de Rio das Pedras, inclusive abastecimento de luz e água e rede de esgotos e a exploração de uma grande serraria, principal fonte de madeira para construção da unidade. Como era intuitivo, a maioria dos meios da Companhia de Equipamento Mecânico foi, desde logo, empenhada na realização do aterro do rio das Pedras, cabendo-lhe, também, assegurar o funcionamento das oficinas de manutenção de equipamento pesado, instaladas na sede do

seu acantonamento. Posteriormente, boa parte dos seus meios foi deslocada para reforçar a 3ª Companhia nos trabalhos do trecho crítico entre os km 116 e 123. Além disso, foi montada pela 2ª Companhia uma fábrica de tubos de concreto a serem empregados em obras d'arte correntes.

Nessa situação, a principal tarefa da Fiscalização Administrativa do Batalhão consistia em assegurar um fluxo constante de material para as Companhias avançadas, de modo a garantir o ritmo constante dos trabalhos. Entre os suprimentos a serem distribuídos sob o controle da Fiscalização Administrativa as maiores tonelagens eram representadas por:

a) material de construção: cimento, areia, ferro em vergalhão e pedra britada para concreto. É digno de salientar-se que em toda a zona de trabalho da unidade não se encontrara uma única fonte de areia com boas características para emprêgo em concreto, de modo que toda a tinha que ser remetida de Rio Negro, mesmo para as obras mais distantes. Por outro lado, na questão da pedra britada, embora se encontrassem pedreiras ao longo de todo o percurso do traçado, fora decidido aproveitar as grandes e dispendiosas instalações da Companhia de avançamento, no km 102, para o fornecimento de brita para concreto já classificada e lavada, usando-se a exploração local apenas para a pedra de cantaria usada nos capeamentos de boeiros;

b) combustíveis e lubrificantes;

c) gêneros de consumo, para abastecimento dos postos de venda do armazém reembolsável, instalados juntos às subunidades destacadas;

d) material de manutenção de máquinas e instalações: pneus, câmaras-de-ar, peças sobressalentes, material de oficinas, etc.;

e) equipamentos e máquinas de retorno às suas subunidades, após recondicionamento nas oficinas da Companhia de Comando e Serviços;

f) explosivos, detonadores e estopim, para emprêgo na terraplanagem de solos rochosos;



- g) material elétrico e ferragens diversas;
- h) materiais diversos;
- i) malas de correspondência;
- j) eventualmente, passageiros e bagagens.

O sistema de fornecimento, tradicionalmente adotado, era fazer-se o transporte de todo esse material por estrada de ferro, até a ponta dos trilhos, onde as companhias interessadas vinham apanhá-lo com os meios de transporte rodoviário de que dispunham.

Tal sistema, porém, apresentava sério inconveniente, porque:

a) a distância das subunidades à ponta dos trilhos diferia em cada caso particular, de maneira que, se os caminhões da 3ª Companhia podiam dar duas ou tres viagens diárias à ponta dos trilhos, já os da 2ª só podiam dar uma;

b) a estrada de serviço, em virtude de suas precárias condições técnicas e da falta de pavimentação, ficava praticamente intransitável na época chuvosa, com graves inconvenientes para o serviço;

c) os caminhões trafegavam vazios de suas companhias até a ponta dos trilhos, consumindo, improdutivamente, pneus, gasolina e lubrificantes, já que as mercadorias a serem transportadas nesse sentido — máquinas a serem recolhidas às oficinas da sede, madeira da serraria do Rio das Pedras, malas de correspondência e, eventualmente, operários em trânsito com as respectivas bagagens — não consumia toda a capacidade dos veículos;

d) o sistema acarretava o atraso do retorno do trem, de vez que este, por falta de depósito na ponta dos trilhos, era obrigado a esperar a chegada dos caminhões das companhias, a fim de realizar a baldeação da carga e do pessoal, antes de regressar. Além disso, quando a carga do trem ultrapassava a capacidade dos caminhões, que era o caso normal no transporte de areia e brita, ficavam retidos vagões carregados na ponta dos trilhos, com sérios inconvenientes para a locomoção, já que o material rodante disponível era limitado.

Naturalmente, pequenas modificações foram sendo introduzidas no sistema, de acordo com a experiência e os ditames do bom-senso, por forma a serem sanadas certas lacunas verificadas. Uma dessas medidas, que aliás deu excelentes resultados, foi a especialização de um caminhão da companhia mais distante da ponta dos trilhos — a 2ª, que passou a fazer o transporte de passageiros e malas de correspondência, nos dois sentidos, para todas as subunidades. Essa mesma viatura passou, também, a realizar o transporte de gêneros como frutas e verduras, o que era perfeitamente possível, já que tais gêneros eram remetidos sempre em quantidades não muito grandes.

Ainda em relação a tais artigos, a Fiscalização Administrativa do Batalhão ordenou às companhias destacadas a abertura de seus postos de venda, imediatamente após o recebimento da mercadoria, ainda quando isso se desse nas tardes de sábado ou nos domingos e feriados, de modo a permitir que os operários os adquirissem tão frescos quanto possível.

Apesar dessas medidas e outras, igualmente postas em prática, o rendimento do serviço não era satisfatório; frequentemente surgiam reclamações. Ora eram os caminhões de determinada companhia que não chegavam, por haverem sido retidos por um trecho particularmente ruim da estrada de serviço, ora eram artigos despachados para uma sub-unidade que iam ter a uma outra, ora era material que se estragava por ter ficado retido na ponta dos trilhos ao relento, onde apanhara chuva — caso comum com o cimento e os gêneros alimentícios.

Por outro lado, nos dias de trem, o serviço interno das subunidades era suspenso, quase que literalmente, de vez que a totalidade, ou pelo menos a maioria das viaturas era retirada do serviço normal para ser enviada à ponta dos trilhos.

Estavam as coisas nesse pé, quando, em meados de 1950, um acontecimento novo veio criar novas perspectivas para a solução do problema que, como ninguém há de pôr em



dúvida, era de transcendental importância para a vida da unidade e para o bom andamento do trabalho de construção.

Tal acontecimento foi a abertura do tráfego, pelo DNER, do trecho da BR-2 entre Rio Negro e Lajes.

Dentro do Batalhão Mauá, todos apreenderam, imediatamente, a exata significação do acontecimento: íamos, finalmente, ver-nos livres da tirânica servidão da nossa velha "estrada de serviço" e realizar nossos transportes através de uma rodovia de 1ª classe, capaz de permitir bom rendimento com qualquer tempo.

Na realidade, o trecho da BR-2 então aberto ao tráfego corria, mais ou menos, paralelo ao traçado da nossa ferrovia, com êle se cruzando de trechos em trechos. Com relação às companhias destacadas a situação era a seguinte: (ver o croqui).

A rodovia passava a cerca de 600 m da sede da 1ª Companhia e a 3 km do acantonamento da 2ª. Era, realmente, difícil aproveitá-la para o transporte dos suprimentos da 3ª Companhia, na Tunelândia, pois distava daí, no ponto mais próximo, de cerca de 18 km, mas, uma vez que erra era a subunidade menos distante da ponta dos trilhos (7 km), a dificuldade poderia ser sanada realizando-se os transportes dessa companhia pela estrada de serviço.

Havia, porém, outra dificuldade a contornar: é que a própria ponta dos trilhos, então no km 111, também ficava longe da rodovia (cerca de 16 km) e entre as duas estradas, nesse ponto, só havia uma trilha de cargueiros. Para realizar o transporte pela rodovia parecia necessário, portanto, construir um novo trecho de estrada de serviço, ligando a ponta dos trilhos da ferrovia ao ponto mais próximo da rodovia, no caso a "Residência Fucks", do DNER, situada bem na raiz da Serra do Espigão.

A um exame mais minucioso da situação relativa dos dois traçados, porém, verificou-se que, à altura do km 86 da ferrovia, a rodovia distava somente cerca de 200 m. Além disso, existia no km 86 um dos Pos-

tos Telegráficos da via-férrea, já construído, ligado à sede do Batalhão por linha telefônica com volta pela terra, dotado de uma vasta esplanada, capaz de comportar grandes depósitos e até mesmo um triângulo de reversão.

Um rápido balanço da situação mostrou, imediatamente, que era preferível, sob todos os pontos de vista, perder o transporte ferroviário no trecho km 86 — km 111, para aproveitar a rodovia, a continuar-se na dependência da velha estrada de serviço. Essa continuaria a ser utilizada, unicamente, para os suprimentos da 3ª Cia. E, de vez que esta já recebera a missão de se instalar em nova sede, no km 212, impunha examinar-se a situação, igualmente, do ponto de vista do suprimento dessas novas instalações. Por felicidade, o traçado rodoviário também favorecia êsse novo objetivo, de vez que passava à distância de 8 km do local já escolhido para o novo acantonamento da sub-unidade. Além disso, a topografia dêsses 8 km favorecia a construção de uma nova estrada de serviço de boas condições técnicas: não havia cursos d'água importantes a transpor, o terreno era firme e relativamente plano, a vegetação dominante eram pinheirais e não se notavam afloramentos de rocha compacta.

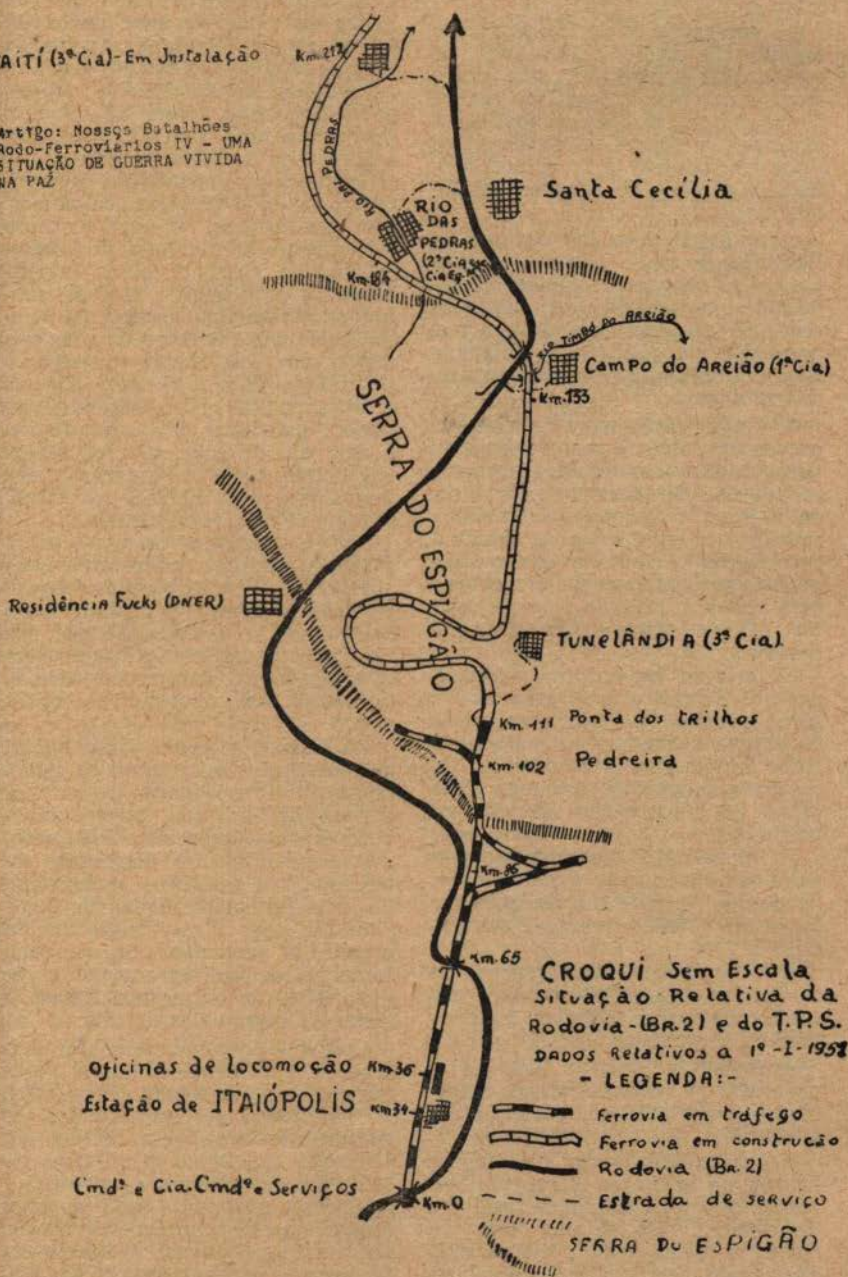
Antes de sugerir ao comando uma decisão sobre o assunto, porém, quis o Fiscal Administrativo certificar-se, pessoalmente, da veracidade dos dados, em que baseara seu raciocínio: percorreu, demoradamente, toda a zona de trabalho do Batalhão, conversou com todos os comandantes de subunidade sobre os meios de transporte de que careciam para o serviço e a movimentação de materiais dentro dos trechos das respectivas companhias e, no regresso, submeteu à consideração do Comando um Plano de reestruturação do serviço de transportes da unidade, consubstanciado nos seguintes pontos:

a) instalação de uma terminal ferroviária na estação do km 86, ponto final do transporte ferroviário de materiais, salvo para a 3ª Companhia (km 119), que continuaria a receber seus suprimentos na pon-



ITAIÚ (3ª Cia) - Em Instalação

Artigo: Nossos Batalhões  
Rodo-Ferrovários IV - UMA  
SITUAÇÃO DE GUERRA VIVIDA  
NA PAZ





ta dos trilhos e pela estrada de serviço ;

b) centralização do transporte no âmbito da unidade, passando as companhias a receberem seus suprimentos em suas respectivas sedes. Dessa forma, só lhes competiria a distribuição desses materiais pelos diversos canteiros de trabalhos, dentro dos trechos de sua responsabilidade ;

c) redistribuição das viaturas do Batalhão, de modo a que cada companhia só retivesse o número de caminhões necessário aos limitados encargos de transporte de sua responsabilidade. Em anexo ao Plano figurava uma proposta para essa redistribuição ;

d) organização, com as viaturas excedentes, aliás as maiores da Unidade, de um "escalão de transporte rodoviário" diretamente subordinado à Fiscalização Administrativa e sediado nas imediações da terminal ferroviária. Caberia a esse escalão prolongar o transporte ferroviário pela rodovia, levando os suprimentos até às subunidades consumidoras ;

e) criação, na terminal ferroviária, de depósitos que garantissem nível mínimo de suprimentos de 10 dias, e de instalações para o escalão de transporte rodoviário : casas para motoristas, garagens e oficinas de manutenção de 2º escalão ;

f) eliminação, tanto quanto possível, do sistema de fornecimentos "a pedido" e substituição pelo sistema de "fornecimentos automáticos" ;

g) finalmente, manutenção do serviço do "caminhão-correio", entre a ponta dos trilhos e as companhias destacadas.

Aprovado o Plano e tomadas as providências administrativas decorrentes, o novo sistema foi pôsto em execução.

Naturalmente, como era de se prever, de início, as coisas não correram com a regularidade que era de esperar. Houve um certo período de ajustamento ; certos mal-entendidos tiveram de ser esclarecidos, certos pormenores adaptados, etc.

Por exemplo, os comandantes de Companhia não receberam bem a perda de parte de seus meios de transporte. Entretanto, primeiro pela cordialidade reinante entre a oficialidade do Batalhão e, depois, pelos benefícios gerais advindos da prática do novo sistema, tudo veio a acertar-se satisfatoriamente.

Também a questão dos fornecimentos automáticos não se processou sem fricções. O novo processo foi aplicado, desde logo, aos suprimentos de combustíveis e lubrificantes e explosivos. A cada subunidade foi atribuída uma cota mensal, calculada com base no consumo médio dos seis meses anteriores. De acôrdo com a "ordem de serviço" expedida, as subunidades deveriam participar à Ficslização, no último dia de cada mês, os saldos excedentes da cota anterior, para que fôsse providenciado o recompletamento do nível fixado.

Surgiu, imediatamente, a tendência de comunicar saldos inferiores aos reais, a fim de proporcionar à companhia uma "economia" não controlada. A fiscalização, por sua vez, não podia conformar-se com essa norma e, daí, certos atritos, felizmente sem maiores consequências.

Outrossim, ocorreu, várias vêzes, as companhias solicitarem "adiantamentos", sob a alegação de serviços extraordinários, que haviam motivado consumo superior ao estimado.

A construção das instalações da terminal, por seu turno, exigiu tempo, pois foi mister construir depósitos de capacidade relativamente grande e, inclusive, um pequeno ramal ferroviário, para permitir que o depósito de explosivos ficasse a distância segura dos demais.

Com o tempo, também, foi surgindo a necessidade de instalações não previstas de início. Foi o caso, por exemplo, dos suprimentos de carburantes, que eram feitos em tambores, tal como a unidade recebia das companhias fornecedoras. Notou-se, entretanto, que as subunidades nem sempre devolviam os tambores vazios com a necessária presteza, o que acarretava atrasos, interrupções no fornecimento, troca de correspondência entre o Batalhão



e as companhias petrolíferas, etc. Além disso, a movimentação de tambores exigia uma verdadeira contabilidade no almoxarifado do Batalhão. Foi decidido, então, que o Batalhão adquiriria certa quantidade de tambores para a distribuição interna, e quatro vagões-cisterna, para os contactos com as empresas fornecedoras. Por outro lado, cada companhia instalaria depósitos subterrâneos, com bombas medidoras, em suas respectivas sedes.

Naturalmente, a aquisição do material para essas instalações e sua colocação em funcionamento, não só exigiu somas ponderáveis como também consumiu tempo. Entretanto, no início de 1951, tivemos o sistema em vigor, com pleno rendimento.

O controle dos níveis de suprimentos na terminal era feito, diariamente, através do telefone, pelo Fiscal Administrativo, que, em freqüentes inspeções pessoais, dirimia dúvidas, julgava as solicitações recebidas, ou determinava novas normas de ação.

Também, no setor dos gêneros alimentícios, houve alguns contratempos. Para esse tipo de suprimento, a norma estabelecida era a de pedidos mensais, feitos diretamente pelos gestores dos postos de venda ao gestor do Armazém reembolsável geral. Este providenciava a aquisição dos artigos solicitados, em cooperação com a administração da unidade, e remetia as quantidades requisitadas, através da terminal ferroviária.

Acontecia, porém, que nem sempre os artigos solicitados eram de fácil aquisição na praça de Rio Negro, às vezes, por questão de preço, às vezes, por motivo de escassez, nos períodos de entre-safra. Assim, o sistema dos pedidos mensais revelou-se insatisfatório. Foi adotado, então, norma mais prática, embora de cunho absolutamente pessoal, coisa impossível de evitar, pelo menos nas circunstâncias existentes no momento. A nova norma consistia em freqüentes visitas do Fiscal Administrativo aos postos de venda do Armazém reembolsável, no decurso das quais eram avaliadas, direta-

mente ou por intermédio dos gestores e comandantes de subunidade, as necessidades de cada posto. Com base nessas avaliações empíricas, eram feitas as aquisições e os fornecimentos, independentemente de pedidos e de prazos.

Podemos bem avaliar a soma de trabalho e de preocupações que isso representava para o Fiscal Administrativo, quando atentamos em que esse Armazém reembolsável tinha à venda desde os artigos de uso pessoal, como sabonete, pasta dentífrica, lâminas de barba e pentes, até peças de vestuário, sem esquecer os comestíveis, cigarros, conservas, refrigerantes, etc., e que seu movimento orçava por volta de 2 milhões de cruzeiros mensais.

Além disso, como foi várias vezes verificado, o sortimento do armazém tinha reflexos muito diretos no moral do operariado do Batalhão, sempre inconformado com a falta de certos artigos de 1ª necessidade, cujas aquisições nem sempre podiam ser feitas nas quantidades necessárias.

Através deste relato sucinto, do qual eliminamos, proposadamente, os pequenos casos administrativos, as incompreensões, as reclamações descabidas que, diariamente, vinham ter à Fiscalização Administrativa, podemos bem fazer uma idéia do que representou, para a normalidade dos serviços de suprimento da unidade, a organização da terminal ferroviária do km 86.

Foi uma verdadeira situação de guerra vivida na paz, pois não é de outra forma que funciona, em campanha, uma terminal ferroviária, respeitada, naturalmente, a amplitude das atividades.

Faltou à terminal do Batalhão Mauá, é verdade, a "preciosa" colaboração da aviação inimiga e dos grupos de sabotadores e pára-quedistas, com que sempre devem contar os dirigentes de instalações dessa natureza, quando em campanha.

No entanto, nem esse aspecto do problema foi inteiramente descuidado, pois, quando do funcionamento de um curso especial de monitores, foi exigido de cada candidato, ao fim do curso e como prova de exa-



me, um plano de defesa da terminal contra grupos isolados de tropas irregulares.

Nessa ocasião, foram exaustivamente estudadas as medidas de defesa a serem tomadas, localização de abrigos, trincheiras e espaldões para armas automáticas, efetivos a empregar, dispositivo a realizar, etc.

Por outro lado, no Programa-Padrão para a instrução dos Batalhões Ferroviários, foram previstas, na parte referente aos candidatos a graduados, algumas sessões dedicadas ao estudo da "Defesa aproximada dos Canteiros de Trabalho". Esse assunto, segundo se tornou praxe, pelo menos no Batalhão Mauá, passou a ser sempre ministrado no terreno, nas imediações ou nas próprias instalações da terminal do km 86, com resultados inteiramente satisfatórios.

Em nossa opinião, o ensinamento prático a ser colhido da experiência realizada é o da aplicabilidade de nossa doutrina militar às situações mais variadas, mesmo em tempo de paz, onde tal norma, além de constituir um meio indireto de instrução dos quadros e da tropa, nos quais desenvolverá, certamente, a capacidade de adaptação a certas condições peculiares de terreno e de meios — fator predominante do sucesso, em caso de operações ativas em campanha — conduzirá ao contínuo aperfeiçoamento e à disseminação das normas e processos de ação regulamentares.

É de toda conveniência, portanto, que os comandos procurem aproveitar as oportunidades surgidas na vida cotidiana da caserna, a fim de aplicarem os processos de ação preconizados para a vida em campanha. Isso conduzirá, sem a menor dúvida, à dinamização de nossa doutrina, furtando-a à estagnação da rotina e dos textos sem aplicação

aos problemas correntes da vida prática e representará, por certo, valiosa fonte de informações e sugestões para os escalões superiores do comando, responsáveis pela constante atualização e aperfeiçoamento da doutrina militar brasileira.

Dessa forma, chegaremos, em pouco tempo, ao estabelecimento de normas de ação adequadas aos nossos prováveis teatros de operações, em perfeita consonância com as peculiaridades de cada um e com os meios presumivelmente disponíveis.

Além disso, tal norma de agir proporcionará aos quadros um tirocínio e um desembaraço, no trato de problemas logísticos, cujo valor seria difícil fixar, na hipótese de nosso Exército vir a participar de operações de guerra. E, sobretudo, tal maneira de agir propiciará a criação de uma "mentalidade logística", que, realmente, ainda nos falta, quase inteiramente.

Desta maneira, podemos auferir resultados altamente compensadores, sob diversos aspectos, de uma ação que não passa, afinal, de mera aplicação das qualidades de flexibilidade de raciocínio e de adaptabilidade às condições peculiares de cada situação particular, que sempre se espera encontrar em todo oficial de Estado-Maior, verdadeiramente digno desse nome.

Mãos à obra, pois, companheiros! Procuremos experimentar na paz, sem interferência do inimigo e sem os imponderáveis da guerra, aquilo que pretendemos aplicar em caso de operações ativas. Nestas condições, os ensinamentos são aproximadamente os mesmos e custam muito mais barato!... Vale a pena, portanto, tentar a experiência. Em caso de insucesso, só se perde tempo e este, embora irre recuperável, é matéria de pequeno custo monetário.

### FRANCISCO DE GÓES E SIQUEIRA

Indústria de artefatos de papelão, cortiça aglomerada, borracha e papel  
ESPECIALIDADE EM DISCOS

Rua Francisco Manoel n. 240 — Estação Sampaio — Rio — Tel. 29-0951



# OUTRO MEIO AUXILIAR DE INSTRUÇÃO

Ten.-Cel. JOSÉ CARNEIRO DE OLIVEIRA

1 — O Manual C-21-5 (Instrução Militar), em seu n. 77, diz que os meios auxiliares da instrução são os expedientes e recursos que, solicitando o concurso de um ou mais sentidos físicos dos instruendos, se destinam a auxiliar a prender-lhes a atenção ou a transmitir-lhes mais facilmente os conhecimentos desejados, obtendo-se, destarte, melhor rendimento na instrução.

O mesmo Manual preconiza os seguintes meios auxiliares de instrução :

Filmes de instrução ; Filmes ; Filmes-Quadros ; Quadro Negro ; Quadro Murais ; Cartas Topográficas ; Lanterna Mágica ; Instrução em Sala ; Instrução Externa ; Artificios de Instrução e conclui dizendo que a imaginação e a engenhosidade do instrutor permitirão a criação de muitos outros, também eficientes.

2 — Em certa ocasião tive a oportunidade de conhecer valioso processo auxiliar de ensino, que nesta oportunidade procuro transmitir aos companheiros, muito especialmente aos Instrutores e Diretores de Instrução de nossas Escolas, com a finalidade de proporcionar-lhes mais um meio auxiliar de instrução.

Este novo meio auxiliar, conhecido por Flanelógrafo, é muito empregado nos Estados Unidos da América do Norte, onde é conhecido por Vellograph e é considerado atualmente o mais moderno método visual de ensino, não só para crianças, mas também para os adultos. O ensino, por meio do flanelógrafo, imediatamente encontrou favorável eco no ânimo dos encarregados da sagrada tarefa de ensinar.

3 — O flanelógrafo consiste em utilizar uma tela de flanela, sobre a qual colocaremos as gravuras correspondentes ao assunto programado.

## a) Preparo da tela :

Uma flanela de mais ou menos 1,20m x 0,70m, com bainha ou não e de côr clara, em condições de ser colocada estendida na parede ou quadro-negro atende perfeitamente ao nosso objetivo. A flanela poderá ser preparada com paisagens ou ser empregada ao natural, conforme o tipo da instrução que se deseja dar. Assim, por exemplo, poderemos desenhar na flanela uma praia para os assuntos marítimos, uma paisagem campestre para os assuntos de combate, etc. (a tinta para colorir a flanela consiste : tinta a óleo dissolvida no varsol).

## b) Preparo das gravuras :

O instrutor idealizará as gravuras que ele imaginar necessárias ao assunto a ser explanado. As gravuras podem ser preparadas por um desenhista ou recortadas de alguma revista.

Na minha opinião o CAER deveria organizar um Serviço de impressão das gravuras para diversos assuntos estabelecidos nos nossos programas de instrução e facilitar aos instrutores suas aquisições. Outra solução seria a Revista "A Defesa Nacional", trazer em cada número as gravuras correspondentes a uma lição, como encontramos nas revistas infantis.

Conseguidas as gravuras idealizadas para o assunto programado, elas



serão coladas (melhor será cola de farinha de trigo) em flanela de qualquer qualidade e depois de secas, recortadas com auxílio de uma tesoura.

O número de gravuras não precisa ser exagerado, basta que o instrutor prepare uma gravura para cada ponto especial da instrução a ser ministrada.

c) Execução :

A gravura assim preparada, pelo princípio da aderência, cola com muita facilidade na tela de flanela que o instrutor previamente colocou na parede ou no quadro-negro, bastando correr a mão por cima dela

no momento de aplicá-la na referida tela. Com a mesma facilidade o instrutor poderá removê-la de uma para outra parte da tela ou substituí-la por outra gravura programada para o desenrolar da palestra.

Nos Estados Unidos, este meio auxiliar de instrução já evoluiu tanto que atualmente as gravuras são impressas em papel próprio (tipo mataborrão do lado oposto) para evitar o trabalho de cola-las na flanela.

CONCLUSÃO

O flanelógrafo pode e deve ser empregado em qualquer ramo da instrução, dependendo apenas do poder de imaginação do instrutor.



FÁBRICA DE CALÇADOS "CORCOVADO" - INDÚSTRIA BRASILEIRA

DELFIN, MADEIRA & CIA. LTDA.

RUA ANTUNES MACIAL, 81 - TEL. 28-3706



# O S-4 NO CAMPO PRÁTICO

Cap. JOSÉ MURILLO BEUREM RAMALHO

## I

### INSTALAÇÃO DA REPARTIÇÃO

#### 1. CONSIDERAÇÕES

- 1.1 — Vimos anteriormente — no artigo “o S-4 na Unidade” — os fundamentos e o papel do Fiscal Administrativo (S-4) numa Unidade.
- 1.2 — Para melhor entrosagem do assunto será interessante ligarmos o artigo passado à série dos que estão por surgir e que, como o de hoje, sob o título que o encima, a iniciamos.
- 1.3 — Neste conjunto de artigos que daremos à publicidade a partir do presente, foi organizada a seguinte seqüência :
  - a) Instalação da Repartição ;
  - b) Técnica de trabalho ;
  - c) Técnica de contróle ;
  - d) Caso concreto no âmbito de um Regimento.

### INSTALAÇÃO DA REPARTIÇÃO

#### 1. FUNDAMENTOS

- 1.1 — Na instalação da Repartição, deve constar em pauta, o :
  - problema do pessoal ;
  - problema dos bens materiais aí existentes ;
  - problema circulatório.

#### 2. PROBLEMA DO PESSOAL

- 2.1 — É sabidamente reconhecido que o S-4 tem uma gama de trabalho assáz considerável e que, por si só, evidentemente, não pode neutralizá-la. Tem, assim, que contar com uma equipe de auxiliares, que seja (1) *Selecionada* e (2) *Adequada* para as diversas funções que vão desempenhar, como colaboradores do Fiscal, no campo de tarefa administrativa.
- 2.2 — Para o caso de um Regimento de Infantaria, que é o caso por nós vivido, após pesquisas executadas, envolvendo, entre outras, a análise do trabalho da Repartição, chegamos à conclusão de que, quanto ao efetivo desejável, seria :
  - quatro sargentos ;
  - dois cabos.

Quanto aos sargentos, apesar de serem de qualquer graduação, racional seria colocar, de preferência 3<sup>os</sup> ou 2<sup>os</sup> sargentos, tendo em vista que os 1<sup>os</sup> normalmente são designados para desempenho de funções de sargenteante nas subunidades ou ajudantes de Batalhões ou Regimento. E quanto menor fôr a taxa de movimentação dèsses auxiliares na Repartição tanto melhor, desde que — evidente — os mesmos vêm se desincumbindo bem e ainda não tenham uma média de dois anos no lugar.



(A alegação de que êsses graduados devem ficar anos a fio nessa, e em outros tipos semelhantes de Repartições, por causa de sua complexidade, vem de encontro à renovação de valores e às exigências das forças armadas que necessitam de mutações periódicas em seus quadros, face às suas peculiaridades, ao contrário do que sucede nas organizações civis.)

- 2.3 — Escolhidos os auxiliares (ou se isso não fôr possível, submetê-los a um campo de observação para ver se convém à organização racional do trabalho) o S-4 atribui-lhes funções.

Cada auxiliar tem que ter missão definida no quadro de trabalho, correspondendo, assim, a uma responsabilidade, automaticamente também definida.

Como as ordens escritas asseguram melhor cumprimento à execução desejada, o S-4 dá por escrito, e com o ciente de seus colaboradores, a diretriz retro estabelecida. Evita-se, assim, o surgimento de dúvidas futuras, e a duplicidade de interpretação. Vantagens : o auxiliar sente-se parte integrante da máquina administrativa, porquanto é o especialista naquele assunto, rendendo, mais, pois ; seu senso de responsabilidade aumenta ; sabe que está passível de uma observação mais segura e logo levado para o campo disciplinar, se positivado ter havido negligência ou desvio funcional de suas obrigações ; coloca "Cada macaco em seu galho", princípio de administração científica de trabalho. Naturalmente, que o mesmo terá dúvidas, e em muitos casos não está capacitado a entrar a fundo em sua própria tarefa. Porém, o S-4 ali presente está para resolver a situação, aplainar as dificuldades e traçar diretrizes e normas de conduzir o trabalho. O S-4 na Repartição é como uma espécie de coordenador ou um chefe de E.M. que delibera e decide face aos trabalhos de seus auxiliares imediatos ;

### 3. PROBLEMA DOS BENS MATERIAIS A1 EXISTENTES

- 3.1 — Ora, a Fiscalização Administrativa (4ª Secção) atende a um volumoso expediente que não cessa nunca. Para melhor rendimento do trabalho é necessário que o pessoal fique bem instalado e tenha os meios necessários à sua melhor execução.

- 3.2 — Portanto :
- a) cada elemento deve ter sua mesa de trabalho ;
  - b) na Repartição são necessárias 5 máquinas de escrever (sendo uma de carro grande) e uma para efetuar as quatro operações ;
  - c) os armários serão tantos quantos forem as necessidades para guarda e conservação da documentação ;
  - d) é interessante a existência de um só armário para armazenar livros, regulamentos, manuais, etc., só administrativos, para consulta do pessoal da 4ª Secção. É uma espécie de biblioteca. Isso sem levar em conta os que constituem arquivo pessoal e particular ;
  - e) publicações fundamentais a existir nessa biblioteca de que falamos na letra retro :

- 1) R/3 (R.A.E.) : regulamento administrativo ;
- 2) C.V.V.M. edição E.G.C.F. : referente a vencimentos e vantagens, com sua legislação complementar. Assim, num único livro, fica simplificado êsse palpitante assunto, que constituía antigamente — cremos nós — autêntico quebra-cabeças. Para cobrir a pequena desvantagem que existe na remessa das fôlhas do C.A.E.R. é vantajoso extrair do "Diário Oficial" a



matéria administrativa interessada e transcrevê-la no Boletim da Unidade. Fica-se, assim, em dia com a legislação referente a essa parte ;

- 3) I.D.F. : Instruções para distribuição de fardamento ;
- 4) R-1, R-2, R-4 e E-1 edição E.G.C.F. : num só livro do C.A.E.R. estão quatro publicações ;
- 5) R-124 : R.U.P.E., regulamento sobre uniformes ;
- 6) C 22-10 : Princípios de chefia ; mais para uso do S-4 ;
- 7) Guia de legislação militar do Subten. Rabelo : serve de complemento básico, porquanto é a legislação que virá auxiliar aos que não tenham a documentação administrativa completa ;
- 8) Orçamento da República ;
- 9) Diversos, compreendendo anexos, tabelas, mapas, etc., que poderão facilitar a consulta.

#### 4. PROBLEMA CIRCULATÓRIO

4.1 — O problema circulatório por nós assim chamado resume-se em caracterizar a movimentação do pessoal (que não o da Repartição) dentro da sala de trabalho.

4.2 — Assim é que, provado ficou, como aliás não poderia deixar de ser, da necessidade de existir mínima movimentação de pessoal, ou seja : A 4ª Secção pela sua natureza tem uma tarefa contínua, estafante, a executar, que obriga o pessoal a um esforço incessante e de meditação.

Ora, se todos os interessados vêm à 4ª Secção para consultar, ou conversar, o trabalho tende a perder sua eficiência, calculada em 35 % !

4.3 — Como o objetivo é, máxima eficiência num tempo mínimo, após estudos a respeito, chegamos à conclusão de que :

a) A porta da Repartição fica fechada, permanecendo aberta a portinhola para recebimento de documentos (a entrega de documentos será feita pelo soldado de ordem) ;

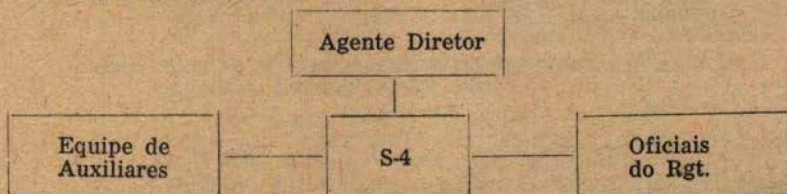
b) Só têm acesso à Repartição os Oficiais e os Subten., estes nela permanecerão um tempo mínimo para consulta.

Os furriéis (um de cada vez) entrarão no momento em que o sargento da 4ª Secção, encarregado do controle de "vencimentos e alimentação", proceder à conferência das folhas de pagamento para ajudá-lo, findo o que retirar-se-ão.

As dúvidas que os furriéis terão serão sanadas pelos Sub-Tens. Estes, por sua vez, as tirarão, nessa parte, junto ao sargento dos "vencimentos e alimentação" da 4ª Secção, o qual, não podendo resolver, recorre ao chefe, ou seja, o S-4 ;

c) Demais elementos : terão acesso à Repartição, quando a chamado só do S-4.

4.4 — Ligações do S-4.





- 4.5 — A conclusão a tirar é que vai haver um mínimo de movimento na sala ; cada auxiliar fica mais concentrado em seu trabalho e cada agente, seja de Companhia ou de outra Repartição, automaticamente, fica colocado em seu devido e justo lugar, fazendo com que seu trabalho tenha um bom grau de rendimento e obrigando-o à meditação, suavizando, enfim, tôda a equipe do S-4 no conjunto.
- 4.6 — É interessante reŕsaltar que êste processo provocou na nossa Secção aumento sensível do rendimento do trabalho e pode ser semelhantemente, aplicado a qualquer Repartição.
- 4.7 — Cada auxiliar a qualquer hora pode entrar ou sair da Repartição para atender a qualquer cousa que se lhe surja (conversa, necessidade fisiológica, etc.). O que importa é : cada elemento tenha seu trabalho em dia e na Repartição a movimentação da equipe esteja concentrada em função de suas tarefas específicas. Criamos, assim, reflexos de metodização no homem, aplicando o princípio de um local para cada cousa. Sem dúvida que êsse processo só será exequível se tivermos um auxiliar selecionado, porquanto, se não, a tôda ausência da presença do S/4 corresponderá a uma tumultuação no ritmo do trabalho.  
O processo em questão deu excelentes resultados.
- 4.8 — Concluindo esta parte, temos a dizer que a questão é interessante e igualmente séria. Chegamos a êsses resultados após pesquisas contínuas tendo em vista a nossa escolaridade aplicada ao trabalho da 4ª Secção, quando fomos obrigados ao desempenho da Função de Fiscal Administrativo.

## II

### TÉCNICA DE TRABALHO

#### 1. CONSIDERAÇÕES

- 1.1 — Visto que agora está instalado o S-4, passemos à fase “técnica de trabalho”, ou seja, como êle irá trabalhar.
- 1.2 — Antes de mais nada tem que saber qual o método do seu comandante (agente diretor) : hora de despacho, maneira de trabalhar e agir, etc. Em segundo, formar o esquema de trabalho para sua equipe de auxiliares e, em terceiro, formar sua própria ação.

#### 2. AÇÃO JUNTO AO COMANDANTE

- 2.1 — Depende do comandante a sua idéia de manobra no que se refere às suas relações com êle.  
Muitos gostam de despachar a certas horas, outros não e também outros não apreciam fixar horário. No caso vivido por nós, tínhamos despacho uma vez por dia. Certamente que, quando havia necessidade urgente, duas ou mais vêzes o S/4 despachava com o comandante. Entretanto, acreditamos que, havendo um horário, o rendimento mais preciso será.

#### 3. DISTRIBUIÇÃO DE MISSÕES AOS AUXILIARES

##### 3.1 —

R.I.

4ª Secção

Em .....

N. 1



## REPARTIÇÃO DE MISSÕES DOS ELEMENTOS DESTA SECÇÃO

- 1) 2º Sgt. A : Correspondência e fardamento.
- 2) 2º Sgt. B : Confecção de mapas ; munição ; dotação de material de expediente.
- 3) 3º Sgt. C : Vencimentos e alimentação. Contrôlê do "Diário Oficial" e Boletins acima do escalão Rgt., recebidos.
- 4) 3º Sgt. D : Escrituração do livro carga geral e material.
- 5) Cabo E : Protocolo, arquivo, fichário de armamento e guarda e conservação dos materiais distribuídos a esta Secção.
- 6) Cabo F : Boletim Administrativo.

.....  
S-4

Ciente :

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

## OBSERVAÇÕES

- a) Havendo modificação na equipe é só fazer na mesma Nota n. 1 (se der o papel) ou em outro, o seguinte :

A partir desta data passa a ser a seguinte Repartição de Missões :

.....  
.....

O resto é idêntico à Nota n. 1.

- b) Definições :

- 1) Sgt. A — Correspondência e fardamento :  
Correspondência : todo o ofício ou rádio a expedir o será por êle ;  
Fardamento : qualquer documentação referente a êsse assunto é canalização para o estudo ao auxiliar "A".
- 2) Sgt. B — Confecção de mapas, munição, dotação de material de expediente :  
Confecção de mapas : tôda a trama de mapas a serem expedidos tem como responsável o colaborador "B" ;  
Munição : Cautelas, dotação, solução de partes, ofícios no que dizem respeito a êsse assunto é com "B" ;  
Material de expediente : contrôlê dos pedidos dêsse material em função do quadro de dotação que existe na Unidade.
- 3) Sgt. C — Vencimentos e alimentação ; contrôlê do D.O., e boletins acima do escalão Rgt. :  
Em função do caderno de contrôlê existente, "C" controla a parte de "vencimentos e alimentação", cabendo-lhe receber todo afluxo dessa documentação e resolver ; sôbre o D.O., e boletins, êle grifa os assuntos referentes à alimentação e



envia as publicações ao S-4, que julgará da oportunidade de sua publicação ou em boletim da Unidade.

- 4) Sgt. D — Escrituração do livro carga geral e material :  
Escritura o livro carga da Unidade e encarrega-se dos documentos referentes a material (pedido de inclusão em carga, extravio de peças, informação sobre carga etc.).
- 5) Cabo E — Protocolo, arquivo, fichário de armamento e guarda e conservação dos materiais distribuídos a esta Secção :  
Protocolo : protocola toda documentação que entra na Repartição ;  
Arquivo : arquivava os documentos, conforme sua origem, em pastas distintas, guardadas num armário à parte ;  
Fichário de armamento : controla as fichas de armamento da Unidade escriturando as que existe na Secção, face ao que publica o boletim. Guarda e conservação dos materiais distribuídos à Secção : A Repartição tem sua carga (móveis, máquina, publicações). Eis que, pela legislação em vigor cabe a carga da 4ª Secção ao oficial ajudante (oficial S-1) ; ora, como isso importa em haver pouco controle, porquanto o ajudante está em outra dependência, trouxemos para o cabo em questão a missão de cuidar da mesma, tendo em vista o § 1º, do art. 30, do R-3. Portanto, existe elemento da Repartição com a missão de salvaguardar os interesses da Fazenda Nacional o qual será responsável junto ao S-4 ;  
Adiante, veremos o modelo dessa missão atribuída a "E".
- 6) Cabo F — Boletim Administrativo :  
Confecciona o Boletim Administrativo (3ª parte, letra b), do boletim diário da Unidade).

### 3.2 —

... R.I.

4ª Secção

Em .....

N. 2

I — Determino que, a partir da presente data, entre em vigor nesta Secção de Suprimento, o sistema de arquivo, para melhor controle da documentação e rendimento do serviço.

II — O sistema a que se refere o item retro é o seguinte :

- 1) O sistema do arquivo dos diversos documentos existentes nesta Secção utiliza um grupo de identificação que será colocada no canto superior direito das pastas ou livros e abaixo desse grupo virá a data da preparação.
- 2) As pastas ou livros que sofrerem revisão trarão entre parêntesis a palavra *Revisto*, colocado logo abaixo da data e terão antes do grupo de identificação um asterisco.

Exemplo : 139 Sp

8 Jan 54

(Revisto)

Substitui o 128 Sp

5 Jan 54

- 3) A numeração das pastas ou livro é a constante abaixo :

1 Sp a 99 Sp (ostensiva)

100 Sp a 199 Sp (sigilosa)



## Exemplos :

## A) 3 Sp

2 Jan 54

Significa : — documentação ostensiva  
— documentação referente a instrução  
— preparado em 2 Jan 54

## B) 104 Sp

9 Jan 54

Significa : — documentação sigilosa  
— documentação recebida do escalão superior  
— preparado em 9 Jan 54

## 4) Observações Gerais :

- a) A natureza dos assuntos contidos nas pastas ou livros está locada no quadro geral de controle (QGC) anexo à presente ;
- b) A coluna "controle" existente no QGC será preenchida a lápis ;
- c) Quaisquer pastas ou livros enquadrados neste sistema não poderão sair desta Seção sem autorização expressa do oficial de Suprimentos (S-4). Destinam-se os mesmos à pesquisa e controle da Unidade no que se refere à administração ;
- d) As pastas (ou livros) serão encapados com um único tipo de papel. No interior das pastas, se for o caso, deverá haver um índice dos assuntos nelas tratados ;
- e) Os elementos que controlam as diversas pastas ou livros são os únicos responsáveis pela má apresentação do seu estado ;
- f) As pastas (ou livros) deverão ser guardados nas gavetas dos responsáveis, após seu uso, sendo terminantemente vedado de agora em diante permanecer qualquer documento, pasta ou livro à vista em qualquer dependência desta Seção, salvo os existentes nas caixas "Entrada" e "Saída" do Oficial de Suprimentos (S-4).
- g) As abreviaturas Sp significa Seção de Suprimento.

Observações : a) Objetivo consiste em ter todos os documentos na Repartição encaixados em pastas distintas, cabendo a cada auxiliar manter uma para guarda de documentação que recebe para o estudo e arquivo. Vantagens : uniformidade de pastas e escrituração ; facilidade de busca e consulta ; evita o extravio ; b) Quadro geral de controle (QGC), acima referido ; repartir a documentação pela equipe. Alguns argumentarão sua desnecessidade por quanto cada auxiliar já tem sua missão definida. Porém o QGC, constitui um complemento dessa missão, pois ; 1) engloba toda documentação a ser distribuída a cada elemento ; 2) permite ao S-4, instantaneamente saber a documentação que deve existir na Repartição e quais aquele que a devem possuir ; 3) a Seção fica em condições de ser inspecionada a qualquer hora, evitando-se a improvisação.



... R.I.  
4ª Secção  
N. 3

Em .....

QUADRO GERAL DE CONTRÔLE (QGC)

Grupo Identificação	Natureza dos Assuntos	Regulamentação	Preparação (data)	Contrôle
1 SP	Mapa c/corrente de fardamento	Inciso 36, n. 5, da subletra a) (modelo C-a-5) das IDF	7 Jan 54 (exemplo)	Sgt. A
2 SP	Registro do movimento de carga e descarga geral do fardamento	Inciso 36, n. 4, da subletra a) (modelo C-a-4) das IDF e Av. n. 262, de 30 Jan 42	7 Jan 54	Sgt. A
3 SPT	Talão de pedido ao O. Provedor	Inciso 36, n. 6, da subletra a) (modelo C-a-6) das IDF. Nota: o modelo C-a-6 pode ser usado para outras espécies de pedido de material — ver arts. 121 e 145, do R-3 e incisos 8, 9, 10, 11, 12, 16, 17 e 36 das IDF	7 Jan 54	Sgt. A
4 SP	Portarias de fornecimento (Coleção)	Inciso 36, n. 3, da subletra a) (modelo C-a-3) das IDF	7 Jan 54	Sgt. A
5 SP	Livro de revista de fardamento da U.	Inciso 36, n. 2, da subletra a) (modelo C-a-2) das IDF	7 Jan 54	Sgt. A
6 SP	Ficha conta corrente de fardamento da Unidade	Inciso 36, n. 1, da subletra a) (modelo C-a-1) das IDF	7 Jan 54	Sgt. A
7 SP	Térmo de recebimento, abertura e exame de material	Aviso n. 3.621, de 8 Dez 44	7 Jan 54	Sgt. D



Grupo Identificação	Natureza dos Assuntos	Regulamentação	Preparação (data)	Contrôle
8 SP	Relação geral das praças desarran- chadas	§ 4º, do art. 268, do RISG	7 Jan 54	Sgt. C
9 SP	Caderno de alterações para confe- rência das folhas de vencimentos	Modêlo 3, da 4ª coleção do BE n. 40, de 20 Jul 35	7 Jan 54	Sgt. C
10 SP	Caderno mensal para a "Grade nu- mérica de rações de forragens", contendo tôdas as subunidades	Modêlo 6, da 2ª coleção do BE n. 40, de 20 Jul 35	7 Jan 54	Sgt. C
11 SP	Caderno mensal para a "Grade nu- mérica das rações de etapas", con- tendo tôdas as subunidades	Modêlo 7, da 2ª coleção do BE n. 40, de 20 Jul 35	7 Jan 54	Sgt. C
12 SP	Livro registro de editais e atas de apuração de concorrências	Art. 177, parágrafo único, do R-3 (RAE)	7 Jan 54	S-4
13 SP	Escala dos oficiais para as diversas comissões	Art. 32, inciso 4 e art. 133, tudo do R-3, art. 55, n. 26, do R-1	7 Jan 54	S-4
14 SP	Inventário de material permanente	Anexo I, § 4º, n. 99, do R-3 e Av. n. 829, de 23 Ago 39	7 Jan 54	Sgt. B
15 SP	Movimento de receita e despesa do mês anterior, das subunidades	§ 1º, do art. 42, do R-3 (RAE)	7 Jan 54	Sgt. C
100 SP	Mapas de mobilização	Art. 32, incisos 14 e 15, do R-3	7 Jan 54	Sgt. B
16 SP	Mapas comparativo das tomadas de pregos	Portaria n. 155, de 23 Set 48	18 Jan 54	S-4



Grupo Identificação	Natureza dos Assuntos	Regulamentação	Preparação (data)	Contrôle
17 SP	Documentos de instrução	—	18 Jan 54	S-4
18 SP	Registro de contratos	—	20 Jan 54	S-4
19 SP	Contrôle de mapas das oficinas do Regimento	—	20 Jan 54	Sgt. B
101 SP	Ofícios sigilosos recebidos do Es- calão superior	—	20 Jan 54	S-4
102 SP	Ofícios sigilosos expedidos pelo Re- gimento	—	20 Jan 54	S-4
103 SP	Boletins reservados do Regimento	—	20 Jan 54	S-4
104 SP	Livro protocolo de documentos sigi- losos	—	20 Jan 54	S-4
20 SP	Balancetes mensais de receita e des- pesa de material (2as vias)	Arts. 78 e 177, do R-3	7 Jan 54	Sgt. C
21 SP	Balancetes mensais de receita e des- pesa do pessoal (2as vias)	Anexo I, título III, n. 82, digo, art. 177, do R-3	7 Jan 54	Sgt. C
22 SP	Borrador da carga geral	Anexo I, título III, n. 82, do R-3 (RAE)	7 Jan 54	Sgt. D
23 SP	Livro carga geral	Anexo I, modelo 8, do R-3 (RAE)	7 Jan 54	Sgt. D



Grupo Identificação	Natureza dos Assuntos	Regulamentação	Preparação (data)	Contrôle
24 SP	1) Termo de exame de material de Intendência em mau estado que tenha completado o tempo mínimo de duração 2) Termo de averiguação e exame de material em mau estado, antes de completar o tempo mínimo de duração ou não tenha esse tempo limitado	Arts. 134 e 136, do R-3: Incisos 35 e 50 das IDF  Arts. 135 e 136 e seus §§, 139 e seu parágrafo único, tudo do R-3 (RAE)	17 Abr 54	Sgt. A
25 SP	Termo de recebimento de material de Intendência, com o tópico (cópia) do boletim que fez a carga. Remessa ao ERMI/3	Arts. 100 e 123 e seus §§, do R-3: Incisos 35, 39 e 50, das IDF	17 Abr 54	Sgt. A
26 SP	Comunicação do movimento de etapas	Av. Min. n. 575, de 29 Ago 49	22 Mai 54	Sgt. C
27 SP	Comunicação do efetivo arranchado no último dia do mês	Rádio n. 129-SK5, de 21 Mai 54, do Ch ERS-3	22 Mai 54	Sgt. C
28 SP	Documentação referente a moto	BI n. 140, de 17 Jun 54, do ... RI	18 Jun 54	Sgt. B
29 SP	Conferência de livros e outros documentos, realizada de 16 a 31 de janeiro de cada ano e as sugestões apresentadas com relação à maior simplicidade de escrituração	Aviso n. 1.571, de 21 Dez 46 (BE n. 52, de 46)	18 Jun 54	S-4



3.4 —

... R.I.

Em .....

4ª Secção

N. 4

## PRESCRIÇÕES AOS AUXILIARES

- 1) Quando o S-4 estiver afastado da Secção no momento em que deve ser conferido o boletim administrativo, cabe ao cabo do boletim entregá-lo ao Sgt. da "Correspondência" para que o mesmo seja verificado (o mesmo não estando cabe ao Sgt. mais antigo e assim sucessivamente pelos Sgts. em ordem decrescente de antiguidade).
- 2) Cada um deverá guardar os documentos que receber para exame numa única pasta, resolvendo em primeiro lugar o mais antigo. Essa pasta sendo particular, não se enquadra no QGC, podendo, a qualquer hora, ser inspecionada pelo S-4.
- 3) Cada auxiliar tem 5 (cinco) dias para resolver qualquer documento recebido (parte, ofício, informação). Não se compreende nesse prazo a documentação que depende de resposta do escalão superior a Rgt. Nesse caso, decorrido oito dias, o S-4 leva ao conhecimento do interessado, a notícia de que sua parte, pedido, etc., demorará além do prazo que a 4ª Secção leva para solucionar totalmente o assunto (oito dias).
- 4) Em certos pontos da Repartição existirão caixas coletoras para papéis, e em tôdas as mesas, no lado direito, haverá cinzeiro, não sendo tolerado assim, em hipótese alguma, a existência de uma simples ponta de lápis no assoalho da Repartição.
- 5) O cabo do boletim tem três dias para publicar a matéria a contar do dia em que a receber, salvo assunto envolvendo movimentação de carga (inclusão, descarga, transferência), o qual será pôsto, em B.I. nos dias 1 e 15 de cada mês. No dia 1 (ou 15) não havendo expediente: passa-se, automaticamente para 2 (ou 16) e assim sucessivamente.
- 6) Findo o expediente, tôdas as máquinas deverão estar encapadas, guardadas em papéis e livros em seus lugares competentes, gavetas fechadas e mesas arrumadas.
- 7) Cada componente da 4ª Secção, dentro da função específica, fará sua devida pesquisa, conferindo minuciosamente o que lhe foi trazido à sua análise, visando preservar os superiores interesses do Exército e da Fazenda Nacional.
- 8) Ao cabo E:
  - I — Relação do material distribuído a esta Secção, de acôrdo com o livro carga geral do Rgt. e o livro carga e descarga desta dependência, sob a guarda e conservação do cabo "E" (§ 1º, do art. 30, do R-3): o constante no citado livro da Repartição;
  - II — Recebi os artigos mencionados no livro carga e descarga desta Repartição, de que trata o item retro.

Conf. : .....

S-4

Cb.



## FLUXOGRAMA

## DOCUMENTAÇÃO RECEBIDA

FORA DA UNIDADE		DENTRO DA UNIDADE	
1) O AP recebe a documentação. 2) Encaminha ao S-4.	Rgt.	1) Encaminhamento ao S-4 dos documentos das Clas. e Repartições.	Cias. e Repartições
1) Exame Sumário. 2) Remete aos seus Auxiliares.	S-4	1) Exame Sumário. 2) Remete aos seus Auxiliares.	S-4
1) Pesquisam. 2) Tiram as conclusões. 3) Remetem ao Chefe (S-4) (dentro de 5 dias).	Sgts. Auxiliares	1) Pesquisam. 2) Tiram as conclusões. 3) Remetem ao Chefe (S-4) (dentro de 5 dias).	Sgts. Auxiliares
1) Pesquisa e controle. 2) Assina; Publique-se do Cmt. 3) Encaminha ao arquivista para destino.	S-4	1) Pesquisa e controle. 2) Assina; Publique-se do Cmt. 3) Encaminha ao arquivista para destino.	S-4

Ciente:

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

S-4



## 3.6 —

Para uso do Sgt. B.

... R.I.

Em .....

4ª Secção

N. 6

*Destinos, nomes e épocas de remessas de mapas e diversos outros documentos, compreendido nas obrigações desta Repartição*

.....

.....

.....

.....

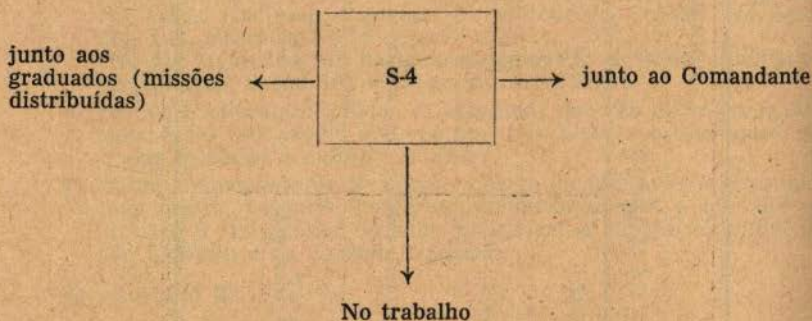
S-4

Observação : Deixamos de mencionar o quadro todo, tendo em vista que difere de Região para Região. No artigo, porém, intitulado "caso concreto no âmbito de um Regimento" (último da série de quatro) mostraremos em questão, para orientação.

- 3.7 — Todas as outras notas recebidas acima devem ser feitas em duas vias : uma para consulta permanente colocada no celotex e outra para arquivo particular do S-4 (se o mesmo quizer).

#### 4 — O S-4 NO TRABALHO

- 4.1 — Vimos, acima, que o S-4 age em três posições ao instalar-se :

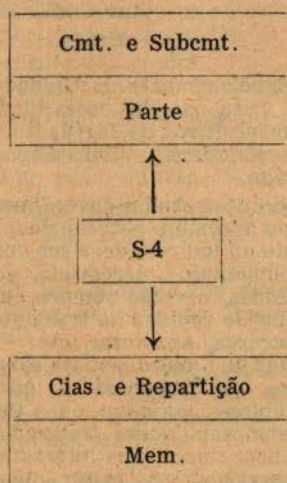


- 4.2 — Instala duas caixas de madeira sobre sua mesa : uma para Entrada de documentos (à sua esquerda) e outra para Saída (à direita). Os documentos chegam à sua consideração somente através da caixa do lado esquerdo. Os assuntos resolvidos (matéria para boletim, arquivo, retorno ao interessado, etc.), vão ter à caixa do lado direito, sendo que os mesmos são retirados somente pelo cabo do arquivo.

Observações : O mecanismo de chegada e saída de documentos obedece ao fluxograma citado em 3.5.



- 4.3 — O S-4 dirige-se por parte ao Subcmt. e Cmt. (êste no caso em que o assunto não pode ser ventilado verbalmente), e, para baixo, por memorando (ordem de serviço), segundo o esquema abaixo :



Observações :

- a) As partes ou memorandos terão numeração distinta e terminarão segundo o ano civil :

b) Modelo

1) ... R.I.	Em .....
4ª Secção	Parte n. ...
	Do S-4
	Ao ...
	Assunto
I — ...	Em .....
2) 4ª Secção	Memorando n. ...
	Assunto : ...
I — ...	

- c) As Cias. e Repartições subordinadas administrativamente ao S-4 : aquelas que, em suma, têm carga constituída através do que existe no livro carga geral da Unidade.

- 4.4 — Remete a documentação para seus auxiliares, do seguinte modo : à esquerda e em cima do papel coloca um número indicativo do graduado (vai de 1 até o número indicativo da quantidade de elementos existentes na Secção).

Observação : Os documentos que devem ficar em poder do S-4 são os constantes do QGC.



## 4.5 — Primeira ordem de serviço.

## 4ª Secção

Em .....

Memorando n. 1

Aos Cmts. Cia. e Chefes de Repartições.

- a) Para o bom funcionamento da Unidade, a administração deve ser perfeita. Para isso, há necessidade real do cumprimento de todos os dispositivos da legislação (Leis, Decretos, Avisos, Regulamentos e Ordens). Todo dispositivo regulamentar tem a sua finalidade.
- b) Na organização do trabalho deverá haver *previsão*, para eficaz rendimento do trabalho, sobretudo o coletivo. Cada agente executor direto ou indireto deve ser um técnico em sua função. Assim a documentação necessária, com as respectivas alterações atualizadas, deverão sempre existir. Há necessidade de rapidez no trabalho em solicitar a inclusão em carga, descarga, escriturar, etc. Desejo focalizar que muito embora existam oficiais acumulando várias funções, nas Subunidades, normalmente, permanecem estáveis os Subtens., auxiliares dos Cmts. de Cias., aos quais competem responsabilidades traduzidas no máximo empenho que têm em bem zelar pelos interesses da Fazenda Nacional. O desvio de serviço nesse setor é tão grave quanto o desvio de dinheiro.

## 4ª Secção

Em .....

Memorando n. 2

Aos Cmts. Cias. e Repartições.

## 4.6 — Segunda ordem de serviço :

## I — Entrada de documentos na 4ª Secção :

- a) Dia 1 de cada mês : Relações de movimento de baixas e alta do Hospital, grades de rações de etapas e forragem para fins de "conferido" do Of. S-4 (tudo relativo ao mês anterior) ; dia 15 de cada mês : Livros "Balancetes" do mês anterior, para fins de publicação em B.I. ; relações de descontos internos e recapitulação de vencimentos. Partes de pagamento, guias de recolhimento, limpas de vencimentos : deverão dar entrada na Secção de Suprimentos do Rgt., as 2 primeiras até 24 horas após o pagamento e as limpas até 48 horas após efetuado o respectivo pagamento. Para o dia em que fôr determinado a entrega das folhas de vencimentos (Borrões) e demais documentos relacionado com os vencimentos, os mesmos serão entregues na Secção de Suprimentos para fins de verificações. Os "Borrões" devem ser escriturados à tinta (no caso de haver incorreções deverão ser sanadas à tinta carmin, de acôrdo com as normas regulamentares).

Documentação que acompanha o Borrão :

- 1 — Fôlha de vencimentos ;
- 2 — Mapa de efetivo contemplado em fôlha — 3 vias ;
- 3 — Relações de consignações — 2 vias ;
- 4 — Fôlhas especiais diversas — 4 vias (sendo estas dactilografadas ou escrituradas à tinta).



## Observações :

- a) Qualquer documentação referente a vencimentos, etapas ou forragem, devem ser entregue na Secção Suprimento, pelo Subten. da Cia. ;
- b) Não serão aceitos documentos mandados entregar que não sejam pelos responsáveis ;
- c) Encerramento das grades : ..... Dia 6 de cada mês ;  
Entrada dos Borrões na 4ª Secção.. Dia 8 de cada mês ;  
Entrada dos Borrões na Tesouraria.. Dia 10 de cada mês.

## II — Toda parte, informação, etc., qualquer que seja sua origem, terá solução no prazo de oito dias ;

A impossibilidade dêste cumprimento o S-4 informará no dia imediato ao 8º dia do motivo que o determinou.

## Exemplos :

- 1) A 4ª Cia. que solicitou material ao S-4 que, por sua natureza depende da Região, será cientificada no 9º dia ;
- 2) O almoxarifado tendo recebido um pedido de informação da 4ª Secção, que por sua natureza não dependa dêle e, sim do órgão provedor, informará ao 9º dia dos motivos.

## III — As partes sobre material e fardamento devem ser feitas separadamente ;

## IV — As partes versando sobre fardamento, cautela de munição, relação do movimento de baixas e altas do Hospital e nota para boletim, deverão ser emitidas num papel cujo verso já esteja usado, o qual será riscado por dois traços a lápis vermelho ;

## .7 — Toma resolução no sentido de racionalizar o trabalho, impondo medidas que importam em economizar ao máximo. Assim é que :

- a) padroniza tôdas as partes dirigidas à 4ª Secção de maneira que os assuntos, publicados em boletim, igualmente tenham despachos padrão ;
- b) Os despachos, padronizados, que serão transcritos em boletim, virão na própria parte ;
- c) Organiza seu plano de contrôle, isto é, medidas racionais de maneira que êle possa exercer, com a maior eficiência possível, as suas atribuições, no tempo disponível.

## Assim estabelece :

- 1) Contrôle pessoal sobre sua equipe de auxiliares ;
- 2) Idem sobre as Repartições que lhe estão diretamente subordinadas (Tesouraria, Aproveitamento e Almoxarifado) ;
- 3) Idem sobre as demais Cias. e Repartições, ou seja de modo geral, sobre a Unidade ;
- d) Implanta uma norma para reduzir as despesas ao mínimo, ou seja, economizar sem prejudicar. Portanto, fixa :
  - 1) Medidas para controlar o consumo de papel (grande sorvedouro de dinheiro na Unidade) ;



- 2) A organização de um quadro de dotação de material de expediente para o R.I., de maneira a que :
- 1) Represente a área exata das necessidades reais ;
- 2) Atenta a todos ;
- 3) Um quadro de prioridade das necessidades do Corpo, as quais serão satisfeitas progressivamente ;
- 4) Um diagrama para conter disposições que visem acabar de vez com a sujeira no Quartel, evitando-se sua limpeza em detrimento do emprêgo, em demasia, de homens para faxina ;
- 5) A necessidade de, a todo o instante lembrar-se de que cabe à 4ª Secção grande e importante responsabilidade na assistência material à tropa e à estrutura representativa do edifício da Unidade. Que, antes de exigir-se o máximo do homem, ao homem dê-se-lhe o máximo de meios. A tôda missão, tradução da idéia do chefe, corresponde, automaticamente, um fluxo de meios para levá-lo à consecução do que, êle, chefe, quer e deseja.

## PEDIDOS DE LIVROS

**Escreva o título da obra e o nome de seu autor — Quantos volumes deseja e o seu nome e endereço — Os pedidos via rádio devem ser feitos pelos companheiros que servirem em guarnições longínquas — “A Defesa Nacional” adquire e remete pelo sistema reembolsável qualquer livro — das livrarias desta capital —**





## A INDÚSTRIA PESADA E O PROGRESSO DO BRASIL

"O movimento da indústria pesada e o progresso econômico do Brasil" foi o tema da conferência que o General Edmundo de Macedo Soares e Silva, presidente da Companhia Siderúrgica Nacional, pronunciou na Comissão Nacional de Assistência Técnica, no Ministério das Relações Exteriores. No seu trabalho, o General Macedo Soares fixou os pródromos da siderurgia brasileira, realçando os pontos em que ela tomou impulso para, afinal, chegar ao ritmo de produção realmente apreciável que hoje entrega ao mercado, com reflexos inequívocos na economia brasileira.

João Batista Say dividia as atividades industriais em três categorias: extrativas, manufatureiras e comerciais ou distribuidoras. Esta classificação não está mais de acôrdo com o progresso fantástico que teve a atividade industrial sobretudo no fim do século XIX e no presente. Ainda assim, ela guarda um sentido prático.

As "indústrias pesadas" se enquadram nas atividades manufatureiras e são aquelas nas quais se opera a transformação de grandes massas de matérias-primas ou de produtos semi-manufaturados em mercadorias fundamentais para a vida de uma Nação: metais, máquinas, material de transporte, grandes estruturas metálicas e armamento. Elas são, por conseguinte: as indústrias metalúrgicas, entre as quais avulta a siderurgia; e as grandes indústrias mecânicas; a forja pesada; a caldeiraria e a seralheria pesada (produção de corpos cilíndricos, reservatórios, tanques e de grandes estruturas para edifícios, pontes e viadutos); a fabricação de máquinas operatrizes e motrizes (inclusive material elétrico); a construção de máquinas agrícolas; a fabricação de material para a construção civil (betoneiras, escavadeiras, etc.); material de transporte (ferroviário, rodoviário, aeronáutico e naval); e a produção de material de guerra.

A importância das "indústrias pesadas" é, como vemos, fundamental; sem elas, todo o sistema industrial de um povo fica na dependência da importação de produtos comuns que são indispensá-



veis a atividades essenciais, como cultivo de solo, e extração de riquezas minerais naturais, produção de energia, organização de transporte e defesa militar.

A autonomia econômica de uma nação é extremamente precária, quando ela depende das indústrias pesadas de outros países para satisfazer às necessidades normais e básicas de sua vida. Compreende-se, assim, a importância do esforço que nosso país vem fazendo para implantar dentro de suas fronteiras, com o máximo de aproveitamento de recursos naturais próprios, indústrias que são as colunas mestras do progresso dos povos.

Para estudarmos o tema que tivemos a honra de receber da "Comissão Nacional de Assistência Técnica", tínhamos que iniciar por essa definição e, agora, deveremos mostrar como se apresentou o problema para o nosso país, levando em conta a nossa formação.

No início de sua admirável obra "Technics and Civilization", Lewis Mumford escreve: "Durante os últimos mil anos a base material e as formas culturais da Civilização Ocidental têm sido profundamente modificadas pelo desenvolvimento da máquina". (1)

Com efeito, a nossa vida comum vem sendo de tal maneira afetada pelo progresso industrial em geral que já se costuma afirmar que vivemos "uma civilização mecânica".

Certo, fica bem a um historiador, como Mumford, procurar um período largo da História da Humanidade e, nêle, ressaltar a influência da máquina sobre nós. Mas não é preciso análise tão longa e tão profunda para sentir a característica mais notável da época em que vivemos e nem isso é necessário a um brasileiro, no exame do "movimento da indústria pesada" nesta parte das Américas; de fato, nossa industrialização veio, sobretudo, do Hemisfério Norte, destituído como era o nosso selvícola de imaginação criadora que lhe tivesse permitido inventar en-

genhos úteis à produção moderna, mesmo que fôsse por evolução.

O "pilgrim" americano levou com ele uma tradição industrial. A ambiência na Grã-Bretanha, de clima e de isolamento em relação ao Continente, formara, pouco a pouco, a filosofia enunciada por Francis Bacon, e os ingleses se atiraram ao estudo das ciências físicas e naturais, com o objetivo de criar uma vida melhor pelo aproveitamento dos recursos do solo e subsolo. As concepções dos filósofos gregos opuseram uma doutrina que deu sentido mais prático à vida, identificando o homem com o meio em que vive.

A moral religiosa, o espírito pragmático e o desejo de construir outra pátria, de ficar, foram as características principais dos pioneiros, que se dirigiram para o Mundo Novo, a fim de povoar latitudes iguais às que eles habitavam na Europa. Esta é outra marca importante a assinalar, porque permitiu aos emigrantes encontrar condições ecológicas semelhantes às que eles estavam habituados normalmente.

Ao passo que o fenômeno ao Norte se passava assim, a exploração do nosso território se fez com um sentido e com características completamente diferentes. Aqui o português encontrou clima, solo, flora e animais que ele não tinha em seu país natal. Teve de aplicar à terra o método de ocupação colonial. Procurou comerciar com o gentio e, não o conseguindo, pelo baixo nível mental dos nossos selvícolas, tentou escravizá-lo. Ai também fracassou e passou a lançar mão do negro.

E a tradição, a experiência industrial? Não tinham os portugueses as mesmas inclinações dos europeus do Norte. O exercício da indústria, que se fazia, no XVI século, através do artesanato, exigia uma formação demorada, passando os ofícios, geralmente, de pais para filhos e sendo monopolizados pelas "corporações de artífices"; essas regulavam o exercício das profissões e davam aos que praticavam as credenciais que os consagravam como possuindo a experiência e os

(1) Technics and Civilization, Lewis Mumford, George Routledge & Sons Ltd. (Londres, 1947).



mentos indispensáveis para o trabalho.

do, nas Flandres e na Es-  
 via já existiam grupos hu-  
 com importância maior do  
 a simples família, pratican-  
 que caracteriza atualmente  
 dústria, na Península Ibéri-  
 sobretudo em Portugal, a  
 idade não estimulava ativi-  
 dências. Os portugueses  
 caracterizavam por certas ativi-  
 artesanais como, por exem-  
 do talho de pedra, sendo no-  
 construtores com esse mate-  
 Mas, por outro lado, como  
 mostra Sérgio Buarque de Ho-  
 o culto da pessoa humana  
 interpretação da teoria do livre  
 o criaram uma mentalidade  
 à associação: o mérito e a  
 sababilidade individuais é que  
 ravam pleno reconhecimento  
 trabalho manual e mecânico  
 nado como inimigo da perso-  
 de, visando a "um fim exte-  
 o homem" e pretendendo, as-  
 conseguir a perfeição de uma  
 distinta dele". (2)

é uma conclusão importan-  
 omos oriundos de um povo  
 tradição industrial, especial-  
 mecânica, ocupando um ter-  
 pequenino, e extremamente  
 ssado no comércio de espe-  
 que eram obtidas através  
 ceanos, atividade que condi-  
 n o gênio navegador da raça.  
 as as condições das terras des-  
 as, inclusive sua extensão, e  
 talidade dos descobridores, foi  
 al o método seguido para a ex-  
 ão. A adaptabilidade dos lusi-  
 era extraordinária; graças a  
 à experiência adquirida, eles  
 am iniciar atividades proveito-  
 nova colônia, principalmente  
 ivas. Mas começaram, tam-  
 o trabalho agrícola e o açúcar  
 entou um grande papel, já no  
 XVII.

te século e no XVIII o inte-  
 geral era a descoberta do ouro,  
 ta e das pedras preciosas. To-  
 mbicionavam uma riqueza fá-  
 oucos eram os que pensavam

sèriamente em lançar as bases de  
 uma grande Nação, pelo desenvolvi-  
 mento dos elementos indispensáveis  
 à sua prosperidade econômica. Os  
 esforços se orientavam na pesqui-  
 sa e exploração dos metais e gemas  
 raras. O século XVIII foi, de fato,  
 no Brasil, o século do ouro, com as  
 epopéias bandeirantes que explora-  
 ram os atuais Estados de Minas,  
 Goiás e Mato Grosso, mas ouro de  
 aluvião, batelado dos cascalhos dos  
 rios ou encontrados em leitos maio-  
 res de cursos d'água desviados pelos  
 efeitos de forças naturais; nenhum  
 esforço realmente organizado, in-  
 dustrial.

Como escreveu Roberto Simon-  
 sen (3) "... em meados do século  
 XVII, só a nossa produção e expor-  
 tação na indústria açucareira ultra-  
 passaram, em largos períodos, três  
 milhões de libras esterlinas anual-  
 mente, quando a exportação total da  
 Inglaterra não alcançava aquela ci-  
 fra". E, no século XVIII, extraímos  
 e exportamos para a Europa, em  
 pouco mais de cinquenta anos,  
 um volume de ouro equivalente  
 a 50% de todo o ouro produzido no  
 mundo, nos três séculos anteriores,  
 e igual a toda a produção avurada  
 na América de 1493 a 1950!" (4)  
 Esse o resultado do trabalho colos-  
 sal, agrícola e extrativo, dos portu-  
 guêses.

No próprio século do descobre-  
 mento praticou-se no Brasil, de ma-  
 neira rudimentar, a metalurgia do  
 ferro, em 1554. Anchieta anunciou  
 à Coroa de Portugal a descoberta de  
 ferro e prata, dois anos depois da  
 do ouro.

Conforme relata Calógeras (5) é  
 provável que a descoberta do ferro  
 tenha sido feita por Afonso Sardi-  
 nha, na Serra do Cubatão, duas lé-  
 guas a Sudeste de São Paulo, no  
 rio Jeribatuba, afluente do atual Pi-  
 nheiros. O ferro deve ter sido ex-  
 traído por processo direto, prová-

(3) A Evolução Industrial do Brasil, Roberto Simonsen, Federação das Indústrias de São Paulo, 1939.

(4) As Minas do Brasil e sua Legislação, Calógeras, Rio, Imprensa Nacional, 1905.

(5) História da Civilização Brasileira, Pedro Calmon, 3ª ed., Brasileira, 1937.

Raízes do Brasil, Sérgio Buarque de Holanda (2ª ed.), José Olímpio (1948).



velmente catalão, por algum fundador com experiência adquirida na Espanha. Convém assinalar que os africanos, igualmente, praticavam um processo direto mais primitivo que o catalão, que bem pode ter sido o empregado na época.

A exploração de nossos minérios de ferro continuou a ser feita, em pequena escala, no Estado de São Paulo e, depois em Minas Gerais, durante o fim do XVI e todo XVII e XVIII séculos. Era capitão-general, nessa última Capitania, o notável administrador D. Rodrigo José de Menezes, mais tarde Conde de Cavaleiros; em 1780 escreveu êle ao Reino, propondo o estabelecimento de uma fábrica de ferro no território sob sua administração, dizendo textualmente: "Se em tôda a parte do mundo há êste metal necessário, em nenhuma há mais que nestas Minas". Em 1785, porém, um alvará de D. Maria I proibia terminantemente a existência de fábricas na Colônia. Era mister que ninguém se descursasse das atividades agrícolas e extrativas que eram as que interessavam à Metrópole.

O século XIX iria mudar essa situação. Logo no seu alvorecer, pouco tempo depois da ascensão à regência de D. João VI (pelo enlouquecimento de sua mãe, D. Maria I), e graças à clarividência de D. Rodrigo José de Menezes, foi dada liberdade, novamente, para o estabelecimento de fábricas de ferro no Brasil e abolido o impôsto sôbre a exportação de ferro. D. João VI iniciava, assim, a sua obra extraordinária de engrandecimento do Brasil.

Em 1799, um trabalho do Sr. José Vieira do Couto, naturalista acatado, antigo lente de Coimbra e residente em Tijuco (atual Diamantina), procurou orientar a Metrópole; intitulava-se êle: "A Capitania de Minas Gerais, seu território, clima e produções metálicas; a necessidade de restabelecer-se e animar a mineração decadente do Brasil; o comércio e exportação dos metais e interesses régios, com um apêndice sôbre os diamantes e nitro natural". O Dr. Vieira do Couto já falava na necessidade de serem estabelecidas grandes usinas e de fazer-se a liga-

ção da zona de minérios ao rio Doce, ao Jequitinhonha e ao São Francisco.

Manoel Faria da Câmara Bittencourt, o famoso "intendente Câmara", sustentou, pouco depois, projetos semelhantes aos de Vieira do Couto, visando à instalação de uma siderurgia na Bahia e em Minas Gerais.

A 24 de abril de 1801, o Govêrno Português mandou fundar uma fábrica de ferro em Sorocaba e, em 1803, pensou-se na organização de escolas de mineralogia e metalurgia, semelhantes às alemãs. Foi construído um forno em Ipanema, perto de Sorocaba, mas o projeto das escolas não teve seguimento.

D. João VI aqui chegando, cuidou logo de problemas metalúrgicos e, muito especialmente da siderurgia; incentivou, quanto a essa última, os projetos de Ipanema e do Morro Pilar; ligado a êste achavasse o Intendente Câmara.

Eschewege e Varnhagem, geólogos e metalurgistas alemães, a serviço da Coroa Portuguesa, chegaram ao Brasil nessa época.

Em 1810, um decreto de 13 de maio mandou organizar uma fundição de "peças de artilharia e de canos de espingardas", com um empréstimo de 100.000 cruzados; a 12 de novembro do mesmo ano, foi mandada instalar uma oficina de reparação de armas junto a cada regimento; e, em 1811, foi determinada a criação, em Minas, de uma fábrica de "espingardas e baionetas". Tinha a seu cargo êsse programa, que bem reflete as idéias avançadas do Govêrno da época, o Conde de Linhares, cuja morte, infelizmente, trouxe a suspensão de todos os trabalhos iniciados.

A Fábrica do Pilar fracassou, por falta de técnicos. O Intendente Câmara acusou Eschewege de não tê-lo ajudado, mas êste estava muito ocupado, construindo um forno em Congonhas do Campo, na atual fazenda da Fábrica, onde ainda hoje se podem ver as ruínas do velho estabelecimento.

Os suécos, mandados vir em 1811 por D. João VI para o funcionamento de Ipanema, não estiveram



à altura de seus contratos, por não serem especialistas, não tendo passado o episódio de sua permanência no Brasil de "uma grotesca aventura", no dizer severo, mas justo, de Laboriau.

Eschewege terminou seu trabalho na Fazenda da Fábrica, obtendo na Forja Patriótica (como foi denominada), a primeira corrida de gusa no Brasil em 12 de dezembro de 1812, há 143 anos, portanto. Varnhagem foi encarregado de terminar a construção dos fornos de Ipanema, pondo-os a correr em 1 de novembro de 1818.

Em 1817 aparecera no Brasil o notável engenheiro francês Monlevade, que montou um alto-forno em Caeté, Minas Gerais, e, mais tarde, em 1825, uma forja catalã em São Miguel de Piracicaba, no Vale do Rio Doce, no lugar que hoje tem o seu nome e onde se ergue a imponente usina da Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira.

Em 1822, com o advento da Independência, retiraram-se do Brasil Eschewege e Varnhagem. Monlevade morreu. Só as forjas catalãs lograram fazer escola e se multiplicaram. Os fornos de Ipanema e de Fábrica entraram em declínio, foram apagados e acesos diversas vezes, para finalmente se extinguírem. Em 1860, o Governo mandou fechar Ipanema, cujo funcionamento deixava a desejar, por incompetência dos seus dirigentes, reza a Crônica. Durante a guerra do Paraguai, ela foi, porém, mandada reorganizar, sob a direção do Capitão de Engenharia Joaquim Murça, cuja administração é louvada por todos os que a ela se referem. Em 1895, o estabelecimento foi fechado definitivamente, depois, sobretudo, de uma grande campanha do jovem engenheiro de minas Pandiá Calógeras, que apontou os erros praticados e a impropriedade da região para o desenvolvimento de uma indústria siderúrgica de vulto.

O problema da industrialização do Brasil, logo após a nossa Independência, complicava-se com os Tratados existentes com a Inglaterra, que, desde 1810, tinha o virtual monopólio do nosso comércio exterior. Esse Tratado terminou em 1844. Foi,

em consequência, extinto o regime do livre câmbio e o Império do Brasil adotou a primeira tarifa protecionista devida a Alves Branco, no Ministério Caravelas. (6)

Só, então, protegidas devidamente, começaram a surgir as indústrias pesadas. A mais importante de todas foi a que Mauá montou na Ponta da Areia, em Niterói, a partir de 1845. Constituíam-na uma fundição, oficinas mecânicas e estaleiros. Chegou a ter 1.000 operários, o que mostra sua importância na época. (7) A Ponta da Areia prestou relevantes serviços durante a Guerra do Paraguai, construindo navios e material de guerra. Fabricava tubos de gás, peças fundidas e mecânicas de toda espécie. Uma reforma tarifária em 1862, feita por Ferraz, arruinou o empreendimento. Continuou a vegetar, passando de mão em mão, até o começo do presente século, mas não se desenvolveu para dar ao país a indústria mecânica pesada, de que necessitava.

"Em torno de 1850", diz-nos Roberto Simonsen, (7) "contava o país com pouco mais de 50 estabelecimentos industriais, incluindo algumas dezenas de salineiras. Há referência a duas fábricas de tecidos, dez de indústrias de alimentação, duas de caixas e caixões, cinco de pequena metalurgia, sete de produtos químicos, nas quais estavam empregados capitais no valor de mais de 7 mil contos, que, ao câmbio de então, representavam cerca de 780.000 mil libras esterlinas".

Nessa época, fazia 59 anos que, nos Estados Unidos, Hamilton escrevera sua célebre Memória, que constituía todo o pedestal da industrialização americana; dissera ele: "Do mesmo modo que as crianças têm necessidade de proteção, da mesma maneira uma jovem indústria exige, para se desenvolver, a tutela do Estado, sob a forma de uma tarifa alfandegária". (8) Este

(6) Mauá, Alberto de Faria, 2ª ed., Brasillana, 1933.

(7) Op. citada.

(8) Autarchie et Economie Complexe, Charles Hereson, cita o "Report in the Subject of Manufactures", de A. Hamilton (Librairie Technique et Economique, Paris, 1937).



proteccionismo foi denominado nos Estados Unidos de "Proteccionismo educador" ou "infant industry protection".

Em 1876, deu-se um fato notável, para o desenvolvimento industrial do país: a organização da Escola de Minas de Ouro Preto, tendo à frente o grande mestre francês Gorceix.

Os estudos realizados na Escola de Minas, por um lado, e o natural desenvolvimento do país, por outro, encorajaram algumas iniciativas; assim, em 1888, os industriais Joseph Perspacher, Amaro da Silveira e Carlos da Costa Wigg, fundaram a Usina Esperança, perto de Itabira do Campo (hoje Itabirito), à margem da bitola estreita da E.F.C.B.; construiu-se um alto-forno para seis ton./24h. Em Burnier, no entroncamento da Linha do Centro da E.F.C.B., com o ramal de Ouro Preto, foi construído, pela Companhia Dr. J. Queiroz, outro alto-forno. Ambos funcionavam com carvão de madeira.

Em 1892, a Cia. Forjas e Estaleiros adquiriu a antiga fábrica de Monlevade, em São José do Piracicaba, e nela instalou martelos-pilões para espicar duas toneladas de ferro por dia; em 1897 já produzia três a quatro toneladas; nessa ocasião aproximaram-se os trilhos da Central do Brasil, trazendo ferro mais barato do litoral; a fábrica teve de paralisar sua produção e a Cia. faliu. O mesmo destino teve uma forja construída no Município de Mariana, pelo Dr. Ernesto Betim Paes Leme, para produzir uma ton./24h.; fechou em 1894, poucos meses depois de ter começado a trabalhar.

No início do século XX a situação da indústria pesada no Brasil era precaríssima: só um alto-forno, o de Esperança, estava aceso, produzindo cerca de 2.000 tons. de ferro gusa por ano; cerca de uma centena de forjas espalhavam-se pelo interior do Estado de Minas Gerais, fabricando, aproximadamente, 2.000 tons./ano de ferro em barra, em lugares desprovidos de comunicações. Iniciara-se a exportação de

minério de manganês da região de Burnier, Ouro Preto (160.000 tons.), em 1902, mas isso era apenas mais uma atividade extrativa.

O balanço do século XIX é contristador no que se refere ao desenvolvimento industrial brasileiro e, mórmente, no que diz respeito às grandes indústrias metalúrgicas e mecânicas. O café nos deu boas rendas no fim do Império e houve um certo afluxo de capitais estrangeiros para o país. Mas a situação política e a crise provocada com a lei de 13 de maio de 1888 não encorajaram os grandes empreendimentos. O fator principal, entretanto, foi a oscilação na política econômica. Depois de uma orientação firmemente protecionista, a exemplo dos Estados Unidos, outros ministérios passaram a mudar tarifas e o resultado foi desastroso. A indústria metalúrgica, como vimos, regrediu, e a mecânica sofreu o impacto das pautas baixas do Rio Branco e Saraiva, em 1874 e 1884, (9) de tal forma que só as oficinas das estradas de ferro se apresentavam realmente aparelhadas. A indústria mecânica particular era rudimentar, vindo a única, de algum porte, que era a da Ponta da Areia, a definir pelas condições originadas pela importação. Cita-nos Roberto Simonsen que, em São Paulo, se criou uma importante indústria de máquinas para o benefício e tratamento do café, "em cuja composição, porém, entrava mais madeira do que ferro". (10) Era o círculo vicioso: não havia consumo para o ferro e, por isso, ele não era fabricado, e não se empregava ferro, porque era necessário importá-lo, por não haver produção nacional...

A falta de indústria mecânica e metalúrgica se refletia ainda doutra maneira: as indústrias do açúcar (datando do século do descobrimento) e a têxtil, importavam todos os seus equipamentos, os mais simples. Aliás, essa situação perdura ainda hoje, em grande parte.

Por outro lado, não cuidamos da formação tecnológica da nossa sociedade, não dispendo o País, nessa época, nem de ensino profissional

(9) Pedro Calmon, op. cit.

(10) Roberto Simonsen, op. cit.



primário e médio, nem de escolas superiores, em número suficiente, para a preparação de quadros em todos os escalões de hierarquia. E não nos queremos referir apenas à Engenharia, mas todas as outras formas de atividade que predispõem os homens para as funções de gerência. A situação, durante o século XIX, foi aquela a que se referiu o almirante Jaceguay, em suas "Memórias", quando morreu o maquinista do primeiro navio de vapor adquirido no Brasil, por Felisberto Caldeira Brant (depois Marquês de Barbacena), a nau teve de ser abandonada, porque não havia na Côte quem pudesse operar suas máquinas. (11)

Assim, durante o século glorioso do carvão e da máquina de vapor, quando a Inglaterra atingiu o seu apogeu e o Mundo começou a se mecanizar, permaneceu o Brasil estagnado no que diz respeito à industrialização de seus imensos recursos.

A partir de 1900 a situação mostrou tendência para uma mudança sensível. Estávamos (como ainda, até certo ponto, estamos hoje), à espera de uma "avalanche" de capitais estrangeiros. Eles vieram mais tarde, embora lentamente, e nunca com a abundância anunciada, e, mais ainda, sobretudo para serviços públicos: muito pouco para a industrialização de base. O café, entretanto, nos deu o ouro necessário para a importação de equipamentos; o desenvolvimento do País nos apresentou um mercado ávido, e um proteccionismo alfandegário mais persistente nos permitiu essa "infant industry protection", a que se referia Hamilton. A produção de energia elétrica chegou, como um dos empreendimentos estrangeiros entre nós: a construção das usinas do Rio e de São Paulo da chamada "Light & Power".

A construção de estradas de ferro prosseguiu em ritmo acelerado, tendo, no governo Hermes da Fonseca, atingido um "record" nunca depois ultrapassado: 4.737 km.

Em 1909-1910, Nilo Peçanha estabeleceu concessões para a criação da indústria siderúrgica em grande escala, oferecendo garantias de consumo, facilidades de transportes e facilidades portuárias. Em 1911, surgiu um projeto apresentado pelo grande pioneiro que foi Trajano de Medeiros para a construção de uma siderurgia completa nas proximidades de Juiz de Fora; dificuldades de toda a ordem, e, por último, a primeira Guerra Mundial fizeram esboroar uma obra que teria dado ao nosso País um impulso poderoso, preenchendo enorme lacuna durante um longo período em que ficamos mais ou menos apartados do resto do mundo.

Nos primeiros vinte anos do século corrente começamos a colher os frutos da Escola de Minas de Ouro Preto. Notou-se a formação de uma mentalidade mais esclarecida a respeito dos problemas de produção mineral. Foram contratados técnicos estrangeiros para dirigir estudos no Brasil. Miguel Calmon, ministro de Rodrigues Alves, dividiu o País em três zonas geológicas, sob a chefia de Orville Derby, e as entregou à direção de especialistas brasileiros: Paulo de Oliveira, Gonzaga de Campos e Antonio Olyntho. Nossos carvões do Sul começaram a ser estudados mais cuidadosamente, sobressaindo-se os trabalhos de White, Gonzaga de Campos e Euzébio de Oliveira.

Durante a primeira guerra mundial o Brasil adquiriu uma dura experiência. Ficamos privados de quase tudo e tivemos de aproveitar ao máximo nossos recursos próprios. Aprendemos a dar-lhes maior valor e compreendemos que não poderíamos prescindir de certas iniciativas industriais que nos dariam maior auto-suficiência, em caso de isolamento da Europa e dos Estados Unidos.

No governo Epitácio, dois fatos importantes precisam ser postos em relevo: em primeiro lugar o ministro da Agricultura, Dr. Simões Lopes, mandou fazer na Europa, pelo professor Fleury da Rocha, estudos sobre o aproveitamento dos

(11) Jaceguay, Memórias, apend. História da Civilização Brasileira, Pedro Calmon, 3ª ed., 1937.



carvões do Sul para fabricação de coque metalúrgico; esses trabalhos foram definitivos e tiveram uma influência decisiva sobre a implantação da nossa grande siderurgia; em segundo lugar, apareceu uma sociedade, a Itabira Iron Ore Co., solicitando concessões para o estabelecimento de empresas de mineração, de transportes, portuárias e siderúrgicas; os favores pedidos, importando em verdadeiro monopólio de exportação dos minérios de Itabira, levantaram enorme celeuma no País; durante vinte anos, todas as iniciativas de vulto, objetivando a utilização de nossos minérios de ferro, ficaram em suspenso; se a Itabira Iron Ore Co. conseguisse os favores pleiteados, ninguém poderia concorrer com ela; o contrato aprovado pelo Executivo e a que o Tribunal de Contas negou registro não admitia o transporte de minérios de terceiros na "estrada de ferro industrial" da Companhia, nem o seu carregamento no "embarcadouro", que seria construído 60 milhas ao Norte de Vitória. Só por decreto de 11 de agosto de 1939 foi declarado caduco o contrato, que só não entrara em vigor por não ter sido completado por outros atos que competiam ao Governo do Estado de Minas Gerais.

Durante esse período de 1920 a 1930 o fato mais importante foi a formação da Cia. Belgo Mineira, com sede em Sabará, Minas Gerais. Adquirindo pequena usina, aí construída por brasileiros beneméritos (Cristiano Guimarães, Amaro Laneri, Gil Guatimosin e outros), ela começou a trazer para o Brasil a experiência de um poderoso grupo europeu, a "Arbed", com suas usinas principais no Luxemburgo.

Chegamos, assim, a 1930, com uma produção de 36.000 tons de ferro-gusa, em 11 altos fornos de carvão de madeira e de 30.000 toneladas de laminados em pequenos laminadores, de concepção antiga. A extração de carvão de pedra, no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina, era apenas de 330.000 toneladas-ano. A indústria mecânica progredira sensivelmente, mas nada se assemelhava à "indústria mecânica pesada", cujas máquinas fazem

máquinas; eram oficinas de manutenção, ou de fabricação de objetos correntes, usados pelo grande público; fogões, artigos sanitários, ferramentas agrícolas rudimentares e certas máquinas para café (em cuja construção a madeira continuava a figurar, substituindo o aço e o ferro maleável).

O movimento da indústria pesada permanecia num ritmo pouco acelerado. Mas os fatores que lhe iam mudar a velocidade já existiam e começaram a desempenhar seu papel; havia um melhor conhecimento das matérias-primas domésticas; o mercado consumidor era sensível; técnicos nacionais apareciam, não formados pelo Governo, mas espontaneamente preparados na Europa, nos Estados Unidos ou em nossas Escolas; o sentimento da defesa nacional nas classes armadas tomara feição moderna e exigia maior auto-suficiência; a Escola Técnica do Exército (novo órgão para a formação de engenheiros militares) teve sua origem com a reorganização do ensino, quando foi ministro da Guerra o General Alberto Cardoso de Aguiar; e, mais do que nunca, o movimento de 1930, como toda transformação política súbita, trouxera um ímpeto que iria ser aproveitado. Tivemos o exemplo do que vale um "pensamento diretor"; embora hesitando diante da complexidade dos problemas e da escassez dos recursos, o Chefe do Governo, Presidente Getúlio Vargas, manteve viva a idéia e nomeou várias comissões para estudar diversos aspectos das soluções apresentadas. Atendendo ao programa da "Comissão Nacional de Siderurgia" e às constantes sugestões do Estado-Maior do Exército, prestigiou a construção da Usina de Monlevade da Cia Siderúrgica Belgo-Mineira, fazendo o prolongamento do ramal da E.F.C.B. de Santa Bárbara a São José da Lagoa (hoje Nova Era). Em 1937 começou esse estabelecimento a funcionar, com dois altos fornos de carvão de madeira, de 100 tons/24h. cada um. Em visita à instalação, em 1938, pôde o Presidente da República fazer anunciar que o Governo iniciaria breve as medidas para a construção de



outra grande usina, essa com coque siderúrgico e para a produção de produtos planos e grandes perfis. Estava decidida, assim, em princípio, a implantação de uma indústria de porte, com funcionamento normal, isto é, sem carvão de madeira.

Em 1939, com efeito, após gestão do Ministro Osvaldo Aranha em Washington, e de hábil ação do embaixador Carlos Martins, convidava o Governo Brasileiro um poderoso grupo americano para, com interesses privados nossos e o próprio Tesouro Nacional, vir construir aqui uma usina com coque, de dimensões comuns. (12)

A Comissão que os americanos enviaram ao Brasil, opinou favoravelmente à idéia, escrevendo excelente Relatório, mas a guerra que irrompeu na Europa, destruiu as esperanças dos que desejavam essa colaboração.

Foi, então, que o Governo Brasileiro decidiu assumir a responsabilidade de levar adiante o empreendimento, de qualquer modo, e nomeou a Comissão Executiva do Plano Siderúrgico, sob a presidência do Dr. Guilherme Guinle. Em 1946, elevada a produção do carvão catarinense para 800.000 toneladas; construído o lavador de Tubarão que permitiu obter carvão metalúrgico; concluído gigantesco trabalho na E.F.C.B.; adquirida uma frota carvoeira; abertas novas frentes de calcário e de minério de ferro em Minas Gerais — correu gusa pela primeira vez no alto forno número 1 de Volta Redonda! Era, indiscutivelmente, um marco na industrialização do País.

A produção nacional de aço, que já aumentara com Monlevade, começou a subir mais rapidamente. E logo, também, a indústria de transformação. Inúmeros estabelecimentos se criaram em São Paulo, sobretudo, mas igualmente no Sul, no Distrito Federal, no Estado do Rio e em Minas Gerais. As instalações da Cia. Siderúrgica Nacional custaram US\$ 45.000.000,00, obtidos por empréstimo no Banco de Exportação e Importação de Washington D.C., e cerca de ..... Cr\$ 2.000.000.000,00 de que parte

foi convertida em dólares para a aquisição de mais equipamentos, de navios e para o pagamento de fretes, seguros e serviços de engenharia nos Estados Unidos.

Volta Redonda pode produzir chapas até 1,66m de largura e 14m de comprimento. Seu laminador de chapas grossas foi adquirido, visando à construção naval; com efeito, consultado o Ministério da Marinha, verificou-se que as necessidades previsíveis eram em cerca de 90%, de largura inferior à citada. Todos os perfis navais podem ser, do mesmo modo, laminados em Volta Redonda.

Com o funcionamento da nova usina siderúrgica, as indústrias de caldeiraria e de serralheria pesadas entraram a crescer, embora lentamente; a forja também progrediu, mas devagar; a fundição e a mecânica de porte estão ensaiando seus passos; já podemos fundir peça até 40 toneladas, mas, em geral, temos dificuldade de usiná-las, porque nos faltam máquinas adequadas para isso; grandes tornos, plainas, frezadoras, furadores etc.

A própria C.S.N. acabou de pôr em funcionamento uma serralheria para a construção de estruturas pesadas, destinadas a edifícios, pontes, viadutos, torres etc. É o que há de mais moderno na especialidade e qualquer trabalho do ramo poderá ser executado nas novas oficinas.

Muito de propósito não citamos até agora o equipamento das fábricas militares, mas o que existe acumulado em material e experiência nos arsenais e fábricas da Marinha e do Exército representa enorme aquisição, a serviço do progresso nacional.

A indústria siderúrgica está em pleno desenvolvimento entre nós.

A Cia. Siderúrgica Nacional terminará antes do fim do corrente ano sua primeira expansão e ficará apta a produzir 160.000 toneladas de lingotes de aço a mais do que no ano passado (em que produziu 590.000). A Cia. Siderúrgica Belgo-Mineira está aumentando a Usina de Monlevade que dobrará a produção até dezembro de 1956, o que significa também mais 160.000 toneladas de lingotes de aço. A Cia. Mannesmann, em Belo Hori-



zonte, funciona no momento com aço de Volta Redonda, mas terminará ainda este ano seu departamento metalúrgico, em que fabricará 125.000 toneladas de lingotes. A Cia. de Aços Especiais Itabira, em Coronel Fabriciano (Minas), no vale do Rio Doce, se especializa no fabrico de aços que não são feitos em Volta Redonda e terminará a montagem de novos fornos e laminadores em princípios de 1958, podendo correr mais 85.000 toneladas de lingotes do que atualmente; finda, no momento, a construção de uma usina hidroelétrica de 48.000 kws. Aços Vilarés, em São Paulo, segue o mesmo caminho visando a crescer de 15.000 toneladas de lingotes de aços especiais por ano a sua presente produção. Alguns outros pequenos empreendimentos se estão preparando para fundir mais 75.000 toneladas de lingotes. Gradualmente, atingiremos, em 1958, 1.800.000 toneladas de lingotes de aço.

Volta Redonda que é a única usina a laminar grande tonelagem de chapas, está com segunda expansão estudada, para produzir mais 250.000 toneladas de lingotes, elevando sua quota no cômputo nacional, a .... 1.000.000 de toneladas; o projeto inicial previu isso, de forma que, então, alcançará ela o máximo do rendimento. Esse acréscimo, que deverá ser iniciado proximamente, deverá terminar em 1959. Em 1960 o Brasil atingirá, assim, 2.000.000 toneladas de lingotes, correspondendo a 1.500.000 toneladas de laminados, das mais variadas espécies de aço.

Será isso excessivo para o nosso País?

O ilustre metalurgista Robert F. Hehl, professor do "Carnegie Institute of Technology", de Pittsburgh, apresentou, em maio de 1952, um "Relatório sobre a indústria metalúrgica no Brasil", tendo sido o estudo feito a pedido da "Comissão Mista Brasil-Estados Unidos para Desenvolvimento Econômico". Chegou ele à conclusão de que necessitaremos, em 1960, de cerca de 1.700.000 toneladas de aço, e, em 1980, de 6.000.000 de toneladas. O Conselho Nacional de Minas e Me-

talúrgia fez, ao mesmo tempo e sem conhecimento do trabalho referido, um levantamento das necessidades nacionais, chegando à cifra de.... 2.500.000 toneladas de lingotes em 1960, com uma estimativa extremamente moderada; isto corresponde a 1.860.000 toneladas de laminados e não se considerou na pesquisa, senão uma modesta fabricação de caminhões e de máquinas no País; se essas indústrias se desenvolverem, como se prevê, o consumo será muito maior.

Com efeito, convém ter presente a seguinte observação da Comissão Econômica da ONU para a Europa, no relatório publicado em 1953: o uso do aço é de dois tipos: há uma parte que entra em construções permanentes, como edifícios, portos, estradas de ferro (via permanente) "pipe-lines", etc.; outra parte, a mais importante, se emprega na produção de máquinas, ferramentas, veículos e utensílios de toda a sorte. A primeira categoria corresponde a 25% da produção de aços nos países industrializados; os laminados usados nas construções permanentes não exigem muita transformação para serem utilizados; em alguns casos, como os trilhos, são empregados como vêm das usinas siderúrgicas; não produzem muita sucata, porque têm uso prolongado e às vezes não voltam mais aos fornos, como os vergalhões que armam o concreto. Os da segunda categoria correspondem a 75% da produção dos países industrializados; na maioria dos casos, os laminados que entram na fabricação de máquinas sofrem transformação radical, depois que deixam a usina siderúrgica; são forjados, usinados, recobertos, tratados térmica e quimicamente; esses trabalhos exigem técnica especializada. Para que se tenha idéia nítida da diferença entre os dois grupos apontados, basta considerar-se que, nos Estados Unidos, o consumo para instalações fixas (1º tipo) é de 119 kg por habitante, e, para produção de máquinas, veículos e equipamentos (2º tipo), 448 kg; a produção guarda a mesma proporção na Inglaterra, na Bélgica, na Suécia, etc. O consumo brasileiro é quase todo do primeiro



tipo e tende a crescer rapidamente, à medida que progredimos nas fabricações da segunda categoria.

Como enfrentar desde já o "deficit" previsível?

Há, no momento, dois projetos em potencial: um, apoiado em lei, com crédito de Cr\$ 2.500.000.000,00 no "Plano do Carvão", para construção de uma usina em Santa Catarina; outro idealizado por um grupo paulista, que estuda a construção de uma usina em Santos, com o auxílio dos governos estadual e federal, e com subscrição particular; esses dois empreendimentos não farão, somados, menos de... 450.000 toneladas de lingotes, sendo que a usina santista se destina à produção de chapas largas em bobinas. Se forem iniciados nos próximos dois anos, poderão estar terminados em 1960, fazendo crescer a produção nacional para 2.450.000 toneladas de lingotes, o que nos colocará dentro da previsão do Conselho Nacional de Minas e Metalurgia.

O consumo "per-capita" em nosso país se elevará, então, a 40 ks por habitante, o que é uma cifra extremamente modesta, como se pode ver no quadro junto. Os projetos em curso e os que estão em estudos são perfeitamente sãos, correspondendo ao acréscimo normal do mercado brasileiro.

No Brasil, porém, não existe apenas a metalurgia do ferro. Há outros metais que já figuram em nossas estatísticas de produção e que precisam ser citados. Em primeiro lugar, o ouro, retirado do minério que é extraído numa das minas mais profundas do mundo, por uma Companhia pertencente a Ingleses, "St. John d'el Rey Gold Mines Co.", em Nova Lima, Minas Gerais. Nossa produção é de cerca de 4.000 kgs. por ano, há muito tempo; recupera-se o arsênico (800 a 900 tons./ano). Há planos para aumentar a extração.

A metalurgia do alumínio está hoje seguramente implantada no Brasil; a primeira usina, obra de René Giannetti, está funcionando em Saramenha, próximo a Ouro Preto; produz 1.500 toneladas de alumínio em lingotes por ano; a se-

gunda, graças à capacidade realizadora de Ermirio de Moraes, está entrando em operação em São Paulo (estação de alumínio, da E.F. Sorocabana); inicia-se com a produção de 6.000 toneladas-ano, mas deverá ser rapidamente ampliada. Produzimos, portanto, 7.500 toneladas para um consumo de 18.000; há muito a fazer neste setor, mas poderemos conseguir auto-suficiência, porque possuímos matérias-primas em abundância e nos apoderamos de uma técnica que, por muito tempo, foi conservada num círculo fechado.

Temos, também, uma certa produção de chumbo: 3.150 toneladas, em 1953; o consumo vai a 28.000; aí, igualmente, precisamos trabalhar. Ligada ao chumbo, existe a prata, que é recuperada (6.000 kgs em 1953).

O estanho, de que necessitamos 1.300 toneladas-ano, já é produzido em Barra Mansa, de cassiterita de vários pontos do País (principalmente de Minas Gerais) e de concentrados importados; a matéria-prima nacional, por enquanto, concorre apenas com 20% do metal produzido no País. Mas, neste caso, vale-nos, como no do alumínio, o "know how" conseguido.

Há um grande esforço para produzir cobre no País; nossas necessidades vão além de 40.000 tons.-ano; há probabilidades de estarmos breve utilizando minérios do Rio Grande do Sul e da Bahia, para uma produção de parte desse consumo. É, entretanto, apenas uma perspectiva.

Nossa produção de ferro-ligas (ferro-manganês, ferro-silício, ferro-silício-manganês) sobe a cerca de 11.000 tons./ano. Está sendo acrescentada com novo forno que entrou em funcionamento na Eletro Química Brasileira, de Ouro Preto, e existem projetos em andamento, inclusive um da própria C.S.N. As importações atuais ainda são volumosas.

Finalmente, aprestam-se as Cias. Aços Especiais Itabira e Siderúrgica Nacional para montar prensas hidráulicas possantes em Acesita e em Volta Redonda. O País terá então possibilidades para forjamento de grandes peças que ele não tem atualmente: eixos de motores, ár-



vores de navios, hastes de sondas, etc.

Volta Redonda já pode fundir peças de aço e de ferro fundido (acima de 40 toneladas) em suas fundições; com despesas moderadas é possível, mesmo, chegar à fundição de peças de mais de 100 toneladas.

Isso permitirá o advento da indústria mecânica pesada. Há uma Comissão nomeada recentemente pelo Governo para esse fim; sob a presidência do General Berenhauser. O objetivo é organizar uma Companhia, tanto quanto possível privada, para montar uma oficina mecânica de porte, podendo usinar peças de grandes dimensões. O Brasil passará a produzir fábricas de cimento, todo o aparelhamento para usinas de açúcar, laminadores, material elétrico pesado, etc. Será o complemento das fábricas Krupp (Jundiaí, São Paulo) e da IRFA (esta brasileira, associada à Man, no D.F.), ambas para fabricação de locomotivas elétricas, diesel-elétricas e diesel-hidráulicas (a IRFA está em funcionamento e monta agora uma fábrica moderna de motores diesel); da Mercedes Benz e outras fábricas de caminhões; da Cobrasma e da Fábrica Nacional de Vagões, que fazem material rodante, etc.

Um País, como o nosso, que importa 6 a 7 bilhões de cruzeiros de máquinas e veículos por ano, não pode deixar de representar um mercado estimulador para manufaturas internas. É o que está acontecendo.

Examinemos ainda mais um quadro (n. 3). Vemos, desde logo, o enorme surto industrial do País, que revela o seu progresso econômico.

Houve um certo desequilíbrio no desenvolvimento industrial do Brasil. A não ser a indústria siderúrgica, cujo crescimento obedeceu, em parte, a um pensamento diretor do próprio Governo Federal (como ressaltamos anteriormente), e a de cimento, cujo aumento resultou de estudos feitos pelos próprios particulares, mas, sobretudo, pela Associação Brasileira do Cimento Portland, os outros setores foram sendo desenvolvidos sem planejamento adequado. Cresceu enormemente a produção de bens de consumo, utili-

zando principalmente matérias-primas produzidas pelo próprio Governo em Volta Redonda, e não se aumentaram as indústrias básicas químicas, metalúrgicas e mecânicas. A capacidade de nossas fábricas de vagões raramente foi utilizada como devia. Nenhum estaleiro para construção de nossa frota mercante se aparelhou devidamente, pois que o mercado nacional é por demais incerto, mas o Brasil adquiriu navios no estrangeiro e continua a fazê-lo, mesmo depois de produzir chapas largas.

O que estamos apontando é o resultado da ausência de uma política segura de industrialização. Importamos fábricas inteiras para a indústria têxtil, mas impedimos a entrada no País de uma das melhores e mais tradicionais organizações para fazer teares e outros equipamentos de fiar e tecer; fechamos nossas portas a fábricas de caminhões, automóveis e tratores que aqui desejaram estabelecer-se abrindo a importação (*controlada*) a produtos que começam a ser produzidos entre nós; não estimulamos o crescimento de indústrias fundamentais. Na aquisição de bens capital não discriminamos entre os que vão produzir bens de consumo corrente e os que servem para produzir ferramentas, equipamentos e matérias-primas especiais. Aí está a razão pela qual nosso progresso industrial não tem tido o ritmo que muitos desejam.

Estamos agora perfeitamente vencidos de que não poderemos fazer prosperar indefinidamente indústrias de transformação baseadas na importação de matérias-primas e de ferramentas e equipamentos comuns. Para que essa importação fosse aplicável, seria indispensável exportar, sejam as próprias manufaturas, sejam outras mercadorias. Ora, no nosso caso, a exportação de produtos manufaturados nos põe imediatamente em concorrência com as grandes nações industriais, de onde nos vêm as matérias-primas, que trabalhamos em máquinas delas também importadas. A fragilidade do sistema é evidente. Por outro lado, nem sempre é possível o aumento rápido das exportações



de mercadorias agro-pecuárias ou minerais.

Essa insuficiência de nossos meios de troca nos tem levado a afirmar freqüentemente que, ou produziremos dentro de nossas fronteiras os elementos básicos para a vida de um povo livre, ou definharemos irremediavelmente, baixando ainda mais o padrão de nossa gente, cujo número aumenta com rapidez.

Nossa posição singular como abastecedor do mercado internacional, em relação a todos os produtos que poderemos oferecer — exceção do café, algodão e cacau — deu lugar à conhecida observação de Norman: "O Brasil é fornecedor mundial em época de emergência, quando uma deficiência de suprimento eleva os preços e permite a competição de produtos de alto custo. A supremacia do Brasil usualmente corresponde aos períodos do primeiro aparecimento de um produto em grandes quantidades nos mercados mundiais. Trata-se de uma economia frágil, de um aumento de quantidade e não de qualidade, pois os altos preços desses períodos nos estimulam a produzir mais, mas não a produzir mais barato. Os proveitos são oriundos da quantidade e não devidos a melhores métodos de produção".

A asserção é velha, mas vale ainda hoje, porque não modificamos nossos métodos de produzir.

A industrialização de um país não é apenas um problema para engenheiros e economistas. É um movimento mais profundo: uma atitude nacional.

Certo, há forças naturais que aceleram a industrialização de uma região, como a existência de fontes de energia facilmente aproveitáveis, a disponibilidade de um vasto mercado interno, a adaptabilidade do território aos meios de transporte de grandes massas e a ausência de peias filosóficas ou crenças que condenem a utilização da máquina. Mas a compreensão exata das elites, a atitude dos homens de direção econômica e política, o seu patriotismo e devotamento à causa geral, a sua capacidade de não oporem os seus mesquinhos interesses aos do programa nacional, geram as

condições para a criação de uma indústria moderna.

Na implantação das indústrias pesadas a aquisição e instalação de máquinas é alguma coisa, mas não é tudo; tudo é a existência de uma consciência industrial nas classes dirigentes que sobreponha às vantagens imediatas de um sistema comercial, às de um sistema de produção interna que, não diminuindo o primeiro, senão modificando-lhe a estrutura, irá fortificando a economia do País em bases muito mais seguras. Isso não se faz sem um enorme esforço e alguns sacrifícios.

O que impressiona, por exemplo, na industrialização da Inglaterra, não é só o aproveitamento inteligente dos recursos naturais dentro das possibilidades abertas pelas "grandes invenções", mas ainda a vontade coletiva da Nação e de seus governantes, postas em prática para o aproveitamento desses recursos. Tem-se a impressão, no estudo da história econômica da Grã-Bretanha, de que ninguém eria capaz de cometer algum ato que retardasse sequer a expansão industrial do país. É a compreensão perfeita de que o interesse de cada um é servido com a satisfação do interesse geral. A política inglesa demonstrou uma superioridade inigualável. Como observou Georges Bry, a Inglaterra conseguiu passar todo o século XIX sem revoluções, enquanto os outros povos se enfraqueciam em lutas intestinas; as guerras externas e a sua política internacional dominadora de então deram-lhe o domínio dos mares e a posse de matérias-primas em todos os continentes.

Seria possível entre nós organizar, no momento, algum órgão semelhante ao "Iron and Steel Board" da Inglaterra? Sua função oficial "é promover o suprimento eficiente, econômico e adequado, de aço e ferro, dentro de condições de concorrência". Tem-se a impressão de que produzir tornou-se para os ingleses uma função pública. O interesse geral nunca é esquecido, de forma que a atividade produtora corresponda, de fato, aos anseios nacionais, e seja, por isso, respeitada e auxiliada por todos.



Um sentimento semelhante se nota hoje nos Estados Unidos e, de maneira geral, nos países industrializados da Europa. A idéia de responsabilidade para com o consumidor existe e é uma das belezas da função de produzir numa indústria”.

Concluiu o General Macedo Soares :

“Creio firmemente na industrialização do nosso País porque ela corresponde a uma realidade e a uma necessidade. O movimento que se

operou em nossa indústria pesada o demonstra. Há ainda muito que fazer. Esse privilégio de poder realizar essa obra para o Brasil é nosso. Não o deixemos para futuras gerações. Ponhamos no trabalho nossas energias físicas, nossas inteligências e nossos corações.

Foi uma grande honra para mim desenvolver aqui, neste elevado ambiente do Itamarati, a tese que me deu a “Comissão de Assistência Técnica”. Apresento a todos os meus agradecimentos”.

---

## CONSELHO NACIONAL DE GEOGRAFIA

### A NOVA EDIÇÃO DO MAPA DO BRASIL

Acaba de aparecer nova edição do Mapa do Brasil na escala de 1 : 5.000.000, elaborada pelo Conselho Nacional de Geografia e impresso nas oficinas do Serviço Gráfico do IBGE. Trata-se, na verdade, de uma série de três mapas, com as mais atualizadas informações sobre a fisiografia do país e representando, de maneira precisa, a distribuição da rede hidrográfica e das zonas hipsométricas por meio de curvas de nível. Com espaçamento de 200 metros, o traçado das ferrovias e rodovias nacionais e ainda a localização das principais cidades e vilas do Brasil.

Dos mapas agora editados sobressaem dois mais elucidativos, a saber : o de relevo com as zonas hipsométricas assinaladas por uma gama de cores distintas e o da divisão política.

Com base em dados mais recentes, o Conselho Nacional de Geografia atualizou igualmente os cartogramas da densidade de população, com resultados do Censo de 1950, dos tipos de clima, da vegetação original, o mapa geológico e o das principais linhas do relevo brasileiro.

Fazem parte dos novos mapas encartes com a divisão regional, a densidade demográfica, tipos de clima, vegetação original, mapa geológico e principais linhas do relevo, todos eles de grande interesse didático.



## PANORAMA SOCIAL BRASILEIRO

HEITOR CALMON

São pontos negativos do panorama social, influenciado, profundamente, no panorama geral brasileiro, o isolacionismo do indivíduo e das instituições por ele constituídas, a ineficiência sócio-ministradora, evidenciada, em nosso país, pela insegurança econômica do povo e o desperdício de energias e inércia dêsse, conseqüentemente.

Já analisei alguns aspectos casuais da desordem social, em que subsistimos, quero, agora, apenas dizer que, decorrentemente dos três pontos referidos, espera, ainda, o indivíduo o seu direito de trabalhar por sua iniciativa, o seu trabalho habitual se faz sob condições de quase integral ausência de assistência e ordem sociais. Por isso se encontra a família em sensível desamparo econômico, unindo a sua submissão moral às cousas das necessidades econômico-vitais, desta forma assistindo, tantas vezes, a desgraça dos seus filhos, homens e moças.

Nestas bases, é que surgem os casos que empanam o lado moral da vida social do nosso país, de onde ressurgem as taras e perdições, que tanto se lastimam e se punem, sem nenhuma observação ou direção psicológicas.

Há anos, escrevendo uma carta a jornal desta Capital, relativamente às "favelas", momentoso problema nacional, duas vezes social, porque econômico, relativamente a pessoa humana e determinante do pânico periódico das erosões dos morros contra os próprios desígnios fundamentais de uma cidade, no caso, a "cidade maravilhosa", disse que esse problema se prende ao desajustamento social, levado ao caldo de cultura de terríveis meio e vivên-

cia, a que a tara e a degeneração se associam, advindo a imoralidade, tudo devido a falta de segura assistência social; que de lá descem em seda e baton, as moças, tanto para o trabalho normal, como e principalmente, para o meio da tolerância e dos convites a perdição. Focalizei a analogia, nesse sentido, com a descida dos apartamentos de Copacabana, como de todos os bairros, ao encontro da degeneração e do desvio moral. Nem a especulação econômica, que escraviza servidos e servidores, paira nas "favelas", com os negócios de casas e avenidas", como se verifica, abertamente, cá por baixo, em todos os meios "granfinos", a usura arrecada os últimos recursos da família, pervertendo, direta ou indiretamente, a moral de seus filhos.

Perdura a situação e posso, para melhor focalizar os aspectos da nossa vida e da nossa gente, afirmar que os nossos bairros não diferem da moral existente nas "favelas". Tudo provém das mesmas causas de desordem e desajustamento sociais.

Sentimos, portanto, qual o panorama brasileiro, pelo que venho aqui afirmando, sob as bases da observação comum, de todos quanto estão encarando a situação nacional, que pesa sobre os nossos ombros contemporâneos.

Não preciso, assim, para focalizar os aspectos sociais do panorama brasileiro, minuciar a situação inflacionária do país, já, antes referida, basta dizer das suas conseqüências-causas, no verdadeiro e fatigante círculo vicioso, em que se verifica a depressão do trabalhador, motivada pelos efeitos sociais da



inflação, conseqüente e inevitável diminuição do trabalho, em prejuízo da produção, com o concurso para a inércia do indivíduo e a continuidade inflacionária, já difícil se torna o nível da produção, por outras causas conhecidas, também influenciadoras dessa continuidade.

Sabemos, porém, que se torna, crescentemente, mais grave a situação, ante a falta de certa progressão entre o desenvolvimento da nossa produção, apesar de vagaroso, e dos meios de transporte, sempre deficientes, como se verifica, além de outros problemas, como o da energia elétrica, apresentando "deficit" aproximado de 2 milhões de KW, de capacidade instalada e da evidente falta de fomento à iniciativa, devida não aos serviços existentes, cujas diretorias merecem, por vezes, os melhores encômios, mas à falta de planejamentos governamentais. Isto equivale a dizer, paradoxalmente, que as providências administrativas não encaram o problema total do país, deixando-nos, muita vez, no terreno da demagogia, mais perigosa, neste caso, porque onerante, enquanto não houver planejamento total prevendo a progressão dos fatores sócio-econômicos.

Vale relevar uma solução, diretamente, econômica e, indiretamente, enriquecedora, para o povo, que o estimule, oriente e realize a iniciativa privada, através da capacidade psicotécnica provada, já de um simples trabalhador. Isso em face dos graves assuntos da necessidade de se solucionarem os problemas individuais, proporcionando-se, além de integral assistência social, o direito de iniciativa e trabalho, para o estímulo à produção, através da associação nacional, e os coletivos que cabem, assim, ao governo resolver, em face da economia proporcionada pelo povo associado e que se prendem ao transporte, energia, higiene e educação públicas.

Em recente estudo, realizado na Fundação Getúlio Vargas, o Professor Eugênio Gudim, além de afirmar, em parte, o que acabo de dizer, focalizou aspectos outros, que me chamaram especial atenção, li-

gados à capacidade produtora *per capita*, onde diz que 9.454.520 pessoas ocupadas no Brasil, em atividades agrícolas e pecuárias, produziram menos de 1 bilhão de dólares, enquanto 10.400.000 nos Estados Unidos produziram cerca de 8 bilhões, isto nos faz pensar, desde logo, na situação econômica e sanitária do indivíduo.

Em artigo anterior, apresentei um esquema, a ser consultado, em face dos direitos assistenciais do indivíduo e das exigências das bases econômicas da produção, aqui o re-produzo:

- a) homem sadio e adaptado ao seu trabalho;
- b) orientação econômica do indivíduo;
- c) base coletiva para o capital financiador;
- d) aplicabilidade e distribuição da produção;
- e) capacidade aquisitiva do trabalhador.

Assim, reafirmo: sem saúde, economia e instrução, não pode o indivíduo produzir, nem o capital esperar bom rendimento. Sobre esse esquema pois, e como causa influenciadora da capacidade de trabalho, está o tratamento da saúde do indivíduo. Será que, sobre o assunto, alguém possa, em face dos serviços onerantes e ineficientes que temos, fazer omissões, de modo geral, no que ocorre, de falta de orientação ou de zelo pela coisa pública, no que concerne aos interesses da pessoa humana?

Não posso detalhar o assunto, longa seria a exposição, mas, analisando bem os pontos negativos do momentoso problema social o isolacionismo, a ineficiência e o desperdício, já considerados, poderão os leitores, por si mesmos, aferir a gravidade insustentável do panorama nacional.

De passagem, porém, analisemos um aspecto de saúde, a tuberculose, que como os outros aspectos, sofre os efeitos do isolacionismo e é assunto de calamidade pública.

Vejamos, resumidamente, o que diz em relatório de 1954, o ilustre



e digno Médico, Dr. Valter Mendes, Diretor do Departamento de Tuberculose da P.D.F. :

"A tuberculose é, ainda, doença endêmica, flagelo social, calamidade pública. *E endemia exige concentração de atenções, reforço técnico.* Exige campanha e não quadros funcionais de rotina. Por não se ter podido, ainda, pôr em execução na realidade os meios profiláticos contra a tuberculose — por mais irônico que pareça, originados e melhor estudados, em nossa própria terra — *produto de multiplicidade de serviços*, sem o espírito de campanha, é que se observam esses aspectos graves no panorama geral da luta antituberculosa no país. A reduzidíssima disponibilidade de leitos se verifica, no momento, nesta Capital, decorrente da maior permanência de doente no leito e da queda da letalidade hospitalar originou essa paradoxal situação, tão paradoxal quanto grave, da "inversão do contágio". Os abacilíferos estão isolados, hospitalizados os contagiantes nas filas à espera de vagas" (o grifo é meu).

Maior permanência do "doente no leito", deve se esclarecer, evitando ou retardando a volta para o meio desorganizado; com as causas sociais da doença, que, novamente se desencadeiam contra os mesmos sofrendores, ou os indivíduos em geral, todos sofrendo a corrosão do próprio meio em que devem subsistir.

Olhemos com cuidado e pressentiremos, pelas causas físicas e morais atuando contra o indivíduo e que apreciadas, a falta de capacidade para o trabalho e de produção, conseqüente e, não muito remoto, desequilíbrio da balança comercial e continuidade inflacionária retardando o devido trato da higiene pública, dos transportes e da energia, recursos de que necessita o indivíduo para viver economicamente e o Estado para o desempenho de suas altas funções.

Cabe, agora, com o zelo que devoto às causas públicas, levantar as vistas para os efeitos de tudo isso

sobre a nossa mocidade, cujo comportamento, psicologicamente, há de ser ligado às suas justas causas econômico-sociais.

Realmente, o desajustamento sensível, em que vive a família, quando exista essa, ou os grupos de arrimo, de maneira geral, aliado à falta, reconhecida, de autoridade moral, da maioria dos homens públicos, que, ultimamente, se verifica, no ligeirismo, já dominante, na despreocupação com que se tratam os deveres políticos, aumenta aos educadores as suas responsabilidades, justamente, porque, macula a personalidade, que desabrocha ao adolescente e que para isso se enche de impressões e valores negativos, no meio vivencial em que subsistimos.

Torna-se, assim, dever funcional dos cidadãos bem formados, como dos educadores, na vigília de suas preocupações patrióticas, a recomposição moral do ambiente, em que vive, também despreocupada, nossa mocidade, poderão eles encontrar nas inclinações psicológicas, as forças de construção, coesão e da própria defesa moral social, em cujos quadros se pode, quase sempre, através do estímulo, da emulação e, sobretudo, de um otimismo sadio que tanto empolga, colocar a alma do mocó. É a educação cívica, assim, a bandeira de salvação nacional, desde que para ela se volvem os educadores e políticos, formulando e criando motivações psicológicas contra muitas das condições reacionárias, a que se leva, indiferentemente, a alma da juventude, através de tudo quanto, a todo dia, nos revelam os nossos órgãos de publicidade.

Torna-se preciso, pois, uma campanha com as características da tolerância psicológica e expectativa de atrair para o acerto cívico a mocidade que, felizmente, contém os fatores indelévels da própria natureza, que legou a humanidade direitos irredutíveis aos títulos de nobreza e perfeita adaptação ao meio, ou às instâncias de ordem e de governo.

Nada de coação e tôda esperança no paralelo dos direitos e dos deve-



res, ante a orientação prospectiva educacional do moço. Isso não é senão a interpretação do alto conceito de educação, que trouxe a Constituição Federal para o nosso país, através do seu artigo 166, em que assinala, evidentemente, dois postulados inseparáveis: a "liberdade" e a "solidariedade", esta significando o reconhecimento intelectual de interdependência comum, quando isso se impõe à ação ou às relações humanas.

É esse o texto da Constituição:

"A educação é direito de todos e será dada no lar e na escola. Deve inspirar-se nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana".

No Brasil, relativamente às proles novas, ainda faltam leite, creche, escola e orientação profissional, razões básicas da educação cívica, de que carece a nossa mocidade.

Prosseguirei agora, no que vinha dizendo do panorama nacional, aspectos, os apresentados, que influenciam profunda e decisivamente, nas bases de todas as modalidades ou aspectos outros, em que vive e evolui o nosso país.

Reafirmo que não existe, entre nós, a unidade nacional, que corresponda aos méritos de uma pátria e que essa, tantas vezes inspirando movimentos cívicos, se acha, por outro lado, e sempre, retalhada ou destruída, ante a desmoralização dos princípios, cansada, na continuidade da nossa nefasta política e, assim, assinalada. Isso é pior, como fator da destruição dos valores cívicos, pelos que querem afastar a sua própria concepção das cousas morais dos povos.

O Brasil necessita dessa unidade e só assim subsistirá, econômica e livremente, o seu povo.

Já vimos que o isolacionismo do cidadão e das entidades por ele constituídas, causa desperdício e ineficiência de esforços. É verdade, a prova é do conhecimento de todos e se impõe a solução.

A Constituição Federal prevê a divisão territorial, no seu art. 1º

mas, não prevê a divisão social do povo, admitindo a cooperação das entidades divisionárias, que, até "se podem incorporar entre si". Verifica-se, porém, com perda para o interesse nacional, a divisão social das populações na infinidade de organismos estatais, paraestatais ou autárquicos e privados, visivelmente, prejudicadas essas populações nos seus melhores e maiores anseios.

A cooperação do povo com o Estado evidencia-se como indispensável, justamente para fugir à intervenção desse, como coator, o que se dá, fatalmente, e mais ainda nos ameaça, sempre que se procura evidenciar a falta de zelo e de guarda das cousas públicas.

Precisa-se encontrar um sistema social em que, realmente, o indivíduo tenha a satisfação dos direitos sagrados da pessoa humana proclamados nas reuniões e assembleias das Nações Unidas, graças ao paralelismo dos interesses contemporâneos, em torno dele, atraindo e determinando a associação econômica e mutualista, que acho deve ser adotada no país, em unidade social sob regulamentação uniforme e nacional.

Sendo assim, e sabendo-se que o indivíduo, nas suas organizações partidárias, fujo de assinalar, isoladamente, o seu próprio direito sagrado, precisa obter, como voto que é e de que dependem os destinos da coletividade e do país, a satisfação plena dos seus interesses econômico-vitais, poderemos confiar no regime, que tanto se impõe a esses direitos — a democracia, sob os desígnios de integral assistência social.

Aliás, se a Constituição prevê, em regime de cooperação a entrega de 3% de sua renda tributária, pelos Estados compreendidos na área da seca, o povo de todo o Brasil lhe dará, pelo sistema associacionista nacional, no mesmo regime de cooperação, importância correspondente a todos os ônus que tem o Estado, através dos governos estaduais, municipais e do governo federal, com assistência social, dada ao indivíduo, quer em saúde, quer em



auxílios e financiamentos, quer em instrução social. Assim, dados os serviços de assistência pessoal, evidentemente, o Estado não os terá a realizar, para sua economia, em favor dos investimentos de interesse público, conforme dissemos em artigos anteriores.

Transcrevo o texto constitucional, no seu art. 198, § 2º :

“Os Estados compreendidos na área da seca deverão aplicar 3% da sua renda tributária na construção de açudes pelo regime de cooperação, e noutros serviços necessários à existência de suas populações.

Essa satisfação se processará, justamente, fugindo da distribuição estatal e estimulando a população de interesses comuns e contemporâneos em torno do indivíduo e assim, desenvolvendo a associação econômica.

Assim veio, em primeiro plano social, o indivíduo, colaborando, pelo seu concurso financeiro, pequeno e isolado, e servido pela totalidade econômica dos seus consócios, assistido, assim, tecnicamente, na sua saúde, nos seus problemas aquisitivos, de iniciativa, trabalho e de orientação social e em lei e, portanto, dentro do espírito expresso da Constituição, nos seus postulados de igualdade e liberdade, pelo acerto dos seus atos, decorrente da assistência integral e exequível.

Por outro lado, a nação, que anseia, também, por saúde e força, deve obter pela sua unidade e satisfação dos que nela vivem, as forças morais e orgânicas, a transmitir ao Estado, que lhe protege e defende, através de ordem democrática.

Isso se assegurará, exclusivamente, pela distribuição das unidades sociais (distritos) entre os municípios e dêsses agrupamentos entre os estados, em perfeita abstração da divisão política do território nacional, desde que se trate de uma organização de tipo, ou modelo parastatal, como outras existentes (embora com evidente seccionamen-

to das energias sócio-econômicas do trabalhador) para os efeitos de constituírem em unidade social, conforme esquemas publicados em 1938, no meu livro — *Sobre o Problema Social*: distritos sociais, agrupados em extensões previsíveis, entre municípios e estações e chegando, assim, a cobrir todo o território nacional, pela força assistencial comum dos seus habitantes.

Os benefícios da distribuição de 10%, previstos no art. 15 VI — § 4º da Constituição Federal, sobre a arrecadação do imposto de renda, entre os municípios, encontram na organização social do nosso povo, um grande complemento. Destinar-se-ão, dessa forma, aos assuntos coletivos dos municípios, como sejam: as intercomunicações rodoviárias, a higiene, as possíveis soluções de energia e o preparo ambiental bem como a educação e a cultura intelectual, temas de tanta relevância para a representação moral das populações.

Isso representa a uniforme e previdente cooperação social e econômica do povo com o Estado, antes mesmo da “cooperação” que impõe o art. 198 da Constituição Federal, sobre as áreas da seca, em tudo prevendo as macabras calamidades públicas, que, tantas vezes, nos atingem, ainda isolacionistas como vivemos.

Assim, sem os recursos exclusivos e indefinidos do altruísmo, tantas vezes ausente ou impotente, ante os horrores físicos e morais das calamidades públicas, por exemplo, as últimas enchentes do sul e do norte, as secas do nordeste, em que tão tardiamente chegaram os recursos para as populações afogadas e famintas, por não se contar com nenhuma organização, sob a égide do regime democrático, poderão os homens subsistir iguais, livres e irmãos para a vida e para a eternidade.

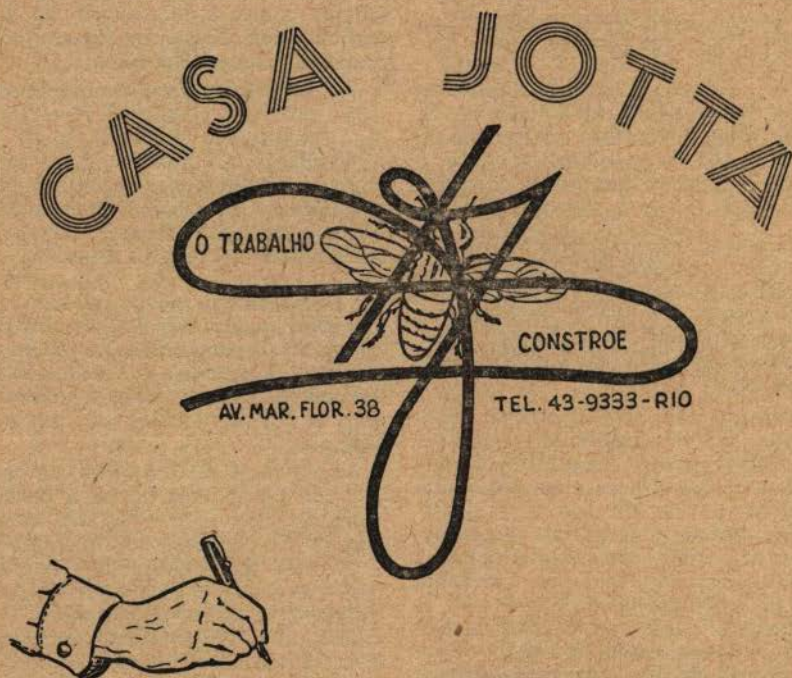
Isso porque o indivíduo, com sua independência pessoal, decorrente da assistência regular, uniforme e condicionada à própria educação, se constitui em cidadão livre e idôneo,



sem sujeições de favores ou demagogia, conhecedor de suas possibilidades sociais.

Desta forma poderemos ter a integração do indivíduo na coletivi-

dade e os seus deveres para com a Pátria, em uma balança, onde êsses se multipliquem pelos valores morais das próprias faculdades inatas e inegáveis da alma humana.



..... "CASA JOTTA" ONDE SUA ASSINATURA VALE DINHEIRO.

CONCEDEMOS CRÉDITO A TODOS MILITARES COM APENAS A APRESENTAÇÃO DA CARTEIRA DE IDENTIDADE.

TUDO EM 10, 15 E 20 PRESTAÇÕES :

Máquinas de costura, Fotográficas, Lavar roupa, Liquidificadores, Móveis, Toca-discos, Bicycletas. Ventiladores, Televisões, Geladeiras, Enceradeiras, Chuveiros, Bombas, Ferros elétricos, Panelas de pressão, Baterias de alumínio, Fogueiros wolff, Fogões, Canetas, Aspirador de pó, Tecidos de malhas, Maillots, Gravatas, Lingerie, Artigos de lã, Brinquedos, etc.

N.B. — Escreva ou telefone para a "CASA JOTTA", pedindo a presença de um vendedor.

**Avenida Marechal Floriano, 38-B — Telefone 43-9333**



# OS FATORES NATURAIS NO DESENVOLVIMENTO DO BRASIL

S. FROES ABREU

Prof. catedrático de Geografia no Instituto de Educação.

O Brasil está situado quase todo no hemisfério meridional, na parte oriental da América do Sul e na sua maior porção, entre o equador e o trópico de Capricórnio.

Essa posição que ocupamos na superfície da Terra representa uma grande desvantagem. Tal situação geográfica nos obriga a esforços suplementares para conseguirmos uma produção e um progresso equivalentes a de outros países situados em áreas mais favorecidas por clima e condições de solo e sub-solo.

À parte os exageros dos que vêem só no clima a razão do retardado desenvolvimento de outros povos da Terra, não há quem observe imparcialmente as relações entre o progresso do gênero humano e a localização dos diversos grupamentos, sem sentir que a posição geográfica e o relevo exercem uma influência capital manifestada, principalmente, através das condições climatológicas.

Não é por obra do acaso que no hemisfério norte há grandes núcleos onde culminam as atividades científicas, agrícolas, industriais e sociais, justamente entre o trópico de Câncer e o círculo polar ártico.

No hemisfério sul é nas latitudes superiores ao trópico de Capricórnio que desabrocham os melhores frutos do esforço humano.

Se as riquezas minerais e a qualidade do solo influem poderosamente na criação da paisagem cultural, elas não constituem, entretanto, o fator exclusivo ou mesmo o mais influente.

Quando faltam outros elementos como um relevo favorável, um clima estimulante, qualidades raciais positivas, disponibilidade de fontes de energia mais nobres, mesmo as regiões mais ricas em minerais se mantêm num primitivo estado de civilização ou apresentam apenas um desenvolvimento de feição colonial, entravado pela ganância de povos politicamente mais fortes.

Na faixa de terras de latitude ocupada pela maior porção do Brasil, encontram-se na América do Sul a Colômbia, o Equador, o Peru, a Bolívia, o Paraguai, o norte da Argentina e do Chile. Na África, estão o Congo Belga, a África Equatorial Francesa, Kenia, Tanganica, Rodésia, Angola, Moçambique, Bechuanalandia, Sudoeste, Africano e Madagascar. Na Insulindia, estão Sumatra, Java, Bornéu, Célebes, Timor, bem como a Nova Guiné e a Austrália fora do que se chama geralmente a Índia insular ou Malásia.

Em qualquer dessas regiões não se encontram zonas de desenvolvimento superior ao Brasil Tropical, poucas são as cidades comparáveis às capitais dos Estados Nortistas, quer com relação ao desenvolvimento material, quer em relação à vida cultural.

As próprias riquezas consideráveis representadas por diamantes, ouro, cobre, crômo, estanho, petróleo e urânio do centro da África e das ilhas da Malásia não foram suficientes para criar, naquelas regiões, as condições de conforto e de progresso espiritual comparáveis



às que estão generalizadas na Europa e na América do Norte.

Não há, pois, nada melhor que o Brasil na faixa correspondente às nossas latitudes ao norte do Rio de Janeiro.

Como é sabido, o trópico de Capricórnio passa bem próximo à nossa capital, o Distrito Federal situa-se entre as latitudes de 22° 44' 44" S e 23° 04' 46" S e seu ponto extremo sul dista cerca de 42 quilômetros da linha tropical.

Está assim a nossa grande cidade praticamente sobre o trópico e ao nível do mar, presenteada, desse modo, com duas condições nada favoráveis a um grande surto de progresso.

Em latitude aproximada à do Rio de Janeiro fica Windhoek na antiga colônia alemã do Sudoeste Africano que não tinha 20.000 habitantes em 1944. O território, medindo cerca de 800.000 km<sup>2</sup> exporta peles, lã, diamantes e cobre num valor da ordem de 30 milhões de dólares. Convém lembrar que o comércio exterior do Brasil é da ordem de 2.260 milhões de dólares, sendo 1.245 milhões de exportação e 1.015 de importação.

Beira, em Moçambique, tem apenas 25.000 habitantes; a colônia tem 5 milhões de habitantes e um comércio exterior de 125 milhões de dólares (1948) sendo 75 milhões de importação e 50 milhões de exportação representada principalmente por bauxita, carvão, ouro, grafita, côco, açúcar e sisal. A cidade mais populosa é Lourenço Marques, porto muito movimentado, que tem apenas 68 mil habitantes. Em Madagascar, Tananarivo, é a maior cidade, tem 127 mil habitantes num total de 4 milhões para toda a ilha. Seu comércio exterior é de 103 milhões de dólares (1947) com 55 milhões de importação e 48 milhões de exportação, representados por café, carne, peles, rafia, ouro, grafita e mica.

A Rodésia do Norte com 151.000 km<sup>2</sup> e abriga uma população de 1.700.000 habitantes; tem um comércio exterior de 79 milhões de dólares sendo 24 milhões de importação e 55 milhões de exportação, na qual o cobre entra com

47 milhões de dólares, o cobalto com 1,6 milhões, o vanádio com 2 milhões e o zinco com 1,7 milhões. A Rodésia do Sul tem uma área de 388.000 km<sup>2</sup> e uma população de 1.400.000 habitantes; importa 16 milhões de dólares e exporta 63 milhões representados por 20 milhões de dólares de ouro, 12 milhões de fumo, 6 milhões de amianto, 4 milhões de crômo, 2 milhões de carvão e outros produtos em menor escala.

Na Rodésia do Norte a cidade mais importante é Nkana com 14.000 habitantes e na Rodésia do Sul é Sabisbury com 69.000 habitantes.

Angola, com 1.247.000 km<sup>2</sup> pouco maior que o Estado do Pará e pouco menor que Mato Grosso, abrigava 3.700.000 habitantes (em 1940); sua maior cidade — São Paulo de Loanda — tinha apenas 61.000 habitantes ou seja o equivalente a Petrópolis. Para um comércio exterior de 78 milhões de dólares, 39 milhões representam a exportação que consiste principalmente em café, diamantes, copra e sisal.

Na Austrália exatamente sobre o trópico de Capricórnio fica a cidade de Rockhampton, com 35.000 habitantes enquanto a capital do Queensland, Brisbane, situada a pouco mais de 27° S (latitude de Itajaí e Blumenau) tem pouco mais de 400.000 habitantes.

As grandes cidades da Austrália, como Sidney (1.500.000 habitantes), Melbourne (1.300.000) estão em latitudes equivalentes a Montevideu, Buenos Aires e Mar del Plata.

Com uma população de 7,5 milhões de habitantes (1947) num território de 7.700.000 km<sup>2</sup> a Austrália mantém um comércio exterior de 2.490 milhões de dólares, sendo 1.100 milhões de importação e 1.300 de exportação, portanto dum nível quase igual ao do Brasil.

Na exportação os itens principais são 478 milhões de dólares em lã (1948), 170 milhões em trigo, 102 milhões em farinha de trigo, 34 milhões em carne, 66 milhões em manteiga, 40 milhões em couros e peles, 44 milhões em chumbo, 12 milhões em ouro, 12 milhões em frutas, 9 milhões em açúcar, etc.



É curioso assinalar que 65 % da população da Austrália vivem em 13 % da área, no trecho situado ao sul do Trópico (Estados da Nova Gales do Sul e Vitória), donde provém a grande maioria da produção.

Na Austrália, o que lhe vale é ser temperada, na parte sudeste do território, enquanto nas latitudes baixas vivem as populações mais primitivas do mundo.

As antigas Índias Holandesas, hoje a Indonésia, com Java, Sumatra, parte de Bornéu e numerosas pequenas ilhas, reúnem territórios separados pelo mar, montanhosos e submetidos a intenso vulcanismo contemporâneo.

Vive ali uma população de 75 milhões de habitantes numa área menor que a quarta parte do Brasil mantendo um comércio exterior da ordem de 822 milhões de dólares (1948), dos quais 427 representam a importação e 395 a exportação de petróleo (98 milhões de dólares), borracha (98 milhões), estanho (35 milhões), matérias graxas (16 milhões), açúcar (9 milhões), chá (8 milhões), café (6 milhões) e outros produtos.

A cidade mais populosa é Batávia, na latitude de Fortaleza, que conta pouco mais de meio milhão de habitantes, isto é, equivalente a Recife.

Dos nossos vizinhos na América do Sul, em latitudes correspondentes, nenhum se aproxima das nossas condições econômicas, sociais e culturais. Sofrendo conseqüências de clima deprimente ou relêvo demasiadamente acidentado ou ainda seca extrema, não puderam alcançar um grau de civilização comparável a tantos países das zonas temperadas.

A conclusão que se tira dêsse rápido exame das condições econômicas das outras áreas do mundo nas latitudes equivalentes às do Brasil é que nada há na superfície do planeta melhor que a nossa terra. Nem riquezas minerais, nem solos de aluviões ricos, nem sagacidade de colonizadores anglo-saxões puderam criar nos diversos ambientes de latitudes equivalentes às da maior parte do Brasil um núcleo de civilização comparável ao nosso.

Quando se encontra nas outras áreas do Globo entre o equador e o trópico de Capricórnio um centro de produção intensiva é sempre fruto de trabalho escravo ou semi-escravo de povos sub-desenvolvidos orientado por povos politicamente superiores, isto é, condições de trabalho inteiramente diferentes das nossas. Aqui o trabalho é livre, espontâneo e num ambiente de garantias recíprocas entre operário e patrão, muito diferente do que ocorre na África ou na Indonésia.

É muito significativo que das proximidades da linha tropical para o sul, numa área de cerca de 10 % do território nacional se concentre um terço da população do País, metade da área em culturas, 62 % da produção industrial e 55 % dos operários brasileiros. Sob a influência dos mesmos governos e das mesmas tradições o desenvolvimento material e cultural no sul é mais acelerado por uma inegável influência de condições ecológicas, onde o clima representa um papel preponderante.

#### A IMPORTÂNCIA DA ENERGIA

O panorama mundial nos ensina que as formas de energia mais usadas nas diferentes regiões do Globo guardam uma relação muito íntima com o desenvolvimento da civilização material.

O progresso espiritual e o desenvolvimento cultural, por sua vez, acompanham a expansão industrial e crescem mais rapidamente nas áreas de economia pujante, graças aos meios para difundir a instrução e fomentar as novas pesquisas científicas.

Fundamentalmente, a base do desenvolvimento material dos povos assenta no grau de utilização da energia para transformar as matérias-primas, criar produtos novos por via sintética e realizar uma circulação intensiva de bens e pessoas.

Como acentua o economista Erich Zimmermann, a utilização da máquina para fins de locomoção, no começo do século XIX, colocou a sociedade sobre rodas, permitindo uma mobilidade que fomentou as trocas e desenvolveu o comércio.



A agricultura nos tempos remotos só empregava a energia animada fornecida por animais domésticos (o boi e o cavalo) e por escravos. Aqui mesmo, vimos a expansão das culturas da cana e do café, até o fim do século passado, calcada no trabalho do negro, importado para ser utilizado como transformador de energia. Nessa época em que o uso da máquina ainda não estava bastante generalizado, o País importava da África motores humanos que trabalhavam queimando farinha, feijão e angú.

Na fase de expansão da máquina a vapor as fornalhas foram consumindo as nossas florestas junto aos grandes centros e ao longo de todas as vias de transporte. O País se movimentou e cresceu à custa de um combustível nacional passível de auto-regeneração, porém o uso da lenha associado à imprevidência e ao descaso pelo destino das gerações futuras empobreceu grandemente o País lançando vastas extensões à ação calamitosa da erosão.

Os sentimentos de solidariedade humana que foram se alargando no decorrer do século. XIX levaram à extinção do trabalho escravo no Brasil, obrigando a procurar-se na energia inanimada a fonte principal do trabalho na agricultura, nas indústrias e nos transportes. Passou-se a importar, cada vez mais, carvão mineral do estrangeiro, de vez que fracassaram as primeiras tentativas para utilização do carvão nacional. Veio a seguir a fase dos motores de explosão, primeiro no automóvel, depois no avião, passando esses veículos a desempenhar um papel muito destacado na circulação interna. A consciência da necessidade de criar fontes de combustível nobre dentro do País, levou às intensas pesquisas de petróleo, coroadas com a descoberta em Lobato, no Recôncavo da Bahia, graças a um pioneiro: — Oscar Cordeiro, tão cedo caluniado e esquecido.

Os esforços para a utilização do carvão nacional amparados pelo Governo permitiram que se chegasse ao consumo da ordem de 2 milhões de toneladas e que se criasse uma

siderurgia consumindo boa parte de coque nacional.

O consumo crescente de petróleo importado, pela exigüidade da produção nacional na Bahia, traz apreensões aos que se preocupam com a estabilidade da nossa economia. Em 1939 importávamos pouco mais de 1.200.000 t de produtos de petróleo; dez anos mais tarde, já importávamos mais de 3.500.000 t ou seja quase o triplo.

Essa vertiginosa ascensão de consumo de petróleo afere muito claramente o desenvolvimento do País, mas nos traz apreensões porque só temos capacidade de produção para 5.000 barris diários, quando o consumo já está na casa dos 130.000 barris com tendência a elevar-se para 170.000 barris diários no próximo ano.

Nosso sistema de trabalho, baseado no braço escravo e no esforço animal até o fim do século passado, passou para este outro padrão baseado no consumo de petróleo.

Os que conhecem bem as condições geológicas do nosso território, após estes últimos treze anos de pesquisas sob a direção do Conselho Nacional do Petróleo não podem se mostrar muito otimistas com relação a um auto abastecimento de petróleo, porque o crescimento da demanda é muito superior ao que razoavelmente se poderá esperar de novos campos descobertos.

Com um carvão de qualidade inferior, localizado no sul do Brasil não será possível elevar de muito o nível industrial no centro e norte do País. Com bacias sedimentares predominantemente de idades geológicas muito antigas não é provável que dentro de poucos anos se alcance uma produção que nos garanta uma auto-suficiência de combustível líquido.

A lenha que é o combustível mais usado no País só pode satisfazer aos fins menos exigentes e essa mesma já vai se tornando escassa nas proximidades de todas as grandes aglomerações.

A acelerada destruição das matas resulta principalmente do uso da lenha como combustível doméstico. As estradas de ferro, as indústrias do interior e as usinas siderúrgicas



a carvão vegetal provocam desmatamentos locais porém o combustível para o fogão exerce uma ação destruidora em extensão. Uma educação pró-reflorestamento é medida que se impõe a fim de regenerar um fator de progresso intimamente ligado ao crescimento das cidades do interior.

A energia éólica cujo aproveitamento vem sendo cogitado mesmo em países dotados de fontes nobres de energia não parece apresentar grandes perspectivas entre nós devido à fraca velocidade dos ventos em nosso território. A algumas opiniões otimistas se opõem as velocidades do vento, geralmente inferiores a 5 m por segundo.

A energia hidráulica proveniente dos desníveis das águas que descem do planalto brasileiro representa um contingente notável ao progresso do País que não foi ainda devidamente considerado.

A energia hidráulica disponível, numa grosseira estimativa, equivale ao consumo de 30 milhões de toneladas de carvão mineral. Distribuída uniformemente para todo o território e para 52 milhões de habitantes não seria uma enorme riqueza, mas de fato ainda é — no momento — a única real, positiva, cujo aproveitamento só depende do fator humano.

A eletrificação generalizada poderá afastar os receios duma carência de energia para fazer face ao crescimento do parque industrial do Brasil nos anos que estão para chegar. O regime de chuvas e o relêvo proporcionaram um potencial hidráulico equivalente a 15 milhões de kwh, com grande predominância na zona meridional. É mais um fator natural que ajuda o desenvolvimento do sul — uma condição favorável criada pela própria Natureza que se soma às condições climáticas mais estimulantes.

Em consequência do relêvo e pluviosidade, São Paulo e Paraná, numa área de 5,3 % do território nacional dispõem de 26,5 % da energia hidráulica do País. Minas Gerais, com 6,8 % do território nacional dispõe de 29,5 % da energia hidráulica. Esses três Estados reúnem, assim, em pouco mais de um décimo

do território, mais da metade das nossas disponibilidades de energia hidráulica, cabendo a cada habitante dos Estados considerados cerca de 0,4 kw.

O que isso representa pode ser avaliado quando se sabe que o canadense e o suíço dispõem de 0,6 kw "per capita", o suéco 0,4 kw, o francês 0,1 kw e o brasileiro médio 0,03 kw.

A estimativa do nosso potencial hidráulico em 15 milhões de kw ou 19 milhões de HP parece ser um número bastante conservativo e se refere aos desnivelamentos efetivos, às cachoeiras visíveis sem ser levado em conta, para o cálculo, as possibilidades que apresentam as quedas artificiais provocadas pelo Homem.

O exemplo da Light em São Paulo, e agora nas obras da Barra do Pirai, constitui provas evidentes, de que a capacidade técnica pode representar um grande multiplicador de riqueza no setor energia hidráulica. O "demônio" do relêvo que tanto aflige o agricultor, que desaconselha o cultivo da terra, que limita a produção de alimentos, em certas condições especiais, passa a representar uma fonte de riqueza que só pode ser percebida e devidamente aproveitada quando os povos alcançam um determinado nível de aprimoramento técnico.

As grandes concentrações industriais visando o beneficiamento, a transformação de matérias-primas e a criação de produtos sintéticos, no Brasil, como no mundo inteiro, tendem a se formar nas áreas que reúnem dois fatores poderosamente influentes: um clima estimulante e abundantes recursos de energia inanimada.

#### A PREPONDERANCIA DA AGRICULTURA

Todos os que não têm uma idéia bem precisa sobre as condições naturais do Brasil costumam confiar demasiadamente na nossa riqueza mineral, suprimindo com a imaginação as deficiências que os conhecedores imparciais ponderadamente apontam aos dirigentes do País.

Na verdade, o nosso sub-solo está longe de ser devidamente conhe-



cido, mas o que se sabe e o que pode servir de base para cogitações, diante dos conhecimentos atuais, não autoriza a considerar o Brasil um país rico de minérios.

Numa área de oito e meio milhões de quilômetros quadrados só tiramos das entranhas da terra cerca de 1 bilhão de cruzeiros em bens minerais, entre os quais avulta o carvão com 371 milhões, o ouro com 154 milhões, o ferro com 64 milhões, afora o calcário que a indústria transforma em um milhão e meio de toneladas de cimento, num valor da ordem de 800 milhões de cruzeiros.

Para uma indústria extrativa mineral da ordem de 1 bilhão (na verdade um pouco menos), uma indústria de cimento também de perto de 1 bilhão e uma siderurgia de quase outro bilhão, contrapõe-se uma produção agrícola de 51 bilhões, uma pecuária (e sub-produtos) da ordem de 10 bilhões e uma indústria extrativa vegetal do nível de 2 bilhões de cruzeiros.

Na agricultura, o café figura com 16 bilhões de cruzeiros, o algodão com 6, o milho com 5 e o arroz com 5 bilhões. Na indústria extrativa vegetal arrancamos das matas da Amazônia 400 milhões de cruzeiros em borracha, 100 milhões em castanha, o Nordeste já fornece 300 milhões de cruzeiros em agave e 300 milhões em cêras de carnaúba e licuri; 230 milhões em babassú provêm quase integralmente do Nordeste Ocidental e 92 milhões de mate dos planaltos do Sul.

A agricultura, como se vê, predomina sobre as demais atividades no Brasil, segue-lhe a pecuária, a exploração florestal e por último está a mineração.

O refletir das palhetas de mica ao longo das estradas não pavimentadas, a rigidez das placas de itabirito ou o amarelo e negro das areias de monazita e ilmenita causam impressões muito mais fortes que os extensos campos cultivados com cereais ou plantas têxteis.

A produção mineral empolga mais que a produção agrícola, embora esta seja muito mais importante para o Homem que pode mais facilmente passar sem ouro, sem cobre

e sem diamantes do que sem arroz, sem milho ou algodão.

Para o homem médio das ruas a produção brasileira de quatro toneladas de ouro impressiona mais que os três milhões de toneladas de arroz, a profundidade da mina de Morro Velho prende mais atenções que a ameaça da erosão.

A agricultura impera sobre todas as outras atividades no Brasil mas vem cedendo à concorrência da indústria que atrai gradativamente o trabalhador, oferecendo-lhe um melhor padrão de vida, nas cidades, onde há mais conforto, maiores garantias e melhores diversões.

O pastoreio, tal como é praticado na maior parte do País, e a indústria extrativa vegetal representam estágios de civilização muito pouco desenvolvidos. A colheita de borracha, castanha, cêra de carnaúba, etc., são atividades características dum baixo nível de vida, e entre nós, está entregue às populações menos capazes e que não dispõem de meios para emigrar para as zonas agrícolas mais prósperas ou para os centros industriais do Sul do País.

Os métodos primitivos de colheita, a falta de meios de transporte, o esforço muscular despendido na aquisição dos produtos, geram preços elevados que tornam difícil a concorrência com os similares da África e da Ásia.

Os altos preços da borracha, da carnaúba e de certas fibras fomentam pesquisas tecnológicas, visando os sucedâneos sintéticos partindo de matérias fundamentais de baixo custo, como carvão, petróleo, ar, água e resíduos vegetais.

A agricultura é a base das nossas atividades e está fadada a ter uma estabilidade maior que a indústria porque a carência de solo no Brasil é menos aguda que a carência de energia.

As possibilidades de ampliar a agricultura e elevar a produtividade por unidade de área vêm sendo demonstradas pelo Governo, através dos campos de experimentação, e pelas grandes entidades interessadas diretamente na produção.

A regra geral aqui ainda é uma agricultura rudimentar, a cultura itinerante, auxiliada pelo fogo, su-



bindo encostas íngremes, sem proteção ao solo, tudo em desacôrdo com os métodos aconselhados pela técnica e já de efeito comprovado nas regiões mais adiantadas.

A impropriedade do trabalho agrícola causa o insucesso e leva o homem a emigrar para as cidades, tentando a vida como operário nas indústrias, como empregado no comércio ou como funcionário público.

A agricultura divorciada dos métodos científicos empobrece o solo e torna o agricultor cada vez menos apto a concorrer com os produtos de zonas de nível de trabalho mais elevado.

Um vasto programa de educação rural calcado no tema de um melhor uso da terra é medida que se impõe para arrefecer o êxodo rural e melhorar o padrão de vida da população dos campos. Se temos vastas áreas com solos de produtividade precária, por sua própria natureza ou pelo uso inadequado, há também grandes extensões, nos planaltos interiores, que poderão ser objeto de cultivo intenso por métodos capazes de proporcionar uma alta produtividade e de manter sempre em destaque a função essencialmente agrícola do território brasileiro.

O aprimoramento dos métodos agrícolas, com o abandono progressivo da enxada, do esforço muscular e do fogo, o uso crescente dos adubos e condicionadores do solo, a defesa contra a erosão, e o planejamento racional das culturas, são os problemas essenciais para a melhoria da produtividade das nossas terras.

As zonas liperiféricas de topografia demasiadamente rude não são as indicadas para sede da agricultura, mas sim os planaltos do interior, de clima menos úmido e de configuração mais propícia à mecanização. As zonas de áreas calcáreas e derrames de eruptivas básicas terão sempre um grande destaque na implantação da agricultura em larga escala.

Com enxada na mão e fogo na mata não se poderá manter uma agricultura capaz de alimentar a população em crescimento e ainda conquistar divisas para a importação de combustíveis nobres.

Só com alto rendimento de trabalho é que o solo do interior poderá sustentar a vida faustosa das cidades litorâneas.

A diversidade de desenvolvimento observado em nosso País não é uma consequência de maiores favores do Governo Federal às zonas sulistas. Resulta de condições naturais mais favoráveis, traduzidas em clima, relevo, recursos de energia e solos que exercem uma atração mais forte sobre o elemento humano sedento de progresso.

É a percepção clara desses fatos que origina a corrente migratória de Norte para Sul. A crescente industrialização e a evolução dos métodos agrícolas do Sul fomentam cada vez mais essa corrente que só poderá ser estancada mediante a criação de atrativos especiais no Norte, nos moldes do projeto de Paulo Afonso ou com a descoberta de petróleo e carvão nas bacias sedimentares já em fase de pesquisa, no Nordeste Ocidental e na Amazônia.

---

## TINTURARIA COLONIAL

LAVAGEM A SECO — PLISSES

Lavamos e Tingimos Tapetes e Cortinas

TERNOS, ROUPAS DE SENHORAS, COBERTORES ETC.

RUA BAMBINA N. 34

TELEFONE 26-9320

---



DISTRIBUINDO NO RIO  
OS FAMOSOS PRODUTOS



*casa* **NENO** é agora  
— a maior rede de lojas reven-  
dedoras  da América do Sul!

*E...saiba que na minha casa quem manda  
são meus colegas.*

- GELADEIRAS • ELETROLAS
- ENCERADEIRAS • TELEVISÕES
- ASPIRADORES DE PÓ • RÁDIOS
- RÁDIOS DE PILHA

*casa* **NENO**

a maior rede de lojas do ramo

**Centro:** Rua Sete de Setembro, 145  
Rua República do Líbano, 7  
Rua Buenos Aires, 151  
Av. Passos, 96  
Av. Pres. Vargas, 875

**Madureira:**  
Rua Maria Freitas, 110

**Penha:**  
Largo da Penha, 59

**Niterói:**  
Rua da Conceição, 47

Av. Paranapuan, 2148  
Ilha do Governador



# Os interesses dos patrões e dos empregados, examinados à luz das realidades do quadro em que vivemos

*Discurso pronunciado pelo Dr. RUY GOMES DE ALMEIDA, ao inaugurar os trabalhos do Conselho Diretor da Associação Comercial do Rio de Janeiro, no corrente ano*

“Mais do que nunca necessita o País de uma mensagem de fraternidade que, superando as forças negativas da incompreensão, congregue todos os brasileiros na tarefa comum de tornar a nossa Pátria mais rica e mais poderosa. Não basta uma mensagem convencional. Importa que ela traduza a real possibilidade de satisfação de todos os interesses e aspirações legítimas, ligados ao nosso desenvolvimento econômico e à melhoria do padrão de vida do povo. É necessário que essa mensagem traga a fórmula que possibilite harmonizar os interesses dos patrões e dos empregados.

Neste limiar da era atômica começa-se a sentir, universalmente, a necessidade da reformulação dos problemas sociais e humanos. As pesquisas científicas levaram o poder material do homem a limites jamais sonhados e possibilitaram às massas, em determinadas regiões do globo, atingirem padrões de vida, que não usufruíam classes mais bastadas, séculos atrás.

Os velhos chavões marxistas, incitadores de luta entre patrões e empregados, perdem cada vez mais o seu sentido. Nos países que pretendem ter concretizado a ideologia socialista, estabeleceu-se, com punhos de ferro e sob possante aparato policial de opressão — a predominância total das indústrias de guerra sobre as atividades de consumo, isto é, as relacionadas com vestuário e alimentação do povo. Os objetivos de poder e de força sobrelevam com tal veemência, as necessidades de consumo das mas-

sas, que estas são submetidas a privações pelos técnicos e planejadores dos Estados soviéticos, a fim de que a potencialidade militar cresça ao máximo possível dentro dos recursos disponíveis. Por outro lado, vemos nos países capitalistas, sobretudo nos Estados Unidos, que constituem o principal modelo, o atendimento contínuo às reivindicações permanentes das massas por maior quantidade de bens de consumo e por mais conforto.

Um observador marxista dos fins do século XIX, que fôsse colocado subitamente diante da realidade de hoje, ficaria surpreso e atônito, diante das políticas seguidas pelos países chamados capitalistas e pelos países soviéticos no tocante aos bens de consumo e ao conforto das massas.

A dialética social desencadeada, na era atômica, traz para as relações entre patrões e empregados um sentido inteiramente diverso daquele sonhado pelos denominados socialistas científicos.

Por outro lado, novas forças da técnica moderna, das quais a maior expressão prática para a consecução de trabalho é, sem dúvida, o automatismo, que permite a direção das mais complexas tarefas por cérebros eletrônicos, vêm trazer problemas inteiramente novos para os economistas e sociólogos, e, por que não dizer, para os que se encarregam da orientação espiritual, moral e religiosa da humanidade.

A renovação técnica, econômica e social que vem sendo desenvolvida pelo automatismo é uma realidade.



de bastante concreta, pois a indústria norte-americana que constrói esses novos mecanismos, guiados por cérebros mecânicos e eletrônicos, já alcança uma produção anual que orça por volta de dois bilhões de dólares.

Dentro desse imenso e complexo quadro internacional de hoje, como situar o problema social brasileiro, como promover a fraternidade entre patrões e empregados? Devemos continuar mantendo as fórmulas intervencionistas até agora adotadas ou é chegado o momento de enveredarmos por novos caminhos?

A nossa situação de país subdesenvolvido não oferece condições que nos permitam proporcionar a todos os brasileiros um padrão de vida digno e decente. Temos à frente enormes dificuldades, como as profundas divergências de nível de vida nas diversas regiões do país e o atraso em que ainda se encontra a maior parte da extensão geográfica do Brasil.

Por outro lado, entretanto, poderemos contar com os recursos mais aperfeiçoados da técnica moderna que permitirão acelerar o crescimento econômico e social do país. É fora de dúvida que o esclarecimento dos patrões e dos operários só poderá levá-los a uma união crescente de esforços, no sentido de se alcançar o desenvolvimento econômico, indispensável a proporcionar a todos os brasileiros um padrão de vida digno.

É necessário que ambas as partes dêem o máximo de suas energias para esse grandioso objetivo, a fim de que o Brasil, apesar de possuir tão poderosos recursos naturais não continue, inexplicavelmente, como nação de terceira classe no conceito universal.

No tocante aos patrões, parece-me que a principal recomendação a fazer é mais audácia nos empreendimentos, mais iniciativa e mais austeridade nos lucros, aliada a uma compreensão ampla das necessidades do empregado, sempre que possível, dar-lhe melhor remuneração, que o incentive a se aperfeiçoar e a produzir mais. Como homens de empresa, bem sabemos por experiência própria os grandes riscos a

que estão sujeitos os empreendimentos audaciosos, destinados a dinamizarem o país. São empreendimentos às vezes tanto mais úteis, quanto mais perigosos e menos rendáveis. A austeridade que se impõe, portanto, é muito diferente daquela austeridade convencional e passiva que nada faz, nada constrói, e que se compraz em votar ódio àqueles que se movimentam e produzem. Essa falsa austeridade traria prejuízos tão nefastos ao país quanto a corrupção. A austeridade que pregamos, portanto, é uma austeridade realizadora e empreendedora, que incentive a união entre patrões e empregados, e promova a grandeza do Brasil.

No que se refere aos operários, impõe-se maior compreensão do seu papel histórico na atual fase da vida brasileira; é preciso pôr cõbro a essa onda de só se invocarem direitos, descurando e omitindo mesmo que, para observância e manutenção desses, dentro de um clima de compreensão, necessário se faz desincumbir-se bem dos deveres que aqueles criam. Isso de direitos sem deveres é demagogia que o nosso mecanismo econômico já não comporta, nem suporta, sem risco do seu funcionamento. Transformam-se em fatos idéias da legislação trabalhista, que ainda continuam como idéias apenas; faça-se que os órgãos assistenciais se coloquem dentro dos objetivos para que foram criados, e muita coisa se terá feito. Capital e trabalho precisam dar-se às mãos para o bem do país, e de forma a estabelecer aquele clima, no qual o Brasil possa alcançar o lugar que lhe desejamos no concerto geral das Nações.

É preciso maior soma de trabalho, de um lado, e mais generosidade e compreensão, do outro. Sem isso, dificilmente poderemos estar à altura do momento que vivemos e do qual temos que nos aproveitar com sabedoria, se quisermos realizar a tarefa que nos conciliará com os que nos antecederam e nos acreditará junto aos que nos vão suceder.

Uma das idéias que deve constituir um traço de união entre patrões e empregados e que concor-



rerá por certo para solucionar muitas das presentes dificuldades é a da produtividade. Países de legislação trabalhista muito inferior a nossa, mas de produtividade "per capita" maior, dispõem de um operariado de nível de vida mais elevado. Parece-me que o sistema paternalista estatal até agora adotado, no tocante às relações entre empregador e empregado, cria condições muito rígidas que, muitas vezes, impedem a patrões e operários entenderem-se diretamente no sentido da formulação de normas de trabalho mais conveniente ao aumento da produtividade, que só poderá beneficiar trabalhadores e consumidores.

Por outro lado, esse sistema intervencionista propicia, permanentemente, a introdução de fatores meramente políticos e eleitorais, nas relações entre o capital e o trabalho.

Já é tempo que patrões e operários se falem diretamente, sem esses intermediários. Os patrões e operários têm pela força do seu capital, do seu braço e da sua inteligência de construir uma grande nação, da qual se orgulharão os seus filhos.

É necessário que cessem os temores que, às vezes, existem tanto do lado do patrão como do operário. Releva que demonstremos um amplo espírito de compreensão pelas necessidades do trabalhador, procurando, na medida das possibilidades, melhorar sua remuneração de modo a mantê-lo incentivado para procurar obter uma produtividade crescente.

Agora mais do que nunca é importante que operários e patrões formem uma frente única, tendo em vista maior produtividade de trabalho, mais audácia nos empreendimentos, mais austeridade nos lucros".

## Pedidos de Livros

Escreva o título da obra e o nome de seu autor — Quantos volumes deseja e o seu nome e endereço — Os pedidos via rádio devem ser feitos pelos companheiros que servirem em guarnições longínquas — "A Defesa Nacional" adquire e remete pelo sistema reembolsável qualquer livro das livrarias desta Capital



*Uma  
tradição  
de  
bom gosto*

**CIGARROS**

**hollywood**



H-68.213

UM PRODUTO SOUZA CRUZ





## A VOLTA DO CORONEL RICARDO FRANCO AO FORTE DE COIMBRA

Pelo General SILVEIRA DE MELLO

O aprêço a Ricardo Franco, o seu prestígio moral e profissional, está na ordem do dia de quantos se ocupam de nossas questões territoriais, da exploração e levantamento de nossas fronteiras, da história militar de Mato Grosso colonial.

Conheciam-se os trabalhos que realizara no Brasil, de 1780 a 1809, sua intrepidez de soldado, sua capacidade de mando, sua eficiência como geógrafo e engenheiro, sua lealdade e solicitude como conselheiro e colaborador dos capitães-generais de Vila Bela.

Dava-se subido valor à sua dedicação sem par e a seu zelo entranhado pelo serviço público, à soma de sacrifícios que se impusera às injunções da carreira das armas, nas mais difíceis situações.

Sabia-se da confiança que desfrutava junto à corte e aos governantes e governados desta Capitania.

Teve-se conhecimento de sua morte, ocorrida no Forte de Coimbra, da dolorosa repercussão que tivera na Capitania, do empenho de Oeynhausen em trasladar-lhe o esquife para Vila Bela, na louvável intenção de propiciar-lhe nova sepultura, quicá mais digna, mais honrosa ou mais renomeada.

Outrossim, não se ignorava que a trasladação do esquife, em 1810, se realizara com a imponência daqueles tempos, e que sua nova inumação em Vila Bela se fizera com grandes honras fúnebres, no local de maior distinção, a capela-mor da igreja de Sto. Antônio dos Militares.

Aquela trasladação e as homenagens póstumas demonstraram, à evidência, os méritos do insigne soldado. A transferência de seus restos mortais, do Forte de Coimbra, por ele próprio construído e defendido,

(\*) Alocução proferida, a 9 de dezembro de 1954, no Forte de Coimbra, em presença da urna de relíquias do grande morto, para ali trasladada nesse dia pelo Sr. General Fernando Távora, Cmt. da 9ª R.M.



como a menina de seus olhos, essa transferência não lhe foi averbada como desfavor, porque aquelas relíquias passavam de um sítio atrasado, longínquo, da fronteira sul, para uma rica igreja da Capital.

Todos êsses acontecimentos eram sobejamente conhecidos naqueles tempos. Hoje, porém, decorrido mais de um século de vida turbilhonante, em que os fatos do passado ficam à sombra de novos, que sucedem e passam em ritmo vertiginoso, hoje é preciso soprar a poeira que encobre edificantes ocorrências, para pô-las de novo em relêvo, a fim de que sirvam de ensinamento e incentivo às novas gerações. Esta é a missão da história.

Passados aqueles acontecimentos, dois fatos calamitosos transcorreram em Mato Grosso, que ninguém poderia prever: 1º, a perda dos foros de capital, a decadência, o êxodo e a ruína de Vila Bela; 2º, a tomada e o arrasamento do Forte de Coimbra pelos paraguaios, em 1864-68.

Caído o Forte em mãos dos paraguaios, não seria lícito supor que êles violariam a sepultura de Ricardo Franco para sumir as relíquias do atrevido soldado que obstara Lázaro de Ribera a arrebatrar estas terras, ciosamente por êles cobiçadas para o domínio castelhano? Se não encontra cabimento esta hipótese, cabe ao menos a suposição de que os despojos do grande morto sofreriam os mesmos efeitos da destruição por que passou a velha fortaleza, tendo em linha de conta que nem a própria capela em que êle estivera sepultado, escapou ao arrasamento.

De outra parte, a igreja de Sto. Antônio dos Militares, em Vila Bela, onde Ricardo Franco teve segunda sepultura, viu-se, logo depois, abandonada, em função do êxodo da população. Como era natural, sem atenções e cuidados, se foi danificando e, passados uns 30 anos, entrava no caminho das ruínas.

Decorrido um século, ao circularem notícias de que o teto e os restos da velha igreja estavam prestes a desmoronar, surgiu em Cuiabá

a idéia de salvamento dos ossos do herói do Forte de Coimbra. Havia ali, nesse tempo, 1922, dois homens no governo, devotados à história matogrossense e filhos da terra, o presidente Dom Aquino e o secretário geral Virgílio Corrêa Filho. Por inspiração daqueles dois luminares do Instituto Histórico de Mato Grosso, a Assembléia do Estado votou uma lei autorizando o governo a trasladar para Cuiabá os despojos do insigne soldado e a erigir-lhe um monumento para guardá-los.

Essa louvável disposição legal não chegou a realizar-se, porque a comissão encarregada em Vila Bela, em 1925, de proceder à exumação, nada pôde conseguir de positivo, e arrematou os trabalhos de pesquisa com o desolador parecer de que os despojos do grande morto já se haviam consumido no túmulo.

Fracassada, essa primeira investigação e relegado o caso para o rol dos fatos consumados, surgiu em 1945 novo tentame. Desta feita a idéia partiu de um ardoroso comandante do Forte de Coimbra, o Capitão Jayme da Costa e Silva. Empolgado pelos rasgos de valor do máximo herói do Forte, mas sem ter conhecimento da primeira pesquisa, empenha-se junto ao comandante da Região, General Mario Pinto Guedes, pela reivindicação das relíquias do grande soldado. O General entusiasma-se também pela nobre aspiração e envia o Capitão José Liberato Souto Maior a Vila Bela, para realizar aquele ardente anelo. Este oficial transportou-se à velha cidade; todavia, ali chegando, viu malograrem-se os seus esforços diante das informações que obteve e do que observou, com relação ao malôgro da pesquisa de 1925.

O caso foi tido por encerrado. Autoridades civis e militares, escriptores até, que se ocuparam das duas tentativas fracassadas, reconheceram todos que já não havia fundamento para novas cogitações.

Aconteceu, porém, logo depois, algo de contraditório. Em 1949, apresentou-se em Coimbra um velho



oficial reformado a indagar das reminiscências e objetos históricos da velha fortaleza. Imaginava que iria contemplar também o jazigo do Coronel Ricardo Franco. Surpreendeu-se e consternou-se, porém, ao saber do fracasso das tentativas empreendidas para recuperá-las. Inquiriu de tudo e, voltando a casa, repassou os anais e comentadores dos fatos da velha Capitania.

Não se podendo conformar da perda daquelas preciosas relíquias, decidiu-se a examinar as tentativas e a conduta dos pesquisadores de 1925 e 1945. Movia-o ardente emulação que irradiava a personalidade de Ricardo Franco. Uma força oculta, ainda maior, impelia-o, porém, mais vivamente naquela indagação. Eram os efeitos do inefável padroado de Nossa Senhora do Carmo, em prol do velho Forte. A imagem histórica da Virgem, que ali estava, fôra adquirida em 1798 pelo seu grande devoto, o Coronel Ricardo Franco; foi ele o autor da idéia, do plano e da construção do Forte; a ele coube defendê-lo bravamente num lance espetacular, do qual saiu invulnerável o velho baluarte, por graça da excelsa Padroeira. Foi o grande soldado quem a introduziu solenemente no Forte em 1803, tão pronto terminara ele as primeiras instalações internas. Falecido ali em 1809, foi na própria capela da Padroeira que Ricardo Franco teve sepultura.

Ora bem, comentou, de si para si, o velho oficial, como N. Senhora do Carmo permitiria que se perdessem as relíquias do seu insigne devoto? Daí foi que se mostrou inconformado com o malôgo das pesquisas. Inspirado por Nossa Senhora, formulou, então, um firme propósito de retomar as investigações. Leva-las-lia por diante, tenazmente, até chegar à descoberta das relíquias ou à convicção ineludível de que elas estariam consumidas ou irremediavelmente perdidas.

Nesse ponto, teve o velho oficial esta paradoxal intuição: as duas tentativas anteriores teriam andado por caminhos errados, e, portanto, seus resultados não deviam ser ti-

dos como inapeláveis. De onde, porém, lhe teria vindo esta audaciosa suposição? Nada mais nada menos que de uma simples consideração inspirada pela Virgem do Carmo. As indicações para a busca da sepultura estavam em Severiano da Fonseca. Ela deveria ser procurada ao lado direito da capela-mor da igreja de Sto. Antônio dos Militares. Haverá roteiro mais preciso? Todavia, quem senão a Padroeira do Forte poderia insinuar ao novo investigador que as primeiras pesquisas se teriam realizado, não à direita, mas à esquerda da igreja? Vem ao caso, aqui, objetar, em que se fundava esta suposição? Ora, simplesmente no equívoco habitual de que o lado direito de uma igreja é o da pessoa que nela entra e não o da própria igreja.

Pois, embora pareça anedótico, foi esse equívoco que desnor-teou a primeira tentativa, e foi nos resultados dêle que veio a naufragar também a segunda.

A terceira tentativa, sim, iria proceder no rumo certo. O novo pesquisador viajou deliberadamente para Vila Bela nos dias da festa de Nossa Senhora do Carmo, em 1950, e, ali chegado, com a colaboração das autoridades locais, meteu mãos à pesquisa. Esta foi demorada e laboriosa, porque já então o teto e as paredes da velha igreja haviam tombado para dentro e enchido de escombros o pavimento. Seria, porém, a derradeira tentativa, a última pesquisa, visto que ela nada deixou a desejar. Foi auspiciosa nos resultados e coroada de esplêndido êxito.

Os despojos foram identificados, comprovados, trazidos para Campo Grande e entregues solenemente ao comandante da Região, General Edgard do Amaral. Ali ficaram guardados nesta bela urna de pau cetim, à espera da hora oportuna de sua partida para o velho Forte.

Esta feliz oportunidade vem de realizar-se nestes dias, sob nossos olhos, depois de uma série de providências inspiradas pela Padroeira do Forte: 1ª, reconstrução da ve-



lha capelinha, onde o grande morto tivera sua primeira sepultura; 2ª, o retorno da imagem da Padroeira para a sua capelinha, ora reconstruída; 3ª, a grandiosa procissão fluvial de Coimbra a Corumbá e vice-versa, que ora se vem de encerrar no recinto dêste velho Forte.

Cumprasse assinalar que várias particularidades vieram ilustrar estas ocorrências: a providencial presença do Sr. General Fernando Távora no comando da Região, a quem se deve a escolha dêste ensejo, as ordens para a trasladação da urna e a imponente destas homenagens; não se deve esquecer também quanto foi feliz a estada no comando do Forte do dinâmico Capitão Stavro Sava, que tomou a peito a reconstrução da capelinha e a reentronização, nela, da histórica imagem; cumpre ainda reconhecer que não foi mera coincidência, mas evidente desígnio da Padroeira do Forte, ter vindo, há cerca de um mês, como agradável surpresa, de última hora, o Sr. General Augusto da Cunha Magessi Pereira para o comando da Brigada Mista, ou seja (para aquê tempo), o Comando da Fronteira, de Ricardo Franco; e, outrossim, como remate, deve ter-se em relêvo a realização, pelo Sr. Bispo D. Orlando Chaves, da grandiosa procissão fluvial da histórica imagem, a fim de que a Virgem pudesse abençoar a quantos saíram a homenageá-la, e a presidir o Congresso Mariano de encerramento do Ano Jubilar da Imaculada Conceição na cidade episcopal de Corumbá.

Eis como se cumpriram, uma a uma, à semelhança de elos que se enlaçam para formar uma cadeia, as várias providências suscitadas por Nossa Senhora do Carmo, para propiciar magnífica recepção à urna das relíquias do Coronel Ricardo Franco.

Somente agora se chega a entender que a trasladação do seu esquiço para Vila Bela, noutros tempos, foi mero expediente de Nossa Senhora para isentar de possível profanação, pelos paraguaios, o tú-

mulo do grande morto, quando êles se apossaram do Forte; ou para evitar que fôsse perdido ou revolido o local de sua sepultura, pelos efeitos do arrasamento a que o submeteram os invasores, ao abandonarem o Forte em 1868.

Realizado, como foi, o desígnio da Virgem, para salvaguardar as relíquias do herói, estas deveriam ter voltado ao Forte logo que se procedeu à sua reconstrução pelo governo imperial em 1874-78. Aquelles tempos, porém, eram difíceis: decadência militar, esmorecimento da fé. Os arquivos do Forte se haviam perdido na retirada. Não houve quem, ali, se lembrasse do grande soldado. Como haveria quem dêle se lembrasse, quando, dentro do Forte, até a antiga devoção da Padroeira esmorecera.

E não ficou nisso. Passados trinta anos, aconteceu êste fato inominável: a própria imagem histórica, *preciosa relíquia do Forte*, no dizer do General Luis Barbedo, foi descida do altar e repelida para fora dos muros. A capelinha foi laicizada, perdeu os sinais litúrgicos e se viu rebaixada à condição de depósito de materiais.

Foi necessário que virasse a roda daqueles tempos de descrença e incompreensão. Vieram novos tempos. Areiou-se o ambiente. Resurgiu a fé. Reacendeu-se o ardor militar nas classes armadas.

Mudada nestas condições a face da história e realizadas as etapas dos novos tempos, podemos ver, agora, com indizível júbilo, cumprido o desígnio da Padroeira, os desejos do Exército, os anseios desta guarnição, quais sejam: o retorno de Ricardo Franco ao velho Forte.

E que magnífico momento, êste, para o regresso do herói! Foi desejo da Virgem que o seu grande devoto, depois de longa ausência, quase duas vezes secular, e da longa peregrinação para o norte e para o sul, viesse partilhar da grandiosa procissão de sua inefável Senhora. Por outro lado, urgia que retornasse



êle, de sua dilatada ausência, para vir receber as homenagens que lhe estavam a dever a Pátria Brasileira, as Fôrças Armadas, a nossa gente, pelos rasgos de valor e de fé, pelos ingentes trabalhos que o intrépido

soldado inscreveu na história de nossas fronteiras,

É assim glorificado que o Coronel Ricardo Franco volta a ocupar seu pôsto de comando nesta velha e gloriosa fortaleza.

COMPANHIA DE SEGUROS

PAN-AMERICA

Rua Senador Dantas, 84-8º Andar — Telefone 52-2080  
End. Teleg. "NACOPAN"

CAPITAL SUBSCRITO E REALIZADO

Cr\$ 2.000.000,00

DIRETORIA:

A. J. PEIXOTO DE CASTRO JUNIOR  
ROBERTO GRIMALDI SEABRA  
NELSON GRIMALDI SEABRA  
EUCLYDES ARANHA NETTO

GERENTE:

M. AGUIAR MELGAÇO

INCÊNDIO — TRANSPORTES: MARÍTIMOS, TERRESTRES  
E AÉREOS — ROUBO — EQUÍVOCOS, ACIDENTES PESSOAIS  
E RESPONSABILIDADE CIVIL



ALUMÍNIO

BRILHANDO EM TÓDAS AS COZINHAS MODERNAS

Fornecimento para fins Industriais. Construção de máquinas e Ferramentas

Metal Forty S/A — Rua Marui Grande, 275 — Tel. 2-1782

Ramal 3 — Caixa Postal, 150

NITERÓI — RIO DE JANEIRO — BRASIL



## Porque se deve anunciar em “A DEFESA NACIONAL”

- 1 — A vida de um anúncio, nesta Revista, é maior do que em outra publicação qualquer, porque :
  - a) Ela circula em todos os Estados do Brasil ;
  - b) Seus exemplares passam por muitas mãos e são lidos, pelo menos, por dez vezes mais do que o número de seus assinantes ;
  - c) Depois de lida, constitui fonte permanente de informações, porque, sendo uma Revista técnica é colecionada por todos, o que não acontece com as revistas puramente mundanas ;
  - d) Vive num meio de ponderável capacidade aquisitiva, a que o anúncio, muitas vezes, não chega senão através desta Revista.
- 2 — Se sua existência de 42 anos não fôsse bastante como prova de seu sólido prestígio, melhor atestado não haveria que o Aviso de 22 de janeiro de 1947, em que o Exmo. Sr. General Ministro da Guerra, recomenda “A Defesa Nacional” ao interesse do Exército em face de sua utilidade incontestável para as classes armadas.

---

### PREÇO DOS ANÚNCIOS

#### PARA TODO O BRASIL

Por publicação :

	Cr\$
Capa externa.....	4.000,00
Capa interna.....	3.000,00
Página inteira.....	2.000,00
Meia página.....	1.000,00

---

**ATENÇÃO** — Os agenciadores de anúncios devem apresentar os respectivos cartões de identidade.



# PROBLEMAS SOCIAIS DE NOSSAS GUARNIÇÕES DA AMAZÔNIA

Ten.-Cel. JOAO B. PEIXOTO

## I — ASPECTOS GERAIS DO QUADRO REGIONAL

Nessa imensa região geográfica, da qual fazem parte seis Unidades da Federação (2 Estados e 4 Territórios) tem o Exército cerca de 16 guarnições (Belém e Óbidos no Estado do Pará; Manáus, Tefé, Cucuí, Vila Bitencourt, Iça, Benjamin Constant, Eirunepê, Bôca do Acre, Lábrea, no Estado do Amazonas; Macapá e Orange, no Território do Amapá; Bôa Vista, no Território do Rio Branco; Rio Branco, no Território do Acre; Porto Velho, Guajará-mirim e Príncipe da Beira, no Território do Guaporé; tôdas elas localizadas sob um critério eminentemente político-militar, e subordinadas a um comando regional com sede em Belém.

A maioria destas Guarnições, abriga até hoje, velhos fortes construídos com tremendo esforço e notável senso pelos portugueses, para interditar a penetração de conquistadores na vasta planície que os colonizadores haviam incorporado ao Reino luso.

A vastidão territorial, a dificuldade de transportes, a precariedade de recursos econômicos e o baixo padrão de vida da escassa população regional, desta grande bacia hidrográfica que se acha coberta em sua maior parte pela mais pujante formação florestal do mundo — a Hiléia de Humbolt — constituem como sabemos, fortes obstáculos a todos os empreendimentos no sentido de se elevar não só a produtividade da Terra como do Homem brasileiro naquela extensa área de nosso território.

Nessa imensa região equatorial, que corresponde a 42% do Território nacional, os rios são praticamente as únicas vias de comunicações de superfície. A grande rede hidrográfica formada pelos rios que descem dos Andes, do maciço goiano e do planalto brasileiro, para a calha amazônica, drena a mais vasta bacia fluvial que se destaca dentre as grandes regiões da Terra, pela amplitude e grandiosidade de seu quadro natural.

Não obstante sua baixa densidade demográfica (0,53 habitantes por km<sup>2</sup>) a amazônia é como sabemos uma das forças centripetas de maior destaque no continente sul americano.

Se os rios determinam a localização das cidades e a floresta em grande parte é responsável pela fraca densidade da população, ambos — o rio e a floresta — condicionam o gênero de vida dos habitantes da região.

Essa rala população, sem forças suficientes para dominar o meio físico em que vive, encontra-se até hoje quase exclusivamente no regime de economia destrutiva.

As cidades, em geral pequenas, como também as vilas e povoados, ficam tôdas situadas nas margens dos rios. Os caminhos terrestres, atravessando as "Terras firmes" interfluviais, são praticamente inexistentes.

Felizmente porém, as rotas aéreas já cobrem a amazônia em tôdas as direções, colocando muitas de suas afastadas comunas em contacto com os grandes centros metropolitanos do país e do estrangeiro. Nada me-



nos de 35 aeroportos já existem na bacia do Rio-mar, entre os quais se destacam os de Belém, Manaus, Macapá, Pôrto Velho, Rio Branco e Boa Vista, pertencentes aos principais centros demográficos e políticos.

Tendo em vista incentivar o desenvolvimento econômico dessa vastíssima área, foi elaborado recentemente um grande plano de valorização da economia regional, a ser executado progressivamente com recursos fornecidos não só pelos Estados, Territórios e Municípios interessados, como também pela União, que destinaria para isso 3% de sua renda tributária.

## II — O IMPERATIVO DE UMA AMPLA CONJUGAÇÃO DE ESFORÇOS

Estas ligeiras considerações sobre o quadro geo-econômico e social da amazônia brasileira, são suficientes para nos revelar que qualquer empreendimento ali só poderá surtir efeito positivo se for resultante de uma conjugação de esforços.

Torna-se necessário e mesmo imprescindível para o bom êxito de qualquer iniciativa, uma verdadeira mobilização de recursos procedentes de diversas fontes, tais como: os Ministérios Militares, o Ministério da Viação, o Ministério da Educação, e o Ministério da Saúde, além dos governos estaduais e territoriais interessados.

Os vários problemas a serem resolvidos ali demandam porém uma análise metódica e objetiva das realidades existentes e o entrosamento de medidas para solucioná-los mediante *planos conexos e progressivos*.

O acentuado contraste entre a pródiga natureza do Sul e as adversidades fisiográficas daquela extensa região setentrional do país, está a exigir medidas urgentes e eficazes no sentido de se reduzir a grave disparidade de recursos econômicos e condições sociais que se verifica entre o Norte e o Sul e o Leste e o Oeste, principalmente entre as metrópoles litorâneas e as longínquas guarnições de nossa fronteira terrestre.

O problema militar, o problema econômico e o problema social, estão ali vinculados de tal maneira que não podem ser solucionados isoladamente.

O sistema a ser adotado por um Serviço Social naquela região, terá forçosamente que se adaptar aos imperativos de ordem militar.

Do mesmo modo, tal sistema não poderá deixar de considerar também as características do meio físico, assim como a paisagem humana e o quadro político.

Sendo assim, parece que os maiores centros demográficos regionais (Belém, Manaus, Pôrto Velho e talvez Tefé) poderiam funcionar como verdadeiros núcleos de base do sistema a ser instalado, concentrando-se nêles os meios necessários ao apoio das guarnições periféricas circunvizinhas, harmonizando-se assim as necessidades locais com a ação dispersiva do cenário natural.

## III — OS PRINCIPAIS PROBLEMAS ASSISTENCIAIS A SEREM TRATADOS

### O problema de habitação

O problema de habitação é sem dúvida um dos mais graves problemas da comunidade brasileira. Para o militar, ele é ainda mais agravado não só pela limitação dos vencimentos como pela constante movimentação a que todos estão sujeitos.

Não se pode dizer que o Exército tenha descurado deste magno problema. O fato porém é que as medidas adotadas até agora, não têm efetivamente correspondido às necessidades de grande parte da oficialidade e dos sargentos.

E a situação atual é de tal ordem que não se poderá adiar mais uma solução adequada sem graves riscos de se afetar seriamente, quer o organismo social, quer o próprio organismo militar do Exército.

O inquérito realizado pela CESSE há dois anos passados, revelou que nas guarnições da 8ª Região Militar, o Exército precisava construir cerca de 277 casas, sendo 110 para oficiais e 167 para sargentos.



Uma das soluções mais indicadas para a construção de tais casas num prazo relativamente pequeno em face dos recursos econômicos, consistiria na criação de Companhias de Construção constituídas de grupos tarefas especializados (pedreiros, carpinteiros, pintores, etc.) que se encarregariam da execução de projetos padronizados, com auxílio da mão-de-obra fornecida pelas próprias Unidades, sob a fiscalização dos revigos técnicos regionais.

Tais Companhias de Construção, poderiam fazer parte da tropa regional, e, para não acarretar novos ônus para a Nação, elas poderiam ser previstas nos quadros de efetivo, procedendo-se para isso, a redução de alguns elementos nas unidades existentes.

Levando-se em conta os grandes benefícios que esta providência traria para o Exército e a economia que redundaria para o país, e considerando-se ainda, o caráter transitório da medida em aprêo, uma vez atingidos os objetivos em vista, parece que este é o realmente processo mais aconselhado para se atender as necessidades de moradia no território da 8ª Região Militar, em cujas guarnições o Exército dispõe de áreas muito apropriadas para estas construções.

A padronização dos tipos de casa, permitirá a aquisição em maior escala de pertences, peças e aparelhos, contribuindo esse fato, ainda mais, para a redução do custo unitário da construção.

#### O problema de saúde

No vasto território da 8ª Região Militar, apenas as guarnições de Belém e Manaus são bem dotadas de recursos para assistência médica. Nas demais guarnições tais recursos são precaríssimos. Com exceção das capitais dos Territórios Federais, nas demais localidades não há mesmo recursos médicos de nenhuma espécie.

As pequenas guarnições de nossa longínqua fronteira terrestre naquela Região, são supridas pelo Serviço de Saúde do Exército, através do respectivo órgão regional.

Acontece porém que o Serviço de Saúde do Exército não está organizado para atender as necessidades da família do militar, não só ali, como nas demais Regiões Militares.

A sua finalidade precípua, é como sabemos atender as necessidades da tropa, que já vem sendo cumprida com dificuldades pela deficiência de pessoal.

Não existindo recursos locais e não dispondo de fontes de suprimentos para o seu tratamento preventivo e curativo, a família dos que são obrigados a servir naquelas paragens, fica em situação de quase abandono.

Campos de pouso e estações de rádio, seriam essenciais nessas guarnições, para a marcha regular desse serviço de assistência.

Um serviço volante de visitas periódicas também poderia ser realizado vantajosamente por equipes aero transportadas, permitindo não só o tratamento como providências profiláticas freqüentemente necessárias.

Nas sedes das pequenas guarnições isoladas, onde não houver recursos de nenhuma espécie, velhos fortes poderão merecer adaptações pouco dispendiosas para instalação de equipamentos fixos.

Nos centros em que já existirem alguns recursos oficiais ou mesmo particulares, estes poderão ser auxiliados e desenvolvidos para atender com eficiência não só as necessidades locais como também alguns casos das localidades circunvizinhas menos aparelhadas.

Três ou quatro das maiores guarnições regionais poderiam ter o encargo de apoiar outras tantas guarnições periféricas que estivessem dentro de um setor capaz de ser coberto por um só circuito aéreo.

A capital amazonense poderia ser o centro de um sistema convenientemente apoiado em Belém, para servir diretamente às guarnições de Boa Vista, Cucuí, Tefé e Porto Velho. Por sua vez, a capital do Território de Guaporé, seria o "pivô" das guarnições de Guajará-mirim, Príncipe da Beira e Rio Branco, o mesmo acontecendo com Tefé em



relação a Vila Bitencourt, Içá e Benjamim Constant.

Não sendo possível nem acertado organizar estabelecimentos hospitalares, de construção cara e manutenção difícil, nessas desfavorecidas guarnições, parece que o sistema acima mencionado conciliaria de certo modo as exigências de ordem social com as tremendas injunções do meio físico.

Há ainda a considerar, a importância que poderia ter no campo de assistência médica às nossas distantes guarnições de fronteira terrestre na amazônia, o concurso dos grandes laboratórios nacionais, nesta grandiosa tarefa que não compete só ao Exército, mas também a Nação inteira.

#### O problema de alimentação

Outro aspecto entristecedor do panorama social da amazônia é o verdadeiro regime de permanente subnutrição em que vive a escassa população regional.

O fato do centro de gravidade da produção agro-pecuária do país, situar-se nas regiões Leste e Sul, agrava de maneira extraordinária o abastecimento das outras regiões, não só pela deficiência de transporte como pela falta de instalações destinadas à estocagem.

O deficit alimentar médio do brasileiro é por isso ainda maior nas regiões Norte e Nordeste e Centro Oeste, para o que concorrem também o baixo poder aquisitivo de suas populações e o fraco rendimento da lavoura regional.

A despeito dos grandes avanços da ciência e da técnica, o Homem ainda não conseguiu vencer a Natureza na soberba amazônia. A sua rala população, sem forças suficientes para dominar o meio físico, tem vivido até hoje, quase exclusivamente num regime de economia destrutiva.

Ainda predomina ali a economia mais primitiva que é a coletora. É assim que encontramos como principal atividade econômica da região a indústria da borracha extraída dos seringais, que foi desde o início um dos incentivos do povoamento.

O rendimento do trabalho do seringueiro é muito pequeno. Não consegue, em média, retirar mais do que 400 quilos por ano. E isso lhe dá uma renda em dinheiro de apenas 5.700 cruzeiros.

As terras da região, como todas as que se acham submetidas a regimes de calor e humidade intensa, são pobres e ácidas, não dispondo dos recursos minerais necessários à alimentação das plantas, por maior número de anos.

Sua fertilidade se esgota após três ou quatro anos de cultivo.

Elevar a produtividade da Terra e do Homem, mediante um amplo programa de assistência técnica e financeira, comportando a introdução de novos métodos e processos de trabalho, simultaneamente com adequadas medidas de ordem social, é, a nosso ver, o que devemos fazer para melhorar as condições de vida e de trabalho da nossa escassa população amazônica.

Como sabemos, a saúde é a maior fonte de energia humana; ela provém entretanto de diversos fatores, entre os quais figura uma adequada alimentação.

A organização de pequenas Unidades Agrícolas em determinadas Guarnições dessa imensa região geográfica, de tão fraca economia (sua produção agrícola é da ordem de 1,6% da produção nacional) seria sem dúvida uma valiosa colaboração do Exército, à gigantesca obra de erguimento social dos principais núcleos demográficos da amazônia, e um meio eficaz de assegurar o abastecimento às nossas guarnições militares existentes nessa vasta área do território nacional.

Destinando anualmente ao trabalho agro-pastoril regional uma pequena parte do contingente convocado para o Serviço Militar, poderia o Exército, em colaboração com o Ministério da Agricultura e outros departamentos, organizar naquela região duas ou três modernas fazendas de plantação e criação, destinadas a atender as necessidades não só das guarnições militares como de outras localidades.



Completando a tarefa destas fazendas, pequenas granjas poderiam ser criadas em cada guarnição, a fim de suprir as necessidades locais quanto a alimentação qualitativa (ovos, aves, frutos e legumes).

Não sendo assim, a população da amazônia, inclusive o pessoal que serve nas nossas guarnições da fronteira terrestre daquela região, estará condenada a pagar preços excessivamente superiores ao seu poder aquisitivo, pelos gêneros alimentícios que forem adquiridos no Sul, e dêsse modo condenada também a viver em permanente regime de subnutrição.

#### O problema de educação

Como sabemos o homem é um produto do meio. Isto não quer dizer que ele seja apenas um filho da terra, mas sobretudo que ela o tenha formado e alimentado, proposto todos os trabalhos, dirigido seus pensamentos e, o tenha também ensinado a enfrentar tôdas as dificuldades para o fortalecimento do seu corpo e do seu espírito.

O homem, tendo embora sobre certos animais, a propriedade de uma inteligência mais desenvolvida, não está menos sujeito ao solo e ao clima que os demais seres vivos.

A paisagem humana da amazônia é uma demonstração evidente desta inexorável influência do meio físico sobre o índice psicosomático do homem daquela exuberante região tropical.

Sob o influxo de fatores geográficos tão adversos, grande parte da população da amazônia permanece até hoje em precárias condições sociais, sem alimentação suficiente e adequada, sem moradia digna da espécie humana, sem saúde e sem instrução; por conseguinte empobrecida e atrasada, incapaz portanto para realizar um esforço deveras produtivo, em prol da gigantesca obra que tem a realizar dentro daquele imenso quinhão territorial.

A exceção de Belém e Manaus, nas demais localidades da amazônia, os recursos educacionais são muito precários.

As poucas e deficientes escolas primárias ali existentes, só têm mesmo a finalidade de alfabetizar a população, quando poderiam também preparar o indivíduo para viver mais eficientemente, ministrando-lhe conhecimentos de utilidade prática e imediata para a preservação e melhoramento de sua própria espécie.

Ao lado do esforço para alfabetização, aquelas escolas poderiam também se encarregar de preparar o homem para as principais atividades regionais, ensinando-o desde criança os novos métodos e processos de trabalho destinados a aumentar a produtividade da terra e assim o rendimento do seu trabalho, e consequentemente o seu padrão de vida.

Esta seria sem dúvida uma orientação educacional que haveria certamente de produzir melhores resultados do que os alcançados ali até hoje, principalmente nas localidades guarnecidas por elementos das Unidades encarregadas de zelar nossa extensa fronteira naquela região.

Não podemos nem devemos deixar que as populações destas Guarnições permaneçam semi-abandonadas e isoladas do mundo, sem recursos de nenhuma espécie, se de fato quisermos assegurar a unidade nacional com senso e patriotismo.

O problema de educação nas longínquas guarnições de nossa fronteira terrestre, precisa não há dúvida, ser orientado para os seus principais objetivos: a valorização do indivíduo, da família e da população regional.

Esta tarefa não cabe ali só ao Ministério da Educação, nem só aos Governos Estaduais, mas também, a outros diversos órgãos entre os quais estão o Ministério da Guerra e o Ministério da Aeronáutica.

É uma questão de interesse geral, que está a exigir uma verdadeira conjugação de esforços correspondente à relevância do objetivo a ser alcançado.

A organização social, econômica e militar da amazônia é um pro-



blema eminentemente nacional, cuja importância aumenta à medida que o tempo avança. Isto não quer dizer que devemos fazer ali grandes investimentos de capital e trabalho.

Parece bastante que pelo menos

se proporcione a determinados núcleos demográficos os meios indispensáveis para que eles possam ter um padrão de vida condizente com os altos interesses do povoamento regional.

## PAPEL HIGIÊNICO

### ARAPONGA

**Em Rolos de 80 metros e em Blocos de 1.000 fôlhas**

Por seu fabrico especial, não contém matérias terrosas e dissolve-se rapidamente na água —  
não entope fossas

**PRODUTO DA**

**FÁBRICA DE PAPEL E PAPELÃO**

**SÃO GERALDO LTDA.**

**AVENIDA ITAÓCA, 2427 — TELEFONE: 30-4988**

## Banco Indústria e Comércio de Santa Catarina S.A.

Agência do Rio de Janeiro

**RUA VISCONDE DE INHAÚMA, 134-C — CAIXA POSTAL, 1239**

**END. TEL. "RÍOINCO"**

**Telefone: 23-5928 — (Rêde Interna)**

**Gerência: 43-1112 — Diretoria: 23-0556**

**RIO DE JANEIRO**

**ABRA UMA CONTA NO "INCO" E PAGUE COM CHEQUE**

(N. 6)



# ENTRE CURUPAITÍ E O INÍCIO DA MARCHA DE FLANCO

Ten.-Cel. GERARDO L. AMARAL

## A AÇÃO DE CAXIAS

### I — INTRODUÇÃO

Após o insucesso do ataque a Curupaití (22 de setembro de 1866) e até que se reiniciassem as operações com a "marcha de flanco" (22 de setembro de 1867) passaram-se dez meses durante os quais, sem que houvessem ações militares de valor, ocorreram fatos que influíram profundamente no prosseguimento das operações.

Nesses dez meses de aparente inação Caxias exercitou uma das menos focalizadas facetas de sua personalidade de chefe — a de administrador na sua melhor expressão. Era êle comandante que procurava e sabia sentir as dificuldades de seus subordinados e os conquistava ao dar-lhes as melhores condições de espírito necessárias para suportar as agruras da guerra. Em suma, Caxias entendia — já então — que é preciso dar todo o conforto material possível ao combatente.

### II — O QUADRO GERAL DA SITUAÇÃO

Vejamos, porém, antes do mais, o quadro geral da situação que se depararia ao novo comandante das forças imperiais.

1. O insucesso frente a Curupaití baixou ainda mais o moral da tropa, já deprimida pelo desconforto geral dos acampamentos situados à margem de lagoas pestilentas e pela ociosidade e conseqüente quebra de disciplina.

2. A desarmonia entre os generais e sua divisão face ao coman-

dante em chefe — Gen. Mitre — se tornou pública de forma altamente prejudicial à eficiência das armas aliadas.

3. Os exércitos aliados estavam detidos em frente às posições de Curupaití e Estero Rojas, e à retaguarda e flanco oeste tinham os rios Paraná e Paraguai.

4. A esquadra estava bloqueada em frente a Curupaití.

5. O Gen. Venancio Flores, chefe de inegáveis qualidades, deixara o teatro de operações chamado por acontecimentos políticos em sua terra.

### III — NOMEAÇÃO DE CAXIAS

1. Convidado para o comando de tôdas as forças do Império, em operações, Caxias, que era sabidamente membro do Partido Conservador, então na oposição ao governo, só pediu a êste "a mais inteira confiança" na sua atuação, o que lhe foi, imediatamente, assegurado.

2. Nomeado, Caxias procura esclarecer sua posição em face de Mitre, consultando a respeito o governo. Queria saber até onde ia sua autoridade.

3. Obtém a nomeação de Osório, que assim voltaria à guerra, para o comando interino das armas da Província do R.G. do Sul e comando do 3º Corpo, que lhe caberia organizar naquela Província.

### IV — A AÇÃO DE CAXIAS

1. Antes de assumir o comando, e já mesmo em viagem, tomou providências destinadas a pôr fim aos



escândalos nos fornecimentos, reorganizar todos os serviços, inclusive o recrutamento. De passagem para Tuiuti visitou os estabelecimentos militares escalonados pela nossa dilatada linha de comunicações. Dessas visitas resultaram prontas medidas administrativas como a fusão dos hospitais de Buenos Aires com os de Montevidéu, o que poupava aos doentes o penoso desembarque na capital argentina.

2. Com a centralização dos comandos de terra e naval em suas mãos convidou o Almirante J.J. Inácio para o comando da esquadra, em substituição a Tamandaré.

3. Estabeleceu um serviço de policiamento no Rio Paraná, com navios de pequeno calado, a fim de impedir o envio de recursos aos paraguaios.

4. A esquadra recrudescer suas atividades isoladas e as combinadas com as forças de terra, mantendo o inimigo em constante estado de inquietação.

5. A vida nas verdadeiras povoações surgidas à retaguarda dos exercícios em Tuiuti, Passo da Pátria e dos outros acampamentos, é disciplinada por ordens do comando em chefe.

6. Caxias faz construir arsenais, depósitos, novos hospitais, e adquirir cavalos, mulas e forragem apropriada, com o que melhora o estado geral da cavalaria.

7. Uma epidemia de cólera-morbo invade os acampamentos aliados.

Caxias enfrenta com energia e serenidade a provação a que são submetidos os soldados da Aliança. Toma todas as medidas cabíveis na ocasião e, mesmo, para levantar o moral da tropa, determina ações de inquietação sobre o inimigo que, também, estava submetido à mesma calamidade.

8. A instrução é intensificada e assistida por Caxias que, por vezes,

assume, éle próprio, a direção dos exercícios.

9. Em consequência modifica-se o sistema de instrução: abandona-se a formação em quadrado; os oficiais passam a usar uniformes iguais aos das praças; os oficiais montados apeam-se para combater, os de cavalaria colocam-se no flanco da força e não mais à sua frente; a pá e a picareta passam a ser usadas com intensidade.

10. É criado o telégrafo elétrico, destinado a facilitar e garantir as comunicações das unidades entre si e com o comando.

11. Como parte de seu plano de seguir em direção ao Norte, Caxias reforçou a posição de Tuiuti, onde ficaria uma pequena guarnição destinada a garantir a linha de comunicações, e fez construir ali um reduto central para proteger os depósitos e servir de centro de resistência em caso de ataque.

12. Com a chegada de Osório, Caxias pôde reiniciar as operações, tirando os exércitos aliados daquela região onde tanto se sacrificaram.

#### V — APRECIÇÃO FINAL

A simples presença de Caxias no teatro de operações havia operado milagres. Sua chegada fôra um delírio. A tropa, deprimida pelo desastre frente a Curupaiti, pelo desconforto e ociosidade de sua vida à margem de banhos pestilentos, pela quebra da disciplina de tudo decorrente, mostrou o quanto confiava e respeitava o velho General que vinha comandá-la e prepará-la para novas vitórias. Dela éle teria tudo. E a providencial ausência de Mitre, deixando o comando aliado com Caxias, permitiu-lhe impulsionar as operações de acordo com os seus planos que, em breve, mostrariam o quanto eram acertados. Iam ser reiniciadas as operações com a "marcha de flanco".

---

Bibliografia: Tasso Fragoso — História da Guerra entre a T.A. e o Paraguai — 3º vol. Otaviano Pereira de Souza — História da Guerra do Paraguai Nelson W. Sodré — Panorama do Segundo Império. Revista do Clube Militar (Jul-Ago 54). Atuação de Caxias na Guerra do Paraguai, notável artigo do Ten-el. Mozart de Andrade e Souza.



# RESUMO HISTÓRICO DA FAMOSA GUARNIÇÃO DE BAGÉ

Cap. EGON DE OLIVEIRA BASTOS

Santa Tecla, a mais importante estância, pertencente a redução de São Miguel, era um grande estabelecimento.

Os seus superiores campos de pastagem abrigavam 50 mil cabeças de gado.

Os charruas, hábeis ginetes, temíveis guerreiros, dirigidos pelos caciques, que chamavam Tubichás, realizavam freqüentes correrias pelas terras da estância. Eles nunca chegaram a ser submetidos pelos espanhóis. O andaluz Sólis, piloto de Espanha que penetrou no Rio da Prata, foi por eles morto. Porém, nas suas incursões, não ousavam incomodar os tapes nos seus aldeamentos.

Os jesuitas costumavam enviar os tapes, por eles catequisados, e que também já utilizavam o cavalo introduzido pelo espanhol, que se havia multiplicado rapidamente, armados e aguerridos, para se contrapor às sortidas ao território lá tão longe das Missões.

Em uma colina, não muito além dos Cerros de Bagé, fortificada por um reduto e com uma capela, a cavalaria de Sepé, fez estancar os demarcadores do pacto de 1750.

Com a guerra contra as Missões, em 56, portugueses e espanhóis se reunem nessas proximidades para empreender sua arrancada. A estância foi abandonada e despovoada, iniciando a sua decadência.

Vem então para os Cerros uma tribo de charruas. O tubichá Ibagé, mais amigo do português, acolhia e protegia os que iam a caminho da Colônia do Sacramento.

Vertiz, em 73 no mesmo local, ou não longe dêle, onde havia sido dada a demarcação, constrói o Forte de Santa Tecla, que dois anos depois cai em poder de Pinto Bandeira.

Anos mais tarde quando este é chamado à corte de Lisboa viaja em navio construído em estaleiro de sua estância no Rio dos Sinos.

Após a conquista das Missões uma pequena força de milicianos, comandada pelo "Porta Estandarte" apodera-se do Forte e o destrói.

Com a ocupação inicia-se a distribuição de terras pois o objetivo era criar propriedades na zona a demarcar. A partilha era feita na maior desordem. Recebe terras o Almirante Paulo José da Silva Gama, Barão de Bagé. A cada soldado e aventureiro é feita a concessão de uma sesmaria de três léguas quadradas.

Passam a viver em guarda com as armas na mão para defender suas propriedades. Repartidos os campos, cuidou-se da povoação.

Nada de estável existia neste território.

Mesmo assim, desenvolve-se a população rural e a terra vai sendo retalhada em grandes propriedades. A criação de gado proporciona vida fácil e lucros compensadores e rápidos o que trás a atração pela campanha.

Quando em 1810, as colônias espanholas começaram a sua campanha pela independência, D. Diogo de Souza recebe ordem de colocar seu exército na fronteira. Fraciona sua tropa em três colunas.

A comandada pelo Marechal Marquês de Souza, o avô, acampa nos Cerros de Bagé. No ano seguinte chega a outra coluna, D. Diogo estabelece aí o seu Quartel-General.

Parte da tropa invade o território da Banda Oriental para levantar o sítio de Montevidéu embora não fôsse este o motivo principal.

Passa o tempo. Bagé entre a Serra de Santa Tecla e a Coxilha da Serrilhada é o ponto divisório



de nossa fronteira, para a defesa. Alvear, nascido nas Missões, onde seu pai foi administrador, invade o território. O seu serviço de informações, ineficaz, obrigou-o a ocupar a povoação, sem proveito imediato. A 23 de janeiro de 1827 vai ao povoado um esquadrão. As famílias haviam se retirado. Foi encontrado um comerciante português. No dia seguinte vem Alvear do Passo do Valente. A 26 a infantaria ocupa a povoação. O chefe argentino perde a compostura. Mete uma china na sua barraca e assim se atrasa vários dias em Bagé. O saque é geral. Cinco dias depois partem para Santa Tecla. No seu retorno Alvear passa pelo povoado. Seus oficiais, quase todos unitários, depõe o governo que aceitava o Uruguai como independente. Logo depois Rosas, em 1829, inicia o primeiro período de seu governo.

Sem a preocupação das guerras, o civismo da Província do Rio Grande volta-se para a política. Estala a Revolução Farroupilha. Seu ideal era grande e um exemplo da capacidade cívica do povo gaúcho, porém tornou-se uma questão interna da ma's alta gravidade, não só pela subversão que poderia advir, como pela região interessada, os efetivos que arregimentou e os 10 anos que durou.

Rosas reassume o poder. Governo hostil, intervencionista e ameaçador. Entre êle e o Império estava a tropa rebelada dos farrapos.

A necessidade do restabelecimento da ordem civil interna com a garantia da vitória militar para em segundo tempo depor Rosas foi o problema que o então Barão de Caxias teve que enfrentar.

Iniciou com a fase cuidadosa da preparação, uma de suas características, para depois lançar-se em busca do inimigo.

Bagé, ficou quase deserta, e foi palco de sangrentas lutas nesse período.

Até o início da Revolução os seus destacamentos vinham do 5º Regimento de Dragões, de Rio Pardo. O Alferes Manoel Luiz Osório foi um dos comandantes.

A tropa de São Gabriel fica sitiada. A força que segue de Bagé para auxiliá-la adere à revolta.

Após o encontro de Porongos, em 1844, que foi a resposta à surpresa de São Gabriel, o Exército Imperial que se retirava, ocupa a povoação e deixa para guarnecê-la o 8º Batalhão de Fuzileiros.

A vila passou a ser sede da 3ª Brigada do Exército com o 8º de Infantaria e o 2º e 3º Regimentos de Cavalaria. O 2º veio com o Tenente-Coronel Osório, seu comandante interino, que cuidou logo de construir um quartel, em 1847, no local onde se encontra hoje o Quartel-General Divisionário.

Comandava a brigada o General João Frederico Caldwell.

Com a guerra contra Rosas seguem de Bagé o 8º de Infantaria com 549 homens e o 2º de Cavalaria com 550. Segue também o Corpo de Cavalaria da Guarda Nacional de Bagé. Osório comandante do 2º recebe a missão de ligar-se com Urquiza. O regimento chegou praticamente a pé. Recebe potros e depois vem lhe caber a glória da carga da vitória em Caseros. Comanda o 8º, na ação o Major graduado Vaz de Almeida, pois o seu comandante Major Carlos Resin, adoeceu.

O soldado José Martins do 2º de Cavalaria, toma ao inimigo, no campo de batalha, uma bandeira. Recebe 200 mil reis de gratificação e três meses de licença com soldo.

Em abril a tropa regressa vitoriosa.

Neste mesmo ano o 13º Batalhão de Infantaria vem substituir o 8º; e, no ano seguinte vem o 6º, para o lugar do 13º. Em princípio de 1860 a cidade recebe, o 5º Regimento de Cavalaria Ligeira e logo iniciam-se as obras do seu quartel, à margem esquerda do Arroio. Osório comandava a guarnição e fronteira. O 6º de Infantaria, que fazia parte da Brigada era comandado pelo Tenente-Coronel Antônio Sampaio, o .....

Para a luta no Paraguai que foi o marco do nosso republicanismo, segue o 5º de Cavalaria com 228



homens, e é constituído o 35º VP com 200 voluntários comandados pelo Major Tranquillino, que tomou parte no sítio de Uruguaiana.

Osório que havia sido ferido em Avai, vem à cidade em fevereiro de 1869. Um mês após as ruas do Comércio, Santa Bárbara, das Trincheiras e do Conde passam a ser Barão do Amazonas, General Osório, Barão do Triunfo e General Sampaio.

Dois anos depois o 4º de Cavalaria vem substituir o 5º; já o 12º de Infantaria tinha vindo para o lugar do 6º. O 4º e o 12º seguem para as proximidades de Alegrete, e a cidade recebe temporariamente o 3º de Cavalaria; em 1876 regressa o 4º. Dois anos depois vem o 5º de Jaguarão e em 1886 regressa o 12º de Infantaria. A guarnição é o 5º e o 12º. Chega um contingente do 1º de Artilharia de São Gabriel e é organizado então o 4º Regimento de Artilharia.

Em 1890 a guarnição é composta do 5º de Cavalaria e do 4º de Artilharia. A enfermaria é elevada a hospital e inaugurada em 1 de agosto daquele ano. Posteriormente foram doados os terrenos onde se acha o Hospital Militar a sudoeste da cidade junto a Estrada do Passo das Pedras em parte alta. Foi propriedade do Barão de Bagé.

O início da fase republicana vai encontrar o 31º Batalhão de Infantaria em Ouro Preto. Em março de 1893 muda sua sede para Bagé, e vem com o seu comandante o Ten.-Cel. Carlos Teles. A resistência feita ao sítio dos federalistas encontra os fiéis soldados do 31º e do 4º de Artilharia junto ao seu chefe e mostram seu valor frente aos ..... O 11º de Cavalaria que veio para Bagé em 1890, durante a revolução federalista deixou a cidade para lutar contra os revolucionários.

O 31º de Infantaria segue com seu comandante para a 4ª expedição à Canudos. Em 1896, volta o 11º e acampa junto ao 4º, no ano seguinte transfere-se o quartel da artilharia e em 1909 ocupa sua sede

atual, sendo desde 1924, o 12º de Cavalaria. Os terrenos do 12º e do QG foram adquiridos em 1869, embora não houvesse título legal de posse. Eram 120 mil metros quadrados por cinco contos. O 3º Regimento de Artilharia ocupava o quartel onde está o 12º e dividia suas instalações com o 31º, que em 1900 muda-se e fica em local ao lado do atual Quartel-General frente para a Rua General Teles. Para o local do 31º junto da artilharia vem o 11º de Cavalaria. Em 1922 a Artilharia vai para sua sede atual cujo terreno, à margem esquerda do Arroio Bagé, com 127 mil metros quadrados foi doado em 1921 pela Prefeitura Municipal. Em 1944, quando comandava o Regimento o então Cel. Danton Teixeira, foram desapropriados e adquiridos quase 12 mil metros quadrados por pouco mais de 41 contos. Foi adquirida então a atual internada em Santa Tecla.

A internada da Cavalaria foi adquirida em 1921. As duas internadas são lindas e tem oito milhões de metros quadrados. O campo de Polo, na Vila Floresta, a 3,5 km da cidade foi adquirido em 1938 por menos de 20 contos. Tem 84 mil metros quadrados.

O Regimento de Reconhecimento veio para a cidade em 1943. A desapropriação dos terrenos junto ao Arroio Embedrado, foi feita parte amigavelmente, porém alguns proprietários não concordaram com a avaliação. Em 45 iniciaram-se as obras e em 47 o Regimento ocupou a sede. Abriga também a Companhia de Manutenção desde 51.

A guarnição militar de Bagé é das mais importantes da fronteira sul, quer pela localização como pelos efetivos que possui, e tem sido ponto nevralgico de lutas travadas nestes pagos. Ocupa uma área de terrenos de quase 10 milhões de metros quadrados. As aquisições não chegaram ao milhão de cruzeros. Viu as principais e cruentas lutas internas e externas e enviou elementos para a Força Expedicionária que foi à Itália.



# **MINISTÉRIO DA GUERRA**

## **Cousas Práticas**

ADQUIRIR LIVROS PELO  
SERVIÇO DE REEMBOLSO  
POSTAL DA SECÇÃO DE  
PUBLICIDADE DE "A DE-  
FESA NACIONAL"

Há certos livros que todo militar de carreira deve ter em suas estantes ou tê-los meditadamente lido.

Cultura militar e geral não se adquire em Seleções ou Revistas; ainda não foram inventados os comprimidos de saber e de experiência.

Para conseguir base sólida é preciso ler e meditar muito. "A Defesa Nacional" está ao dispor dos camaradas para atender pedidos de quaisquer livros existentes em depósito em sua secção especial ou em outras livrarias da capital.

## **Serviço Rápido e Seguro**

Caixa Postal 17 do Ministério da Guerra

**DISTRITO FEDERAL**



# ACADEMIA MILITAR DAS AGULHAS NEGRAS

**SOLENE DECLARAÇÃO DE 339 ASPIRANTES INCORPORADOS AO EXÉRCITO NACIONAL — PRESENTE O SR. PRESIDENTE DA REPÚBLICA — ORDEM DO DIA DO COMANDANTE DA ESCOLA, GENERAL JULIO TELES DE ME-NEZES**

Trezentos e trinta e nove aspirantes da Turma "Avaí", sendo 74 de Infantaria, 32 de Cavalaria, 119 de Artilharia, 66 de Engenharia, 28 engenheiros técnicos e 20 de Intendência, foram incorporados às fileiras do Exército Brasileiro, em brilhante solenidade que se realizou, na Academia Militar das Agulhas Negras, em Rezende.

Quatro cadetes estrangeiros, três da Nicarágua e um do Equador, concluíram também os seus cursos naquele estabelecimento de ensino militar.

## A CERIMÔNIA

A solenidade de declaração de aspirantes iniciou-se com a restituição dos espadins e passagem do estandarte da Academia ao cadete mais distinto do segundo ano. A seguir, procedeu-se a entrega de prêmios aos aspirantes colocados nos diversos cursos, tendo o Sr. Presidente da República premiado com a medalha de Caxias e respectivo diploma, além da medalha "Conde de Linhares", o aspirante da Arma de Artilharia Antônio Máximo do Rêgo Filho.

Foram entregues, ainda, os seguintes prêmios: medalhas "Marechal Hermes" e "Bernardo O'Higgins" ao mesmo aspirante da Arma de Artilharia Antônio Máximo do Rêgo Filho; "Cadete mais distinto", "Marechal Hermes" e "Espada", ao aspirante a oficial da Arma de Infantaria Nivaldo Melo de Oliveira Dias; "Marechal Hermes", "Espada" com inscrição, oferecida pela AMAN, "General Marinho" e "Di-

retoria de Remonta e Veterinária", ao aspirante a oficial da Arma de Cavalaria Antônio Araújo de Me-deiros; "Marechal Hermes — Aplicação e Estudo", "Espada", oferecida pela AMAN e "Diretoria Geral de Engenharia", ao aspirante a oficial da Arma de Engenharia Luiz Carlos Carneiro de Paula; "Marechal Hermes — Aplicação e Estudo" e uma "Espada" com inscrição, oferecida pela AMAN, ao aspirante a oficial da Arma de Engenharia (técnico) José Augusto Mariz de Mendonça; "Rhin et Danube", ao aspirante a oficial da Arma de Engenharia Amaury Simões dos Santos; "Disciplina e assiduidade", aos aspirantes a oficial da Arma de Artilharia Carlos Mussol Filho e Sil-zomar Furtado de Mendonça; "Atleta completo" ao aspirante a oficial da Arma de Engenharia Aldyl Alves Teixeira; "Melhor Cavaleiro", ao aspirante a oficial da Arma de Artilharia Jofre Miguel Rodrigues Camargo; além de outros louvores concedidos por entidades culturais e particulares aos seguintes aspirantes: Datis Alves Pinto, Manuel Navarrete Lara, José Tibúrcio Ribeiro, Marcos Antônio Teles Ferreira Neto, Nelson Braz, Alvaro Augusto Alves Pinto, Luiz D'Alpoim Beda dos Reis, Afonso de Moura Fé, João Cosenza, Carlos Edmundo Kraemer, Mario Fernando Cavalcanti Lima, Júlio Miguel Molinas Dias, Oldair Silva, Alzir Domingos de Oliveira, Armando Encarnação Moreira, Heber Leal Ferreira, João Antônio Dias Filho, José Tibúrcio Ribeiro e Norival Luiz dos Santos Júnior.



### ORDEM DO DIA

Foi a seguinte a Ordem do Dia do Sr. General Júlio Teles de Menezes, lida antes do juramento dos novos aspirantes :

"Meus jovens Aspirantes :

Não faz muito, há poucos anos, egressos dos vossos lares, ultranassastes o majestoso portão da Academia, que é o primeiro momento que penetra no granito e na grandeza dos seus pilonos, a obra dos que mouraem neste esplendoroso rincão da Mantiqueira.

Passastes aqui, talvez os mais bellos dias de vossa vida. Os dezoito anos, os sonhos dessa idade, os anseios do vosso coração, foram vividos no meio de gente moça, oriunda de todos os recantos da nossa Pátria, numa comunhão ideal, em que empunhastes o livro e utilizastes a arma, numa simbiose admirável, digna dos tempos da velha Hélade e dos da decantada Roma.

Aqui, como mancebos das legiões gregas e das centúrias romanas, cultivastes a inteligência e enriastestes os músculos sob as colunas de um templo de sabedoria. Tivestes os mais bellos exemplos, exaltados no alto da cátedra: ouvistes o verbo douto dos mestres e, nos lindos campos que se prendem às falhas do mácio que limita nosso horizonte, fostes exercitados no comando das unidades de combate, certos de que a experiência nos campos de batalha é basilar na formação dos líderes e na conduta dos chefes.

O espírito secular do Exército, que impregna esses muros, trespassando o que há de mais antigo, desde as primeiras lutas pela conservação do solo pátrio, esteve presente a todas as vossas ações, nas lidas da inteligência e do corpo, na mais perfeita harmonia.

Cada ano que se ia, tinheis a prova da vossa escolha, da inclinação para o sacerdócio, da verdadeira vocação. Se vos intimidastes algumas vezes, por certo reerguestes o espírito, exaurindo forças nas mais belas passagens da vida dos

nossos grandes soldados; de tal forma reagistes, que a meta dos sonhos que povoavam vossas mentes, vós a soubestes atingir com altivez, independência e lealdade.

Por aqui passaram centenas de moços que tudo fizeram para manter o conceito de que sempre gozaram as nossas Escolas Militares, desde os primórdios de sua fundação, no início do século dezenove.

Se, no Brasil Reino, por feliz inspiração de D. João VI, houve anuro ao ser instalada a Academia Real, as gerações que por aqui passaram no Império e na República fizeram por não se deslustrar e dar-lhe o brilho que só existir nas organizações militares onde os jovens se preparam na primavera da vida, para a maior investidura, para o digno, nobre e alevantado sacerdócio — o da carreira das armas em que a vida é oferecida em holocausto à Pátria, empunhando-se a espada como se se empunhasse a Cruz.

Com as poucas horas que vos restam para permanecerdes no quartel desta Academia, pelo encerro do vosso curso não será supérfluo tecer algumas considerações acerca da fase delicada que atravessamos e que ides viver lá fora, como oficial do Exército.

Os quatrocentos anos de vida do nosso povo que se caldeia, em harmonia com as leis naturais, sofrendo injunções oriundas da adversidade dos meios geográficos, não definiram o verdadeiro sentido do nosso progresso, se bem que o sintamos real, grande e promissor.

Se perquirirmos na história da nossa gente o que mais preocupou nossos antepassados — sem congelarmos da formação espiritual que sempre a norteou, concluiremos que estamos presos a duas determinações brasileiras para a vida das grandes nações: a exploração do solo e subsolo e a produção industrial.

Dêsse modo, nos deparamos com diferentes fases da vida nacional, condensada nos estágios de progresso das últimas décadas, como se nos tivéssemos agitantado no feliz vaticínio de Castro Alves, que viu



a América talhada para as grandezas para criar, crescer e subir. Temos vivido fases de franca evolução, embora os hiatos próprios das nações que crescem, desordenadamente, como organismos que se desenvolvem sem observância da mais aconselhável terapêutica.

Nossas terras, prenhes de riquezas, despertaram em todos os tempos a cobiça dos povos ávidos por matérias-primas e por espaços vitais. Os interesses em jogo no mundo hodierno, fazem avivar em nossa memória, as palavras de um velho mestre, abrindo-nos os olhos, que a terra não é de quem a possui, mas de quem a povoa e a riqueza não é de quem a tem, mas de quem a explora. Não foram poucos os nossos homens de estudo que se insurgiram contra os gobinistas que vaticinaram futuro sombrio para o nosso país, filiados a idéias do primado do determinismo.

Se nos prendêssemos ao conceito de que os países de clima tropical carecem de possibilidades industriais, jamais ofereceríamos ao mundo de hoje panorama tão diferente daquele que foi pôsto em tela pelos velhos geógrafos da escola alemã, que viam, nos países de clima como o nosso, simples produtores de matérias-primas.

Ainda hoje, se os desequilíbrios econômico-sociais não nos alertassem a respeito das nuances do colonialismo estaríamos na certeza de que o Brasil é um país essencialmente agrícola, dando forma ao complexo que lhe queriam criar, contrariando os imperativos geográficos e os ditames da consciência nacional.

Somos dos mais bem favorecidos países da América do Sul, pelos dotes da natureza, na afirmação de que atingiremos alto nível de potencialidade industrial.

Se nossas terras cultivadas com técnica e perseverança nos darão imensos celeiros, a exploração dos nossos vales, o aproveitamento sistemático e perene das nossas quedas d'água, impulsionarão sobremaneira a tão desejada evolução industrial de que tanto precisa nosso

povo, para melhorar seu padrão social e poder viver melhor. A harmonia que deve presidir às nossas atividades na agricultura e na indústria, evitará preeminências, de uma sobre a outra. A aproximação entre os povos, estimulada por órgãos internacionais, veio atenuar os desentendimentos, sem refrear a ânsia do monopólio, de catequese, feita por meio de centros de expansão comercial e de cultura.

Estamos convencidos de que a compreensão desses problemas seja um imperativo para todos nós que confiamos no nosso grandioso destino.

O exemplo dos antepassados que nos legaram um poema épico em que eram cantadas as epopeias dos Guararapes, da inconcúscia Mineira, da independência, das luas do Prata, da Guerra do Paraguai, da Republica e da campanha da Itália, inspira-nos alicio e confiança no emprego de toda nossa energia para a considação da obra dos nossos maiores, para a perfeição do nosso regime democratico.

Meus jovens camaradas!

Nesse ambiente em que não é possível ocultar o muito que ha de coetismo, deixareis a Academia para iniciardes, na vida profissional, o comando das pequenas trações constituídas, que aguardam novos chefes, em renovação perene que estimula e vivifica.

Antes das palavras de fé que ideo preferir no ato do vosso juramento sagrado, em que oferecereis vossa vida ao Exército e à Patria, é dever alertar-vos para a obediência consciente dos regulamentos e dos chefes, em esclarecida demonstração de lealdade e convicção.

Vosso Comandante que, com emoção acompanhou os vossos passos, este último ano de Academia, sentindo de perto vossas alegrias e tristezas e delas compartilhando, não pode perder tão feliz oportunidade para dirigir-vos as últimas palavras que dêe ouvireis nesta Casa; as quais vos poderão ser úteis no longo percurso das vossas existências, frutos que são da grande



experiência colhida nos embates da profissão.

Os sentimentos que manifestastes no nosso convívio de soldados, não vos faltarão aonde fordes servir.

Nos quartéis sereis recebidos em ambiente acolhedor e amistoso.

Havereis de sentir a transição, porque outros encargos pesarão sobre vossos ombros e outras responsabilidades passareis a assumir.

Chegará a oportunidade em que sentireis a verdadeira vida militar. A vida do cadete, das salas de aula, o convívio escolar, as atividades do currículo académico, vós as substituireis, em parte, pelos laços de camaradagem existentes nas casernas, pela leitura dos livros que completarão vossa formação, pela interpretação dos textos regulamentares, pelo preparo da instrução que obedecerá a princípios pedagógicos, explorados em toda sua plenitude para a eficiência do que fordes ensinar.

Ser-vos-á pedido esforço físico maior, esforço intelectual aplicado mais intensamente coroado pelo exemplo que tanta energia exige dos que têm parcela de autoridade.

A tropa constituída de jovens inscritos que a Nação entrega ao Exército, será a massa que ides amoldar, na sublime e precípua missão dos oficiais — a de instruir e educar.

No trato quotidiano com os homens, aprendereis os princípios da solidariedade humana, a ser cortezes com os intratáveis, discretos com os palradores, sóbrio com os perdulários, serenos e justos com os irreverentes, crentes com os in-crédulos.

O real exercício da militância exigirá, da vossa inteligência e do vosso apuro físico, uma ação educativa que influencie vossos comandados, na prática dos seus deveres militares.

Com o exemplo, eles aprenderão a encarar os fatos com serenidade, e controlar as ações nos momentos em que sua máxima coordenação for exigida.

Para gaudio e conforto vosso, outra recompensa não deveis desejar senão a do dever cumprido.

Nossa carreira, na época atual, está a exigir o estoicismo que revigora a resistência a todos os males fomentados por doutrinas malsinadas que corroem a disciplina.

O muito que ides ensinar aos vossos jovens soldados, deve ter por base a preparação moral e cívica que não prescindirá das vossas palavras sobre as malsãs doutrinas sociais, propiciando-lhes melhor compreensão para passarem as graves conseqüências que poderiam advir de uma luta pelos regimes incompatíveis com nossa formação histórica, nossa índole, nossos sentimentos, nossos hábitos e costumes oriundos de povos cristãos.

Fazemos parte de uma civilização que se vem estratificando em elevados princípios com base no respeito ao homem, na dignidade individual, no direito e na justiça.

Lembra-vos que, sob as colunas deste templo, jamais vos foi imposta uma idéia que pudesse obrumbrar vosso discernimento, vosso modo de pensar e que, ao comandar, des vossos homens, assim também deveis proceder.

O culto dos nossos antepassados no exercício das nossas funções, exigir-vos-á meditação e será imperioso que tenhais como hábito a leitura e o entendimento dos nossos fatos históricos, da nossa formação cultural e social, acontecidos neste vasto teatro geográfico que é o Brasil, pois muitas das soluções para nossos problemas estão ali contidas, aguardando os estudiosos que desejem investigar, perquirir e acertar.

Não será fácil manter-vos alheios às manifestações políticas que vicejam por todos os cantos, principalmente nos centros urbanos, e que rondam os quartéis. Evita-las com decisão.

Procurais sempre o trabalho honesto que dignifica e constrói. Se fordes levados no convívio social, a transações compatíveis com o exercício das vossas funções, afastai-vos do negócio fácil, alentado por pessoas indóneas.



Sêde o exemplo do respeito ao Estado, à autoridade e à Lei.

Tornai-vos discípulos modelares do Direito e fiéis executores da Justiça.

Justiça de cuja boa ou má aplicação resulta a sensação da paz social ou gera a desconfiança, a desgraça, o ódio demolidor.

Justiça, a esperança derradeira dos seres abalados pela incompreensão do meio em que vivem.

Justiça em nome da qual quantas vezes se castigam os que não merecem castigo, e se premiam os que não merecem prêmio.

Ao transpordes o portão deste Monumento de civismo sereis outros homens. Já não tereis apenas as responsabilidades do cumprimento de deveres, de pálidos reflexos no meio escolar, ligados totalmente à individualidade de cada qual. Passareis a ter a mais delicada e difícil missão dentre as muitas que voz dizem respeito: a de julgar vossos comandados. Tereis contactos com homens de todas as origens, com as mais variadas gamas nos aspectos educação, instrução, religião e, sobretudo, psiquismo. Variado será, conseqüentemente, o comportamento de cada qual na coletividade.

Examinai, pacientemente, os casos que se vos apresentarão, de infração das normas morais, sociais, ou regulamentares. Lembrai-vos, sempre, que sob a farda que cobre os vossos comandados estará um homem com as falhas e defeitos inatos ao ser humano. Fácil vos seria, ante tais casos, abrir o regulamento disciplinar e aplicar a pena correspondente.

Aparentemente, mecanicamente, fazeis cumprido vosso dever. Seria tarefa por demais suave para o juiz.

Ao contrário, porém, tereis que fazer o completo e minucioso estudo dos fatos que levaram vosso subordinado ao desrespeito literal das citadas normas. Sondai-lhe, sempre, a alma; inspirai-lhe a confiança que o fará desvendar-vos estados emocionais por si sós justificativos de seu comportamento anormal.

E ficareis em paz com a vossa consciência. E verificareis que grande número de deslizes independentes do autor. E, concordareis, com o vosso Comandante de hoje, que aplicar Justiça é a missão mais difícil, mais delicada e a que, realmente, define o verdadeiro chefe.

A espada de oficial do Exército, que recebereis ao devolverdes o espadim de Caxias, deve ser a arma da Justiça, em cujo rito reside o prestígio da Autoridade.

Aspirantes da Turma "Avai".

Feliz a idéia de dardes a vossa turma a denominação de uma das mais belas ações do Exército Brasileiro, ao mesmo tempo homenagem de admiração e respeito aos heróis que a dirigiram ou nela se sacrificaram pela Pátria.

O preito de gratidão não se prendeu a um chefe, estendeu-se a todos os que participaram dessa ação tão bem coordenada, numa verdadeira harmonia de esforços que, de certo, servirá de molde à vossa turma que deve coexistir em todas as vicissitudes, pelo Exército e pelo Brasil.

Avai foi mais uma vitória, das muitas que o Exército de Caxias vinha obtendo na ânsia de terminar a guerra que já durava, fruto da perseverança, de tato militar e do espírito guerreiro; virtudes essas que cultivareis na carreira que abraçastes.

Procurais nos exemplos dos que ficaram nas brumas guaranis, o estímulo para vossas vitórias, na paz e na guerra. E, se algum dia hesitardes, recordai a vida dos que tombaram em Avai, as glórias de Caxias — General que soube arquetetar a batalha — Osório, o executor admirável que teve nos seus flancos o Barão do Triunfo, João Manuel Mena Barreto, Câmara, José Luiz Mena Barreto, Jacinto Machado e muitos outros que legaram à nossa História Militar essa obra-prima que foi Avai.

Meus jovens oficiais!

Na Academia Militar das Agulhas Negras, hoje engalanada para esta festa de alta expressão cívico-militar, orgulha-se em dar ao Exército



Nacional mais uma plêiade de jovens oficiais que saberão honrar as tradições oferecidas aos pósteros pelos bravos de Avai.

O Exército vos saúda!"

#### JURAMENTO E DESFILE

Terminada a leitura da Ordem do Dia, os aspirantes prestaram o

compromisso solene, jurando em voz alta, e a um só tempo, servir à Pátria com o sacrifício da própria vida.

A cerimônia terminou com vários desfiles no pátio central da Escola, o último deles em continência ao Sr. Presidente da República.

Cantaram, os aspirantes, o Hino das Agulhas Negras, após o que foi dado o "Fora de forma".

## PROBLEMAS DO BRASIL

DO

**Coronel ADALARDO FIALHO**

(Prêmio "Carlos de Laet" da Academia Brasileira de Letras)

**2ª Edição**

● Encontram-se à venda, na Redação desta Revista e na Secção de Venda de Livros e Manuais Militares do Ministério da Guerra, os últimos exemplares desta limitada edição.

● Trata-se de uma coletânea de assuntos de cultura geral, focalizando problemas palpitantes e de interesse permanente do Brasil.

● Incluído na bibliografia do Concurso para a Escola de Estado-Maior.

**PREÇO: CR\$ 30,00**

Pedidos pelo Reembolso Postal, ou remessa de Vale Postal para a Gerência de "A Defesa Nacional", Caixa n. 17, Agência do Correio do Ministério da Guerra

Rio de Janeiro



# BRASILIANAS

## ● Orçamento da União para o ano de 1956

RECEITA DE 70 960 334 000,00 E DESPESA DE 71 505 208 940,00

Deficit de 544.874.940,00

O Presidente da República sancionou integralmente o Orçamento da União votado pelo Congresso Nacional, para vigorar no exercício de 1956. Estão, assim, estimadas, a Receita e a Despesa, conforme o texto da lei que se segue :

“Art. 1º. O Orçamento Geral da União para o exercício financeiro de 1956, discriminado pelos Anexos integrantes desta Lei, estima a Receita em setenta bilhões, novecentos e sessenta milhões, trezentos e trinta e quatro mil cruzeiros e limita a Despesa em setenta e um bilhões, quinhentos e cinco milhões, duzentos e oito mil, novecentos e quarenta cruzeiros.

Art. 2º. A Receita será realizada mediante a arrecadação dos tributos, rendas, suprimentos de fundos e outras receitas ordinária e extraordinárias, na forma da legislação em vigor, e das especificações do Anexo 1, de acôrdo com o seguinte desdobramento :

### 1 — Receita Ordinária :

	Cr\$	Cr\$
1 — 1 Renda Tributária.....	62.798.833.000	
1 — 2 Renda Patrimonial.....	2.634.611.000	
1 — 3 Renda Industrial.....	1.117.474.000	
1 — 4 Rendas Diversas.....	1.199.414.000	67.750.332.000

2 — Receita Extraordinária..... 3.210.002.000

Total da Receita..... 70.960.334.000

Art. 3º. Fica autorizada a cobrança do impôsto único criado pelo Decreto-lei n. 2.615, de 21 de setembro de 1940, modificado pela Lei número 1.749, de 28 de novembro de 1952, cujo produto será aplicado de acôrdo com o que estabelece a legislação vigente.

Parágrafo único. O recolhimento do impôsto único a que se refere este artigo continuará a processar-se de acôrdo com o estabelecido no art. 8º, da Lei n. 1.749, de 28 de novembro de 1952.

Art. 4º. A despesa será realizada na forma dos Quadros Analíticos e Tabelas de Dotações Centralizadas constantes dos Anexos 2 a 6 e respectivos Subanexos, conforme o seguinte desdobramento :



2 — Poder Legislativo :		
	Cr\$	Cr\$
2.01 — Câmara dos Deputados....	262.688.740	
2.02 — Senado Federal.....	110.181.990	372.868.730
3 — Órgãos Auxiliares :		
3.01 — Tribunal de Contas.....	44.864.260	
3.02 — Conselho Nacional de Economia .....	20.167.520	65.031.780
4 — Poder Executivo :		
4.01 — Presidência da República..	532.344.512	
4.02 — Dep. Adm. do Serviço Público .....	64.123.720	
4.03 — Estado-Maior das Fôrças Armadas .....	22.894.934	
4.04 — Comissão de Readaptação dos Incapazes das Fôrças Armadas.....	3.417.880	
4.05 — Comissão de Reparações de Guerra .....	468.880	
4.06 — Comissão do Vale do São Francisco .....	650.875.552	
4.07 — Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica..	6.306.220	
4.08 — Conselho Nacional do Petróleo .....	58.969.830	
4.09 — Conselho de Segurança Nacional .....	8.422.896	
4.10 — Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia.....	1.901.492.710	
4.11 — Ministério da Aeronáutica	4.668.832.577	
4.12 — Ministério da Agricultura	4.123.264.390	
4.13 — Ministério da Educação e Cultura .....	4.245.106.840	
4.14 — Ministério da Fazenda....	14.083.194.608	
4.15 — Ministério da Guerra.....	8.911.001.040	
4.16 — Ministério da Justiça e Neg. Int.....	2.994.250.558	
4.17 — Ministério da Marinha....	4.959.945.220	
4.18 — Ministério das Relações Exteriores .....	446.260.438	
4.19 — Ministério da Saúde.....	3.159.713.044	
4.20 — Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.....	2.262.135.290	
4.21 — Ministério da Viação e Obras Públicas.....	17.441.003.688	70.543.024.827
3 — Poder Judiciário :		
5.01 — Supremo Tribunal Federal	27.379.460	
5.02 — Tribunal Federal de Recursos .....	56.922.044	
5.03 — Justiça Militar.....	49.824.922	



	Cr\$	Cr\$
5.04 — Justiça Eleitoral.....	151.106.956	
5.05 — Justiça do Trabalho.....	135.759.007	
5.06 — Justiça do D. Federal....	103.291.214	524.283.603
Total da Despesa.....		71.503.208.940

Art. 5º. As dotações constantes das Tabelas de Dotações Centralizadas consideram-se concedidas para feito de movimentação, aos correspondentes órgãos centralizadores, que as aplicarão de acordo com a discriminação dos Quadros Analíticos por unidades orçamentárias.

Art. 6º. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir os créditos suplementares que se fizerem necessários, na forma do art. 48 do Regulamento Geral de Contabilidade Pública, para atender às entregas das importâncias correspondentes às diferenças verificadas entre a Receita efetivamente arrecadada e as dotações a ela vinculadas.

Art. 7. O Ministro de Estado da Fazenda fica autorizado a realizar as operações de crédito que se tornarem necessárias por antecipação da Receita, até vinte por cento sobre o montante da Despesa.

## ● Exportação

No movimento exportador dos sete primeiros meses de 1955 houve aumento de 1.029.758 toneladas em relação a igual período de 1954.

O café, algodão em rama, hematita, pinho e cacau continuam como os principais produtos exportáveis. No seu volume físico sobressai a hematita (minério de ferro) com 1.446 mil toneladas ou seja 42% do total exportado, enquanto no valor persiste o café com 56% de nossas vendas, equivalendo a 7.472 milhões de cruzeiros, se bem haja caído de 2.346 milhões de cruzeiros quando comparado com o valor do ano passado (janeiro-julho).

Alinhamos abaixo alguns produtos, cujo volume e valor atingiam, no período em análise, respectivamente, 68 e 69% de nossas vendas externas.

### EXPORTAÇÃO

Janeiro-Julho de 1955

PRODUTOS	1.000 t	Cr\$ 1.000.000
Café .....	369	7.472
Algodão em rama.....	108	1.531
Cacau .....	43	706
Pinho .....	370	536
Hematita .....	1.446	310
Total (a) .....	2.336	10.605
Total geral das exportações (b)	3.441	13.387
Percentagens de a/b.....	68%	79 %



## ● Petróleo e energia atômica

Desde que surgiram as primeiras experiências no campo da energia nuclear, não tem faltado quem opine no sentido de convencer que a indústria do petróleo encontrará, em futuro próximo, um concorrente poderoso que a relegará a plano secundário.

Os argumentos são ainda mais fortes todas as vezes que os interessados procuram demonstrar com isso que nós, no Brasil, dado o fato da exploração ser estatal, vamos chegar muito tarde no abastecimento próprio com o nosso petróleo.

Nota-se, entretanto, que semelhante opinião não tem contado, até hoje, com o endosso de especialistas no assunto.

Ao contrário, tudo indica que não procede o receio manifestado, oriundo de observações apressadas. A era atômica, como se sabe, está na sua infância, e por maiores que sejam os progressos obtidos pela tecnologia e pela ciência, não competirá facilmente com o petróleo, a ponto de tornar obsoletos os equipamentos acionados por este combustível.

Depois que foi descoberto o petróleo em meados do século passado e conhecida a sua aplicação no mundo das indústrias, dizia-se que o carvão mineral perderia a sua importância como fonte de energia. O que se viu foi o incremento cada vez maior de todos esses combustíveis a fim de satisfazer as necessidades de um mundo faminto de energia.

A mesma coisa ocorrerá com o petróleo, face à energia atômica. Continuarão sem competição, mas se completando, como no caso do carvão. As áreas de concorrência não farão cessar a demanda do petróleo, que cresce de dia para dia.

Quando futuramente a energia atômica entrar em aplicação no campo das atividades industriais é evidente que só poderá ser utilizada economicamente em poderosas usinas geradoras de energia ou navios de grande capacidade.

Dêste modo, os automóveis, caminhões, tratores, aviões e pequenas embarcações não sofrerão a competição da energia atômica. Seria antieconômico acionar pequenos motores com outra energia que não a derivada do petróleo.

Os centros industriais dos países mais adiantados utilizam e continuarão ainda por muito tempo utilizando o petróleo como fonte de energia. Na Inglaterra, onde a ciência nuclear tem obtido grandes progressos, calcula-se que em 1960 o consumo de petróleo estará triplicado.

Há um grande esforço nos países produtores de petróleo em fazer face à demanda do produto, cada vez maior. Basta assinalar o fato de que em 1928 o petróleo cobria apenas 24% das necessidades mundiais de energia. Atualmente cobre nada menos de 51%.

Tenha-se ainda em conta que a energia nuclear, na fase de pesquisa e experiência em que se encontra, exigirá muitos anos para entrar em concorrência na área do petróleo.

## ● Dilata-se o Parque Metalúrgico: Fábrica de ferro-ligas, em Minas

Até 31 de maio de 1956 deverá ser entre à Cia. Siderúrgica Nacional, pela firma norueguesa Elektro Kemisk, material para a construção da Fábrica de Ferro-Ligas, na região mineradora de Lafaiete, no Estado de Minas Gerais.

O material, cuja aquisição já foi celebrada por contrato, consta, principalmente de um forno trifásico de 4.800 KVA, tipo OR, aberto, rotativo e de um forno de 2.500 KVA, tipo OS. Ambos empregarão eletrodos tipo Soderberg e deverão ter a capacidade de fabricar, anualmente, cerca de 11 mil toneladas de ligas, especialmente ferro-manganês e ferro-silício.

A Fábrica de Ferro-Ligas da C.S.N. aproveitará as matérias-primas existentes em Lafaiete e nos municípios vizinhos, constituindo-se, assim, num elemento positivo de



enriquecimento da região e de progresso social do quadrilátero ferífero de Minas Gerais.

#### INICIADA A CONSTRUÇÃO

Os trabalhos preliminares para a nova indústria já foram iniciados, tendo sido feita sondagem do subsolo, a fim de conhecerem-se as condições para o assentamentos das fundações destinadas aos dois fornos elétricos. Procedeu-se, também, ao levantamento detalhado da planta da área onde será edificada a fábrica, com os serviços anexos.

#### FATORES DA LOCALIZAÇÃO

Foi escolhida a região de Lafaiete após rigorosa seleção de fatores, pois, ali será possível o máximo rendimento e o mais completo êxito da obra. Por outro lado, a amenidade do clima da região — temperado no verão e com algumas rajadas frias no inverno — oferece vantagens excepcionais ao estímulo do trabalho industrial.

A nova unidade do complexo industrial da C.S.N. ficará instalada numa área de propriedade da empresa, distante um quilômetro do Escritório Central do Setor, estando compreendida entre a linha da Estrada de Ferro Central do Brasil e a rodovia BR 3, que liga Belo Horizonte ao Rio. A área é cortada pelo rio Bananeiras.

#### TRANSPORTE DA PRODUÇÃO

A nova usina eletro-metalúrgica ora em construção será servida pela linha mista da Central do Brasil, podendo, pelo mesmo desvio, receber matérias-primas e exportar os seus produtos, tanto pela bitola estreita como pela bitola larga. Quanto ao abastecimento de calcário e coque, será feito pela Central do Brasil.

A linha trifásica, que constitui o circuito de alta tensão de interligação das usinas Itutinga-Picui-Saltá Grande passa a um quilômetro da área onde se edifica a Fábrica de Ferro-Ligas. Junto à área esco-

lhida para esse estabelecimento industrial existe um terreno que servirá à vila operária, no sítio denominado Água Boa.

#### ● Petróleo, aço e cimento

Com base em dados apurados pelo Serviço da Estatística da Produção, do Ministério da Agricultura, pode-se fazer interessante apreciação dos resultados de algumas das nossas atividades fabris, durante o primeiro trimestre de 1955, em comparação com os dados de igual período do anos passado.

#### PETRÓLEO

No setor das indústrias de petróleo, o desenvolvimento foi deveras surpreendente, pois os índices alcançados são muito elevados. Entretanto, deve-se notar que não houve aumento de produtividade ou melhor aproveitamento de instalações já existentes no país; o aumento de produção decorreu da entrada em funcionamento das novas instalações para destilação de óleo bruto, entre os quais Cubatão, Mangueiras e Capuava. Assim, a produção de gasolina comum sofreu um verdadeiro salto, passando de 8.450 litros no 1º trimestre de 1954, para 26.906 litros em igual período de 1955. Para avaliar o desenvolvimento desse setor, basta notar-se que a produção no corrente ano foi a seguinte, por meses: janeiro, 9.160.000 litros; fevereiro, 9.313.000 litros e março, 8.433.000 litros, ou seja, em janeiro e fevereiro a produção foi superior ao conjunto dos três primeiros meses de 1954. Por outro lado, a produção de petróleo bruto passou de 30.768.000 litros, no primeiro trimestre de 1954, para 71.378.000 litros em igual período de 1955, ou seja, um aumento de 113%. Outro produto cuja produção foi grandemente aumentada é o óleo combustível, que aumentou de 10.292.000 litros para 26.467.000 litros nos três primeiros meses do ano.



## AÇO

No setor da Siderurgia, a produção continuou no ritmo ascendente que vem mantendo nos últimos anos. De aço em lingotes, foram produzidos, durante o primeiro trimestre de 1955, 290.236 toneladas, correspondendo a um aumento de 7% sobre a produção de 271.335 toneladas no mesmo período de 1954. A produção de ferro gusa passou de 241.152 toneladas para 282.379 toneladas ou sejam, 18% de aumento, e, finalmente de aço laminado, a produção no primeiro trimestre de 1955 — 227.445 toneladas — foi superior em 470 toneladas sobre o ano anterior.

Nos produtos de ligas de ferro o aumento também se fez sentir, devendo-se notar a de ferro silício manganês que passou de 694 toneladas para 1.078 toneladas.

## CIMENTO

A produção de cimento, apesar da retração no setor da construção e de obras públicas, aumentou de 560.991 para 638.397 toneladas, correspondendo a 14% de aumento.

Apesar das restrições e dificuldades por que passa a iniciativa privada e da atual conjuntura da balança de comércio que impede a importação de novos equipamentos e mesmo materiais para manutenção do já existente, no país, a indústria nacional vai se empenhando vivamente para que sua emissão não seja interrompida, mesmo a custa de sacrifícios.

## ● Vertiginoso progresso industrial do Brasil

O progresso industrial brasileiro, pequeno a princípio, grande posteriormente, tornou-se tão rápido que se pode considerar agora vertiginoso. Em diversos setores ultrapassamos vários países que produziam mais que o Brasil. Estamos ameaçando a supremacia de alguns outros, que são ou foram grandes potências até o fim da última guerra. Nossos índices de aumento ul-

trapassam os de todos os outros países de quem "cortina de ferro". Além, há os desenvolvimentos aceleradíssimos da União Soviética e Polônia, e os menores, mas ainda grandes, da Tchecoslováquia, Hungria, România, Bulgária e China.

## CIMENTO

O cimento, indústria básica, dá uma idéia de nosso desenvolvimento industrial. Em 1939, o Brasil produziu 698 mil toneladas de cimento; a Argentina, 1.123.000; a Espanha, 1.558.000, a Itália, 4.587.000. Em 1953, a posição brasileira melhorara consideravelmente, como se verifica nos números seguintes, em milhões de toneladas: Brasil, 2.017; Argentina, 1.644; a Espanha, 2.772; e Itália, 7.524. Enquanto a produção brasileira era multiplicada por três, *grossa modo*, aumentando de 188%, a da Argentina aumentara aproximadamente de 45%, a da Espanha de 77% e a da Itália de 64%. Mas sucede que em 1953, para o Brasil, ainda foi um mau ano. Estávamos, por assim dizer, apenas no início do surto do cimento. De fato, produzimos, 2.418.000 de toneladas em 1954 e produziremos este ano, mais de 3 milhões. Espera-se que, em 1956, o Brasil produza aproximadamente 4,5 milhões de toneladas de cimento. As novas fábricas, ora em projeto, elevarão a mais de 5 milhões de toneladas a produção brasileira de cimento em 1957.

## MAIS INDÚSTRIAS

Mas o progresso acelerado não se restringe ao cimento. É geral. Vejamos, a propósito, os números índices de desenvolvimento industrial ultimamente publicados pela ONU. Tomaram como base (100) a produção de 1948. Vejamos os resultados:

	1937	1953	1954
Brasil .....	50	146	156
Estados Unidos .....	59	129	120
Canadá .....	55	126	123
Japão .....	238	284	300
Austria .....	111	185	211



	1937	1953	1954
Bélgica .....	104	113	122
Dinamarca ....	78	119	126
França .....	100	126	138
Alemanha Oci-			
dental .....	185	258	289
Itália .....	109	163	178
Holanda .....	91	143	15
Noruega .....	83	139	147
Suécia .....	67	111	115
Grã-Bretanha ..	91	122	130
Europa Ociden-			
tal .....	109	148	161

A conjuntura brasileira, nos dados apresentados pela ONU, é brilhante. Estamos acima dos Estados Unidos, Canadá, Bélgica, Dinamarca, França, Holanda, Noruega, Suécia e Grã-Bretanha. Acontece, porém, que nossa verdadeira conjuntura é muito superior à indicada pela ONU.

#### NÃO FOI ANO NORMAL

De fato, como disse o Engenheiro Civil Ari Pimentel Gomes, 1948 não se presta para ser tomado como base de produção. Não foi um ano normal. Milhares de fábricas, que já existiam em 1937, estavam paradas na Europa Ocidental e no Japão. Algumas estavam em fase de recuperação. Outras trabalhavam pouco porque havia acentuada falta de matéria-prima. Em 1937, sucedia justamente o contrário. As fábricas trabalhavam. Não havia falta de matéria-prima. 1937 foi um ano normal, capaz, portanto, de ser tomado como base.

Vejamos os índices que foram fornecidos pelo citado engenheiro, tomando 1937 como base de produção industrial, isto é, considerando a produção deste ano igual a 100 :

	1948	1953	1954
Brasil .....	200	292	312
Estados Unidos ..	169	218	203
Canadá .....	182	228	224
Japão .....	42	119	126

	1948	1953	1954
Áustria .....	90	116	190
Bélgica .....	96	108	117
Dinamarca ....	128	152	162
França .....	100	126	138
Alemanha Oci-			
dental .....	54	139	161
Itália .....	92	149	163
Holanda .....	110	157	168
Noruega .....	121	167	177
Suécia .....	149	156	172
Grã-Bretanha ..	110	132	143
Europa Ociden-			
tal .....	92	135	147

Os índices apresentados pelo Engenheiro Ari Pimentel Gomes são os mais lógicos, porque de fato indicam o progresso industrial verificado nos países selecionados.

#### AGUARDANDO A ELETROBRÁS

Nota-se que em 1948, houve uma produção diminuída nos países mais afetados pela guerra. Produziram muito menos que em 1937. De fato, foi o que houve. O Japão, por exemplo, produziu 5.150.000 toneladas de aço em 1936, e apenas 1.716.000 em 1948. As fábricas não foram destruídas. Estiveram paradas por efeito da guerra. Tomando-se por base a produção de 1948, chega-se aos resultados da ONU, resultados que de maneira alguma representam o verdadeiro desenvolvimento da indústria no período considerado, isto é, entre 1937 e 1948. Este fato primário escapou aos técnicos da ONU. Mas os índices que indicam o real progresso industrial entre 1937 e 1948, põem o Brasil numa situação admirável, mostram o muito que estamos fazendo agora, provam serem os atuais índices de progresso do nosso país maiores que os das nações de quem "cortina de ferro". E a Eletrobrás acelerará muito nossa industrialização.

DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS SUINOS LTDA.

Rua Pedro Alves n. 275 — Tel. 43-1483 — Rio de Janeiro



**"A DEFESA NACIONAL"** recomenda a seus leitores, pela excelência dos seus produtos que podem oferecer e pela aprimorada organização com que se apresentam, além das anunciadas noutros locais desta Revista, mais as seguintes Casas ou Firmas :

**COMPANHIA FARMACEUTICA BRASILEIRA** — Vicente Amato Sobrinho — Matriz : São Paulo — Filial : Rua Senador Dantas n. 48 — Rio de Janeiro — Telefones 42-0335, 42-1316.

**ALBERTO GUEDES DA SILVA** — Fábrica de pratarias — Artefatos de jacarandá com aplicações em prata — Rua Professora Ester de Melo, 78 — Benfica — Tel. 48-3156 — End. Teleg. "Praguedes" — Rio — Patente de Registro 108.446 — Importação — Exportação.

**CASA SANTO ANTONIO** — Cardoso, Matos & Cia. Ltda. — Rua Dr. Oliveira Botelho, 1700 — Tel. 5961 (Em frente à Estação da Maricá) — Neves — São Gonçalo — E. do Rio — Filial : Rua Conceição 183 — Niterói — Estado do Rio.

**REMINGTON RAND DO BRASIL S.A. (CASA PRATT)** — Máquinas de escrever, Máquinas de calcular, Máquinas tabuladoras. Arquivos e Fichários — Rua Buenos Aires, 283 — Rio de Janeiro.

**BORUP & CIA.** — Fábrica de Rôlhas Metálicas — Rua José Bonifácio, 694-708 — Rio de Janeiro.

**Wilson, Sons & Comp. Ltda.** — Av. Rio Branco, 25-5º and. Telefone 23-5988 — Rio de Janeiro.

**ORGANIZAÇÃO TUDAUTO S.A. "MERCEDES BENZ"** — Av. Presidente Wilson, 210-7º And. — Rio de Janeiro.

**BANCO DO COMÉRCIO S.A.** — O mais antigo da Praça do Rio de Janeiro — Fundado em 1875 — Rua do Ouvidor, 93-95 — Caixa Postal, 653 — End. Teleg. "Bancocio" — Telefone 43-8966.

**CERVEJARIA MAURIN** — Rua Barão Iguatemi, 405 — Tel. 28-2706 — Rio de Janeiro.

**CHINDLER, ADLER & CIA. "CHEVROLET"** — Filial de Copacabana : Automóveis, Acessórios e Oficinas — Av. Princesa Isabel, 88 — Telefones 37-3147 e 37-2135 — Rio de Janeiro.

**EMPRESA COMERCIAL IMPORTADORA LTDA.** — Rua Araujo Pôrto Alegre, 70-8º Sala 806 — End. Teleg. "Ecil" — Telefones 42-9460 e 42-9649 — Rio de Janeiro.

**FABRICA DE TECIDOS CONFIANÇA** — Rua Artidoro Costa, 67 — Telefone 38-4440 — Rio de Janeiro.

**CHAME IMPORTADORA COMERCIAL S.A.** — Rua da Alfândega, 325 — Telefone 23-3849 — Rio de Janeiro.

**MATHEIS TEXTEIS CIA.** — Rua Beneditinos, 17-2º And. — Telefone 43-2860 — Rio de Janeiro.



**S/A MOINHO SANTISTA INDÚSTRIAS GERAIS** — Rua Teófilo Ottoni, n. 15-5º and. — Rio de Janeiro.

**MESBLA S/A** — Rua Visconde do Rio Branco, 521 — Telefone 7311 — Niterói — Estado do Rio de Janeiro.

**INTERAMERICANA DE FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS S/A** — Av. Rio Branco, 81-4º and. — Telefone 23-5880 — Rio de Janeiro. São Paulo — Rua Álvares Penteado, 218-5º and.

**CASAS DAS CORTINAS LTDA.** — Rua Riachuelo, 23 a 25 — Telefone 42-7872 — Rio de Janeiro — Distrito Federal.

**"MARCENARIA" MÓVEIS COSTA PEREIRA VIANNA LDA.** — Rua Senador Pompeu, 192 — Rio de Janeiro.

**"ITALMAR" S. A. BRASILEIRA DE EMPRESAS MARÍTIMAS** — Avenida Rio Branco, 52-2º andar — Tel. 43-8860 — Rio de Janeiro.

**COMPANHIA AUTOCARROCERIAS CERMAVA** — Fábrica e Escritório: Rua Cel. Almeida, 53 — Piedade — Tel.: 49-8068 — Rio de Janeiro.

**A EXPOSIÇÃO MODAS S/A** — Escritório — Av. 13 de Maio, 23-2º and. — Telefone 32-6060 — Rio de Janeiro.

**COMPANHIA DOCAS DA BAHIA** — Av. Baira-Mar, 262-4º and. — Telefone 52-7022 — End. Teleg.: "DOCBA" — Rio de Janeiro.

**BANCO FRANCÊS E BRASILEIRO S/A** — Praça Pio X, 54-A — Telefone 52-2170 — Correspondente do Credit Lyonnais — Rio de Janeiro.

**COMPANHIA UNIVERSAL DE FÓSFOROS** — Fósforos de Propaganda, Brindes e Fantasia — Escritório — Av. Rio Branco, 81-20º and. — Te.: 23-5870.

**"HOOS" MÁQUINAS MOTORES LTDA.** — Av. Rio Branco, 25-16º and. — Telefone 43-3510 — Rio de Janeiro.

**LOWNDES & SONS, LTDA.** — Administradores de bens; Corretores de Imóveis e Seguros — Escritório — Av. Pres. Vargas, 290-1º and. — Telefone 43-0905 — Rio de Janeiro.

**COMPANHIA IMOBILIÁRIA KOSMOS ENGENHARIA E COMÉRCIO** — Rua do Carmo, 27-A — Tel. 52-8010 — Rio de Janeiro.

**COLEGIO ANGLO AMERICANO** — Praia de Botafogo, 374 — Telefone: 26-1321 — Rio de Janeiro.

**CASSIO MUNIZ S.A.** — Rua Senador Dantas, 70 — Loja — Telefone: 52-7221 — Rio de Janeiro.

**"E.T.E.C." — EMPRESA DE TERRAPLANAGEM ENGENHARIA** — Av. Nilo Peçanha, 12-5º, S/526 — Rio de Janeiro.

**BACOREP S.A.** — Av. Rio Branco, 81-21º And. — Rio de Janeiro.

**COMPANHIA DEODORO INDUSTRIAL** — Av. Rio Branco, 26-7º And. — Rio de Janeiro.



A primeira parte do motor (que desenvolve 55 ton de impulsão), destaca-se do projétil após haver fornecido a energia necessária para fazê-lo sair da atmosfera.

A segunda parte do motor propulsa então a carga atômica e o sistema de direção até o ponto em que cessa seu funcionamento, a partir do qual começa a ascensão livre até a altitude máxima.

Os cálculos balísticos (para um projétil que deva percorrer 8.000 Km) dão uma velocidade de 400 Km/minuto no ponto em que cessa o funcionamento dos motores.

A duração de combustão é de quase dois minutos durante a qual o projétil sai da atmosfera e se inclina para formar um ângulo de  $26^\circ$  com o horizonte. O projétil sobe em seguida livremente até uma altitude máxima de 1.300 Km antes de iniciar a descida, em direção ao objetivo. A duração total do voo é de cerca de meia hora.

Embora os segredos militares impeçam de conhecer o método exato empregado no Atlas para resolver o problema do aquecimento nas velocidades supersônicas (quando o projétil volta à atmosfera), três soluções são possíveis :

— O retardamento : uma redução de velocidade de 50% diminui de 75% o aquecimento da superfície. O método de retardamento consiste em separar o projétil em diversas partes, em sua volta à atmosfera, deixando a cabeça explosiva descer isoladamente. Com uma carga atômica H a redução de precisão acarretada nesta operação não é importante.

Outro método utiliza freios aerodinâmicos (semelhantes aos freios de picada dos aviões ou dos pára-quedas de freigagem). Estes freios ou estes pára-quedas dilaceram-se ou fundem-se durante o retardamento da velocidade, contudo o projétil atinge velocidade aceitável.

— A combustão : Este processo prevê a utilização de diversas camadas de materiais resistentes ao calor, as quais queimadas sucessivamente, isolando a carga de explosão da superfície aquecida ;

— A explosão em grandes altitudes : Este processo faz explodir a carga explosiva acima da atmosfera antes que o projétil nela penetre. Com uma carga de hidrogênio o processo é eficaz considerando o raio de ação da bomba H.

A construção do Atlas está entregue a quatro firmas :

— Convair que fabrica o corpo do foguete, os reservatórios de combustível e o corpo explosivo ;

— General North American, carga dos propulsores foguetes de 55 toneladas de impulsão que formam a primeira parte do sistema propulsor do Atlas ;

— General Electric que fabrica o sistema de direção e navegação ;

— Wooldbridge que fabrica o nariz do foguete, parte do projétil para o qual o problema do aquecimento, quando faz a reentrada na atmosfera, é a mais delicada.

Quatro físicos atômicos conhecidos participarão como técnicos na construção do protótipo : Frederic de Hoffmann, Kaman, Bethe e Teller.

## O SNARK

O Snark foi o primeiro dos projetis dirigidos intercontinentais americanos a atingir o estágio de ensaios de voo.

Estes ensaios tiveram lugar no Cabo Canaveral, base de ensaio dos projetis dirigidos.

O Snark é um avião sem piloto que percorre 8.000 Km a uma velocidade subsônica de 0,9 Mach. Ele é propulsado por um reator J-33 de 2.000 Kg de impulsão. Ele recebeu, em seguida, um J-57 de 4.500 Kg.

As asas são enflexadas num ângulo de  $45^\circ$ . Elas são finas e compridas. A envergadura do Snark é de 9 m, a largura da fuselagem de 0,75 m e o diâmetro de 1,36 m.



O Snark é lançado :

- de cima dum trenó sobre trilhos propulsado por foguete ;
- de cima de uma plataforma, com auxílio de foguetes de decolagem.

Uma vez atingida a altitude de cruzeiro, o projétil mantém uma velocidade de Mach 0,9 e é dirigido por equipamentos de vôo astronômicos. O telescópio astronômico fornece os dados a um sistema de comando e a um piloto automático (com regulação inicial, regulação de subida e regulação de cruzeiro).

O Snark pode transportar uma carga atômica. Este projétil suscitou, no E.M. da Força Aérea Americana, uma discussão sobre a conveniência ou não de continuar a fabricação em série, por causa da velocidade em que este projétil penetra nas defesas inimigas. O Snark é considerado um alvo muito fácil para os projéteis antiaéreos e os interceptadores inimigos.

#### O NAVAHO

O Navaho é um projétil dirigido propulsado por reator. Ele percorre 8.000 Km a Mach 2,5 e a cerca de 23.000 m de altitude (lembrar que o Snark não sobe mais que 10.000 m). O Navaho utiliza um sistema de navegação astronômico ; ele é equipádo com um corpo explosivo atômico H.

O corpo sem a carga explosiva foi ensaiado em vôo com os reatores. A velocidade chega a Mach 3 e o teto a 27.500 m de altitude.

#### O FALCON

O Falcon é um projétil dirigido "Ar-Ar" que equipa os interceptadores da aviação americana.

O Falcon possui 2 m de comprimento, 15 mm de diâmetro e pesa 45 Kg. Ele voa a uma velocidade supersônica. Seu equipamento de direção automática o dirige sobre o objetivo.

É propulsado por um motor a foguete de combustível sólido que produz mais de 2.700 Kg de impulsão e dá uma aceleração de cerca de 60 G ao projétil no momento do lançamento.

Os aviões F-102 e F-89H serão os primeiros aparelhos operacionais a utilizar o Falcon para a defesa aérea do continente americano. O F-102 pode carregar seis Falcon e atirá-los em salva quando seu radar e seu sistema de comando de tiro localizar o objetivo e efetuar os cálculos necessários.

O Falcon pode ser lançado enquanto o interceptador sobe ainda. O motor a foguete do projétil lhe permite subir até o objetivo com uma velocidade supersônica.

#### O RASCAL

O Rascal é um projétil dirigido "Ar-Terra" que tem 6 m de comprimento e 1,26 m de diâmetro. Ele equipará os B-47 e B-36 e levará uma carga atômica.

O Rascal é propulsado a 1.600 Km/h por um grupo de três motores-foguetes a combustível líquido, após o lançamento em grande altitude de um avião que o carregue, por este dirigido até o objetivo. O Rascal a par de sua velocidade de 1.600 Km/h apresentou muito grande precisão nos exercícios de combate.



**OFICINA TÉCNICA DE RADIADORES LTDA.** — Reformas, limpezas e remodelagens de radiadores em geral — Rua Dona Isabel, 71 C e D (Praça ads Nações — Bonsucesso) — Tel. 30-6842.

**LABORATÓRIO TÉCNICO DENTÁRIO CASTRO** — (Ed. Rio Branco) — Avenida Rio Branco, 257, Salas 911-912 — Alberto Castro — Rio de Janeiro — Telefones 52-0569, 52-7425 e 42-2598.

**FÁBRICA DE SACOS DE PAPEL** — Artigos escolares e para escritórios — Papéis em geral — Barbantes — Caixa Postal n. 4538 — End. teleg. "JOMECRI" — Jorge, Mendes & Cia. — Fábrica: Rua 29 de Julho, 220 — Depósito: Rua Flávia Farnese, 120 — Escritório e loja: Praça 11 de Junho, 203-A — Tel. 52-2094 — Rio de Janeiro.

**LATICÍNIO CRISTAL** — M. Pereira Coronha & Cia. — Rua São Francisco Xavier, 176 — Tel. 28-2616 — Distrito Federal.

**GRÁFICA ARTECOR LTDA.** — Tricomias — Policromias — Rua Flack n. 138 — Tel. 29-5689 — Rio de Janeiro.

**RÁDIO TÉCNICA ATLAS** — F. Perroni — Acessórios para rádios — Travessa Rodrigues Marques, 127, Bangu — Tel. 448 — Rio de Janeiro.

**A METALÚRGICA FEDERAL** — Fundição de Metal e Bronze — Rua Alfredo Dolabela Portela n. 89 — Tel. 43-2010 — Rio de Janeiro.

**"DILAMI" DISTRIBUIDORA NACIONAL DE LAMINADOS S. A.** — End. tel. "Dilaminos" — Rua Camerino n. 87 — Tel. 52-2174 — Rio de Janeiro.

**SOCIEDADE ARMAZENADORA E COMERCIAL ATLANTICO LTDA.**  
**TRANSPORTES URBANOS** — Armazenagens de mercadorias em geral — Rua Santana n. 21 — Tel. 43-2768 — Rio de Janeiro.

**MACHADO CARNEIRO S. A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO** — Madeiras e Materiais de Construção — Cereais — Xarque — Manteiga — Produtos químicos — Rua do Acre n. 90, 7º — Tel. 43-2482 — Rio de Janeiro.

**FÁBRICA DE CALÇADOS CORCOVADO** — Indústria brasileira — Del-fim, Madeira & Cia. Ltda. — Rua Antunes Maciel n. 81 — Telefone 28-3706 — Rio de Janeiro.

**ARTHUR VIANA CIA. DE MATERIAIS AGRÍCOLAS** — Adubos e Produtos para lavoura — Telhas "Ondalit" — Avenida Graça Aranha n. 226 — Salas 1113 e 1117 — Caixa Postal 3572 — End. tel. "Sa-litre" — Fones: 22-2531 e 42-7848 — Distrito Federal.



# Nôliciário de Interêsse Militar

## ● Projctis dirigidos americanos

O programa dos projctis dirigidos americanos, carregados com explosivos atômicos, avança a passos largos. Grandes progressos foram alcançados :

- 1º Primeiramente a redução do pêso da carga explosiva atômica trouxe uma revolução nos projctis dirigidos. As reduções correspondentes de pêso e de volume das bombas de hidrogênio virão simplificar os problemas de propulsão e direção para os projctis estratégicos : cada Kg de carga explosiva a menos torna possível uma economia de 100 Kg de combustível.
- 2º Em seguida a descoberta de novas soluções para resolver o problema do aquecimento da ogiva contendo o explosivo no momento do reingresso do projctil na atmosfera. Sabe-se que a superfície do projctil é aquecida pela fricção do ar atmosférico à velocidades supersônicas. O aquecimento pode provocar a fusão da carga explosiva. (Este problema apresentou-se mesmo na V-2 que só alcançava 5.000 Km/h).
- 3ª Importantes aperfeiçoamentos foram realizados no equipamento de navegação a longa distância dos projctis intercontinentais.
- 4º Grandes progressos foram conquistados no domínio dos propulsores a foguetes e dos propulsores a jato, êles tornam agora possível a propulsão de enormes projctis dirigidos a velocidades supersônicas necessárias para as operações estratégicas.

Os futuros projctis dirigidos sôbre os quais a Fôrça Aérea Americana fundamenta suas maiores esperanças, são : o Atlas, o Snark, o Navaho, o Rascal e o Bomarc.

## O ATLAS

O Atlas é um projctil dirigido intercontinental. Ele pode transportar uma bomba de hidrogênio sôbre um objetivo situado a 8.000 Km de seu ponto de lançamento.

As pesquisas deverão permitir a diminuição de metade do pêso total do projctil que, inicialmente, era de 225 toneladas.

O Atlas é propulsado por dois motores a foguete com combustível líquido, grupados em duas partes.



**"S.O.M.T." — SOCIEDADE COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE METAIS LTDA.** — Av. Graça Aranha, 226-10º, S/1017 — Rio de Janeiro.

**FRIGORÍFICO SANTO ANDRÉ "KLEMM LTDA."** — Av. Higienópolis, 280 — Caixa Postal, 69 — Santo André — Estado de S. Paulo.

**COMPANHIA QUÍMICA RHODIA BRASILEIRA** — Rua Líbero Badaró, 119-6º And. — Caixa Postal, 1.329 — São Paulo.

**EMPRESA AUTO-ÔNIBUS SANTO ANDRÉ S.A.** — Rua Gertrudes de Lima, 219 a 227 — Santo André — Estado de São Paulo.

**COMERCIAL E IMPORTADORA SÃO CAETANO DO SUL LTDA.** — Peças e Acessórios para Automóveis — Rua João Pessoa, 116 — Caixa Postal. 92 — São Caetano do Sul — Estado de São Paulo.

**"BRASIL" COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS** — Sede: São Paulo — Sucursal no Rio de Janeiro — Av. Rio Branco, 4-3º And. — Caixa Postal, 1.266 — Distrito Federal.

**SINDICATO DOS ESTIVADORES DO RIO DE JANEIRO** — Rua Antônio Lage, 42-3º And. — Rio de Janeiro — Distrito Federal.

**ALFAIATARIA COLUMBIA** — Aceita-se cortes à feitiço — Rua Miguel de Frias n. 48 — Tel. : 28-2741 — Ponte dos Marinheiros — Rio de Janeiro.

**BUCYRUS-ERIE COMPANY** — South Milwaukee-Wisconsin U.S.A. — W.F. HARCOURT-PALMER — Engenheiro Representante — Avenida Presidente Wilson, 198-7º, S/703 — Rio de Janeiro — Distrito Federal.

**ALIANÇA DA BAHIA CAPITALIZAÇÃO S/A.** — Capital Realizado Cr\$ 2.000.000,00 — Sede social — Bahia — Agência geral no Rio de Janeiro — Av. Pres. Vargas, 642 — Tel. : 52-2108.

**E.G. FONTES & CIA.** — Av. Nilo Peçanha, 12-9º, S/901 e 903 — Rio de Janeiro.

**IPAMA IMPORTADORA PRODUTOS DE AÇOS, MADEIRAS LTDA.** — Av. Franklin Roosevelt, 115 — Grupo 1101 — Tel. : 32-3335 — Material ferroviário — Madeiras e Esquadrias.

**COMPANHIA FIAÇÃO TECIDOS "COVILHA"** — Casemiras finas de pura lã — Fábrica: Rua Garibaldi, 169 a 187 — Caixa Postal, 1853 — Rio de Janeiro.

**BANCO DA PREFEITURA DO DISTRITO FEDERAL** — Matriz: Avenida Rio Branco n. 39/41 — Tel. : 43-4885 — Filial: Avenida Nilo Peçanha n. 12 — Tel. : 52-6122 — Agências: Campo Grande — Av. Cezário de Melo n. 1.188-b — Tel. : CGR 648 — Madureira — Travessa Alice de Freitas n. 43A — Tel. : MHS 1022 — Jacarepaguá: Av. Geremario Dantas n. 56 — Tel. : JPA 453 — Meyer: Rua Frederico Meyer n. 22 — Tel. : 29-7915 — Penha: Rua Custódio de Melo n. 81A — Tel. : 30-5311.

**"ATLAS COMERCIAL" EQUIPAMENTOS E MATERIAIS LTDA.** — Escritório: Av. Almirante Barroso, 72-13º And. — Tel. : 22-9981 — Rio de Janeiro.



**COMPANHIA CARNASCIALI INDÚSTRIA E COMÉRCIO** — Avenida Beira Mar, 200-1º And. S/201 — Rio de Janeiro.

**COMPANHIA CERVEJARIA BRAHMA** — Rua Marquês de Sapucaí n. 200 e José Higino n. 115 — Rio de Janeiro — Filiais em São Paulo, Curitiba, Porto Alegre, Passo Fundo, Belo Horizonte, Bahia e Recife.

**"MAGALHAES SUCUPIRA & CIA. LTDA."** — Tecidos, Fardamentos, Esportes e Campanha — Rua São Bento, n. 7 — Telefones 23-4016 e 23-6216 — Caixa Postal — 1966 — Rio de Janeiro.

**"FERRAGENS SÃO PEDRO LTDA."** — Importadores — Ferragens, Ferramentas, Tintas, Oficinas especializadas na execução de qualquer tipo de chaves e consertos de fechaduras "Yale", tipo "Yale" e para automóveis — Av. Presidente Vargas, 710 — Rio de Janeiro.

**COMPANHIA AGRÍCOLA INDUSTRIAL MAGALHÃES** — Praça Pio X, 98-7º — S-704 — Rio de Janeiro.

**FABRICA DE CAIXAS DE FERRO PARA ELETRICIDADE — H. MONKEN & CIA. LTDA.** — Rua Bráulio Cordeiro, 563 — Rio de Janeiro.

**CIA. HARKSON INDUSTRIAL E COMÉRCIO KIBON** — Rua Visconde de Niterói, 1.364 — Rio de Janeiro.

**CASA BALNEARIO** — Laticínios, Cereais, Doces, Conservas, Massas, Biscoitos e Cereais finos — Rua Gerson Ferreira, n. 191-B — Ramos Rio de Janeiro.

**E.R. SCHEID** — Papelaria, Tipografia, Carimbos de Borracha e Material de Desenho — Fornecedor dos Ministérios Militares — Av. Presidente Vargas, 529-s/1211 — Tel. : 23-4830.

**PNEUS GENERAL S. A.** — Matriz: Rio, Av. Presidente Wilson, 165, 9º andar — Tel. 42-4092 — Filiais: Rio, Av. Brasil, 555 — Telefone 28-4135 — São Paulo: Rua Bento Freitas, 146-150 — Telefone 34-4699 — Curitiba: Av. 7 de Setembro, 1927-1941 — Distribuidores: Belo Horizonte — Pneumasa — Pneus, Máquinas e Acessórios S. A. — Av. Olegário Maciel, 484 — Tel. 2-4731 — Porto Alegre: Cronwood S. A. — Rua Garibaldi, 664 — Tel. 6150 — Salvador: Simtral — Sociedade Importadora de Máquinas, Tratores e Acessórios Ltda. — Av. Frederico Pontes, 120 — Tel. 6014 — Caixa Postal 720 — Agentes Depositários — Recife: Denis Paredes & Cia. — Av. Guararapes, 154, 5º andar — Tels. 6985 e 7875 — Caixa Postal 469.

**SOARES PORTELLA & MAGALHÃES LTDA.** — Aparelhos para laboratórios etc. — Rua Dr. Nunes n. 220 — Tel. 30-0155 — Pedro Ernesto — antiga Olaria.

**GINÁSIO BRASIL** — Rua São Clemente n. 295 — Tel. 46-9208 — Botafogo.

**GINÁSIO JOSÉ BONIFÁCIO** — Jardim de Infância — Primário — Admissão Ginásial — Instituto de Educação — Pedro II — Carmela Dutra e Colégio Militar — Rua Bambina n. 146 — Tel. 26-4224 — Botafogo.



## O BOMARC

O Bomarc é um projétil dirigido "Terra-Ar" de defesa aérea. Ele tem um alcance muito superior ao do Nike (o qual é de 25 Km). Previsto para interceptar os bombardeiros inimigos a 400 Km de seu objetivo, é propulsado por dois reatores Marquard. Sua velocidade é de Mach 2,5.

(Revue Militaire D'Information n. 256, Ago 55).

## ● O transporte de tropas pelo ar na Inglaterra

A necessidade de fazer maior uso do potencial humano no Exército, fez com que agora, na era do ar, se desse maior atenção ao transporte aéreo de tropas e assim foram projetados para a RAF aparelhos bimotores, especificamente, para tal classe de transporte.

O "Handley-Page Hermes VIA", por exemplo, é um quadrimotor com 68 lugares, cuja cabine está equipada com aparelho de regulação de pressão para vôos a grandes alturas.

O uso dos "Transportes de tropas volantes", como popularmente são eles chamados, representa uma importante economia de mão-de-obra na Inglaterra. Por exemplo, um navio transporte de tropas pode levar quatro semanas na viagem de Singapura ao Reino Unido. Um avião Hermes cobre a mesma distância em três dias, e esta diferença de tempo traz um saldo favorável na utilização dos homens que integram o Exército.

De acordo com a lei britânica que regula o serviço militar obrigatório, os recrutas permanecem nas fileiras 18 meses e este período se reduz consideravelmente, se dê deduzirmos o tempo gasto em levar os recrutas a seu destino e o seu regresso, de forma que cheguem à Grã-Bretanha um dia antes do licenciamento; ver-se-á que o período em que podem ser realmente úteis ao Exército é muito reduzido.

Portanto, é necessário eliminar, na medida do possível, o tempo gasto no transporte. Um soldado que se encontre em um navio de transporte de tropas que navegue lentamente através dos Oceanos, continua percebendo integralmente, pagamento este, pelo qual o Exército não recebe nenhum serviço.

Isto não quer dizer que não haja necessidade de empregar navios para transportar tropas. Na realidade, para o movimento de uma poderosa força, com as grandes quantidades de equipamento que precisa carregar, o transporte marítimo continua a ser o único meio satisfatório. Porém não há como os aviões para transportar reforços e para o tráfego normal de reacompletamentos.

No planejamento das operações navais leva-se também em conta a velocidade e a capacidade que representa um plano de transporte aéreo. Em certa época, era comum os navios em serviço no ultramar, voltarem ao Reino Unido ao fim de alguns anos, para fazer os necessários reparos e reacompletar a tripulação. Agora o que se faz é manter a unidade da Frota de guerra no seu destino ultramarino e substituir a tripulação, ou dotação, inteira por meio do transporte aéreo.

Para se ter uma idéia das proporções do movimento de tropas britânicas pelo ar, basta saber que, durante o ano de 1955, cerca de 7.000 homens e suas famílias voaram em ambas as direções entre Singapura e o Reino Unido. Além disso, outros milhares de soldados se transportaram pelo ar para a África Oriental e Ocidental, Caraíbas, Oriente Médio, Fidji e inclusive para a Coréia, desde o Reino Unido e vice-versa.



## ● Os dez maiores soldados da história

Os dez maiores soldados da história militar são: Anibal, Cesar, Gengis Kan, Frederico II da Prússia, Napoleão, Moltke, Foch, o Marechal de Campo Rundstedt do III Reich, o binômio Marshall-Eisenhower e o Marechal soviético Zhukov.

O leitor notará a omissão nesta lista de nomes tão afamados, como os de Alexandre, Scipião o Africano, o Príncipe Eugênio de Savoia, Turana, Malborough, Suvorov, Kutuzov, Wellington, Robert E. Lee e Luderdorff que viriam a ser os outros dez grandes da história militar do mundo. Porém somente aqueles, nomeados no princípio, podem ser incluídos na lista dos dez maiores estrategistas que representaram sua época militar; os que introduziram novas formas na arte de guerra. Estes poucos homens sintetizam o desenvolvimento de toda a história guerreira do planeta antes da era atômica.

1) *Anibal* (247-183 antes de J.C.) — A verdadeira arte da guerra começa com este grande cartaginês que demonstrou o emprego da tática do cerco na batalha de Cannes contra as forças do cônsul romano Varro, numericamente superiores, sem dúvida alguma.

2) *Cesar* (100-44 antes de J.C.) — Desenvolveu praticamente a arte das operações. Utilizou a perfeita organização das legiões romanas em ação e lançou as bases para a posterior e fundamental unificação da estratégia, da diplomacia e da guerra política.

3) *Gengis Khan* (1162-1227) — Conquistou o território que se estende entre a costa da Ásia no Pacífico e a Ucrânia, em quinze anos. A tática que este mongol aplicou, pela primeira vez, foi das operações móveis em grande escala, espalhando-se sobre continentes.

4) *Frederico II* (1712-1786) — Preservou suas grandes batalhas da superioridade numérica inimiga e das coligações. Em Rossbach, com 22.000 homens, derrotou o forte exército aliado de 64.000. A tática de Frederico se apoiava na preparação e na audácia de seus esquadrões.

5) *Napoleão* (1769-1821) — Como estrategista o Imperador era frio e preciso na preparação da superioridade, primeiro em campanha e, a seguir, no momento decisivo da batalha em que as forças inimigas deviam ser quebradas; assim venceu em inúmeras batalhas.

6) *Helmuth von Moltke* (1848-1916) — Cérebro militar. A idéia geral que dominava era a mobilidade dos exércitos pela estrada de ferro. Foi o pai da moderna "blitz". Sua vitória em Sedan (1870, contra o Imperador Napoleão III) foi a maior "blitz" do século XIX, precursora da empregada pelos generais de Hitler na de 1939-1945.

7) *Foch* (1851-1929) — Representa a época militar da primeira guerra mundial. A guerra do material, frentes contínuas e de posição. Rompeu a monotonia da guerra de posição. Seu excepcional valor foi conseguir passar da defensiva para a ofensiva.

8) *Von Rundstedt* — Este Marechal de campo foi a mais completa síntese da "blitz" alemã. Sua imaginação e precisão ganharam três campanhas: a da Polônia, a da França e a da Ucrânia, todas elas mediante a guerra móvel. Com Romel foi um dos fundamentos da pujança hitleriana.

9) *Zhukov* — Vitorioso na maior guerra continental de todos os tempos, superou a "blitz" alemã na defensiva e desenvolveu uma tática ofensiva superior a das tropas de Hitler. Foi capaz não só de vencer batalhas como também campanhas que significaram o triunfo militar da União Soviética na última guerra mundial.



tenham sido transferidos por via marítima;

c) finalmente, fica definitivamente esclarecido que os militares, não considerados como tendo estado em operações de guerra, pela forma definida na letra b), não fizeram jus à percepção do terço de campanha, no período da última conflagração mundial. (a) *Henrique Baptista Duffles Teixeira Lott*, Ministro da Guerra.

("Diário Oficial" n. 255, de 8 de novembro de 1955.)

\* \*

### LEI N. 2.650 — DE 18 DE NOVEMBRO DE 1955

Revoga a letra g), do art. 10, do Decreto-lei n. 5.625, de 28 de junho de 1943.

O Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício do cargo de Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica revogada a letra g), do art. 10, do Decreto-lei número 5.625, de 28 de junho de 1943, incluída pelo Decreto-lei n. 6.548, de 31 de maio de 1944.

Art. 2º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 18 de novembro de 1955; 134º da Independência e 67º da República.

NEREU RAMOS.  
*Henrique Lott.*

("Diário Oficial" n. 267, de 23 de novembro de 1955.)

\* \*

### AVISO N. 1.192 — EM 10 DE NOVEMBRO DE 1955

De acordo com o que propõe o Departamento Técnico e de Produção em Ofício n. 1.417-DP, de 19 de setembro de 1955, e parecer favorável do Estado-Maior do Exército,

em seu Ofício n. 1.644-A, de 31 de outubro de 1955, resolve:

1. Em virtude de não constar da Lei n. 2.370, de 9 de dezembro de 1954 (que regula a inatividade dos militares), a quem compete conceder licenças em geral, a sua concessão continua a se basear no Título I, do Decreto-lei n. 3.940, de 16 de dezembro de 1941, exceto o que diz respeito às autoridades mencionadas na letra c) do art. 6º e letra b) do art. 29 do referido Decreto-lei.

2. De acordo com os Decretos-leis ns. 9.100, de 27 de março de 1946 e 9.120, de 2 de abril de 1946, Decretos ns. 31.210 e 31.211, ambos de 29 de julho de 1952, as autoridades de que tratam as letras c), do art. 6º e b), do art. 29, do Decreto-lei n. 3.940, de 16 de dezembro de 1941, passam a ser as seguintes:

Chefe do Estado-Maior do Exército;

Chefe do Departamento Geral de Administração;

Chefe do Departamento Técnico e de Produção;

Comandante de Zonas Militares;

Comandante de Regiões Militares e de Divisões;

Diretores Gerais e

Secretário Geral do Ministério da Guerra.

3. Torno sem efeito o Aviso número 133, de 11 de fevereiro de 1955.

("Diário Oficial" n. 267, de 23 de novembro de 1955.)

\* \*

### DECRETO N. 38.259 — DE 26 DE NOVEMBRO DE 1955

Dá nova redação ao art. 5º do Regulamento do Quadro de Estado-Maior do Exército, aprovado pelo Decreto n. 25.382, de 18 de agosto de 1948.

O Vice-Presidente do Senado Federal, no Exercício do cargo de Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, inciso I, da Constituição, decreta:

Art. 1º. Passa a ter a seguinte redação, o art. 5º do Regulamento



do Quadro de Estado-Maior do Exército, aprovado pelo Decreto número 25.382, de 18 de agosto de 1948 :

"Art. 5º. São funções de Estado-Maior :

a) as de Chefe e 1º e 2º Subchefes do Estado-Maior do Exército ;

b) as de Chefe e Subchefes do Gabinete Militar da Presidência da República ;

c) as de Chefe do Gabinete do Ministro e da Secretaria Geral do Ministério da Guerra e, no Gabinete e na referida Secretaria, as atribuídas pelos respectivos regulamentos a oficiais do Q.E.M.A. ;

d) as de Chefe do Gabinete, de Secção e Adjunto do E.M.F.A. e da Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional, previstas nos respectivos regulamentos ;

e) as de Chefe do Gabinete, de Secção, de Divisão e de Subsecção e Adjunto do E.M.E. ;

f) as de Chefe e Subchefe da E.M., de Chefe de Secção e Adjunto dos Estados-Maiores de Zona Militar, Região Militar e Escalação Territorial das Regiões Militares ;

g) as de Subchefes do Planejamento e Executivo do Departamento Geral de Administração ;

h) as de Chefe de EM, Secção e Adjunto dos Estados-Maiores das Grandes Unidades (Divisões) e da Artilharia de Costa da 1ª Região Militar ;

f) as de Chefe de Gabinete, de Divisão e Adjunto dos Departamentos e das Diretorias, atribuídas, pelos respectivos regulamentos, a oficiais do Q.E.M.A. ;

j) as de Diretor e Subdiretor de Ensino e Instrutores (chefes, adjuntos e estagiários) da Escola de Estado-Maior ;

k) as de Assistente de Comando de Armas, Brigada e Destacamento ;

l) as de Comissários e Adjuntos das Comissões de Rêde ;

m) as de Adido Militar e Adjunto de Adido Militar às representações diplomáticas no exterior ;

n) as de Inspetor da Escola de Guerra Naval e da Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica ;

o) as de Diretor, Subdiretor, Instrutor, Adjunto ou Assistente das Escolas, Centros ou Núcleos de Instrução, atribuídas, pelos respectivos regulamentos, a oficiais do Q.E.M.A. ;

p) as de Chefe da 1ª Secção de Circunscrição de Recrutamento."

Art. 2º. O presente Decreto é considerado em vigor desde 1 de janeiro de 1955.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 26 de novembro de 1955 ; 134º da Independência e 67º da República.

NEREU RAMOS.

Henrique Lott.

("Diário Oficial" n. 271, de 28 de novembro de 1955.)



celentíssimo Sr. General Comandante da ZMS, no aludido officio ;

Considerando, finalmente, que os Armazéns Reembolsáveis Regimentais, criados pelo Decreto n. 3.489, de 27-XII-1938, têm dado bons resultados aos meios militares, resolve, aprovando parecer do Departamento de Administração :

a) ficam proibidas a organização e o funcionamento de bares, cantinas e organizações similares nos Corpos de Tropa, Estabelecimentos e Repartições Militares, sob a direção de pessoal civil, por contrariarem disposições regulamentares em vigor ;

b) nas organizações militares, onde se tornar necessária a organização de bares ou refeitórios, a direção desses organismos fica sob a responsabilidade direta do pessoal militar das Unidades, Estabelecimentos ou Repartições interessadas, e a administração deverá ser feita nos moldes dos atuais reembolsáveis regimentais, de acordo com o Decreto n. 3.489, de 27 de dezembro de 1938, e demais legislação em vigor ;

c) ficam excluídos da proibição constante da letra a), o funcionamento do Restaurante do Ministério da Guerra e das organizações estatais e para-estatais, que, pela legislação vigente, já estejam funcionando neste Ministério ou venham a ser contratadas pela administração militar para o fornecimento de refeições preparadas aos seus efetivos.

Revogam-se as demais disposições em contrário.

("Diário Oficial" n. 251, de 3 de novembro de 1955.)

\* \*

#### AVISO N. 1.098-D-1-I, — EM 14 DE OUTUBRO DE 1955

Licença para tratamento de saúde — Vencimentos e Vantagens — Pagamentos "ex-officio" pelas UU.AA.

As licenças para tratamento de saúde, serão concedidas pelas autoridades especificadas no Decreto-lei n. 3.940, de 16 de dezembro de 1941, nos prazos arbitrados pe-

las Juntas Militares de Saúde, a partir da data da parte do doente, baixa ao Hospital ou da data da inspeção, quando não existirem os dois atos anteriores, de acordo com o Aviso n. 133, de 11 de fevereiro de 1955.

2. Uma vez arbitrados os prazos de licença para tratamento de saúde própria ou de pessoas de família dos militares, pelas Juntas Militares de Saúde, e estando esses prazos enquadrados na legislação em vigor, os pagamentos dos vencimentos e vantagens aos militares beneficiados com essas licenças, será feito *ex-officio* pelas Unidades Administrativas, de acordo com os itens I e II, do art. 20, do CVVM.

3. É vedado transformar em licença especial, as licenças obtidas para tratamento de saúde (art. 16, do Decreto n. 25.267, de 28 de julho de 1948).

4. O diagnóstico será, nas inspeções de saúde, para fins de licença, obrigatoriamente anotado em código, nas cópias das atas anexadas aos processos.

5. Fica revogado o Aviso número 333, de 27 de maio de 1952.

("Diário Oficial" n. 254, de 7 de novembro de 1955.)

\* \*

#### AVISO N. 1.102-D-1-I, EM 14 DE OUTUBRO DE 1955

Etapa Triplíce — Gratificação de Ensino e Tropa aos Sargentos Instrutores de Tiros de Guerra.

Tendo em vista resolver o pagamento de vantagens aos Sargentos Instrutores dos Tiros de Guerra, face ao volume de correspondência recebida por este Ministério, nos últimos tempos, relacionados com o pagamento de "Etapa Triplíce", resolve :

1) os Sargentos Instrutores dos Tiros de Guerra, têm direito ao pagamento de gratificação de tropa, de acordo com o art. 1º, § 3º, da Lei n. 2.283, de 9 de agosto de 1954. Conseqüentemente, não lhes assiste direito à percepção da gratificação de Ensino, na forma da legislação



vigente e parecer do Estado-Maior do Exército (Ofício n. 1.556-A-55) ;

2) a indenização da etapa pelo Triplo do seu valor, é devida aos Sargentos Instrutores dos referidos Tiros, durante o período de funcionamento dessas Organizações, e será feita, só nos dias em que houver instrução, de acordo com os números 7 e 8, das Instruções anexas ao Decreto n. 36.797, de 21 de janeiro do corrente ano ;

3) ao Chefe de Serviço Militar Regional, cabe a responsabilidade pelo controle dos pagamentos feitos em desacordo com o art. 1º, § 3º, da Lei n. 2.283-54 e as normas constantes do número anterior. Em conseqüências, as UU. AA. que tiverem Sargentos Instrutores adidos para efeito de vencimentos, remeterão, mensalmente ao SMR, uma via da folha de pagamento (vantagens), para ser confrontada com os programas de trabalhos aprovados pelo referido Serviço. As irregularidades encontradas, serão encaminhadas aos Estabelecimentos de Finanças, para as providências finais.

Ficam revogadas as demais disposições em contrário.

("Diário Oficial" n. 254, de 7 de novembro de 1955.)

\* \* \*

#### AVISO N. 1.164 — EM 3 DE NOVEMBRO DE 1955

Serviço de Guerra (Fornecimento de Certidões)

I — Sendo comum a solicitação de interessados à Secretaria Geral do Ministério da Guerra, no sentido de lhes ser fornecida certidão comprobatória de prestação de "Serviço de Guerra" para fins de isenção, na Prefeitura do Distrito Federal, dos impostos predial e de transmissão, de conformidade com a Lei Municipal n. 31, de 31 de outubro de 1947, declaro, de acordo com o parecer do Estado-Maior do Exército :

a) o documento comprobatório em apêço, só deve ser fornecido aos

militares do Exército que durante a última Grande Guerra :

1 — Estiveram em Operações de Guerra ;

2 — Cooperaram no esforço de guerra, por uma ou mais das formas abaixo especificadas :

— instalação no terreno com missão de vigilância ou segurança do litoral brasileiro ou cumprimento efetivo da mesma missão, por outra qualquer forma ;

— prestação de serviço em Unidades ou Subunidade de Artilharia de Costa com missão de defesa do litoral.

b) na referida certidão deverá ficar expresso que o interessado prestou um ou mais serviços aludidos na letra a), sem, contudo, constar a expressão "Serviço de Guerra", que não tem significado próprio na nossa terminologia militar.

II — Outrossim, declaro, ainda de acordo com o parecer do Estado-Maior do Exército :

a) com relação aos militares do Exército que, não tendo estado em Operações de Guerra durante o último conflito mundial, porventura façam jus a outros benefícios previstos em lei, em decorrência da cooperação que tiveram no esforço de guerra, o respectivo documento comprobatório deverá conter apenas a especificação do serviço prestado, tendo-se o cuidado de evitar a expressão, "Serviço de Guerra" ;

b) no período da última Grande Guerra, além dos integrantes da Força Expedicionária Brasileira, que estiveram no Teatro de Operações da Itália e dos que exerceram missões de observação junto a comando ou forças aliadas em qualquer Teatro de Operações, durante o desenrolar de operações de guerra no mesmo, só podem ser considerados como tendo estado em "Operações de Guerra", face ao disposto no Decreto-lei n. 4.913-A, reservado, de 5 de novembro de 1942, os militares do Exército que serviram na Guarnição de Fernando de Noronha e os que, em objeto de serviço,



10) *Marshall e Eisenhower* — Constituíram uma equipe militar : Marshall, o organizador e planejador global da guerra ; Eisenhower, o comandante da campanha européia.

Juntos — por isso os incluímos nesta relação como um único soldado — elevaram o poderio de guerra norte-americano a um plano mundial, vencendo a segunda guerra mundial.

## ● Serviço Militar

### LICENCIAMENTO NO EXÉRCITO DO CONTINGENTE INCORPORADO EM 1955

As Forças Armadas de Terra vão processar o licenciamento dos soldados e convocados incorporados em 1955. O licenciamento foi organizado em Grupamento, que obedecerá à seguinte disposição : 1 — Na Zona Militar Sul e nas 8ª e 9ª Regiões Militares — a) O licenciamento será realizado por turmas entre 2 e 6 de janeiro de 1956 ; b) Serão retirados nas fileiras como excedentes até 20 de fevereiro de 1956, soldados em número estritamente necessário para completar o efetivo total dos núcleos-base ; 2 — Nas demais Zonas e Regiões Militares — a) O licenciamento será realizado por turmas entre 15 e 22 de fevereiro de 1956 ; b) Face a superposição de efetivos resultante da incorporação da classe de 1937 a 20 de janeiro, os comandantes de unidades, apoiados administrativamente pelos comandos de Região e Zona Militar deverão planejar e executar medidas visando ao relativo conforto da tropa. 3 — Prescrições diversas : a) Vencimentos e certificados — Os licenciados deverão receber, no mês do licenciamento as vantagens a que tenham feito jus e, bem assim, os respectivos certificados de reserva ; b) Transporte — Os comandantes de unidades, chefes de repartições e diretores de estabelecimentos providenciarão, com a devida antecedência, quanto ao transporte dos licenciados a fim de que retornem ao local do domicílio de origem no mais curto prazo ; c) Insubmissos — Os insubmissos, cujos processos ainda não tenham passado em julgado, bem como os que se encontram cumprindo sentença ou completando o tempo de serviço por motivo de sentença, não serão licenciados, permanecerão como excedentes até a regularização de sua situação militar.



## ATOS OFICIAIS

Leis, Decretos e Avisos, de interesse geral do Exército, publicados durante o mês de novembro de 1955 no "Diário Oficial"

LEI N. 2.634 — DE 26 DE  
OUTUBRO DE 1955

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Guerra, o crédito especial de Cr\$ 50.000.000,00 destinado à construção do Monumento Nacional para guardar os despojos dos brasileiros tombados na Segunda Grande Guerra.

O Presidente da República :

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º. É o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Guerra, o crédito especial de Cr\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de cruzeiros) para construção do Monumento Nacional destinado a representar a participação ativa do Brasil na Segunda Grande Guerra e guardar os despojos dos brasileiros das Forças Armadas tombados durante as operações de guerra.

Art. 2º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 26 de outubro de 1955; 134º da Independência e 67º da República.

JOÃO CAFÉ FILHO.  
Henrique Lott.  
Mario da Câmara.

("Diário Oficial" n. 250, de 1 de novembro de 1955.)

\* \*

Instruções relativas à medalha Marechal Hermes — Aplicação e

Estudo — Instituída pelo Decreto n. 37.406, de 31 de maio de 1955.

("Diário Oficial" n. 250, de 1 de novembro de 1955.)

\* \*

AVISO N. 1.122-D/1-I, DE 21 DE  
OUTUBRO DE 1955

Bares — Instalação nas organizações militares — Proibição

Consulta o Exmo. Sr. General Comandante da Zona Militar Sul, em Ofício n. 97-S1, de 1 de março do corrente ano, se deve ser permitido o funcionamento de bares, dirigidos por civis, nos Corpos de Tropa, Estabelecimentos e Repartições Militares.

Considerando que o Decreto número 3.104, de 23 de setembro de 1938, revogou os arts. 328 e 330, do Decreto n. 19.040 (RISG), de 19 de setembro de 1929, que permitia a instalação de cantinas nos quartéis, com a finalidade de vender aos militares artigos de primeira necessidade (viveres, armazinhos, artigos para fumantes, etc.);

Considerando que o atual RISG (R-1), aprovado pelo Decreto número 6.031, de 26 de julho de 1940, não reproduziu os artigos revogados pelo Decreto n. 3.104-38, por não consultar os interesses da administração militar;

Considerando que os bares explorados e dirigidos por pessoal estranho aos quadros deste Ministério são prejudiciais aos interesses do serviço, conforme acentua o Ex-



## PUBLICAÇÕES RECEBIDAS

"A Defesa Nacional" agradece as seguintes publicações recebidas durante o mês de dezembro próximo passado :

### a) Do exterior :

- Argentina — Revista Militar.  
Bolívia — Revista Militar.  
Espanha — "Ejército" — Revista ilustrada de las armas y servicios.  
— "Revista de la oficialidad" (apêndice da Revista Ejército).  
— "Guion" (Revista de los mandos subalternos).  
França — Revue de Defense Nationale.  
— Revue Militaire d'Information.  
— Revue des Forces Aér. Franc.  
Itália — Rivista Militare.  
Portugal — Revista Militar.  
— Revista da Cavalaria.  
U. S. A. — Military Review.  
— Rev. Aérea Latino Americana.  
Venezuela — Revista de las Fuerzas Armadas.

### b) Nacionais :

- "Conjuntura Econômica", da Fund. Getúlio Vargas.  
"Comércio Internacional", do Banco do Brasil.  
"Digesto Econômico", da Assoc. Com. de S. Paulo.  
"Militia", da Força Pública do Est. de S. Paulo.  
"Itamaraty" — Bol. de Inf. do Min. das Rel. Ext.  
"Rev. Brasileira de Geografia", do I. B. G. E.  
"Boletim de Informações", da Conf. Nac. de Ind.  
"Rodovia" — Rev. Téc. de divulgação rodoviária.  
"Revista do Club Militar".



# A DEFESA NACIONAL

REVISTA DE ASSUNTOS MILITARES E ESTUDOS BRASILEIROS

FUNDADA EM 10-X-913

Enderêço: Ministério da Guerra — 3º pavimento — Ala voltada para  
Rua Visconde da Gávea — Caixa Postal, 17 — Telefone 43-0563  
Rio de Janeiro — Brasil



## PREÇOS

Assinatura anual .....	Cr\$ 100,00
Número avulso .....	Cr\$ 10,00

## INFORMAÇÕES

A remessa da revista aos seus assinantes é feita mensalmente pelo Departamento dos Correios e Telégrafos e pelo Correo Aéreo Militar, sendo enviada diretamente ou por intermédio de representantes credenciados nos Corpos de Tropa, Estabelecimentos e Repartições.

Para facilidade de controle do serviço, a partir de janeiro de 1956, só existirão duas formas de pagamento a escolha de cada assinante:

- a) assinatura anual, de Cr\$ 100,00, paga antecipadamente, a contar do mês de janeiro;
- b) desconto mensal de Cr\$ 10,00, em folha de vencimentos, processo este que deve ser adotado preferencialmente nos Corpos de Tropa, Estabelecimentos e Repartições, cabendo aos nossos representantes em cada um deles, zelar não só pela distribuição de acordo com as guias de remessa, como também pelas providências relacionadas com os respectivos pagamentos endereçados ao Diretor Gerente da Revista.

Os exemplares de assinantes que mudarem de enderêço devem ser restituídos à redação, podendo também ser encaminhados ao destinatário pelos próprios representantes.

Os trabalhos enviados à Diretoria para fins de publicação devem ser datilografados e assinados pelo autor, que deverá indicar também o respectivo enderêço.

A Revista não se responsabiliza por idéias e opiniões contidas em artigos assinados.

A publicação desses artigos não significa tampouco, solidariedade por parte da Revista.

As opiniões da Diretoria serão expressas através do "Editorial" ou artigos da Redação sempre em termos elevados e no plano dos altos interesses nacionais.

A Revista adota a ortografia constante do "Pequeno Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa", da Academia Brasileira de Letras, editado pela Imprensa Nacional em dezembro de 1943.

"A Defesa Nacional" considera altamente valioso o intercâmbio com as publicações congêneres nacionais e estrangeiras.

É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos publicados em nossas páginas desde que seja citada a fonte.

Só nos responsabilizamos por anúncios tratados por agentes autorizados pela Diretoria, cujas credenciais devem ser sistematicamente examinadas pelos anunciantes.



## COLABORAM NESTE NÚMERO :

Dr. Heitor Calmon.  
Dr. Ruy Gomes de Almeida.  
Prof. S. Fróes Abreu.  
General Edmundo de Macedo Soares.  
General Silveira de Mello.  
Coronel Annibal Barreto.  
Coronel Paulo Lopes.  
Ten.-Cel. Gerardo Lemos do Amaral.  
Ten.-Cel. João Baptista Peixoto.  
Ten.-Cel. José Carneiro de Oliveira.  
Major Antonio Carlos Taborda e Silva.  
Major Fernando A. Moreira Barbosa.  
Cap. Egon de Oliveira Bastos.  
Cap. Murilo Beurem Ramalho.



EX-LIBRIS

É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos publicados nesta Revista, desde que seja citada a fonte

Cr\$ 10,00

S. G. M. G.  
IMPRENSA MILITAR  
RIO DE JANEIRO — 1956